



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 184 – QUARTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Anibal Diniz- (PT-AC) ^(8,9)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (P DT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Anibal Diniz (24) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gim Argello (56) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (27) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (31) Paulo Bauer (5,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (27)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PPL - 1 João Costa		PSD - 2 Líder Marco Antônio Costa - PSD (53) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 50, de 2012	60711
2 – ATA DA 210ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012 ...	60712
2.1 – ABERTURA	60713
2.2 – EXPEDIENTE	60713
2.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2012 (nº 2.477/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Novo Maracanã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	60713
Projeto de Decreto Legislativo nº 543, de 2012 (nº 2.933/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	60718
Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2012 (nº 3.101/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Timbaúva de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.	60722
Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2012 (nº 605/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Santa Catarina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.	60726
2.2.2 – Comunicação da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 542 a 545, de 2012, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. As matérias serão apreciadas terminativamente.	60729
2.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 958, de 2012, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a oitiva da Comissão de	
Constituição, Justiça e Cidadania sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012.	60729
Nº 959, de 2012, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2012. Deferido. ...	60729
Nº 960, de 2012, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia e aos Presidentes da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco.	60730
2.2.4 – Comunicação	
Da Comissão Externa para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, criada nos termos do Requerimento nº 514, de 2011, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator (Ofício nº 1/2012).	60732
2.2.5 – Leitura de requerimentos	
Nº 961, de 2012, de iniciativa da Comissão Externa destinada a acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, criada nos termos do Requerimento nº 514, de 2011, solicitando prorrogação do seu prazo de duração. ...	60732
Nº 962, de 2012, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando informações ao Ministro de Estado de Transportes.	60733
Nº 963, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2011.	60733
2.2.6 – Discursos do Expediente	
SENADOR FERNANDO COLLOR – Análise da relação entre legitimidade e confiabilidade nos Poderes da República.	60734
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Registro do transcurso da 7ª Semana Nacional de Conciliação, em prol da disseminação da cultura da paz e do diálogo; e outro assunto.	60737

2.2.7 – Mensagens da Presidente da República

Nº 100/2012 (nº 499/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. SÉRGIO LUIZ KUKINA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público. 60740

Nº 101/2012 (nº 500/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. GEORGES LAMAZIÈRE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile. 60746

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa do financiamento público de campanha... 60770

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Considerações acerca de audiência realizada com a presidente da Petrobrás, Graça Foster, para tratar de projeto de interesse do Estado do Ceará; e outro assunto. 60773

SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com o impacto, no âmbito das cooperativas, das regras de concessão do setor elétrico trazidas pela Medida Provisória nº 579/2012..... 60774

SENADOR ALVARO DIAS – Defesa da necessidade de rediscussão do pacto federativo; e outro assunto. 60777

SENADOR EDUARDO LOPES – Angústia com as consequências do consumo de álcool para a sociedade. 60779

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Expectativa de que a distribuição dos *royalties* do petróleo aprovada pelo Congresso Nacional não seja vetada; e outros assuntos..... 60780

SENADOR TOMÁS CORREIA – Satisfação com o desempenho da agropecuária brasileira..... 60783

2.2.9 – Comunicação

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 575, de 2012 (**Ofício nº 192/2012**). Designação do Deputado Luiz Noé, como titular, para compor a referida comissão. 60785

2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO, como Líder – Destaque para a necessidade de reestruturação do Fundo de Participação dos Estados e de outros instrumentos da política de equilíbrio entre as unidades da Federação. 60785

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Relato de ações da CPI do Tráfico de Pessoas no combate e na investigação desse crime..... 60786

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador

Sérgio Souza, que cria *Tribunal Regional Federal*. Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno. 60788

2.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária..... 60788

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 953, de 2012, de autoria do Senador José Agripino. **Aprovado.** 60788

Requerimento nº 951, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa. **Aprovado.** 60789

Requerimento nº 956, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia. **Aprovado.** 60790

2.4.2 – Discursos

SENADOR CASILDO MALDANER – Alerta para as perdas sofridas pelos estados e municípios brasileiros nos repasses constitucionais. 60790

SENADOR EDUARDO LOPES, como Líder – Alerta para os riscos que o projeto de lei que cuida da repartição dos *royalties* do petróleo representaria para o equilíbrio da federação brasileira..... 60792

2.4.3 – Comunicação

Da Comissão de Assuntos Econômicos, de constatação de inexatidão material no texto do Projeto de Resolução nº 64, de 2012, aprovado no Senado Federal e encaminhado à promulgação em 7 de novembro do corrente (**Ofício nº 321/2012**). 60795

2.4.4 – Comunicação da Presidência

Determinação de confecção de novos autógrafos e republicação da Resolução nº 57, de 2012. . 60795

2.4.5 – Discursos (continuação)

SENADORA ANGELA PORTELA – Considerações sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa..... 60796

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Críticas à suposta descapitalização da Petrobrás; e outro assunto. 60797

2.4.6 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 8 de novembro de 2012, e publicação no dia 9 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 586, de 2012, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (**Ofícios nºs 178/2012-Bloco Parlamentar União e Força/SF, 71/2012-PSD/SF, 230/2012-PPS/CD e 550/2012-Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB/CD**). 60800

2.4.7 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 961, de 2012, de iniciativa da Comissão Externa para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco. **Aprovado.** 60802

2.4.8 – Comunicação da Presidência	
Término do prazo de vigência da Medida Provisória nº 574, de 2012. (Vide item 1.1)	60882
2.4.9 – Discursos (continuação)	
SENADOR HUMBERTO COSTA – Relato da 16ª Reunião do Conselho Deliberativo da Sudene...	60882
SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Preocupação com brasileiros que teriam sido presos no Senegal durante missão religiosa; e outros assuntos.	60804
SENADOR EDUARDO SUPPLY – Registro do Dia Mundial do Hip Hop e do Dia da Umbanda...	60810
SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Comentários acerca da crise financeira que assola os municípios brasileiros.	60818
SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro da viagem em que S. Ex ^a . acompanhou a Presidente da República, Dilma Rousseff, em visita a diversas cidades nordestinas; e outro assunto.	60818
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Exaltação da audiência realizada na Câmara dos Deputados com lideranças do movimento Hip Hop. ..	60821
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Relato dos excessos financeiros e orçamentários cometidos no Estado do Amapá.	60823
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Expectativa de que sejam vetados os novos parâmetros de distribuição dos <i>royalties</i> do petróleo.....	60826
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Homenagem ao Ministro Carlos Ayres Britto, que será aposentado compulsoriamente do STF.	60827
SENADOR WELLINGTON DIAS – Considerações acerca do projeto de lei que regulamenta a distribuição dos <i>royalties</i> do petróleo; e outros assuntos.	60828
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Regozijo com o lançamento do Programa Mais Irrigação, do Governo Federal.	60832
SENADOR INÁCIO ARRUDA – Destaque ao trabalho da Câmara dos Deputados referente ao Plano Nacional de Educação; e outros assuntos.	60832
2.4.10 – Comunicação	
Do Senador Francisco Dornelles, encaminhando relatório de viagem realizada para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em junho último (Ofício nº 254/2012)	60835
2.4.11 – Pareceres	
Nº 1.383, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009. ...	60836
Nº 1.384, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2012.....	60850
Nºs 1.385 a 1.387, de 2012, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Ciência, Tecnologia, Inova-	

ção, Comunicação e Informática; e de Agricultura e Reforma Agrária, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2007.	60868
2.4.12 – Comunicação da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2012; e 523, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 256 e 257/2012-CRA)	60896
2.4.13 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, que <i>acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências”, para estabelecer que a justa causa exclui a responsabilidade de Prefeito municipal nas hipóteses que arrola.</i>	60896
Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2012, de autoria do Senador João Costa, que <i>altera a Lei nº 10.741, de 1º de dezembro de 2003 (Estatuto do Idoso), acrescentando o art. 71-A ao Capítulo I do Título V (“Do Acesso à Justiça/Disposições Gerais”), para definir que a ação pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis deverão ser propostas, como regra geral, no foro do domicílio do idoso.</i>	60901
2.4.14 – Comunicação	
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 585, de 2012, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (Ofício nº 1/2012)	60902
2.4.15 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	60902
2.5 – ENCERRAMENTO.....	60902
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 13.11.2012	60903
4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO	60903
4.1 – Tradução do documento, em inglês, a que se refere o Senador Eduardo Suplicy na sessão de 7 de novembro de 2012	60903
SENADO FEDERAL	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	60907
Bancadas dos Partidos	60908
Por ordem alfabética	60909
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	60910
7 – LIDERANÇAS	60911
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	60914

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	60916	Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	60992
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES		Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	60994
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	60926	Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010) .	60996
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	60931	Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	60998
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	60937	Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	61000
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	60942		
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	60947	CONGRESSO NACIONAL	
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	60956	12 – COMISSÕES MISTAS	
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	60962	CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	61002
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	60970	CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)	61007
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	60977	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	61009
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	60983	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	61010
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	60986	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito..	61011
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS		Comissões Mistas Especiais	61015
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	60988	13 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	60989	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	61016
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	60991	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	61017
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	60991	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	61018

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2012

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012, que “Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, de responsabilidade dos Estados, do

Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona” teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de novembro do corrente ano.

Congresso Nacional, 13 de novembro de 2012.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 210ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 13 de novembro de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Srª Ana Amélia e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Cidinho Santos,
Tomás Correia, Sérgio Souza e Inácio Arruda*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se
às 20 horas e 44 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura

2ª Sessão Legislativa Ordinária

210ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 13/11/12 07:00 até 13/11/12 20:45

Partido	UF	Nome	Pres
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PPL	TO	JOÃO COSTA	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIANO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSB	BA	LIDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Operador: MARCOS CARNEIRO LEITE

Emissão: 13/11/12 20:51

Compareceram: 57 Senadores

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 542, DE 2012 (nº 2.477/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOVO MARACANÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 935 de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Novo Maracanã para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 932, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 152, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária Alto Ituêto (ACAI) de Radiodifusão, no município de Santa Rita do Ituêto - MG;
- 2 - Portaria nº 169, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Lago Verde Maranhão, no município de Lago Verde - MA;
- 3 - Portaria nº 935, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Novo Maracanã, no município de Campinas - SP;
- 4 - Portaria nº 936, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Manancial FM de Radiodifusão Comunitária, no município de Ubatuba - SP;
- 5 - Portaria nº 956, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Difusão Cultural Rádio Real - FM, no município de Piratininga - SP;
- 6 - Portaria nº 973, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Arena FM, no município de Fernandópolis - SP;

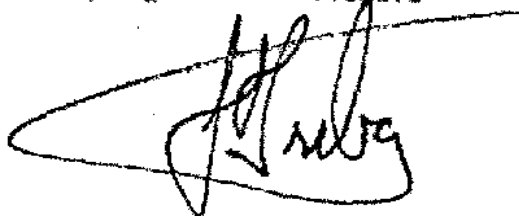
- 7 - Portaria nº 974, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Torre de Pedra, no município de Torre de Pedra - SP;
- 8 - Portaria nº 1.014, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Morungaba, no município de Morungaba - SP;
- 9 - Portaria nº 1.041, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação de Tunápolis, no município de Tunápolis - SC;
- 10 - Portaria nº 1.045, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Pontal do Sul e Norte de Itapitanga - ASCOMP, no município de Itapitanga - BA;
- 11 - Portaria nº 1.047, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cordeirense, no município de São José dos Cordeiros - PB;
- 12 - Portaria nº 1.051, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Comunitária de Caiçara Distrito de Cruz, no município de Cruz - Vila Caiçara - CE;
- 13 - Portaria nº 1.063, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Rádio Gêneses FM de Campos dos Goytacazes, no município de Campos dos Goytacazes - RJ;
- 14 - Portaria nº 1.066, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária do Bairro Arthur Cataldi, no município de Barra do Piraí - RJ;
- 15 - Portaria nº 1.070, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Sanraimundense de Comunicação, no município de São Raimundo Nonato - PI;
- 16 - Portaria nº 1.078, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação de Nova Petrópolis (ACINOVA), no município de Nova Petrópolis - RS;
- 17 - Portaria nº 1.079, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Sinimbuense para o Desenvolvimento Cultural - ASSINDESC, no município de Sinimbu - RS;
- 18 - Portaria nº 1.089, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiodifusão de São Valério do Sul, no município de São Valério do Sul - RS;
- 19 - Portaria nº 1.097, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores de São Miguel do Passa Quatro, no município de São Miguel do Passa Quatro - GO;
- 20 - Portaria nº 1.105, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Social e Beneficente Distrital, no município de Ananindeua - PA;
- 21 - Portaria nº 1.131, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Arte e Cultura de Maiquinique, no município de Maiquinique - BA;
- 22 - Portaria nº 1.133, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária São Dominguesa de Comunicação e Lazer - ACSOCL, no município de São Domingos - BA;
- 23 - Portaria nº 1.143, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Canabravense de Desenvolvimento Sócio Cultural - ACCADESC, no município de São João da Canabrava - PI;
- 24 - Portaria nº 1.165, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Douradoquarense - ACCD, no município de Douradoquara - MG;
- 25 - Portaria nº 1.176, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Querência - ACQUER, no município de Querência - MT;
- 26 - Portaria nº 1.210, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Capitão Gervásio Oliveira - ACRAOGE, no município de Capitão Gervásio Oliveira - PI;
- 27 - Portaria nº 131, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Paulo Bento, no município de Paulo Bento - RS;

- 28 - Portaria nº 158, de 14 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Guarda dos Ferreiros, no município de São Gotardo - MG;
- 29 - Portaria nº 165, de 14 de abril de 2009 – Associação Comunitária Itamontense de Radiodifusão, no município de Itamonte - MG;
- 30 - Portaria nº 209, de 22 de abril de 2009 – Associação de Rádio Difusão Comunitária Educativa de Pedras Grandes, no município de Pedras Grandes - SC;
- 31 - Portaria nº 282, de 14 de maio de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Concórdia, no município de Concórdia - SC;
- 32 - Portaria nº 284, de 14 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Luta e Liberdade, no município de Sebastião Laranjeiras - BA;
- 33 - Portaria nº 289, de 14 de maio de 2009 – Associação Liberdade e Trabalho Pela Cultura de Altinópolis, no município de Altinópolis - SP;
- 34 - Portaria nº 290, de 14 de maio de 2009 – Associação Comunitária de São Luiz do Norte, no município de São Luiz do Norte - GO;
- 35 - Portaria nº 325, de 28 de maio de 2009 – Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus, no município de Arixá do Tocantins - TO;
- 36 - Portaria nº 327, de 28 de maio de 2009 – Associação Comunitária Radiodifusora Voz do Povo FM, na região administrativa do Guará - DF;
- 37 - Portaria nº 328, de 28 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiranga de Goiás, no município de Ipiranga de Goiás - GO;
- 38 - Portaria nº 330, de 28 de maio de 2009 – Associação Cultural Comunitária São Valentinense, no município de São Valentim - RS;
- 39 - Portaria nº 333, de 29 de maio de 2009 – Rádio Difusora Comunitária do Sul de Minas, no município de São José do Alegre - MG;
- 40 - Portaria nº 351, de 12 de junho de 2009 – Associação Cultural, Esportiva e Artesanal de Carapajó, no município de Cametá - PA;
- 41 - Portaria nº 352, de 12 de junho de 2009 – Associação Pioneira Aguiabranquense de Radiodifusão Para a Promoção da Cultura, Artes e Educação, no município de Águia Branca - ES;
- 42 - Portaria nº 356, de 12 de junho de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação Popular de Palhano - ACCPP, no município de Palhano - CE;
- 43 - Portaria nº 358, de 12 de junho de 2009 – Associação de Lazer União e Cultura de Capela de Santana, no município de Capela de Santana - RS;
- 44 - Portaria nº 365, de 16 de junho de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Mateiros, no município de Mateiros - TO;
- 45 - Portaria nº 367, de 16 de junho de 2009 – Associação de Moradores do Conjunto Hawthorne, no município de Peabiru - PR;
- 46 - Portaria nº 415, de 13 de julho de 2009 – ONG - Instituto Nossa Senhora de Nazaré de Educação, Esporte e Lazer de Barcarena Pará - INSNEELB, no município de Barcarena - PA;
- 47 - Portaria nº 430, de 23 de julho de 2009 – Associação de Rádio Comunitária de Dom Corrêa, no município de Manhauçu - MG;
- 48 - Portaria nº 438, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Comunitária Viadutense, no município de Viadutos - RS;

49 - Portaria nº 559, de 13 de agosto de 2009 – Associação Cultural e Comunitária Aliança FM, no município de Aliança - PE; e

50 - Portaria nº 563, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Nova Era, no município de Caçapava do Sul - RS; e

Brasília, 19 de novembro de 2009.



EM nº. 264/2009 – MC

Brasília, 12 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação Cultural Comunitária Novo Maracanã**, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53830.000045/2000, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 935 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000045/2000 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 2563 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Cultural Comunitária Novo Maracanã**, com sede à Rua Dino Pioli, 369, Jardim Lisa I, no município de Campinas, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º58'31"S e longitude em 47º11'19"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 543, DE 2012

(nº 2.933/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA ALVORADA DO BAIRRO PEDREIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 862 de 23 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 359, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 677, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas, no município de Solidão - PE;
- 2 - Portaria nº 681, de 10 de setembro de 2009 – Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira, no município de Catarina - CE;
- 3 - Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiacu – Rádio Cidade de Ipiacu, no município de Ipiacu - MG;
- 4 - Portaria nº 685, de 10 de setembro de 2009 – Associação Cultural Colinense de Difusão Comunitária, no município de Colinas do Sul - GO;
- 5 - Portaria nº 690, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Radiodifusão e Cultural de Lagoa do Tocantins, no município de Lagoa do Tocantins - TO;
- 6 - Portaria nº 706, de 11 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Amigos de Toledo, no município de Toledo - MG;
- 7 - Portaria nº 731, de 17 de setembro de 2009 – UMECC - União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia, no município de Caucaia - CE;
- 8 - Portaria nº 820, de 8 de outubro de 2009 – Associação Amigos de Catas Altas da Noruega, no município de Catas Altas da Noruega - MG;
- 9 - Portaria nº 850, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Milênio, no município de São Paulo - SP;
- 10 - Portaria nº 852, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros – ACCDIP, no município de São Paulo - SP;

- 11 - Portaria nº 853, de 23 de outubro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida, no município de São Paulo - SP;
- 12 - Portaria nº 854, de 23 de outubro de 2009 – Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã, no município de Dourados - MS;
- 13 - Portaria nº 855, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural e Educacional de Caldas Novas, no município de Caldas Novas - GO;
- 14 - Portaria nº 856, de 23 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Mar Azul, no município de Balneário Arroio do Silva - SC;
- 15 - Portaria nº 858, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Central de Santiago, no município de Santiago - RS;
- 16 - Portaria nº 859, de 23 de outubro de 2009 – Organização dos Moradores de Pirituba, no município de São Paulo - SP;
- 17 - Portaria nº 861, de 23 de outubro de 2009 – Associação Videomaker do Brasil, no município de São Paulo - SP;
- 18 - Portaria nº 862, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira, no município de São Paulo - SP;
- 19 - Portaria nº 863, de 23 de outubro de 2009 – ABRAQUA - Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio, no município de São Paulo - SP;
- 20 - Portaria nº 864, de 23 de outubro de 2009 – Rádio Escola Comunitária FM de Cariacica, no município de Cariacica - ES;
- 21 - Portaria nº 871, de 29 de outubro de 2009 – Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora, no município de Aurora do Tocantins - TO;
- 22 - Portaria nº 898, de 4 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Unidos Venceremos, no município de Augusto de Lima - MG;
- 23 - Portaria nº 945, de 20 de novembro de 2009 – Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade, no município de Fortaleza - CE;
- 24 - Portaria nº 947, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina, no município de Santa Leopoldina - ES;
- 25 - Portaria nº 948, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural Zona Sul Liberdade FM, no município de Pato Branco - PR;
- 26 - Portaria nº 949, de 20 de novembro de 2009 – Associação Princesa de São Bernardo do Campo, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 27 - Portaria nº 950, de 20 de novembro de 2009 – Associação Riosulense de Cultura e Radiodifusão Comunitária Jovem Rio, no município de Rio do Sul - SC;
- 28 - Portaria nº 952, de 20 de novembro de 2009 – Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos, no município de Pilõeszinhos - PB;
- 29 - Portaria nº 953, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Altamira do Paraná - ACODCAP, no município de Altamira do Paraná - PR;
- 30 - Portaria nº 954, de 20 de novembro de 2009 – Associação Radiotônica Comunitária de Iconha, no município de Iconha - ES;
- 31 - Portaria nº 958, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária da Cidade de Aricanduva de Radiodifusão, no município de Aricanduva - MG;
- 32 - Portaria nº 960, de 20 de novembro de 2009 – Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, no município de Lima Duarte - MG;
- 33 - Portaria nº 962, de 20 de novembro de 2009 – AMAS - Associação dos Moradores e Amigos do Serro, no município de Serro - MG;
- 34 - Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Lirio dos Vales, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 35 - Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária FM Guajeru - BA, no município de Guajeru - BA;
- 36 - Portaria nº 967, de 20 de novembro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Clube FM, no município de Buriti do Tocantins - TO;

- 37 - Portaria nº 993, de 1º de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Feira Nova Sergipe, no município de Feira Nova - SE;
- 38 - Portaria nº 1.005, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Amigos de Bairros, no município de Alto Paraguai - MT;
- 39 - Portaria nº 1.006, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Grãoaparacense de Desenvolvimento Social - AGRADES, no município de Grão-Pará - SC;
- 40 - Portaria nº 1.007, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Breves, no município de Breves - PA;
- 41 - Portaria nº 1.009, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Bom Jesus do Sul, no município de Bom Jesus do Sul - PR;
- 42 - Portaria nº 1.011, de 16 de dezembro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Benevides FM, no município de Benevides - PA;
- 43 - Portaria nº 26, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Amigos da Rádio de Veredinha, no município de Veredinha - MG;
- 44 - Portaria nº 28, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema, no município de São José dos Campos - SP;
- 45 - Portaria nº 54, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, no município de Pinhais - PR;
- 46 - Portaria nº 57, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação de Difusão Comunitária Caciqueense, no município de Cacique Doble - RS;
- 47 - Portaria nº 58, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Para a Difusão Cultural de São Brás de Minas, no município de Lagamar - MG;
- 48 - Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Amigos do Município de São Félix de Minas, no município de São Félix de Minas - MG;
- 49 - Portaria nº 70, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Beneficente de Mães Nossa Senhora da Conceição, no município de Biritinga - BA; e
- 50 - Portaria nº 157, de 23 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Terra, no município de Formosa - GO.

Brasília, 29 de junho de 2010.



EM nº. 999/2009 – MC

Brasília, 6 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA ALVORADA DO BAIRRO PEDREIRA**, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53830.001244/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calisto da Costa

PORTARIA Nº 862 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001244/00 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/AGM/Nº0435 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a **Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira**, com sede na Rua João de Araújo, nº236 – Pedreira, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º41'34''S e longitude em 46º40'07''W, utilizando a frequência de 87,5 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HELIO COSTA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 544, DE 2012

(nº 3.101/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TIMBAÚVA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 793 de 30 de setembro de 2009, que outorga permissão ao Sistema Timbaúva de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 363, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 993, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda., no município de Iguapé - SP;
- 2 - Portaria nº 581, de 18 de agosto de 2009 – Empresa de Comunicação Internacional Ltda., no município de Vila Maria - RS;
- 3 - Portaria nº 604, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Seahra FM Ltda., no município de Seabra - BA;
- 4 - Portaria nº 719, de 16 de setembro de 2009 – Rádio Timbó Ltda., no município de Rio dos Cedros - SC;
- 5 - Portaria nº 793, de 30 de setembro de 2009 – Sistema Timbaúva de Comunicação Ltda., no município de Barra do Quaraí - RS;

- 6 - Portaria nº 794, de 30 de setembro de 2009 – Camargo e Vassali - Empresa de Radiodifusão Ltda., no município de Campinas do Sul - RS;
- 7 - Portaria nº 795, de 30 de setembro de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Alpestre - RS;
- 8 - Portaria nº 796, de 30 de setembro de 2009 – Sistema Plug de Comunicações Ltda., no município de Boqueirão do Leão - RS;
- 9 - Portaria nº 798, de 30 de setembro de 2009 – Andrenei Carneiro de Araújo e Cia Ltda., no município de Santaluz - BA;
- 10 - Portaria nº 917, de 18 de novembro de 2009 – Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., no município de Altamira - PA;
- 11 - Portaria nº 918, de 18 de novembro de 2009 – Terra FM Ltda.-ME, no município de Tailândia - PA;
- 12 - Portaria nº 919, de 18 de novembro de 2009 – Terra FM Ltda.-ME, no município de Xinguara - PA;
- 13 - Portaria nº 920, de 18 de novembro de 2009 – Rede Ferreira de Comunicação Ltda., no município de Bonfim - RR;
- 14 - Portaria nº 922, de 18 de novembro de 2009 – Sistema Conquista de Radiodifusão Ltda., no município de Santo Antônio do Leverger - MT;
- 15 - Portaria nº 923, de 18 de novembro de 2009 – Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., no município de Vigia - PA;
- 16 - Portaria nº 924, de 18 de novembro de 2009 – Lamoglia Comunicação Ltda., no município de Macaé - RJ;
- 17 - Portaria nº 925, de 18 de novembro de 2009 – Portal Comunicações Ltda., no município de Vila Valério - ES;
- 18 - Portaria nº 926, de 18 de novembro de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Barão de Melgaço - MT;
- 19 - Portaria nº 928, de 18 de novembro de 2009 – Dörner & Grigoletto Ltda., no município de Nortelândia - MT;
- 20 - Portaria nº 929, de 18 de novembro de 2009 – Lamoglia Comunicação Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ;
- 21 - Portaria nº 931, de 18 de novembro de 2009 – Radiodifusão Assisense Ltda., no município de São Francisco de Assis - RS;
- 22 - Portaria nº 932, de 18 de novembro de 2009 – E.F. Comunicações Ltda., no município de Alto Garças - MT;
- 23 - Portaria nº 933, de 18 de novembro de 2009 – Terra FM Ltda.-ME, no município de São Geraldo do Araguaia - PA;
- 24 - Portaria nº 934, de 18 de novembro de 2009 – Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., no município de São José do Rio Claro - MT;
- 25 - Portaria nº 1.013, de 16 de dezembro de 2009 – Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., no município de Baião - PA;
- 26 - Portaria nº 1.014, de 16 de dezembro de 2009 – Sociedade Vale de Comunicações Ltda., no município de Pomerode - SC;
- 27 - Portaria nº 1.015, de 16 de dezembro de 2009 – Dias & Novato Comunicações Ltda., no município Mato Verde - PR;
- 28 - Portaria nº 1.016, de 16 de dezembro de 2009 – Televisão Guararapes Ltda., no município de Cerro Azul - PR;
- 29 - Portaria nº 1.017, de 16 de dezembro de 2009 – Sociedade Vale de Comunicações Ltda., no município de Piçarras - SC;

30 - Portaria nº 1.018, de 16 de dezembro de 2009 – Sistema Lageado de Comunicação Ltda., no município de Santarém - PA;

31 - Portaria nº 1.019, de 16 de dezembro de 2009 – Star Radiodifusão Ltda., no município de Piedade de Caratinga - MG;

32 - Portaria nº 35, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio Universal Ltda., no município de Chapecó - SC;

33 - Portaria nº 36, de 5 de fevereiro de 2010 – Sistema Real de Comunicações Ltda., no município de Ibirapitanga - BA;

34 - Portaria nº 37, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda., no município de Joinville (Pirabeiraba) - SC;

35 - Portaria nº 38, de 5 de fevereiro de 2010 – Sorali - Sociedade de Radiodifusão Litorânea Ltda., no município de Entre Rios - BA;

36 - Portaria nº 39, de 5 de fevereiro de 2010 – R & V Comunicação Ltda., no município de Mococa - SP;

37 - Portaria nº 40, de 5 de fevereiro de 2010 – C.P.Z. Comunicações Ltda., no município de Colatina - ES;

38 - Portaria nº 41, de 5 de fevereiro de 2010 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de São Francisco do Pará - PA;

39 - Portaria nº 42, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda., no município de Nova Veneza - SC;

40 - Portaria nº 43, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio e TV Maíra Ltda., no município de Campo Novo de Rondônia - PA;

41 - Portaria nº 44, de 5 de fevereiro de 2010 – LMG Comunicações Ltda., no município de Manoel Vitorino - BA;

42 - Portaria nº 90, de 11 de março de 2010 – Bonito Comunicação Ltda., no município de Anastácio - MS;

43 - Portaria nº 91, de 11 de março de 2010 – Rádio Editora Magia Ltda., no município de Nova Pádua - RS;

44 - Portaria nº 92, de 11 de março de 2010 – EZR Comunicações Ltda., no município de Passo do Sobrado - RS;

45 - Portaria nº 94, de 11 de março de 2010 – Empresa de Comunicações Jatobá Ltda., no município de Perolândia - GO;

46 - Portaria nº 95, de 11 de março de 2010 – Sampaio & Martins Ltda., no município de Santa Helena de Goiás - GO;

47 - Portaria nº 96, de 11 de março de 2010 – Bonito Comunicação Ltda., no município de Bela Vista - MS;

48 - Portaria nº 99, de 11 de março de 2010 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Seberi - RS;

49 - Portaria nº 101, de 11 de março de 2010 – Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda., no município de Orizona - GO; e

50 - Portaria nº 102, de 11 de março de 2010 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Paranaíta - MT.

Brasília, 29 de Junho de 2010

EM nº. 942/009-MC

Brasília, 8 de outubro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 096/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema Timbaúva de Comunicação Ltda (Processo nº 53790.000288/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 793 , DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000288/2000, Concorrência nº 096/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA TIMBAÚVA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HELIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 545, DE 2012
(nº 605/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à
RADIO SANTA CATARINA LTDA. para explorar
serviço de radiodifusão de sons e
imagens na cidade de Joaçaba, Estado de
Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto
s/nº de 23 de março de 2012, que outorga concessão à Rádio Santa
Catarina Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito
de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na
cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

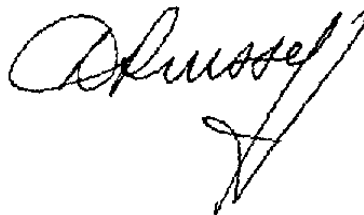
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data
de sua publicação.

Mensagem nº 121, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da
Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de
Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 23 de
março de 2012, que "Outorga concessão à Rádio Santa Catarina Ltda., para explorar serviço de
radiodifusão de sons e imagens, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina".

Brasília, 4 de abril de 2012.



EM nº. 715/2011 - MC

Brasília, 13 de setembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este
Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 011/2002-SSR/MC, com vistas à
implantação de uma estação de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Joaçaba, Estado de
Santa Catarina.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela
Portaria nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 07 subsequente,
depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das
entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação

específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Santa Catarina Ltda. (Processo nº 53000.008131/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

EDIÇÃO EXTRA



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLXXV - Nº 59.954

Brasília - DF, segunda-feira, 26 de março de 2012

ISSN 1677-7042



Sumário	PÁGINA
Ato do Poder Executivo	1
Presidência da República	2
Ato do Poder Legislativo	3

Ato do Poder Judiciário	4
Ato do Poder Executivo	5

DECRETO Nº 7.105, DE 26 DE MARÇO DE 2012

Altero a Tabela de Incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.560, de 21 de dezembro de 2011, a classificação de produtos de origem estrangeira, observando as alterações de classificação estabelecidas no Anexo I, e a classificação de produtos de origem nacional, observando as alterações estabelecidas no Anexo II, e a classificação de produtos de origem nacional, observando as alterações estabelecidas no Anexo III.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a Tabela de Incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.560, de 21 de dezembro de 2011, a classificação de produtos de origem estrangeira, observando as alterações de classificação estabelecidas no Anexo I, e a classificação de produtos de origem nacional, observando as alterações estabelecidas no Anexo II, e a classificação de produtos de origem nacional, observando as alterações estabelecidas no Anexo III.

Art. 2º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo I.

Art. 3º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo II.

Art. 4º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo III.

Art. 5º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo IV.

Art. 6º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo V.

Art. 7º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo VI.

Art. 8º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo VII.

Art. 9º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo VIII.

Art. 10º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo IX.

Art. 11º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo X.

Art. 12º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XI.

Art. 13º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XII.

Art. 14º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XIII.

Art. 15º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XIV.

Art. 16º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XV.

Art. 17º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XVI.

Art. 18º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XVII.

Art. 19º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XVIII.

Art. 20º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XIX.

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

Classificação	Descrição	Alíquota (%)
01.01.01.00	Alumínio	10

DECRETO Nº 7.105, DE 26 DE MARÇO DE 2012

Altero a Tabela de Incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.560, de 21 de dezembro de 2011, a classificação de produtos de origem estrangeira, observando as alterações de classificação estabelecidas no Anexo I, e a classificação de produtos de origem nacional, observando as alterações estabelecidas no Anexo II, e a classificação de produtos de origem nacional, observando as alterações estabelecidas no Anexo III.

Art. 1º Fica revogada a Tabela de Incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.560, de 21 de dezembro de 2011, a classificação de produtos de origem estrangeira, observando as alterações de classificação estabelecidas no Anexo I, e a classificação de produtos de origem nacional, observando as alterações estabelecidas no Anexo II, e a classificação de produtos de origem nacional, observando as alterações estabelecidas no Anexo III.

DECRETA:

Art. 2º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo I.

Art. 3º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo II.

Art. 4º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo III.

Art. 5º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo IV.

Art. 6º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo V.

Art. 7º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo VI.

Art. 8º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo VII.

Art. 9º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo VIII.

Art. 10º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo IX.

Art. 11º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo X.

Art. 12º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XI.

Art. 13º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XII.

Art. 14º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XIII.

Art. 15º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XIV.

Art. 16º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XV.

Art. 17º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XVI.

Art. 18º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XVII.

Art. 19º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XVIII.

Art. 20º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XIX.

Art. 21º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XX.

Art. 22º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XXI.

Art. 23º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XXII.

Art. 24º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XXIII.

Art. 25º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XXIV.

Art. 26º A TIPI passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo XXV.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/edicoes>, pelo código 1000201201400001.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/edicoes>, pelo código 1000201201400001.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 61

Brasília - DF, quarta-feira, 28 de março de 2012

ISSN 1677-7042



SEÇÃO

1

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário	1
Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	9
Ministério da Cultura	10
Ministério da Defesa	16
Ministério da Educação	17
Ministério da Fazenda	23
Ministério da Integração Nacional	93
Ministério da Justiça	94
Ministério da Previdência Social	99
Ministério da Saúde	99
Ministério das Cidades	110
Ministério das Comunicações	111
Ministério das Relações Exteriores	121
Ministério de Minas e Energia	121
Ministério do Desenvolvimento Agrário	137
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	141
Ministério do Esporte	141
Ministério do Meio Ambiente	141
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	143
Ministério do Trabalho e Emprego	209
Ministério da Transição	210
Conselho Nacional do Ministério Público	211
Ministério Público da União	211
Poder Legislativo	223
Poder Judiciário	223
Entidades de Fomento do Exercício das Profissões Liberais	234

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade

(Publicação determinada pela Lei nº 9.258, de 10.11.1995)

Publicações

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.892 (1)
ORIGEM: ADI - 60341 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.: SANTA CATARINA

Páginas	Distribuição	Formas	Preços
de 42 a 75	RS 0,30	RS	1,50
de 76 a 110	RS 0,35	RS	2,00
de 111 a 145	RS 1,10	RS	2,50
de 146 a 230	RS 1,60	RS	3,00
de 231 a 300	RS 2,00	RS	4,50

* Apólice de 300 páginas = 3,00 de tabela mais 0,50 de frete de postagem em 10 dias úteis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/visualizar>, pelo código: 0001201203280004

RELATOR: MIN. JOAQUIM BARBOSA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSO-
RES PÚBLICOS DA UNIÃO - ANADPU
ADVOGADO: RAFAEL DA C. S. MAFFINI
INSTITUTO DE LEGISLATIVA DO ESTADO DE
SANTA CATARINA
INSTITUTO DE LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CA-
TARINA

Detalhe: O Tribunal, por maioria, rejeitou a pretensão de legitimidade ativa da requerente, com o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, acórdão. Votos: o Presidente, em seguida, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, com efeitos difusos a partir de 12 (doze) meses a contar desta data, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, que promoviera a inconstitucionalidade com eficácia ex tunc. Voto o Presidente, Ministro Cesar Figueira, Impedido o Senhor Ministro Dias Toffi, Assente no julgamento de mérito, o Senhor Ministro Gilmar Mendes, Relator, pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADPU (ADI 3.892 e 4.270), o Dr. Rafael da C. S. Maffini, pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADPU (ADI 4.270), o Dr. André Carlos, pelo Interventor Governador do Estado de Santa Catarina (ADI 3.892), o Dr. Fernando Filizotas, Promotor da União, pela autora contra Associação Jaima para a Democracia (ADI 4.270), o Dr. Sérgio Sárvulo da Cunha, pelos demais autores (ADI 4.270) Conselho Nacional de Defensores, Instituto Pro Bono e Instituto Terra Trabalho e Cidadania, o Dr. Marcos Paulo, e, pelo Ministério Público Federal, o Promotor Geral da República, Dr. Roberto Márcio Cargel Santos, Fls. 140/2012.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.270 (2)
ORIGEM: ADI - 88711 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.: SANTA CATARINA
RELATOR: MIN. JOAQUIM BARBOSA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSO-
RES PÚBLICOS - ANADPU
ADVOGADO: RAFAEL DA C. S. MAFFINI
INSTITUTO DE LEGISLATIVA DO ESTADO DE
SANTA CATARINA
CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS AD-
VOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA
ADVOGADO: RAFAEL DA C. S. MAFFINI
ASSOCIAÇÃO JAIMA PARA A DEMOCRACIA
ADVOGADO: SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA
CONSELHO DIRETOR VULCANOS
AM. CURIAE: INSTITUTO PRO BONO
AM. CURIAE: INSTITUTO TERRA TRABALHO E CIDADANIA
ADVOGADO: ELISA MACRADO DE ALMEIDA E OUT-
ROS

Detalhe: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, com efeitos difusos a partir de 12 (doze) meses, a contar desta data, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, que promoviera a inconstitucionalidade com eficácia ex tunc. Votos: o Presidente, Ministro Cesar Figueira, Assente no julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes, Relator, pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos de União - ANADPU (ADI 3.892 e 4.270), o Dr. Rafael da C. S. Maffini, pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADPU (ADI 4.270), o Dr. André Carlos, pelo Interventor Governador do Estado de Santa Catarina (ADI 3.892), o Dr. Fernando Filizotas, Promotor da União, pela autora contra Associação Jaima para a Democracia (ADI 4.270), o Dr. Sérgio Sárvulo da Cunha, pelos demais

autores (ADI 4.270) Conselho Nacional de Defensores, Instituto Pro Bono e Instituto Terra Trabalho e Cidadania, o Dr. Marcos Paulo, e, pelo Ministério Público Federal, o Promotor Geral da República, Dr. Roberto Márcio Cargel Santos, Fls. 140/2012.

Secretaria Judiciária
PATRICIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÕES

DECRETO Nº 7.765, DE 26 DE MARÇO DE 2012
(Publicado no DOU de 26 de março de 2012, Seção 1 - Edição Extra)

Na data, onde se lê: "26 de março de 2012", lê-se: "23 de março de 2012".

DECRETOS Nº 7.765, DE 26 DE MARÇO DE 2012

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 2012

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício da função de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, § 1º, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Chefe-Mestre da Ordem de Rio Branco, resolve:

ADMITIR

no Quadro Suplementar da Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, BRANISLAV MITKA, Embaixador Extraordinário e Pleno-Ministro da República Eslovênia.

Brasília, 27 de março de 2012, 191ª da Independência e 124ª da República.

MARCO MAIA
Rey Noveiro Pinto Magalhães

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RETIFICAÇÃO

No despacho referente à Exposição de Motivos nº 1, de 23 de março de 2011, do Ministério da Comunicação, publicado no DOU de 26 de março de 2012, Seção 1, Edição Extra, onde se lê "Em 26 de março de 2012", lê-se: "Em 23 de março de 2012".

(A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 542 a 545, de 2012**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da Norma Interna.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 958, DE 2012**

Nos termos do art. 101, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que os seguintes projetos sejam apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ:

Projetos de Lei do Senado nº 192, 289, 744, 761 de 2011, e os de nº 35, 89, 100, 114, de 2012, que se encontram apensados.

Justificação

Tendo em vista a relevância da matéria em questão (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE) pede-se que seja apreciada pela CCJ onde será arguida conforme prevê o citado artigo:

Art. 101 À Comissão, de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para plenário;

Esse é o motivo pelo qual apresentamos este Requerimento.

Sala das Sessões, – Senador **Ricardo Ferraço**.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 959, DE 2012**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2012, da qual sou o primeiro signatário.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2012. – Senador **Cássio Cunha Lima**.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência defere a solicitação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 960, DE 2012
(REQUERIMENTO CMA Nº 94, DE 2012)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 49 da Constituição Federal, combinado com o Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pedido de informações aos Senhores Edson Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, Romeu Ruffino, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e João Bosco de Almeida, Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), para prestarem esclarecimentos sobre matéria publicada no Jornal Estado de São Paulo, no dia 29 de setembro de 2012, sob os títulos "32 Parques Eólicos estão Parados à Espera de Transmissão de Energia" e "Energia Eólica à Espera de Linhas no Sertão Baiano".

JUSTIFICATIVA

De acordo com a matéria publicada no Jornal Estado de São Paulo, quase metade das usinas licitadas no primeiro leilão de energia eólica do Brasil está pronta sem poder gerar um único megawatt de eletricidade. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentou dados que mostram que 32 dos 71 parques eólicos leiloados em 2009 estão parados por falta das linhas de transmissão. De acordo, com o diretor da Aneel, o Sr. Romeu Rufino, "Houve um descasamento entre a entrega das usinas e do sistema de transmissão".

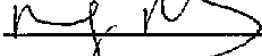
Com vistas a obter as informações que esclareçam este Senado Federal sobre a falta de planejamento e as razões que levaram a esse "descasamento" é que apresentamos este requerimento de informações às autoridades competentes.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2012.

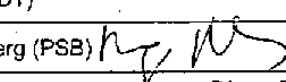
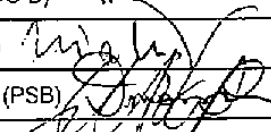
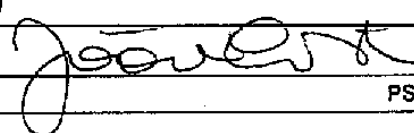

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
Requerimento 94, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 42ª REUNIÃO, DE 06/11/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: 

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) 	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) 
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Tomás Correia (PMDB)
VAGO	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO
Ivo Cassol (PP)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. João Vicente Claudino (PTB)
João Costa (PPL) 	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marco Antônio Costa

(À Mesa, para decisão)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 1/2012 – CEE – São Francisco

Brasília, 13 de novembro de 2012

Assunto: Instalação de Comissão

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que na presente data foi instalada a comissão destinada a “acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional conhecida como “Transposição do

Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”, criada nos termos do Requerimento nº 514, de 2011.

Informo ainda que na oportunidade foram preenchidos os cargos da Comissão da seguinte forma:

Presidente

Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Vice-Presidente

Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

Relator

Senador Humberto Costa (PT-PB)

Respeitosamente, – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

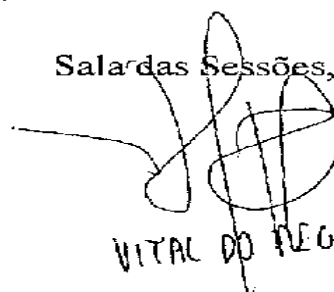
A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que será lido.

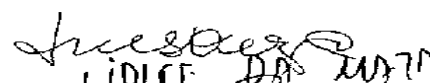
É lido o seguinte:

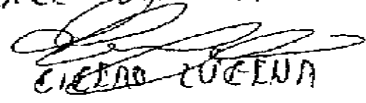
REQUERIMENTO Nº 961, DE 2012

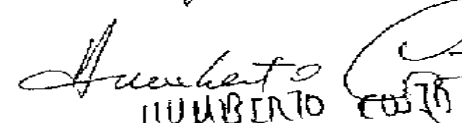
Nos termos do art. 76,§ 1º do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a prorrogação, até 22 de dezembro de 2013, do prazo da comissão destinada a *“acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”*, criada nos termos do Requerimento nº 514, de 2011.

Salas das Sessões, em


VITAL DO RÊGO


LÍDICE DA MATA


CÍCERO LUCENA


HUMBERTO COSTA


PAULO DAVIM

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 962, DE 2012**

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, as seguintes informações, com especial atenção aos dados referentes ao Estado do Espírito Santo:

Quantos são e onde estão localizados os radares (fixos e móveis) que monitoram o excesso de velocidade nas rodovias federais;

Aquisição ou aluguel dos equipamentos mediadores de velocidade: quais foram as modalidades de contratação (e se foram nacionais ou internacionais), quais foram os lotes, os preços ofertados, quais empresas venceram, quais os valores finais dos radares fixos e móveis (montante e valor unitário);

Se os processos de compra dos radares são de responsabilidade de cada Superintendência estadual ou se são realizados a nível federal;

Comparativo de número de radares em cada estado brasileiro;

A explicação de situações em que os radares foram comprados/alugados, instalados, mas não geraram multas pela ausência de um sistema capaz de receber, processar e enviar as multas, bem como onde esse fato ocorreu, por quanto tempo e se continua ocorrendo.

Justificação

A iniciativa de requerer as informações acima descritas tem as seguintes motivações:

A inalienável responsabilidade do Senado Federal na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União;

A repercussão de matéria veiculada no jornal A Gazeta, de circulação no Espírito Santo informando que a aquisição de dezessete novos redutores de velocidade que seriam instalados em pontos das BRs 101, 262 e 259 que cortam o Estado, além de quatro outros móveis. A matéria ainda confirmava que vários radares nas rodovias federais do Espírito Santo deixaram de multar milhares de motoristas nos últimos meses. Os vinte e oito equipamentos alugados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), começaram a funcionar no final de 2011, mas só passaram a multar a partir de agosto deste ano. Nos oito meses, os radares registravam a velocidade dos veículos e,

em caso de excesso, enviavam ao motorista infrator uma notificação que não gerava multa nem registro de pontos na habilitação. Tal fato teria acontecido porque o Dnit instalou equipamentos em todo o país, inclusive no Espírito Santo, antes de ter um sistema capaz de receber, processar e enviar multas.

Em outra matéria do mesmo jornal, do dia dois de novembro, foi exposto que o Espírito Santo é o 5º em número de radares em funcionamento em rodovias federais. Mesmo sendo uma das menores unidades federativas, o estado capixaba tem 65 equipamentos autuando os motoristas que trafegam pelas BRs 101, 262 e 259. A média, assim, é de um radar a cada quinze quilômetros, média muito superior a estados que possuem uma malha rodoviária federal maior.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2012. – Senador **Ricardo Ferraço**, PMDB – ES.

(À Mesa, para decisão)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 963, DE 2012**

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno do Senado, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2011, que “altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação”, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, para que possa ser analisado o mérito da matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Exª a deferência para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª está inscrito para uma comunicação inadiável, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Como Líder, Sr^a Presidente, eu gostaria de usar a palavra.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Inácio Arruda, V. Ex^a está inscrito para manifestação pela Liderança do PCdoB.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Fernando Collor, primeiro orador inscrito.

Como é uma sessão deliberativa, hoje o tempo é 10 minutos para orador inscrito e 5 minutos para comunicação inadiável e comunicação de Liderança.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 1º deste mês, manifestei desta tribuna minha profunda preocupação com uma crise que se espalha entre os diversos níveis das instituições brasileiras e cujo processo de avanço denominei como o “esfacelamento institucional”. Na oportunidade, chamei a atenção do perigo que é, para a democracia, o desequilíbrio entre os Poderes da União e a perda de legitimidade das instituições e de algumas classes das autoridades públicas.

Exemplo fático é o que ocorre com as frequentes contendas legislativas travadas entre os Poderes Executivo e Legislativo, que não conseguem contorná-las, nem mesmo por meio da aparente solidez e estabilidade política geradas pelo chamado “presidencialismo de coalizão”, modelo este já consolidado e implantado há exatos 20 anos no Brasil. Refiro-me, como exemplo, Sr^a Presidente, ao vaivém de projetos, medidas provisórias e vetos presidenciais que, por indecisão, inépcia, desacordo político e até mesmo desrespeito ao Congresso Nacional, acabam por desaguar no Poder Judiciário, mais especificamente no Supremo Tribunal Federal, por meio de ações, consultas e recursos de toda ordem, que visam suprir o vácuo normativo e as discordâncias decorrentes das ambiguidades legislativas. Ou seja, os onze Ministros que compõem a Suprema Corte, indicados pelo Senado Federal, tornaram-se hoje os agentes públicos de maior poder na República. Assim pode acabar a decisão em relação ao Código Florestal, por exemplo, assim caminha a questão dos *royalties* e, com grande chance, assim pode se dar com o atual esforço de regulação dos benefícios fiscais e a partilha de recursos entre União, Estados e Municípios, cujas propostas, se não forem bem elaboradas e bem acordadas, podem transformar o vislumbrado federalismo solidário num federalismo ainda mais predatório. Trata-se, dessa forma, de um perigoso e delicado processo que ameaça inserir de vez, nesta crise institucional e de legitimidade da ação

política, o Pacto Federativo, fundamento precípua da existência de nossa República.

Por este e outros motivos, a legitimidade das instituições e de seus agentes é tema central da política e essencial para a compreensão da democracia, tanto que vem sendo estudada profundamente pela Ciência Política, pelo Direito e pela Sociologia. Sua definição pode se dar pelo apoio e o consentimento do cidadão aos governantes. É, portanto, um instituto mais amplo e profundo do que a simples popularidade de quem governa, pois significa que o povo acredita na fórmula política, ou seja, no regime pelo qual é governado. Essa crença de que o sistema político é adequado, é correto, justifica a obediência da população ao Governo. Assim, se obedece porque se considera que essa atitude é a melhor para a comunidade, e a utilização da força física pelo poder político quase não se faz necessária, a não ser em relação aos recalcitrantes, aqueles que se recusam ao cumprimento da lei.

No Brasil, depois de vários recuos e problemas históricos, consolidou-se o consenso, a crença de que o regime político mais adequado para gerir o País é a democracia representativa. Significa que o poder, em última análise, pertence ao cidadão, e que este o exerce por meio de seus representantes, que são escolhidos em eleições periódicas para que haja a possibilidade de renovação. Assim, os representantes da população governam porque obtêm, nas urnas, um mandato, ou uma delegação, para dirigir a nação e cuidar dos interesses da população.

De outro lado, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a legalidade constitui princípio jurídico em que se assentam os sistemas políticos democráticos, o que equivale a dizer, segundo Paulo Bonavides, que essa é “a noção de que todo o poder estatal deverá atuar sempre em conformidade com as regras jurídicas vigentes”. Portanto, esse é o preceito que caracteriza o “governo das leis” para distinguir do “governo dos homens”, em que a vontade do soberano do Estado absolutista não conhecia limites.

Assim, para os juristas, a legitimidade nada mais é do que “a legalidade acrescida de sua valoração”, ou, nas palavras de Bonavides, “o critério que se busca menos para compreender e aplicar do que para aceitar ou negar a adequação do poder a situações da vida social que ele é chamado a disciplinar”. Contudo, do ponto de vista sociológico e político, o Prof. Niklas Luhmann afirma que seria supérfluo dispor desse conceito “apenas para poder dizer que as decisões justas são legítimas e que as decisões injustas não o são.” Logo, o que distingue a legalidade da legitimidade é que a primeira – a legalidade – diz respeito à conformidade com a lei, a ordem e a justiça; e a segunda – a legiti-

dade – refere-se à aceitação das decisões dos sistemas políticos. Nesse sentido, normas que careçam da aceitação generalizada da opinião pública, ou pelo menos da maioria da sociedade, seriam ilegítimas, ainda que fossem legais, isto é, mesmo estando de acordo com a Constituição e as leis de cada país.

Destaque-se, ainda, Sr^a Presidente, que o que diz respeito às decisões dos sistemas políticos aplica-se também aos sistemas de governo, quer em sua investidura, quer em sua atuação. Assim, a legalidade diz respeito à investidura do poder, e a legitimidade à sua atuação e ao seu desempenho. Outro aspecto de distinção entre os dois conceitos diz respeito a sua própria natureza. A legalidade é um conceito absoluto: ou é legal ou é ilegal. Não se pode dizer que determinada decisão é mais ou menos legal do que outra. Já a legitimidade é um conceito relativo. Não se pode dizer que esta decisão é legítima e a outra que se lhe contrapõe é ilegítima. Pode-se, no entanto, dizer que uma é dotada de maior grau de legitimidade do que outra, que teve menos aceitação. Daí a importância desses conceitos na análise dos índices de aceitação e confiabilidade, ou seja, da legitimidade dos governos e do desempenho dos agentes políticos.

Em nosso País, o princípio da separação de poderes é aceito como justo e adequado. A mais ampla do País, a Constituição Federal, estabelece entre seus fundamentos a existência dos três Poderes da União: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Em termos sintéticos, há um ramo do poder político que elabora as leis, outro que as executa, e o terceiro que resolve as dúvidas e as disputas que surgem da aplicação da lei. Essa separação de poderes, que devem ser independentes, cooperativos e harmônicos, tem como objetivo evitar a excessiva concentração de poder em um único órgão ou uma única pessoa, o que colocaria o cidadão em situação de extrema vulnerabilidade, sujeito ao absolutismo e ao arbítrio do governante, situação esta oposta à democracia. A Constituição prevê, ainda, um conjunto de medidas que funciona como sistema de pesos e contrapesos, do direito anglo-saxônico, para evitar a hipertrofia de um dos ramos do governo, o que ameaça a legitimidade democrática. Em outras palavras, são mecanismos constitucionais voltados para a manutenção dos três poderes em um mesmo nível de hierarquia, importância e influência, de modo a evitar a assimetria de ascendência entre eles.

No caso da democracia representativa, é o mandato das urnas que confere legitimidade aos legisladores e aos chefes do Executivo para exercerem suas funções. Eles têm uma procuração da população para exercer o poder em seu nome e o eleitor pode, ou não, por meio do voto, manter esse mandato. No caso do

Poder Judiciário, a legitimidade é dada pela lei, pois seus membros não se submetem à escolha do povo. São escolhidos por seu conhecimento jurídico ou pela meritocracia dentro da carreira. A lei que justifica o exercício de suas funções foi elaborada por representantes diretos da população e, portanto, deve ser cumprida e estritamente obedecida. Caso contrário, os membros do Judiciário perdem sua legitimidade. Por conseguinte, o Poder Judiciário não pode extrapolar as fronteiras da lei que delimita suas funções. Assim como os integrantes do Executivo e do Legislativo devem ater-se a cumprir as tarefas para as quais foram eleitos de modo a não cometer usurpação, também os juízes, os promotores e os procuradores, ao saírem dos limites impostos pela lei para suas tarefas, estão usurpando poderes, estão praticando o arbítrio e, por isso, perdem sua legitimidade.

Passo adiante aqui, Sr^a Presidente – e peço para que seja dada como lida esta parte do meu pronunciamento –, para ir direto ao final, em que digo:

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que se tem verificado é que a credibilidade dos poderes e de seus integrantes tem-se mostrado inversamente proporcional à sua legitimidade. É notório que a classe política, especialmente o segmento representado pelos parlamentares, ou seja, o Poder Legislativo nos três níveis da República, é a de menor credibilidade e confiabilidade da população, em que pese ser a totalidade dos seus integrantes escolhida diretamente pela própria população por meio de eleição, que é o instituto da democracia que confere maior legitimidade aos agentes públicos.

No centro, com maior grau de credibilidade, porém com índices apenas sofríveis, aparece o Poder Executivo e seus integrantes, também considerados agentes políticos, mas cuja escolha da população recai somente nos respectivos chefes, ou seja, o Presidente da República, os governadores e os prefeitos. A estes cabe a escolha dos demais membros diretos, os ministros e secretários. Aqui se tem a legalidade dessas escolhas, porém com menor grau de legitimidade, pois não são oriundas de mandatos concedidos pela população, e, sim, pelos chefes do respectivo Executivo.

Por fim, tem-se o Poder Judiciário, hoje fortalecido e com melhores índices de aprovação e confiabilidade, mas cujos membros são escolhidos por nomeação ou pela carreira, sem qualquer participação da população. É o caso em que, na escolha, a legalidade prevalece sobre a legitimidade.

E aqui, Sr^a Presidente, é de questionar: onde está a falha? Por que as autoridades escolhidas diretamente pela população são exatamente aquelas em quem a população menos acredita e menos confia?

De outro lado, por que a maior crença e confiança da população, hoje, são depositadas exatamente nas autoridades para as quais não há qualquer participação dela na escolha? Em suma, trata-se de um ambiente político e de um evento institucional de natureza sociológica que merecem leituras e abordagens distintas de especialistas, de preferência com diversificados e novos métodos de análise e campos de estudo.

Sr^a Presidente, terminando o pronunciamento, e mais uma vez solicitando que se dê como lida a parte que estou suprimindo, em função do tempo, gostaria de dizer que, por isso, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, cumpre a nós, eleitos para o Parlamento, por meio da livre manifestação dos eleitores, recobrar nossos sentidos, retomar nossas obrigações e coibir de vez esses abusos e desequilíbrios institucionais para conseguir, com isso, reagir de pronto a essa grave e real ameaça à democracia brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, CONCLUSÃO DO PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FERNANDO COLLOR.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Por conseguinte, o Poder Judiciário não pode extrapolar as fronteiras da lei que delimita suas funções. Assim como os integrantes do Executivo e do Legislativo devem ater-se a cumprir as tarefas para as quais foram eleitos de modo a não cometer usurpação, também os juizes, os promotores e os procuradores, ao saírem dos limites impostos pela lei para suas tarefas estão usurpando poderes, estão praticando o arbítrio e, por isso, perdem sua legitimidade.

Sobre o tema, importante diferenciação entre Legislativo e Judiciário é ensinada por Norberto Bobbio em seu artigo “Governo dos homens e governo das leis”. Diz ele: “No Estado de Direito, o juiz, quando emite uma sentença, que é ordem individual concreta, exerce o poder ‘sub lege’ (ou seja, sob a lei), mas não ‘per leges’ (ou seja, mediante as leis); ao contrário, o legislador supremo, o legislador constituinte, exerce o poder não ‘sub lege’, mas ‘per leges’ no momento mesmo em que emana uma constituição escrita.” Trata-se, assim, de uma sutil diferenciação, mas que explica por completo o papel precípua de cada poder: enquanto ao Judiciário cabe julgar de acordo com a lei, ao Legislativo cabe, em última instância, fazer a lei.

Além disso, a usurpação de poderes fatalmente prejudica a crença da população na justeza do sistema democrático e na necessidade, em uma democracia,

de se obedecer às leis. A falta de respeito às normas jurídicas pelos integrantes de cada ramo do governo prejudica, no final, a preservação da própria liberdade do cidadão.

Contudo, Sr. Presidente, exatamente neste ponto, ao tratar da legitimidade e credibilidade dos poderes e de seus membros, surge uma contradição, um possível paradoxo que merece reflexão da sociedade e, principalmente, deste Parlamento. Apesar do embasamento e da coerência da teoria política e da sociologia sobre o tema, na prática, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que se tem verificado é que a credibilidade dos poderes e de seus integrantes tem-se mostrado inversamente proporcional à sua legitimidade. É notório que a classe política, especialmente o segmento representado pelos parlamentares, ou seja, o Poder Legislativo nos três níveis da República, é a de menor credibilidade e confiabilidade da população, em que pese ser a totalidade dos seus integrantes escolhida diretamente pela própria população por meio de eleição, que é o instituto da democracia que confere maior legitimidade aos agentes públicos. No centro, com maior grau de credibilidade, porém com índices apenas sofríveis, aparece o Poder Executivo e seus integrantes, também considerados agentes políticos, mas cuja escolha da população recai somente nos respectivos chefes, ou seja, o presidente da República, os governadores e os prefeitos. A estes cabe a escolha dos demais membros diretos, os ministros e secretários. Aqui se tem a legalidade dessas escolhas, porém com menor grau de legitimidade, pois não são oriundas de mandatos concedidos pela população, e sim pelos chefes do respectivo Executivo. Por fim, tem-se o Poder Judiciário, hoje fortalecido e com melhores índices de aprovação e confiabilidade, mas cujos membros são escolhidos, seja por nomeação ou pela carreira, sem qualquer participação da população. É o caso em que, na escolha, a legalidade prevalece sobre a legitimidade. E aqui, Sr. Presidente, é de se questionar: onde está a falha? Por que as autoridades escolhidas diretamente pela população são exatamente aquelas em quem a própria população menos acredita, menos confia? De outro lado, por que a maior crença e confiança da população hoje são depositadas exatamente nas autoridades para as quais não há qualquer participação dela na escolha? Em suma, trata-se de um ambiente político e de um evento institucional de natureza sociológica que merecem leituras e abordagens distintas de especialistas, de preferência com diversificados e novos métodos de análise e campos de estudo. Deve-se, inclusive, considerar se há uma correlação entre essa constatação e o fato de ser o Poder Legislativo o mais transparente dos poderes, e o Poder Judiciário o

mais fechado e recluso para a sociedade de um modo geral. E ainda, ao fim, se chegar à conclusão de que passou da hora de enfrentarmos de vez uma profunda, radical e definitiva reforma política e eleitoral.

Não por outro motivo, o cientista político Augusto de Franco, inicia seu artigo “A crise institucional e a necessidade de uma nova formação política no Brasil”, de 2006, com a seguinte afirmação:

A crise política brasileira é mais profunda do que se pensa. Temos, por um lado, a falência dos processos e dos mecanismos de representação e, por outro lado, a falência de certa análise sociológica que envelheceu. E não temos ainda o que colocar no lugar dos velhos mecanismos e da velha análise. ‘Crise’ é exatamente isso: o vácuo entre o que já morreu (mas continua de pé) e o que ainda não nasceu (mas já se prefigurou e ainda não se consumou). Falta, para tanto (para superar a crise) uma alternativa de análise, uma nova visão capaz de perceber e uma alternativa política, uma nova força capaz de preencher esse perigoso vazio institucional.

Além disso, Sr. Presidente, cabe observar que este não é um evento que ocorre exclusivamente no Brasil. Estudos e pesquisas mostram, de uma forma geral, que na grande maioria dos países democráticos a classe política está entre as de menor confiabilidade e credibilidade da população, e, portanto, na prática, com desempenho de menor grau de legitimidade. Daí ser ainda mais relevante a necessidade de uma reflexão final capaz de, quem sabe, aperfeiçoar as instituições e os sistemas político e jurídico do país. Podemos até imaginar, se confirmada uma possível e tendente saturação mundial desse modelo de poderes concebido por Locke e Montesquieu há mais de 300 anos, a possibilidade de nos dedicar a reformular suas bases, e talvez até conceber e assumir novos paradigmas de estruturação e desenho de nossa organização política e institucional.

A verdade, Sr. Presidente, é que vemos o crescimento de uma tendência autoritária de poderes e subpoderes da qual o Brasil custou a se livrar, e que ameaça voltar e se transformar em uma aguda e irreversível crise institucional, ou como já disse, no esfacelamento de nossas instituições democráticas. E como já afirmei, o próprio Congresso Nacional, em grande parte, é o culpado por esse estado de descrédito e de perda de funções, na medida em que abre mão de suas prerrogativas e competências constitucionais, ou seja, de suas atribuições parlamentares conferidas pela legitimidade das urnas. Tudo isso, seja causa ou

consequência, o torna submisso aos demais poderes e instituições e, pior, o deixa rebaixado perante a opinião pública e a mídia.

Era o que tinha a dizer.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Fernando Collor, na forma regimental, sua solicitação será atendida com a publicação, na íntegra, do seu pronunciamento, aliás muito oportuno no momento em que vemos a Federação esfacelada.

Para fazer uso da palavra, para comunicação inadiável, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente em exercício desta sessão, Senadora Ana Amélia, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é exatamente isso. Nós assistimos ao esfacelamento da Federação brasileira, assistimos à inação do Congresso Nacional e à inação do Senado da República, por não terem uma agenda absolutamente clara, que possa focar, que possa priorizar os assuntos federativos da mais alta relevância.

Já estivemos aqui nesta tribuna por mais de uma vez, V. Ex^a, idem e tantos outros Senadores, manifestando uma preocupação com os temas que começam a congestionar a agenda legislativa. Mas a ausência de uma resposta, a ausência de um foco em relação a esses temas chama a atenção.

Então, da mesma forma, quero colaborar com a manifestação do Senador Collor, que traz à luz, que traz para debate temas da maior relevância, da nossa democracia representativa e desse esgotado e carcomido sistema de presidencialismo de coalisão que submete o Congresso Nacional, com a omissão do Congresso Nacional, a uma agenda absolutamente irrelevante. Mas desse tema quero, e espero, voltar a tratar numa outra oportunidade.

O que me traz à tribuna, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, é uma manifestação a respeito da 7^a Semana Nacional de Conciliação, um esforço extraordinário, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, pelos tribunais federais e estaduais, para a disseminação da cultura da paz e do diálogo. Uma iniciativa que tem também o mérito de contribuir para descongestionar a pauta do Poder Judiciário, que se arrasta a passos lentos, sob o peso de um número excessivo de processos em suas instâncias.

Só no ano passado, os mutirões da Semana da Conciliação realizaram cerca de 350 mil audiências e possibilitaram o fechamento de 169 mil acordos em valores próximos a R\$1 bilhão.

Cento e sessenta e nove mil acordos são uma gota d’água, diriam alguns, diante de quase 90 milhões de processos que tramitavam na Justiça em 2011,

segundo a pesquisa Justiça em Números, divulgada semana passada pelo CNJ.

Pelos acordos fechados na Semana Nacional de Conciliação, esses acordos representam muito mais, a meu juízo, do que uma gota d'água no mar de processos que vem afogando nossos tribunais e gerando toda uma condição de impunidade Brasil afora. Eles são a prova de que é possível andar na contramão da cultura do litígio, de que é possível encontrar soluções rápidas e eficientes por meio do diálogo, sem o desgaste de um longo e interminável processo judicial.

De pouco vale investir na informatização, na criação de novas varas ou na contratação de mais juízes e servidores, de pouco adianta termos aprovado a adoção da súmula vinculante e do instituto de repercussão geral, de pouco adiantam esses avanços se continuamos alimentando a crença de que tudo tem que ser resolvido por meio de disputas judiciais, disputas que exigem muita paciência, já que, via de regra, é preciso esperar anos, se não décadas, por uma decisão final, fora o dinheiro para bancar um advogado capaz de esmiuçar brechas jurídicas a cada passo do processo e uma boa dose de confiança diante da hipótese de impunidade.

Ora, se a Justiça não consegue reduzir os estoques de processos, isso se deve não apenas ao volume ainda abusivo de recursos impetrados nos tribunais superiores. Recursos que garantem efeito imediato a processos julgados poderiam ser adotados como iniciativa, como no caso de PEC de minha autoria que tramita aqui no Senado.

A sobrecarga do Judiciário pode, em grande parte, ser explicada pelo fato de que o número de novas ações nas primeiras instâncias vem aumentando ano a ano de forma escandalosa.

Em 1990, foram abertos 5,1 milhões de processos na primeira instância, em nosso País, somente na Justiça Federal, Trabalhista e nas Justiças Estaduais. Em 2000, o que era 5 milhões se transformou em 12 milhões de processos; no ano passado, mais de 26 milhões de processos reproduzindo essa cultura do litígio. Resultado: mesmo tendo conseguido resolver mais de 26 milhões de processos em 2011, a verdade é que nós estamos ainda muito lentos em oferecer uma resposta efetiva à sociedade brasileira e muito mais às pessoas mais humildes, mais pobres, que não têm poder aquisitivo e dependem, fundamentalmente, do bom funcionamento das nossas defensorias públicas, que, Brasil afora, cumprem um papel muito importante.

Esse esforço tem sido feito, Sr^a Presidente, a partir da Resolução nº 25 do CNJ, que determinou aos nossos tribunais a implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Experiências de

Núcleos de Mediação também vêm se multiplicando Brasil afora, com a capacitação de lideranças comunitárias, defensores públicos, psicólogos, assistentes sociais e tantos outros profissionais.

A figura de um mediador imparcial, capaz de facilitar a comunicação entre as partes envolvidas no conflito tem sido muitas vezes o ovo de Colombo para a negociação de soluções satisfatórias para ambas as partes.

Soluções...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– ...da flexibilização de posições pessoais, sem qualquer caráter positivo.

Pois bem, o inimigo tempo me impede de detalhar aqui a manifestação, saudando o CNJ por essa iniciativa, saudando a produção e os resultados que nós alcançamos na Semana da Conciliação.

Mas também tem um sentido a minha presença na tribuna. Nós temos uma proposta, apresentada há mais de um ano na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando por designação de relatoria, para que o Senado possa, assim como tantos países mundo afora fizeram – Estados Unidos, Argentina, Japão, França e tantos outros –, regulamentar por lei federal a conciliação em nossos tribunais como forma de contribuímos para uma política...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– ...uma resposta mais efetiva à população brasileira.

Enfim, Sr^a Presidente, tendo em vista que o inimigo tempo impede que eu possa fazer o meu pronunciamento em sua integridade, peço a V. Ex^a que considere como lido o meu pronunciamento, para fazermos constar aqui este registro em relação à necessidade de descongestionarmos a pauta da Justiça Federal. E nós temos importantes iniciativas legislativas que estão tramitando, que precisam, sim, de um processo mais célere, até porque que moral temos nós para criticar outros poderes por não serem céleres se nós próprios não estamos dando conta desta infundável burocracia legislativa?

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RICARDO FERRAÇO

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

Termina nesta quarta-feira uma campanha que merece o apoio de todos nós, a sétima Semana Nacional da Conciliação.

Promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça e pelos tribunais federais e estaduais para disseminar a cultura da paz e do diálogo, a iniciativa tem também o mérito de aliviar o Poder Judiciário, que se arrasta a passos lentos, sob o peso de um número excessivo de processos em suas quatro instâncias.

Só no ano passado, os mutirões da Semana da Conciliação realizaram cerca de 350 mil audiências e possibilitaram o fechamento de 169 mil acordos, em valores próximos a um bilhão de reais.

Cento e sessenta e nove mil acordos são uma gota d'água, diriam alguns, diante dos 90 milhões de processos que tramitavam na Justiça em 2011, segundo a pesquisa Justiça em Números, divulgada semana passada pelo CNJ.

Pois os acordos fechados na Semana Nacional de Conciliação representam muito mais que uma gota d'água no mar de processos que vem afogando nossos tribunais.

Eles são a prova de que é possível andar na contramão da cultura da litigiosidade. De que é possível encontrar soluções rápidas e eficientes por meio do diálogo, sem o desgaste de um longo processo judicial.

De pouco vale investir na informatização do Judiciário, na criação de novas varas ou na contratação de mais juizes e servidores; de pouco adianta termos aprovado a adoção da súmula vinculante e do instituto da repercussão geral – que estão, certamente, ajudando a desobstruir o Supremo Tribunal Federal.

De pouco adiantam esses avanços, senhor presidente, se continuamos alimentando a crença de que tudo tem que ser resolvido por meio de disputas judiciais. Disputas que exigem muita paciência, já que via de regra é preciso esperar anos, senão décadas, por uma decisão final.

Fora o dinheiro para bancar um advogado capaz de esmiuçar brechas jurídicas, a cada passo do processo, e uma boa dose de confiança diante da hipótese de impunidade.

Ora, se a Justiça não consegue reduzir o estoque de processos, isso se deve não apenas ao volume ainda abusivo de recursos impetrados nos tribunais superiores – e lembro aqui a importância de aprovarmos a PEC dos Recursos, que garante efeito imediato a processos julgados em segunda instância.

A sobrecarga do Judiciário pode em grande parte ser explicada pelo fato de que o número de novas ações nas primeiras instâncias vem aumentando ano a ano, de forma escandalosa – especialmente nas áreas de direito previdenciário, direito do consumidor e litígios de massa.

Em 1990, foram abertos 5,1 milhões de processos na primeira instância das Justiças Federal, Traba-

lhista e Estaduais. Em 2000, mais de 12 milhões. No ano passado, mais de 26 milhões.

Resultado: mesmo tendo também conseguido resolver mais de 26 milhões de processos em 2011, o Judiciário não andou um único passo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos continuar de braços cruzados diante dessa realidade.

Por isso mesmo, a preocupação do CNJ – e a nossa preocupação, em particular – em investir em mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como os centros de conciliação e mediação.

São esses os motivos, senhoras e senhores senadores, que me levam a pedir celeridade para a tramitação de projeto que disciplina a mediação de conflitos, o projeto de lei de nº 517, por mim apresentado em agosto do ano passado.

Pois esse projeto, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça desde setembro de 2011 – há mais de um ano, portanto – pode dar impulso significativo para a substituição da cultura da litigiosidade pela cultura da conciliação.

Esse esforço já tem sido feito a partir da resolução 25 do CIMJ, que determinou a implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Experiências de Núcleos de Mediação também vêm se multiplicando Brasil afora, com a capacitação de lideranças comunitárias, defensores públicos, psicólogos, assistentes sociais e tantos outros profissionais.

A figura de um mediador imparcial, capaz de facilitar a comunicação entre as partes envolvidas no conflito, tem sido muitas vezes o ovo de Colombo para a negociação de soluções satisfatórias para ambas as partes. Soluções adotadas a partir da flexibilização de posições pessoais, sem qualquer caráter impositivo.

No caso de decisões sobre divórcios, partilhas e guarda de filhos, a neutralidade emocional de um mediador evita que relações pessoais já debilitadas acumulem ainda maior desgaste com brigas na Justiça. A mediação também é um atalho considerável para resolver cobranças de dívidas, conflitos trabalhistas e tantos outros, na esfera pública e privada.

Mas ao contrário do que já acontece em vários países, como Estados Unidos, Argentina, Japão e França, ainda não temos uma legislação federal capaz de padronizar o instrumento da mediação em todo o território nacional.

Uma legislação que defina as competências e os limites do mediador, que determine sua qualificação e o órgão responsável pelo controle do trabalho desses profissionais.

Só com uma diretriz de caráter nacional será possível fomentar a implantação da mediação na esfera privada e em órgãos públicos, como Conselhos Tute-

lares, Procon, presídios, escolas e Defensoria Pública. Só com uma diretriz de caráter nacional poderemos ter mediadores devidamente capacitados e desenvolver estatísticas confiáveis sobre os resultados da mediação.

É essa a reflexão que trago hoje a este Plenário. Uma reflexão que deve envolver, também, a morosidade ou a burocracia de nosso processo legislativo.

Insisto: o projeto da mediação está há mais de um ano parado na Cd, à espera da designação de um relator. Estão na mesma situação outras centenas de projetos. Nas outras comissões, não deve ser diferente.

Ora, Sr. Presidente, esse não pode ser considerado um processo racional. Como exigir celeridade, como exigir eficiência nas decisões do Senado Federal?

Precisamos rediscutir a nossa prática legislativa, a forma de tramitação e debate dos projetos por nós apresentados. Definir o que é e o que não é prioridade nesta Casa. O que é ou não importante no caminho de um Brasil mais justo e menos desigual.

Ajudar a construir uma Justiça mais ágil e mais acessível, a meu ver, é essencial.

Fica, portanto, meu apelo, nesta Semana Nacional da Conciliação, para que possamos analisar, de uma vez por todas, o projeto da mediação e oferecer à so-

cidade uma alternativa mais simples e eficaz para a solução de conflitos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador Ricardo Ferraço, a sua solicitação será atendida na forma regimental.

Queria cumprimentá-lo e endossar solidariedade à manifestação em apoio à Justiça, dizer também que a criação dos Juizados de Pequenas Causas foi importante nesse processo que V. Exª está defendendo e que um retrato da Federação esfacelada está ali no Auditório Petrônio Portela, onde quase 2 mil Prefeitos estão revelando as distorções que a Federação está apresentando para gestores municipais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 100, de 2012** (nº 499, de 2012, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Sérgio Luiz Kukina, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Hamilton Carvalhido.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM

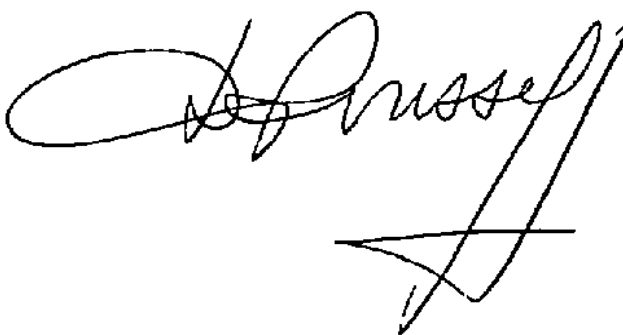
Nº 100, DE 2012

(nº 499/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor SÉRGIO LUIZ KUKINA, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hamilton Carvalhido.

Brasília, 8 de novembro de 2012.



CURRÍCULO DO INDICADO AO STJ (art. 1º, I, a e b, do Ato nº 1, de 2007 – CCJ)

Sérgio Luiz Kukina, brasileiro, casado, natural de Curitiba-PR, com 53 anos (13/07/1959).

Promotor de Justiça desde 1984, tendo atuado nas Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Faxinal, Pitanga, Guarapuava, Foz do Iguaçu e Curitiba.

Promovido a Procurador de Justiça em 2002, chefia, atualmente, a Coordenadoria de Recursos Cíveis para o Superior Tribunal de Justiça-STJ e Supremo Tribunal Federal-STF (cf. Resolução nº 1394/PGJ, de 07/05/2012).

Assessorou (1992/2002) e Chefiou (2003/8), anteriormente, essa mesma Coordenadoria de Recursos Cíveis para o Superior Tribunal de Justiça-STJ e Supremo Tribunal Federal-STF.

Mestre em Direito (2004) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, mesma instituição pela qual se graduou em 1982.

Especialista em Ciências Penais (UFPR/1992) e em Direito Contemporâneo (PUC-PR/1993).

Professor de Direito Processual Civil na Escola do Ministério Público do Paraná (Fempar), e de Direito da Infância e da Juventude na Escola da Magistratura do Paraná e no Curso Preparatório Prof. Luiz Carlos, todos em Curitiba. Leciona, ainda, em cursos de especialização, além de frequentemente proferir palestras sobre temas das referidas disciplinas, a respeito das quais também escreveu alguns artigos, todos relacionados na Plataforma Lattes (cf. cópia em anexo).

Curitiba, novembro de 2012.

slkukina@hotmail.com kukina@mp.pr.gov.br fones: 41- 3250.4629 (gab.), 41- 3223.0676 (res.) e 41- 9926.5025 (cel.). Endereço residencial: rua Prof. Arthur Loyola, 45, ap. 601, bairro Cabral, CEP 80035-100, Curitiba-PR.

Curriculum do Sistema de Currículos Lattes (Sérgio Luiz Kukina)

Sérgio Luiz Kukina

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2941516483657380>
Última atualização do currículo em 09/08/2013

Se preferir, clique aqui

Possui graduação em Direito pela Universidade Católica do Paraná (1982) e mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2004). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direito processual civil e direito da infância e da juventude. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome Sérgio Luiz Kukina 
Nome em citações bibliográficas KUKINA, S. L.
Sexo Masculino

Endereço

Endereço Profissional Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná.
 Rua Tibagi 779 sl 404
 Centro
 80060-110 - Curitiba, PR - Brasil
 Telefone: (41) 32504059
 Fax: (41) 32504020
 URL da Homepage: www.mp.pr.gov.br

Formação acadêmica/titulação

2002 - 2004 Mestrado em Direito (Conceito CAPES S).
 Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR, Brasil.
 Título: TUTELA RECURSAL DIFERENCIADA NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
 uma abordagem à Luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos, Ano de Obtenção: 2004.
 Orientador:  Flávia Piovesan.
 Bolsista do(a): Programa de Incentivo ao Ensino de Pós-Graduação da Pontifícia
 Universidade.
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
1993 - 1993 Especialização em Curso de Especialização em Direito Contemporâneo. (Carga Horária:
 400h).
 Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
1992 - 1992 Especialização em Curso de Especialização em Ciências Penais. (Carga Horária: 480h).
 Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
 Bolsista do(a): Ministério Público do Estado do Paraná, MP-PR, Brasil.
1976 - 1982 Graduação em Direito.
 Universidade Católica do Paraná.

Formação Complementar

2010 - 2010 Tópicos de Filosofia e Criminologia. (Carga horária: 20h).
 Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná.

Atuação Profissional

Universidade Estadual da Ponta Grossa, UEPG, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Autônomo
 Ministrou a disciplina de "Recursos Extraordinários" no curso de Pós-Graduação em Direito
 Processual Civil, no ano letivo de 2011, totalizando 30 horas aulas.

Escola Superior de Advocacia da OAB/PR, ESA-OAB/PR, Brasil.

2011 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Autônomo

Ministrou aula no Curso "Teoria e Prática do Direito da criança e do adolescente", com total
 de 3 horas/aula.

Centro de Ensino Superior de Campos Gerais, CESCAGE, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2007

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Autônomo

Ministrou aulas na disciplina "Recursos nos Tribunais Superiores" no curso de Especialização
 em Direito Processual Civil no Centro de Desenvolvimento Empresarial e Pós-Graduação -
 CESCAGE, em Ponta Grossa-PR.

BB&G Sociedade de Ensino, BB&G, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - 2004

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Autônomo

Ministrou aulas na disciplina "Recursos II", no curso de Especialização em Direito Civil e
 Processo Civil.

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2001

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Autônomo

Ministrou aulas no módulo "Fase Recursal" no curso de Especialização em Direito Processual
 Civil, mantido em Toledo pelo Departamento de Direito Civil e Processual Civil da Faculdade
 de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, TJ/PR, Brasil.

Vínculo Institucional

2001 - 2003

Outras informações

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Autônomo

Participou do Projeto "Justiça se Aprende na Escola 2001", desenvolvido pela Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no qual representou o Ministério Público do Paraná, ministrando palestras aos professores e alunos da rede pública municipal, bem como orientou e acompanhou os na execução de júris simulados e demais atividades relacionadas com o projeto.

Fundação Escola do Ministério Público do Paraná, FEMPAR, Brasil.

Vínculo Institucional

1993 - Atual

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Autônomo

Ministra aulas na disciplina de Direito Processual Civil, na unidade de Curitiba.

Vínculo Institucional

1998 - 2000

Outras informações

Vínculo: Pres. Conselho Deliberativo, Enquadramento Funcional: Autônomo

No referido biênio, exerceu a Presidência do Conselho Deliberativo da Fundação Escola do Ministério Público do Paraná - FEMPAR, com sede em Curitiba.

Atividades

03/2003 - Atual

Ensino, Ministério Público-Estado Democrático de Direito, Nível: Pós Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Processual Civil

Ministério Público do Estado do Paraná, MP-PR, Brasil.

Vínculo Institucional

1998 - 1999

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Coord. Grupo de Estudos Aristeu Santos Ribas

Coordenou o Grupo de Estudos "Aristeu Santos Ribas", do Ministério Público da Comarca de Curitiba, durante o mandato compreendido entre outubro de 1998 a outubro de 1999.

Centro de Estudos Jurídicos do Paraná - Curso Prof. Luiz Carlos, CEJPR, Brasil.

Vínculo Institucional

1993 - Atual

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Autônomo

Ministra aulas na disciplina de Direito da Infância e da Juventude nos cursos "Preparatórios para as Carreiras Jurídicas" e "Atualização e Aperfeiçoamento Jurídico".

Escola da Magistratura do Paraná, EMAP, Brasil.

Atividades

03/2003 - Atual

Ensino, Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

Direito da Infância e Juventude

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: DIREITO PROCESSUAL CIVIL.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito da Infância e Juventude.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Italiano

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Inglês

Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordenar Cronológica

1. KUKINA, S. L. O princípio da dupla grau de jurisdição. Revista de Processo, São Paulo, v. 109, p. 97-112, 2003.
2. KUKINA, S. L. Aportamentos Sobre o Tribunal Penal Internacional. Direito Público (Porto Alegre), v. 4, p. 48-59, 2003.
3. KUKINA, S. L. Eficácia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil à luz dos direitos humanos. Igualdade (Ministério Público do Estado do Paraná), v. 36, p. 14-69, 2002.

Capítulos de livros publicados

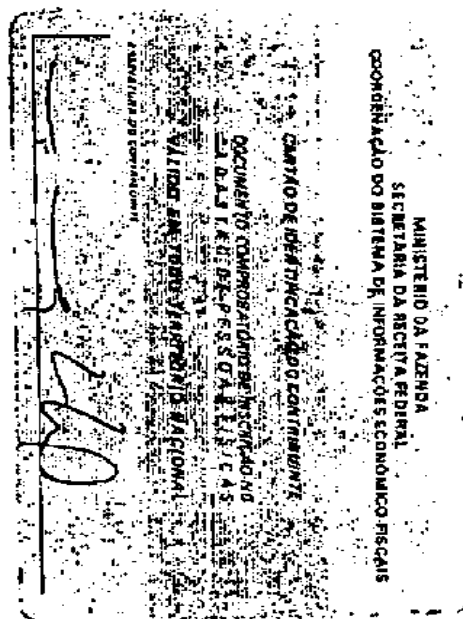
1. KUKINA, S. L. A afirmação judicial dos Direitos da Criança e do Adolescente. In: Hércia Celdas. (Org.). Os vários olhares do Direito da Criança e do Adolescente volume 6. Os vários olhares do Direito da Criança e do Adolescente volume 6. 2ª ed. Curitiba: OAB-PR, 2006, v. 170, p. 1.
2. KUKINA, S. L. Anotações sobre a reprodução humana assistida. In: Jussara Maria Teal de Meirelles. (Org.). Estudos de Bioética. Estudos de Bioética. 1ª ed. Curitiba: Genosus, 2004, v. 141, p. 125-135.
3. KUKINA, S. L. Aportamentos sobre um novo projeto de reforma recursal. In: Luiz Guilherme Marikoni; Frede Didier Jr. (Org.). A segunda etapa da reforma processual civil. A segunda etapa da reforma processual civil. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, v. único, p. 211-236.

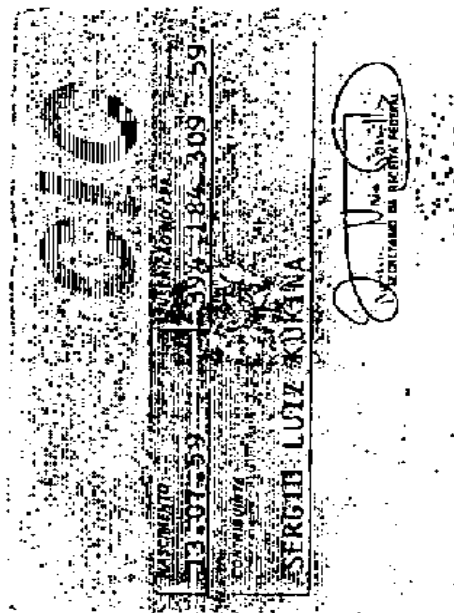
Apresentações de Trabalho

1. KUKINA, S. L. - O processo como ferramenta para exercício da cidadania. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. KUKINA, S. L. - Aspectos Jurídicos e Implicações Jurídicas. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. KUKINA, S. L. - Processo de execução e cumprimento de sentença. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Eventos**Participação em eventos, congressos, exposições e feiras**

1. Semana do Calouro do Curso de Direito da Unibrasil. Profissões Jurídicas - Ministério Público. 2011. (Encontro).
2. Mesa-Redonda Direitos Fundamentais e Ações Coletivas: questões processuais. Direitos Fundamentais e Ações Coletivas: questões processuais. 2011. (Encontro).
3. III Seminário Indígena - História e Atualidade. III Seminário Indígena - História e Atualidade. 2011. (Encontro).
4. VIII Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil e Penal. 2010. (Congresso).
5. I Congresso Marismo e Ciências Humanas- UFPR. 2010. (Congresso).
6. Profissões Jurídicas - Semana do Calouro Unibrasil. A atividade do Ministério Público. 2010. (Simpósio).
7. A intervenção do Ministério Público Estadual nas causas indígenas. 2010. (Encontro).
8. Reforma da Legislação Processual Civil e Aspectos relacionados à Intervenção do MP no Processo Civil. 2010. (Encontro).
9. II Workshop do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR. 2009. (Seminário).
10. 3ª Semana Acadêmica da Faculdade de Direito de Marechal Cândido Rondon. O processo como ferramenta para o exercício da cidadania. 2009. (Seminário).
11. Fórum sobre Pedofilia e Pornografia Infanto-Juvenil na Internet. Aspectos e Inspirações Jurídico-Penais da Pedofilia. 2009. (Seminário).
12. VII Semana Acadêmica do Curso de Direito da Uniseo. Processo de execução e cumprimento de sentença. 2009. (Simpósio).
13. Encontro de Trabalho do Ministério Público na Área Penal. 2009. (Encontro).
14. I CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. "O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE". 2005. (Seminário).
15. I Ciclo de Estudos de Direito Penal e Processual Penal das Faculdades de Ensino Superior do Centro do Paraná. O Estatuto da Criança e do Adolescente. 2005. (Seminário).
16. Curso de Aperfeiçoamento sobre o Novo Regime Falimentar. 2005. (Seminário).
17. Congresso de Processo Civil - "Reflexões sobre o código de Processo Civil após a reforma". 2001. (Congresso).
18. Os 10 Anos da Lei de Improbidade Administrativa. 2001. (Simpósio).
19. 28ª Semana Jurídica da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro. O Ato Infracional no Estatuto da Criança e do Adolescente. 1997. (Seminário).
20. I ENCONTRO ESTADUAL DE CURADORES DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. "O ATO INFRACIONAL NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE". 1994. (Encontro).





Aviso nº 960 - C. Civil.

Em 8 de novembro de 2012.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO LUIZ KUKINA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Hamilton Carvalhido.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 101, de 2012** (nº 500/2012, na origem), da Senhora Presidente

da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

É a seguinte a Mensagem:

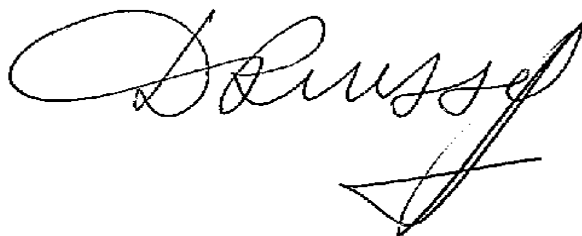
MENSAGEM
Nº 101, DE 2012
(nº 500/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GEORGES LAMAZIÈRE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Os méritos do Senhor Georges Lamazière que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de novembro de 2012.



EM Nº 00293 /DP/AFEP/G-MRE/APES

Brasília, 27 de setembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **GEORGES LAMAZIÈRE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **GEORGES LAMAZIÈRE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00293/2012 MRE

Brasília, 27 de Setembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **GEORGES LAMAZIÈRE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **GEORGES LAMAZIÈRE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GEORGES LAMAZIÈRE

CPF.: 440.077.527-53

ID.: 7493 MRE

1952 Filho de Maurice Lamazière e Vera da Motta Lamazière, nasce em 4 de janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1975 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1980 Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1983 Pós-graduação, "Diplôme d'Études Approfondies" em Política de Defesa, Universidade de Paris-I, Panthéon-Sorbonne, Paris/FR
1995 CAE - IRBr, A resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário
1980 Segundo-Secretário
1986 Primeiro-Secretário, por merecimento
1991 Conselheiro, por merecimento
1997 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2002 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1977 Divisão de Ásia e Oceania, assistente
1979 Divisão de Política Comercial, assistente
1981 Embaixada em Paris, Segundo-Secretário
1984 Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário
1986 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
1988 Escritório de Representação para Assuntos de Desarmamento e Direitos Humanos, Genebra, Primeiro-Secretário
1990 Secretaria-Geral de Política Exterior, Coordenador-Executivo, substituto
1992 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador-Executivo
1993 Instituto Rio Branco, Professor de Teoria Política

1993	Embaixada no México, Conselheiro
1995	Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
1997	Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Chefe de Gabinete
1999	Presidência da República, Assessor Especial
1999	Presidência da República, Porta-Voz
2002	Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral
2006	Embaixada em Copenhague, Embaixador
2007	Embaixada junto à Lituânia, Embaixador, cumulativo
2010	Instituto Rio Branco, Diretor-Geral

Condecorações:

05/05/2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

10/10/1993	"Threat Perceptions and Security Requirements for the 1990's, em Conference of Latin American and Caribbean Research Institutes, org. por Péricles Gasparini Alves, Nova York
05/11/1993	"Latin America: The Multilateral Dimension", em "Regional Approaches to Disarmament, Security and Stability, org. por Jayantha Dhanapala, UNIDIR, Dartmouth, Londres
15/06/1998	Ordem, Hegemonia e Transgressão, FUNAG/IRBr, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília/DF
01/03/2001	O Impacto dos Processos de Integração Regional nas Políticas de Defesa e Segurança. O Brasil e a Cooperação Político-Militar na América do Sul, Política Externa, no. 4, Março/Abril/Maio


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO CHILE**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Setembro de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	
PERFIL BIOGRÁFICO.....	
RELAÇÕES BILATERAIS	
POLÍTICA INTERNA.....	
POLÍTICA EXTERNA.....	
ECONOMIA, COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS.....	
ANEXOS.....	
I – CRONOLOGIA HISTÓRICA DO CHILE.....	
II – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-CHILE.....	
III – ATOS BILATERAIS.....	
IV – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Chile
GENTÍLICO	Chileno
CAPITAL	Santiago
ÁREA	756.946 km2 <i>(equivalente à metade do Estado do Amazonas)</i>
POPULAÇÃO	17 milhões <i>(equivalente à população do Estado do RJ)</i>
IDIOMAS	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos, 70%; protestantes, 15%; nenhuma (ateus e agnósticos), 8%.
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pela Câmara de Deputados (120) e pelo Senado (38).
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Sebastián Piñera (desde 19/03/2012)
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Alfredo Moreno (desde 11/03/2012)
PIB* (2011)	US\$ 243,0 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 281,3 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2011)	US\$ 13.969 (Brasil: US\$ 12.917)
PIB PPP <i>per capita</i> (2011)	US\$ 16.171 (Brasil: US\$ 11.846)
CRESCIMENTO DO PIB	4,7% (est. 2012); 6,5% (2011); 5,1% (2010); -1,6% (2009); 3,6% (2008); 4,5% (2007)
IDH	0,804 (44º no ranking; Brasil 0,718/84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,1 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	98,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Peso chileno; 471 pesos = 1 US\$.
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Jorge Montero Figueroa
EMBAIXADOR DO BRASIL EM SANTIAGO	Frederico Cezar de Araújo
COMUNIDADE BRASILEIRA NO CHILE ESTIMADA	7.943

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ mi): Fonte: MDIC

Brasil → Chile	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-ago)
Intercâmbio	6.780	7.726	8.744	5.332	8.361	9.987	5.785 (-14%)
Exportações	3.914	4.264	4.792	2.657	4.258	5.418	2.972 (-17%)
Importações	2.866	3.462	3.952	2.675	4.103	4.569	2.813 (-11%)
Saldo	1.048	802	840	-18	155	848	158 (-64%)

PERFIL BIOGRÁFICO***Sebastián Piñera Echenique***
Presidente da República

Nasceu em Santiago, em 1º de dezembro de 1949. Formou-se em Economia Comercial, em 1971, pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Obteve títulos de Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Harvard. Entre 1974 e 1976, foi consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em 1976, trabalhou como economista para a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Entre 1971 e 1990, foi professor de economia na Universidade do Chile, na Pontifícia Universidade Católica do Chile e na Universidade Adolfo Ibáñez. Iniciou suas atividades empresariais na década de 70 e reuniu, ao longo de sua carreira, considerável fortuna, graças a investimentos nos mais variados setores, que vão desde companhias aéreas (LAN Chile) até canais de televisão (Chilevisión). Em 1988, ajudou a financiar a campanha do “Não”, durante o plebiscito sobre a permanência de Pinochet no poder. Entre 1990 e 1998, foi Senador pelo partido conservador Renovação Nacional (RN). Foi presidente da RN, entre 2001 e 2004. Sob seu comando, o partido movimentou-se paulatinamente para o centro do espectro político chileno, afastando-se dos grupos mais conservadores. Venceu as últimas eleições presidenciais pela “Coalición por el Cambio”, obtendo, no segundo turno, 51,61% (Eduardo Frei alcançou 48,38%). Tomou posse em 11 de março de 2010.

Alfredo Moreno Charme
Ministro das Relações Exteriores

Engenheiro civil, formado pela Universidade Católica, com especialização na Universidade de Chicago. Foi Professor de Administração da Universidade Católica e Diretor do Banco do Chile. Líder empresarial, com participação societária em vários negócios, com destaque para o Grupo Falabella, cadeia varejista com ampla atuação nos mercados chileno e peruano. Foi Presidente do Instituto Chileno de Administração Racional de Empresas (ICARE), da Companhia Aérea Ladeco e da Fundação Teleton, de amparo a crianças deficientes. É Membro do Conselho Internacional da Fundação Dom Cabral.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Chile foram estabelecidas em 1836. Desde 1922, as respectivas representações elevaram-se ao nível de Embaixadas. Ambos os países mantêm relações estáveis, esteadas nos vínculos tradicionais e no dinamismo do comércio e investimento bilateral. O Chile tradicionalmente apóia o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e co-patrocina o projeto do G-4. Reconhece o crescimento do Brasil como ator político e econômico global e a importância de, nesse contexto, dar novo conteúdo à "amizade sem limites". A escolha do Brasil para ser o primeiro país visitado pelo Presidente Piñera após vencer as eleições, em 2010, buscou evidenciar essa percepção. Piñera compareceu, ainda, à cerimônia de posse da Senhora Presidenta da República, em janeiro de 2011. O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, visitou Santiago em abril de 2011, enquanto o Chanceler chileno, Alfredo Moreno, esteve em Brasília em abril de 2012.

O Ministério de Relações Exteriores está organizando o Seminário "Brasil-Chile, novos horizontes amizade sem limites", a ser realizado no Rio de Janeiro, em 8 de outubro, com vistas a gerar "massa crítica" para o adensamento das relações entre Brasil e Chile. O evento será inaugurado pelos Chanceleres e dará origem a publicação editada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Estão previstos painéis sobre energia; ciência e tecnologia; cooperação antártica; e investimentos, comércio e integração produtiva. Do lado brasileiro, deverão participar o Professor Marco Aurélio Garcia, e os Secretários-Executivos do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, além de outras autoridades.

O Chile prioriza os projetos de corredores bioceânicos rodoviário (Brasil-Bolívia-Chile) e ferroviário (Brasil-Paraguai-Argentina-Chile), que unirão a costa atlântica brasileira ao litoral pacífico chileno. Tais projetos reforçarão o potencial do país como plataforma de serviços e exportações entre América do Sul e Ásia-Pacífico.

O trágico incidente na Estação Antártica Comandante Ferraz, em fevereiro, e o apoio prestado pelo Chile, - que vem permitindo a continuidade do Programa Antártico Brasileiro -, deram nova dimensão às negociações de Acordo de Cooperação Antártica, em fase de conclusão.

Cooperação Antártica

O Chile apresentou, em março de 2011, proposta de acordo de cooperação bilateral visando à: i) coordenação bilateral para lançamento de editais conjuntos entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Comissão Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica do Chile (CONICYT); ii) elaboração de estudos em mudança do clima e outras áreas de interesse comum; iii) realização de pesquisas científicas conjuntas além do Círculo Polar Antártico; e iv) utilização de infra-estruturas comuns. Brasil apresentou contraproposta em 10/4/12. Na área logística, os dois países já haviam firmado Termo Bilateral de Cooperação Antártica entre as Forças Aéreas (2009), que prevê utilização da pista de pouso da Base "Presidente Eduardo Frei". Em sua visita a Brasília em abril, o Chanceler Moreno reiterou o compromisso chileno em apoiar os trabalhos de reconstrução da

Base Comandante Ferraz e assinalou os planos de Santiago de construir nova base ao Sul do círculo polar.

O acordo, em fase de conclusão, pode vir a ser assinado por ocasião do seminário "Brasil-Chile: novos horizontes – amizade sem fronteiras", a ser realizado no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 8 de outubro próximo.

Telescópio E-ELT

Em 26/4/10, o Conselho do Observatório Europeu Austral (ESO) anunciou a decisão de instalar em Antofagasta, no Chile, o "European Extremely Large Telescope" (E-ELT), maior telescópio do mundo. Trata-se de projeto orçado em US\$ 1,5 bilhão, dos quais dois terços já estariam garantidos. Cientistas estimam que o telescópio contribuirá com mais da metade das novas descobertas sobre o universo na próxima década. A entrada em operação está prevista para 2018.

Em 30/12/10, o Brasil formalizou sua adesão, por Acordo específico, ao ESO, tornando-se o primeiro país não europeu a fazer parte da entidade. Por se tratar de ato internacional que acarreta compromisso gravoso, a adesão requer a aprovação do Congresso Nacional. Após a entrada em vigor do Acordo, o Brasil passará a ser co-proprietário da mais importante infra-estrutura científica do mundo nas áreas de astrofísica, cosmologia, astronomia ótica e infravermelho, com patrimônio superior a €2 bilhões.

A contrapartida ao Acordo corresponde a pagamento, pelo lado brasileiro, de 270 milhões de euros até 2021, sendo 130 milhões a título de taxa de adesão e 140 milhões correspondentes a anuidades regulares devidas pelos Estados membros. O Brasil desembolsaria 25% da anuidade nos dois primeiros anos. O cronograma permitiria que a comunidade astronômica e científica brasileira passasse por processo de aprendizagem no uso dos equipamentos da ESO.

Exposição de Motivos do Acordo de Adesão deverá ser enviada ao Congresso em breve. Além dos benefícios relacionados ao uso das instalações para pesquisa astronômica, a construção do E-ELT representa oportunidade comercial para empresas brasileiras.

Assuntos Consulares

Há 7943 cidadãos brasileiros vivendo no Chile, os quais não se encontram organizados na forma de Conselho de Cidadãos ou de Cidadania. A rede consular no país é composta pelo Consulado-Geral do Brasil em Santiago, cuja jurisdição é todo o território chileno, e pelas repartições honorárias localizadas nas seguintes cidades, cujas jurisdições estão brevemente descritas:

1. Concepción: Cidades de Concepción e Talcahuano; 2. Iquique: Regiões de Parinacota e Tarapacá; 3. La Serena: Regiões de Atacama e Coquimbo; 4. Punta Arenas: Cidade de Punta Arenas; 5. Temuco: Províncias de Cautín e Malleco, Región de la Araucania; 6. Valparaíso: Cidade de Valparaíso.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos do Chile sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

O Chile é Estado unitário de regime presidencialista. O Presidente Sebastián Piñera é o primeiro presidente de centro-direita do Chile após 20 anos de Governos da Concertação (centro-esquerda).

O Legislativo do Chile é bicameral, formado por Câmara de Deputados e Senado, com sede em Valparaíso. A Câmara é composta por 120 deputados (oriundos de 60 distritos eleitorais), eleitos por voto direto, para mandatos de quatro anos, com possibilidade de reeleição. O Senado é formado por 38 Senadores (oriundos de 19 distritos eleitorais), eleitos por voto direto, para mandatos de 8 anos, com possibilidade de reeleição.

O sistema eleitoral chileno é conhecido como binominal e estimula a existência de um bipartidarismo *de facto*, entre as duas grandes coligações: a Aliança, de centro-direita, e a Concertação, de centro-esquerda. Os distritos eleitorais têm magnitude 2, e os partidos apresentam listas abertas. O primeiro colocado da lista mais votada é eleito, assim como o primeiro colocado da segunda lista mais votada. Um partido ou coligação apenas elege dois candidatos para ambas as vagas do distrito caso receba mais do que o dobro de votos do segundo partido ou coligação mais votado.

A atual legislatura iniciou-se em 11 de março de 2010. O Presidente da Câmara é o Deputado Nicolas Monckberg, do partido Renovación Nacional (membro da coligação Aliança). O Presidente do Senado é o Senador Camilo Escalona, do Partido Socialista de Chile (membro da coligação Concertação).

O empresário e político da Alianza (coligação de centro-direita), Sebastián Piñera, assumiu em março de 2010 a Presidência do país. O primeiro ano de sua gestão foi marcado pela reparação dos danos causados pelo terremoto que assolou o Chile poucos dias antes da posse e pelo bem-sucedido resgate dos 33 mineiros que ficaram presos na mina de San José, no Norte do país. Estes episódios serviram para manter elevados os índices de aprovação no início do Governo. Em 2011, contudo, mobilização estudantil por reformas no sistema educacional angariou apoio popular e a popularidade do Presidente caiu ao nível mais baixo desde a redemocratização (26% de aprovação).

Pesquisa referente ao mês de julho indicou recuperação na aprovação do Governo Piñera, que, impulsionado pelo bom desempenho da economia, subiu 10 pontos percentuais nos últimos 3 meses, atingindo 36%. A Aliança obteve aprovação de 25%, enquanto a coligação oposicionista, Concertação, alcançou apenas 19% de respaldo.

A baixa avaliação do Governo tem gerado a antecipação do debate sobre a sucessão de Piñera, a cerca de um ano e meio para as próximas eleições presidenciais. A ex-Presidente Michelle Bachelet lidera as pesquisas, com 50% das intenções de voto. No contexto das eleições municipais deste ano, em outubro, o Governo busca reverter a baixa popularidade.

Buscando oferecer soluções para a questão da educação, o Governo do Presidente Piñera logrou aprovar no Congresso, no início de setembro corrente, proposta de reforma tributária que aumentará a arrecadação em US\$ 1 bilhão, com vistas a obter recursos para incrementar os investimentos em educação.

Em dezembro último, o Congresso chileno aprovou reforma eleitoral que não altera o sistema “binominal”, mas institui inscrição obrigatória dos eleitores acima de 17 anos e voto facultativo (até então, a inscrição era facultativa e o voto obrigatório). Com a medida, serão incorporados 4,7 milhões de pessoas ao eleitorado (que, hoje, tem 8,5 milhões). Segundo pesquisa, 87% dos potenciais novos eleitores pertenceriam aos grupos sócio-econômicos C, D e E; 79% teriam entre 18 e 35 anos; e 72% possuiriam escolaridade incompleta. Sondagem identificou esses novos eleitores como politicamente independentes.

POLÍTICA EXTERNA

Integração América do Sul - Ásia Pacífico

A política externa chilena enfatiza as relações com a Ásia Pacífico (destino de 40% das exportações chilenas), sem descurar a integração sul-americana. Santiago tem procurado oferecer-se como ponte entre os mercados sul-americanos e asiáticos. O Chile tornou-se um dos primeiros sócios latino-americanos do Conselho de Cooperação Econômica do Pacífico, em maio de 1991 (juntamente com México e Peru) e o primeiro país sul-americano a integrar o Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em 1994. Em 2001, reunião em Santiago de iniciativa do Chile e de Cingapura deu origem ao Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL). O país é membro fundador do Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (Transpacific Partnership, ou TPP, integrado em sua origem por Chile, Cingapura, Brunei e Nova Zelândia), que atualmente inclui também Austrália, Estados Unidos, Malásia, Peru e Vietnã. O Chile tem acordos de livre comércio com a Coreia do Sul (2003), a China (2005 - o primeiro país fora da ASEAN a fazê-lo), o Japão (2007), a Austrália (2009) e a Malásia (2010, o primeiro durante o Governo Piñera). Em setembro corrente, o Chile assinou tratado de livre comércio com Hong Kong e concluiu negociações com a Tailândia, além de assinar acordo de investimentos com a China, principal parceira comercial do Chile desde 2009, respondendo por 21% do intercâmbio do país sul-americano em 2011.

Bolívia

As relações Chile-Bolívia conservam diferenças histórias oriundas da Guerra do Pacífico (1879-1883), ao final da qual o Chile incorporou território que dava à Bolívia acesso ao Oceano Pacífico.

O diálogo com a Bolívia segue congelado desde o anúncio de La Paz, em 2011, de que levaria a reivindicação marítima à via judicial (embora essa decisão não tenha ainda se materializado). Gestões prévias chilenas, com diversos países, evitaram que a

Bolívia lograsse novas manifestações de apoio hemisférico na Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (AGOE). Em uma variação de sua posição, a Bolívia passou a advogar a renegociação do tratado de 1904, para que o Chile lhe devolva o mar “da mesma forma que os EUA devolveram o canal do Panamá”. O Chile defende a plena vigência e validade do Tratado de 1904.

Peru

O Chile e o Peru têm intensa relação comercial e importantes investimentos diretos. As diferenças históricas, herança da Guerra do Pacífico, marcam as relações políticas. Na fronteira, o Governo peruano defende que seja desenhada, a partir da faixa litorânea lideira, uma bisetriz em direção ao Oceano Pacífico, de modo que a divisa represente uma linha eqüidistante das costas peruana e chilena. Santiago, por sua vez, sustenta que o limite marítimo bilateral já estaria definido, sendo representado pelo paralelo geográfico. A área marinha em disputa entre Chile e Peru tem cerca de 37.900 km².

Em janeiro de 2008, o Peru levou o caso à Corte Internacional de Justiça (CIJ). As audiências públicas estão previstas para ocorrer de 3 a 14 de dezembro de 2012 – 3 e 4 para a apresentação peruana, 6 e 7 para a resposta chilena, com réplica (Peru) e tréplica (Chile) agendadas para 11 e 14 de dezembro, respectivamente. Estima-se que a sentença final seja proferida em 2013. O lado peruano teme que a sentença coincida com a campanha presidencial chilena. Ambos os países acordaram acolher a sentença da Corte da Haia.

O deslocamento de minas na fronteira, junto ao litoral, em fevereiro, causou desconforto entre Lima e Santiago. Em primeiro de junho último, a Chancelaria peruana emitiu comunicado anunciando que os países haviam chegado a acordo para que a entidade norueguesa “Norwegian People’s Aid” conduzisse a retirada e destruição das minas, com os custos cobertos pelo Governo do Chile, frisando que a área compreende territórios de ambos os países e que tal evento não deveria servir de precedente em outros contextos.

Colômbia

Recentemente, o Chile engajou-se, a pedido da Colômbia, como “Estado acompanhante” nas negociações de paz entre o Governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC. O Chefe de Gabinete do Chanceler Alfredo Moreno, Embaixado Milenko Skoknic, foi designado para acompanhar a próxima rodada de negociações entre o Governo da Colômbia e as FARC, a serem realizadas em Oslo.

Aliança do Pacífico

Bloco de integração regional criado em 2011, reúne Chile, México, Colômbia e Peru. Panamá e Costa Rica são observadores, além de Uruguai e Canadá, agregados

nessa categoria na última reunião de Chanceleres (Cidade do México, 29/8/12). O Chanceler do Paraguai declarou à imprensa, em 10/8/12, que seu país estuda a possibilidade de também unir-se à Aliança. O Chile sediou, em 6/6/12, a IV Cúpula, em que se firmou acordo marco.

China

O Chile foi o primeiro país da América do Sul a estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China, em 1970. Em 1999, o Chile foi o primeiro país da América Latina a alcançar acordo bilateral com a China a respeito da adesão daquele país à OMC. Em 2006, entrou em vigor Tratado de Livre Comércio (TLC) entre os dois países, havendo o Chile reconhecido a China como economia de mercado ainda antes da conclusão das negociações do TLC. Em 2007, em pouco mais de um ano de vigência do Tratado, a China tornou-se o primeiro destino das exportações do Chile, ultrapassando os EUA. Os dois governos negociam no presente a liberalização do comércio de serviços.

Em 2009, a China tornou-se a maior parceira comercial do Chile (19,3% do intercâmbio do país). O comércio bilateral é amplamente favorável ao Chile, que obteve importantes superávits com a China (2008: US\$ 3,1 bilhões, 2009: US\$ 6,7 bilhões, e 2010: US\$ 8,4 bilhões). No primeiro semestre de 2011, o fluxo de comércio mantém os padrões de 2010: a China exportou ao Chile US\$ 4,76 bilhões (15,16%). O Chile é o segundo maior parceiro comercial da China na América do Sul, depois do Brasil. O cobre é o produto mais importante da pauta de exportações (80%), impondo ao Chile o desafio de diversificar a pauta de exportações. A recente decisão do ProChile de fechar escritório comercial em Atlanta, EUA, e de abrir dois novos escritórios em Pequim e Cantão sinaliza a crescente importância atribuída ao mercado chinês.

O Tratado de Livre Comércio Bilateral (TLC), vigente desde outubro de 2006, foi importante para o aumento das trocas comerciais, impulsionando as exportações chilenas de cobre ao parceiro comercial asiático. As exportações chilenas para a China cresceram a uma taxa anual média de 29% entre 2005 e 2010. O Chile reconheceu a China como economia de mercado ainda antes da conclusão das negociações do TLC. Os dois governos negociam a liberalização do comércio de serviços. O Chile assinou, em setembro de 2012, Acordo de Investimento com a China.

Na última década, o total de investimentos chineses no Chile foi de menos de US\$ 2 milhões. Não se confirmaram, até o momento, as previsões de que o Chile receberia importante fluxo de investimentos chineses. Segundo a Chancelaria chilena, o estoque de investimentos chilenos na China totalizaria US\$ 212 milhões, ao passo que os investimentos chineses no Chile totalizam US\$ 85 milhões. Inexistem, atualmente, vínculos financeiros bilaterais diretos. Autoridades econômicas chilenas acreditam que o sólido crescimento do comércio bilateral servirá para atrair investimentos chineses.

Estados Unidos

O Chile vem tendo algumas divergências, especialmente em matéria comercial, com os EUA. Não obstante o Tratado de Livre Comércio bilateral, em vigor desde 2004, a participação dos EUA nas exportações do Chile caiu de cerca de 21%, em 2002, para aproximadamente 12%, em 2008.

O Presidente Piñera defende uma relação "especial e privilegiada" com os Estados Unidos.

Após sete anos da assinatura do Tratado de Livre Comércio entre Chile e Estados Unidos, o volume de importações chilenas cresceu muito mais (quase 200%) do que suas exportações ao mercado norte-americano. O Governo chileno acreditava que micro e pequenas empresas de diferentes setores aproveitariam as facilidades de acesso ao mercado dos EUA com a assinatura do TLC. Contudo, a diversificação das exportações, excessivamente concentradas em cobre, não se concretizou. O superávit dos EUA com o Chile ultrapassou, em 2010, US\$ 2,5 bilhões. Em 2015, 100% do comércio bilateral estarão liberalizados.

No dia 21 de março, o Presidente Obama realizou visita ao Chile. Entre os resultados da visita, destacam-se a assinatura de três Memorandos de Entendimento, nas áreas de (i) usos pacíficos da energia nuclear, (ii) resposta a desastres e (iii) cooperação para o desenvolvimento e fortalecimento de instituições democráticas em terceiros países. Durante a visita, também foram anunciados a constituição do Conselho Empresarial Chile-EUA sobre Energia, a criação do Centro de Pesquisa e Monitoramento de Glaciais Andinos e a expansão dos programas de ensino de inglês.

Obama fez discurso em que destacou o dinamismo e o crescimento econômico da América Latina e propôs "aliança entre iguais" com países da região. Destacou o caso chileno de "transição pacífica de uma ditadura para regime democrático" como exemplo para manifestantes que lutam contra regimes autocráticos no norte da África e Oriente Médio.

Conselho de Segurança das Nações Unidas

O Chile apóia o ingresso do Brasil como membro permanente em um Conselho de Segurança reformado. Em 2004, demonstrou apoio ao projeto de resolução do G-4, apesar de não co-patrociná-lo. Piñera reiterou pessoalmente o apoio chileno à aspiração brasileira em encontro com o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em 12/2/10, e novamente à Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião da cerimônia de sua posse.

Haiti e MINUSTAH

O Chile encontra-se engajado na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH) desde seu início, em 2004, e vem tentando examinar formas inovadoras para reorientar a ação da missão, conquanto o Governo enfrente resistência

tanto na oposição como na própria base de apoio para manter o contingente militar no Haiti. O primeiro Chefe da Missão no Haiti foi o Embaixador chileno Juan Gabriel Valdéz (agosto/2004 a maio/2006) e o atual Chefe é o Embaixador chileno Mariano Fernandez. O Chile integra o Grupo de Amigos do Haiti, o Grupo Consultivo *Ad Hoc* para o Haiti do ECOSOC, o mecanismo 2x9 e o Grupo de Contato.

O Brasil tem feito gestões para retirada gradual das tropas do Haiti. O Chile concorda com o espírito da proposta brasileira e pretende retirar totalmente suas tropas até 2017. Os chilenos, no entanto, argumentam que não podem se comprometer com reduções de contingente até 2013, em virtude das características de seus batalhões, já são reduzidas e, por vezes, os únicos em determinadas áreas do país.

OCDE

Foi assinada em 11 de janeiro de 2010, em Santiago, Convenção pela qual o Chile aceitou convite oficial para ingressar como membro pleno à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Algumas delegações do G77/China questionaram, na ONU, a permanência do Chile no Grupo, após a entrada na OCDE. O Chile externou entendimento de que seu país poderia assumir função de mediador entre países desenvolvidos da OCDE e países em desenvolvimento do G77. Em julho de 2010, o presidente do G77/China na ONU (Iêmen), à luz do apoio significativo recebido pelo Chile (sobretudo de latino-americanos e caribenhos), deu por encerrado o assunto.

ECONOMIA, COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

Segundo o Banco Central do Chile, a economia do país cresceu 5,4% no primeiro semestre, desempenho liderado pelas atividades do setor de serviços voltadas para o mercado interno. A variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), no mês de julho, foi de 0%. Previsões situam a inflação de 2012 entre 1,9% e 2,5%. A meta de inflação do Banco Central é a banda compreendida entre 2% e 4%.

A economia chilena vem registrando desempenho favorável em matéria de crescimento, nível de emprego e controle de inflação. No setor externo, no entanto, registra-se contração do saldo comercial, em função da desaceleração da economia global, da queda do preço internacional das commodities e da apreciação do peso chileno.

No primeiro semestre de 2012, as exportações totalizaram US\$ 45,6 bilhões, registrando queda de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações, impulsionadas pelo dinamismo da demanda interna, ascenderam a US\$ 41,9 bilhões, aumentando 6%. O saldo da balança comercial diminuiu de US\$ 8,7 bilhões, no primeiro semestre de 2011, para US\$ 3,7 bilhões, no primeiro semestre de 2012.

O Chile teve desempenho econômico positivo em 2011, completando dois anos consecutivos de expansão acelerada, após a contração verificada em 2009 (-1,7%). A economia cresceu 6,2% em 2011, melhorando o desempenho em relação ao ano anterior, quando havia crescido 5,2%.

Em 2011, o PIB nominal foi de US\$ 240 bilhões (aumento de 18% em relação a 2010, muito acima da expansão do PIB real). Isso se explica pela valorização do peso chileno (8,8% na média anual). O PIB per capita do país, em termos nominais, elevou-se para quase US\$ 14.000, e, em termos de paridade de poder de compra, ultrapassou US\$ 16.500, situando-se entre os mais elevados da América Latina.

Comércio Bilateral

A corrente de comércio bilateral alcançou recorde histórico em 2011, de US\$ 9,98 bilhões (+ 19,44% em comparação com 2010). Naquele ano, o Brasil consolidou-se como o quarto principal sócio comercial e o terceiro maior fornecedor chileno. O Brasil tornou-se o principal fornecedor de petróleo ao Chile, superando Argentina e Equador. O Chile, por sua vez, tornou-se o segundo principal parceiro do Brasil na América Latina. Entre os principais produtos de exportação chilenos, destacam-se cátodos de cobre, sulfetos de minério de cobre e fios de cobre, perfazendo quase 60% das exportações chilenas ao Brasil. Em 2012, até agosto, a corrente de comércio totalizou 5,7 bilhões de dólares, registrando redução de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior. De janeiro a agosto, o Brasil registrou superávit de apenas US\$ 158 milhões, indicando a manutenção do equilíbrio na balança comercial com o Chile.

Investimentos

Em 2011, o Brasil recebeu US\$ 578 milhões em Investimento Externo Direto (IED) chileno, o que fez do Chile o principal investidor sul-americano na economia brasileira. O Brasil concentra o segundo maior estoque de investimentos externos chilenos (US\$ 12 bilhões). O mercado brasileiro é visto com crescente interesse por parte das empresas chilenas em seus planos de internacionalização. O setor de energia é o principal destino do IED chileno no Brasil, aproximadamente 35% do total. Um caso emblemático, que reflete a confiança mútua do empresariado chileno e brasileiro, foi a fusão entre as empresas LAN e TAM para formar a LATAM, uma das 10 maiores linhas aéreas do mundo. Atualmente, há cerca de 70 empresas brasileiras instaladas no Chile, com investimentos estimados em mais de US\$ 3,2 bilhões (*e.g.* PETROBRÁS, Itaú e Gerdau).

ANEXOS**I - CRONOLOGIA HISTÓRICA DO CHILE**

1520. A serviço da Espanha, Fernão de Magalhães cruza o estreito que leva seu nome e chega ao Chile.

1541. Pedro de Valdivia funda Santiago do Chile.

1817. O Exército Libertador, dirigido por O'Higgins e San Martín, entra no Chile e vence a Batalha de Maipú, em 5 de abril.

1818. O'Higgins assina a Ata de Independência. Proclamação da República.

1861. José Joaquín Pérez é eleito Presidente. Ascensão ao poder do Partido Liberal, que o conservará até a Revolução de 1891.

1879. Militares chilenos ocupam o porto boliviano de Antofagasta. Tem início a Guerra do Pacífico.

1884. Fim da Guerra do Pacífico. Inicia a exploração de salitre nas áreas tomadas de Peru e Bolívia.

1891. Revolução de 1891. O Presidente constitucional José Manuel Balmaceda é derrotado por tropas favoráveis ao Congresso Nacional. Tem início o Parlamentarismo.

1925. Promulgada a Constituição de 1925, que estabeleceu um sistema presidencialista.

1927. Carlos Ibáñez del Campo toma o poder e instala ditadura de inspiração fascista.

1931. Sob os efeitos da crise de 1929, Ibáñez del Campo renuncia.

1939. Começa sucessão de governos do Partido Radical, que permanecerá no poder até 1952.

1952. Carlos Ibáñez del Campo chega outra vez à Presidência, desta vez por via eleitoral.

1964. Eduardo Frei, do Partido Demócrata Cristão (PDC), inicia reforma agrária.

1970. Salvador Allende é eleito Presidente do Chile. Primeiro socialista eleito, em seu governo nacionaliza mineradoras norte-americanas.

1973. O General Augusto Pinochet lidera golpe de estado. Salvador Allende morre no Palácio La Moneda.

1976. O Chile se retira do Pacto Andino.

1978. A Bolívia rompe relações com o Chile (ainda não houve reatamento formal).

1980. Promulgada a Constituição de 1980, aprovada por plebiscito.

1985. Controvérsia entre Chile e Argentina a respeito da soberania sobre o Canal de Beagle é submetida à arbitragem do Papa João Paulo II. O Chile ficou com ilhas Nueva, Picton e Lennox, além do controle do canal de Drake; a Argentina passou a controlar o mar territorial atlântico e seus recursos pesqueiros e petrolíferos.

1988. Pinochet é derrotado em plebiscito sobre sua permanência, previsto pela Constituição, e deixa o poder.

1990. O democrata-cristão Patricio Aylwin toma posse como Presidente. Constituição de 1981 permite a Pinochet manter-se até 1998 à frente do Exército e nomear 9 Senadores.

1994. Eduardo Frei Ruiz-Tagle (filho do ex-Presidente Frei), da coalizão de centro-esquerda Concertación, é eleito Presidente.

1998. Pinochet deixa o comando do exército e assume cadeira vitalícia no Senado - prerrogativa garantida pela Constituição. Em outubro, é preso em Londres, a pedido da Justiça espanhola, que solicita sua extradição para julgá-lo por "crimes contra a humanidade"

1999. O Reino Unido autoriza a extradição de Pinochet para a Espanha, mas o General, com 84 anos, é libertado por ser considerado incapaz fisicamente de enfrentar julgamento.

2000. Ricardo Lagos Escobar, da Concertación, é eleito Presidente por estreita margem. Primeiro socialista a governar o país desde Allende, manteve política econômica liberal.

2002. Pinochet renuncia ao cargo de Senador vitalício.

2003. Assinado Acordo de Livre Comércio com os EUA. O Chile torna-se o primeiro país na América do Sul a fazê-lo.

2006. Michelle Bachelet, da Concertación, é eleita Presidente. Pinochet morre em dezembro.

2010. Sebastián Piñera é eleito Presidente, em 17 de janeiro, no segundo turno, pela "Coalición por el Cambio", coligação de centro-direita. Toma posse em 11 de março.

2010. Terremoto de 8,8 graus na escala Richter, com epicentro em Concepción (centro-sul) em 27 de fevereiro.

2010. Grupo de 33 mineiros passa mais de três meses soterrado, após deslizamento de terra na mina de cobre e ouro de San José, na cidade de Copiapó. Todos foram resgatados com vida.

II- CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-CHILE

1836 - Estabelecimento de relações diplomáticas.

1837 - Apresentação de credenciais do primeiro representante diplomático brasileiro no Chile, Manuel de Cerqueira Lima.

1838 – Assinatura, em 1º de setembro, do primeiro tratado bilateral entre os dois países (Tratado de Amizade, Comércio e Navegação).

1884-1886 - Brasil é escolhido para presidir, com voto de desempate, os tribunais arbitrais que julgaram as reclamações dos países neutros na Guerra do Pacífico contra o Chile.

1915 - Assinatura do Pacto ABC (Pacto de Não-Agressão, Consulta e Arbitragem), entre Argentina, Brasil e Chile, não referendado pelo Parlamento chileno.

1922 - Elevação das Legações dos dois países à categoria de Embaixadas.

1964-1973 - Expressivo número de militantes de esquerda brasileiros busca asilo no Chile.

1976 - O Chile se retira do Pacto Andino.

1996 - O Chile torna-se membro associado do MERCOSUL. Entra em vigor o Acordo de Complementação Econômica nº. 35 (ACE-35).

2004 - Brasil e Chile iniciam participação, de forma protagônica, nas operações da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

2006 - O Chile retorna ao Pacto Andino, na qualidade de Estado associado, condição compartilhada com Brasil.

2007 - Visita do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Chile, em abril.

2007 - Encontro Trilateral Brasil-Chile-Bolívia, em La Paz, em dezembro, para discutir o corredor rodoviário bioceânico Santos-Arica.

2008 - Em maio, na Cúpula da UNASUL realizada em Brasília, é assinado o Tratado Constitutivo do organismo. Fica acordado que o Chile exerceria sua Presidência *Pro Tempore* por um ano.

2009 - Visita da então Presidente Michelle Bachelet a São Paulo, em 20 de julho.

2010 - Visita do ex-Chanceler Celso Amorim a Santiago, em 12 de fevereiro. Foi instalada a Comissão Bilateral Brasil-Chile, e foi assinado Memorando de Entendimento de Cooperação na Área da Televisão Digital Terrestre.

2010 - Visita do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santiago, em 1º de março, para prestar solidariedade no contexto do terremoto do dia 27 de fevereiro.

2010 - Visita do Presidente Sebastián Piñera a Brasília, em 9 de abril, ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva.

2010 - Visita do Chanceler chileno Alfredo Moreno a Brasília, em 17 de agosto, quando realizou-se a I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Chile, e foram assinados Ajustes Complementares para criação de Grupos de Trabalho sobre Saúde, Desenvolvimento Social e Esportes.

2011 - Visita do Senhor Ministro de Estado ao Chile, em 1 de abril. Na ocasião, realizou-se a II Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Chile e foram assinados Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica referente a Televisão Digital; novo Programa Executivo de Cooperação em Matéria Cultural (PEC); e Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria Educacional.

III - ATOS BILATERAIS

Nome	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Tratado de Arbitramento	18/05/1899	07/03/1906	15/04/1906
Tratado de Extradicação	08/09/1935	09/08/1937	20/08/1937
Convênio sobre Transportes Marítimos.	25/04/1974	08/01/1975	21/01/1975
Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	11/03/1975	11/03/1975	17/03/1975
Acordo Básico de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica.	26/07/1990	28/09/1992	16/10/1992
Acordo, por troca de Notas, sobre a Constituição de uma Comissão Técnica Bilateral para Estudar as Conexões Rodo-Ferroviárias entre os Oceanos Atlântico e Pacífico.	26/03/1993	26/03/1993	22/04/1993
Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países.	25/03/1996	07/03/1997	27/02/1997
Tratado sobre Transferência de Presos Condenados.	29/04/1998	26/03/1999	29/03/1999
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda	03/04/2001	24/07/2003	03/10/2003
Acordo de Cooperação no Campo dos usos Pacíficos da Energia Nuclear.	20/03/2002	não disponível	21/06/2006
Convênio de Previdência Social	26/04/2007		02/09/2010
Acordo entre o Brasil e o Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa	03/12/2007	30/12/2009	23/12/2010
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile (2009)	30/07/2009	02/08/2011	05/01/2011

IV – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

CHILE: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República do Chile
Superfície	756.946 Km ²
Localização	América do Sul
Capital	Santiago
Principais cidades	Santiago, Valparaíso, Los Lagos, Maule, La Araucanía
Idioma oficial	Espanhol
Moeda	Peso Chileno
População (2011)	17,2 milhões de habitantes

Pais sul-americano que ocupa uma longa e estreita faixa costeira entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Pacífico. Faz fronteiras com Peru, Bolívia e Argentina. Possui uma população de aproximadamente 17 milhões de habitantes, distribuída em uma extensão de 757 mil Km². O país é um dos mais estáveis e prósperos da América do Sul. No contexto latino-americano destaca-se como o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do BIE, The Economist Intelligence Unit, Country Report & Monitor 2012 e Central Intelligence Agency, World Factbook, versão 2012.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

PIB Nominal	US\$ 248,6 bilhões
Crescimento real do PIB	6,0%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 14.453
PIB PPP	US\$ 298,5 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 17.355
Inflação	4,4%
Reservas internacionais	US\$ 41,9 bilhões
Dívida externa	US\$ 98,1 bilhões
Câmbio (Ps / US\$)	521,46

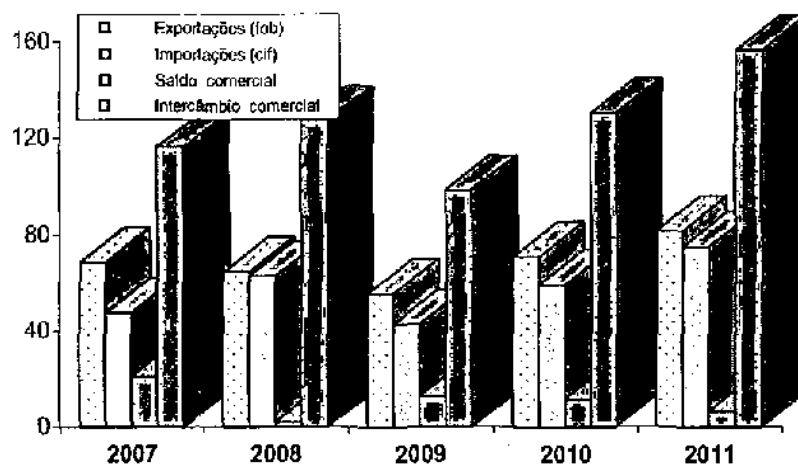
Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 249 bilhões e crescimento em torno de 6%, o Chile destacou-se como a 39ª economia mundial. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 53% do PIB, seguido do industrial com 42% e agrícola com 5%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do BIE, The Economist Intelligence Unit, Country Report & Monitor 2012 e Central Intelligence Agency, World Factbook, versão 2012.

CHILE: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	69	65	55	71	81
Importações (cif)	48	63	43	59	75
Saldo comercial	21	2	13	12	7
Intercâmbio comercial	116	127	98	130	156

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2012.



O comércio exterior do Chile apresentou, em 2011, variação de 35% em relação a 2007, passando de US\$ 116 bilhões para cerca de US\$ 156 bilhões. No ranking do FMI o Chile figurou como o 41º mercado mundial, sendo o 43º exportador e o 45º importador.

CHILE: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
China	17,3	24,4%	18,6	22,8%
Estados Unidos	6,9	9,7%	9,0	11,1%
Japão	7,7	10,9%	9,0	11,1%
<i>Brasil</i>	<i>4,2</i>	<i>6,0%</i>	<i>4,5</i>	<i>5,5%</i>
Coreia do Sul	4,2	5,9%	4,4	5,5%
Países Baixos	2,6	3,7%	3,8	4,7%
Itália	2,5	3,5%	2,7	3,3%
Peru	1,8	2,3%	2,0	2,5%
Índia	1,7	2,4%	1,9	2,3%
México	1,9	2,7%	1,8	2,2%
Subtotal	50,6	71,3%	57,8	71,0%
Outros países	20,3	28,7%	23,6	29,0%
Total	70,9	100,0%	81,4	100,0%

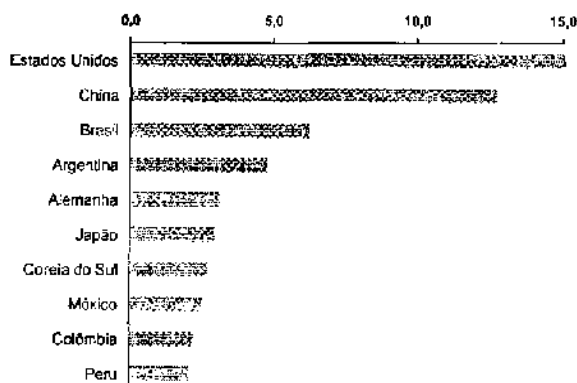
Elaborado pelo MIREX/PRIDE - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2012

As exportações chilenas foram destinadas principalmente à China, com 23% no total das vendas do país. Destacaram-se, também, os Estados Unidos (11%); Japão (11%). O Brasil foi o quarto destino, com 5,5% da pauta.

CHILE: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	10,0	16,8%	15,1	20,1%
China	10,0	16,8%	12,7	16,9%
Brasil	4,7	7,8%	6,2	8,3%
Argentina	4,7	7,9%	4,8	6,3%
Alemanha	2,4	4,0%	3,1	4,2%
Japão	3,4	5,7%	3,0	3,9%
Coreia do Sul	3,5	5,9%	2,7	3,6%
México	2,1	3,6%	2,5	3,4%
Colômbia	1,6	2,6%	2,2	3,0%
Peru	1,4	2,3%	2,1	2,7%
Subtotal	43,6	73,3%	54,4	72,6%
Outros países	15,8	26,7%	20,5	27,4%
Total	59,4	100,0%	74,9	100,0%



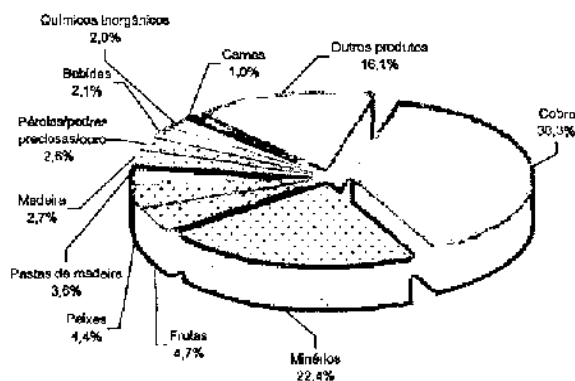
Elaborado pelo MAREDP/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2012

Os Estados Unidos, China e Brasil foram os principais fornecedores de bens ao Chile. Em 2011, esses países em conjunto participaram com 45% do total das compras chilenas, seguidos da Argentina (6%); e Alemanha (4%).

CHILE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

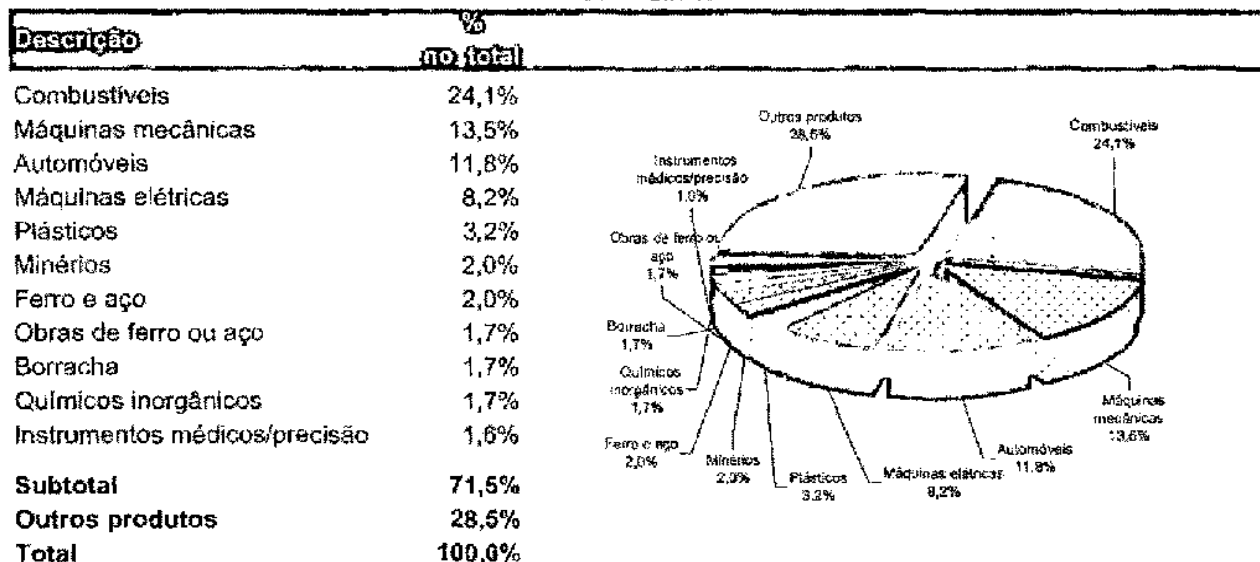
Descrição	% no total
Cobre	38,3%
Minérios	22,4%
Frutas	4,7%
Peixes	4,4%
Pastas de madeira	3,6%
Madeira	2,7%
Pérolas/pedras preciosas/ouro	2,6%
Bebidas	2,1%
Químicos inorgânicos	2,0%
Carnes	1,0%
Subtotal	83,9%
Outros produtos	16,1%
Total	100,0%



Elaborado pelo MAREDP/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da Comissão Nacional de Desenvolvimento Econômico (CNDV) e da Base de Dados do MAREDP/DC

A pauta de exportações do Chile é densamente concentrada, devido, sobretudo, às grandes reservas de cobre e minérios existentes no país.. Ambos foram responsáveis, em 2011, por 61% do total exportado. Em seguida destacaram-se: frutas (5%); peixes (4%) e pastas de madeira (4%).

CHILE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2011 - Em %



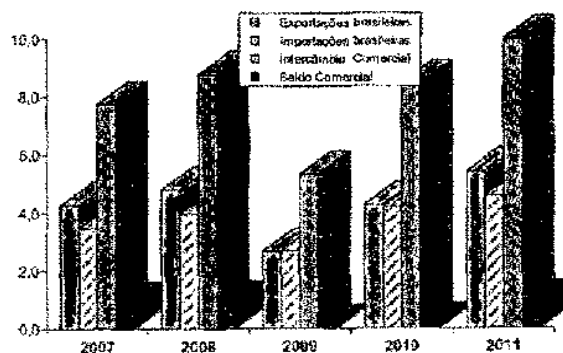
As importações de petróleo representaram quase 1/4 das compras em 2011. Também mostraram destaque na pauta de importações as máquinas mecânicas (14%); automóveis (12%); máquinas elétricas (8%); e plásticos (3%).

BRASIL-CHILE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações brasileiras	4,3	4,8	2,7	4,3	5,4	3,6	3,0
Varição em relação ao ano anterior	9,0%	12,4%	-44,7%	60,4%	27,3%	42,1%	-17,4%
Importações brasileiras	3,5	4,0	2,7	4,2	4,6	3,2	2,8
Varição em relação ao ano anterior	21,0%	14,2%	-32,4%	56,6%	8,9%	23,5%	-11,1%
Intercâmbio Comercial	7,7	8,7	5,3	8,4	10,0	6,8	5,8
Varição em relação ao ano anterior	-99,7%	13,2%	-39,1%	58,5%	18,1%	32,8%	-14,5%
Saldo Comercial	0,8	0,8	0,0	0,1	0,9	0,4	0,2

Elaborado pelo MRE/DECEX - Divisão de a Relações Comerciais, com base em dados do MDA/SECEX/Anuário

O Chile foi o 9º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 29%, passando de US\$ 7,7 bilhões, para US\$ 10 bilhões. As exportações tiveram um incremento de 27%, enquanto que as importações aumentaram cerca de 32%. O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil em todo o período analisado, registrando, em 2011, US\$ 900 milhões. A participação do Chile no comércio exterior brasileiro foi de 2% em 2011.

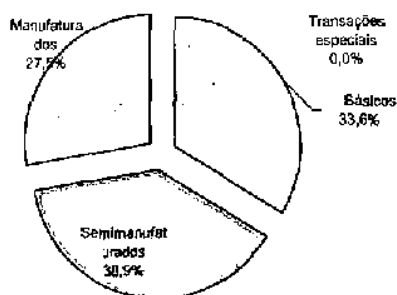
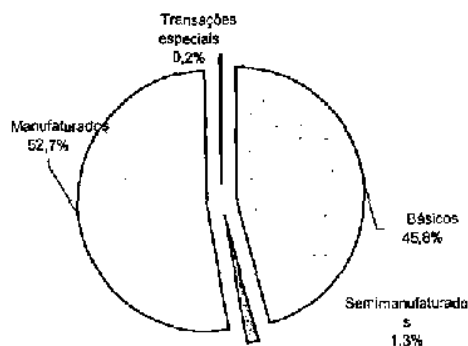


BRASIL-CHILE: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ bilhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.º	VALOR	PART.º
Básicos	2,5	45,8%	1,5	33,6%
Semimanufaturados	0,1	1,3%	1,8	38,9%
Manufaturados	2,9	52,7%	1,3	27,5%
Transações especiais	0,0	0,2%	0,0	0,0%
Total	5,4	100,0%	4,6	100,0%

Elaborado pelo MPED/PRD/C - Divisão de Integração Comercial, com base em dados do IBIC

As exportações brasileiras para o Chile são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 53% das vendas em 2011. Em seguida foram produtos básicos, com 46%, e os semimanufaturados, com 1%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos semimanufaturados representaram 39% do total em 2011, seguido dos básicos com 34% e dos manufaturados com 28%.



BRASIL-CHILE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para o Chile, 2011
			Valor	% no total	
Combustíveis	0,5	1,1	2,2	40,5%	
Automóveis	0,4	0,8	0,8	13,9%	
Máquinas mecânicas	0,3	0,4	0,4	7,3%	
Carnes	0,0	0,1	0,2	4,4%	
Máquinas elétricas	0,2	0,3	0,2	4,3%	
Ferro e aço	0,1	0,2	0,2	4,3%	
Plásticos	0,1	0,2	0,2	4,0%	
Subtotal	1,9	3,4	4,5	83,8%	
Outros produtos	0,7	0,9	0,9	16,2%	
Total	2,7	4,3	5,4	100,0%	

Elaborado pelo MPED/PRD/C - Divisão de Integração Comercial, com base em dados do MDIC/SCEX/Mercado

As exportações brasileiras destinadas ao Chile apresentaram elevado grau de concentração. Em 2011, o petróleo em bruto representou cerca de 41% do total exportado. Em seguida, destacaram-se: automóveis (14%) e máquinas mecânicas (7%).

BRASIL-CHILE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias do Chile, 2011
			Valor	% no total	
Cobre	1,0	1,8	1,8	40,2%	
Minérios	0,7	1,0	1,0	22,4%	
Pescados	0,2	0,3	0,3	6,2%	
Químicos orgânicos	0,1	0,2	0,2	4,8%	
Frutas	0,1	0,1	0,1	3,2%	
Adubos	0,1	0,1	0,1	3,2%	
Subtotal	2,4	3,7	4,0	87,4%	
Outros produtos	0,3	0,5	0,6	12,6%	
Total	2,7	4,2	4,6	100,0%	

Elaborado pela MRE/DPREX - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/AlcegaWeb.

As importações brasileiras originárias do Chile apresentaram, também, alto grau de concentração. Cobre e minérios responderam por cerca de 63% do total em 2011. Em seguida, destacaram-se: pescados (6%); produtos químicos orgânicos (5%); frutas (3%); e adubos (3%).

BRASIL-CHILE: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-ago)	2012(jan-ago)		Exportações bras. para o Chile em 2012 (jan-ago)
		Valor	% no total	
Exportações				
Combustíveis	1.565	708	23,8%	
Automóveis	427	518	17,4%	
Máquinas mecânicas	135	153	5,1%	
Carnes	104	256	8,6%	
Máquinas elétricas	135	153	5,1%	
Plásticos	150	152	5,1%	
Ferro e aço	182	107	3,6%	
Papel	72	78	2,6%	
Borracha	74	70	2,4%	
Perfumaria	49	61	2,1%	
Subtotal	2.892	2.257	76,0%	
Outros produtos	708	715	24,0%	
Total	3.600	2.972	100,0%	

Importações bras. originárias do Chile em 2012 (jan-ago)

DESCRIÇÃO	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)	% no total	Importações bras. originárias do Chile em 2012 (jan-ago)
Importações				
Cobre	1.316	1.184	42,1%	
Minérios	741	380	13,5%	
Pescados	180	204	7,3%	
Adubos	89	175	6,2%	
Frutas	89	127	4,5%	
Químicos orgânicos	151	120	4,3%	
Automóveis	63	72	2,6%	
Químicos inorgânicos	44	72	2,6%	
Bebidas	52	61	2,2%	
Obras de ferro/aço	67	55	1,9%	
Subtotal	2.802	2.451	87,1%	
Outros produtos	365	363	12,9%	
Total	3.167	2.814	100,0%	

Elaborado pela MRE/DPREX - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/AlcegaWeb.

Aviso nº 961 - C. Civil.

Em 8 de novembro de 2012.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GEORGES LAMAZIÈRE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, depois de amanhã, é um

feriado nacional, em que se comemora a Proclamação da República.

República significa *res publica*, coisa publica, isto é, nós deixamos, portanto, de ser uma Monarquia, em que o Imperador tudo podia, apesar de ter sido uma “monarquia constitucionalista” – entre aspas. Na verdade, a República foi proclamada para que o povo pudesse de fato estar representado nos Poderes, tanto Executivo, Legislativo, quanto Judiciário, tanto que o processo, e V. Exª leu há pouco, de indicação de autoridade para o Judiciário passa exatamente pelo exa-

me do Senado, para poder dar a legitimidade, para se coadunar com o princípio constitucional de que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido.

Mas, Sr^a Presidente, como pensar numa República, numa democracia – aliás, a democracia é a alma da República –, enquanto tivermos eleições que não são claras, não são limpas, não são reflexo da vontade legítima do povo?

Portanto, seja pelo abuso do poder da autoridade, quando um governador de Estado apoia ostensivamente um candidato a prefeito, por exemplo, como aconteceu nas eleições passadas, quando ele coage funcionários comissionados a irem para rua fazer bandeiradas, a tomarem conta de comitês eleitorais, e, o que é pior, além disso vê-se que a forma de financiamento das campanhas é muito desigual, Senadora Ana Amélia.

Quem está no poder tem o poder de atrair essas doações, esses financiamentos, de todas as formas, às claras, legalmente, quando uma pessoa física ou uma pessoa jurídica doa para a conta de campanha de um candidato X ou Y. E o que é pior são as chamadas doações ocultas, Senadora Ana Amélia.

O jornal *Folha de S. Paulo* traz uma matéria que diz assim: “Doações ocultas representam 70% da arrecadação”. E o que é uma doação oculta? É, por exemplo, quando uma empresa qualquer – darei o exemplo aqui da empresa Delta – doa para um partido A, B ou C, e esse partido doa para o diretório, ou para a conta de campanha daquele candidato, e aí não aparece, na prestação de contas do candidato, o nome da empresa.

Então, olhem a matéria: “Candidatos eleitos no primeiro turno nas principais cidades do País obtiveram quase 70% de sua arrecadação por meio de doações ocultas”. Se uma empresa doa de maneira oculta, qual é o objetivo? Ou é ressarcir essa doação, amanhã, através de obras ou serviços públicos, ou até já passando o preço do que ela superfaturou em obras ou serviços.

Ao todo 34 prefeitos eleitos em capitais e Municípios com mais de 200 mil eleitores arrecadaram R\$83 milhões (69% do total) com o repasse de origem não identificada.

Os dados constam na prestação de contas divulgada pelo TSE – Tribunal Superior Eleitoral. As receitas e despesas dos cem candidatos que disputaram o segundo turno há duas semanas ainda não terminaram de ser contabilizadas. [Está-se falando aqui só do primeiro turno].

Na doação oculta, a candidatura recebe repasses de direções partidárias ou de comitês financeiros dos partidos. O método, que não é proibido, ajuda a desvincular a participação

de empresas em campanhas eleitorais, já que a entidade privada faz a contribuição para o comitê [ou para o partido].

Entre os que venceram no primeiro turno, há cinco casos em que quase toda a campanha foi custeada com doações ocultas. A recordista foi Teresa Surita (PMDB), eleita em Boa Vista [Deputada Federal], que arrecadou toda a quantia para a campanha dessa maneira.

Toda a quantia arrecadada e que está, na sua prestação de contas, foi por doação oculta.

Ora, Sr^a Presidente, aqui há somente um equívoco: fala-se que venceram no primeiro turno. Essa candidata não venceu no primeiro turno porque, na capital Boa Vista, não tem segundo turno. Ela venceu com 39% dos votos válidos. Portanto, não alcançou 40% dos votos válidos e teve 31% do eleitorado, votos dos que poderiam votar. Então, 69% do eleitorado não votariam nela, mas, mesmo assim, observamos que, além do que eu citei aqui, do abuso de poder do Governador, da colocação da máquina da prefeitura à disposição, mesmo assim, ela foi recordista no financiamento da sua campanha por doações ocultas.

O que é oculto, Sr^a Presidente, não poderia ser permitido! O que é oculto não é republicano, cheira mal, cheira a desonestidade!

Nas maiores capitais, José Fortunati, reeleito pelo PDT em Porto Alegre [Senadora Ana Amélia, do seu Estado], obteve 97,5% da sua arrecadação no modo oculto. Em Anápolis (GO), só R\$600, dos R\$625 arrecadados por Antonio Gomide, estão identificados. Dos 35 eleitos em primeiro turno, nas maiores cidades, só os dados do vencedor em Caxias do Sul estavam indisponíveis.

As doações ocultas também retratam o interesse da direção nacional dos partidos por certas disputas. As legendas aplicam recursos de seu caixa central em cidades que podem render mais dividendos nas eleições seguintes.

O PSDB nacional, que tenta aumentar a sua influência no Nordeste, enviou R\$3,2 milhões ao candidato eleito em Maceió, Rui Palmeira, que, mesmo assim, deixou uma dívida de R\$1. Outro que deixou dívidas foi o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda.

Então, Senadora Ana Amélia, V. Ex^a vê que os partidos têm que ter interesse na reforma política, mas não têm, porque há esse mecanismo de verbas ocultas. Portanto, verbas que não podem ou não querem ser claramente expostas.

Por isso, eu gostaria de, mais uma vez, aqui, pedir às colegas e aos colegas Senadores que nós nos mobilizemos nesse período pós-eleitoral, porque depois, na ressaca pós-eleição, as coisas terminam por se acomodar ou por ficar, digamos, em uma briga judicial que não acaba.

Nesse caso aqui das doações, é preciso esclarecer o povo. Quando se fala em financiamento público de campanha, há uma certa reação da população quanto a tirar dinheiro público para financiar campanha. Acontece que as campanhas já são financiadas com recursos públicos, só que de maneira corrupta, de maneira desonesta, porque é através dessas empresas que têm altos negócios com o Governo Federal, estadual ou municipal que as campanhas são financiadas. E será que alguém pode pensar que algum empresário seja tão bonzinho ao ponto de dar dinheiro do seu caixa

para campanha sem nada em troca ou já dá quando ele já tem saldo de obras superfaturadas ou de serviços superfaturados?

Então, peço a V. Ex^a que autorize a transcrição destas duas matérias: uma da *Folha de S.Paulo* e a outra da *Folha de Boa Vista*, da capital do meu Estado, que dão conta disso, para mostrar a seriedade dessa questão e a urgência de tomarmos uma providência com relação ao financiamento público de campanha.

Portanto, reitero o pedido de transcrição dessas matérias.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

Doações ocultas representam 70% da arrecadação

FELIPE BÄCHTOLD
DE PORTO ALEGRE
VALMAR HUPSEL FILHO
DE SÃO PAULO

Candidatos eleitos no primeiro turno nas principais cidades do país obtiveram quase 70% de sua arrecadação por meio de doações ocultas.

Ao todo 34 prefeitos eleitos em capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores arrecadaram R\$ 83 milhões (69% do total) com repasses de origem não identificada.

Os dados constam na prestação de contas divulgada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). As receitas e despesas dos cem candidatos que disputaram o 2º turno há duas semanas não terminaram de ser contabilizadas.

Na doação oculta, a candidatura recebe repasses das direções partidárias ou de comitês financeiros dos partidos. O método, que não é proibido, ajuda a desvincular a participação de empresas em campanhas eleitorais, já que a entidade privada faz a contribuição para o comitê.

Entre os que venceram no primeiro turno há cinco casos em que quase toda a campanha foi custeada com doações ocultas. A recordista foi Teresa Surita (PMDB), eleita em Boa Vista (RR), que arrecadou toda a quantia para a campanha dessa maneira.

Nas maiores capitais, José Fortunati, reeleito pelo PDT em Porto Alegre, obteve 97,5% de sua arrecadação no modo oculto. Em Anápolis (GO), só R\$ 600 dos R\$ 625 mil arrecadados por Antonio Gornide (PT) estão identificados. Dos 35 eleitos em primeiro turno nas maiores cidades, só os dados do vencedor em Caxias do Sul estavam indisponíveis.

As doações ocultas também retratam o interesse da direção nacional dos partidos por certas disputas. As legendas aplicam recursos de seu caixa central em cidades que podem render mais dividendos nas eleições seguintes.

O PSDB nacional, que tenta aumentar sua influência no Nordeste, enviou R\$ 3,2 milhões ao candidato eleito em Maceió, Rui Palmeira, que mesmo assim deixou dívida de R\$ 1 milhão. Outro que deixou dívidas foi o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB): R\$ 6,6 milhões.

FOLHA DE BOA VISTA

13/11/2012 02h27

Bom dia

DOAÇÕES

Deu na Folha de S. Paulo de sábado. Os candidatos eleitos no primeiro turno nas principais cidades do país obtiveram quase 70% de sua arrecadação por meio de doações ocultas. São 34 prefeitos eleitos que arrecadaram R\$83 milhões (69% do total) com repasses de origem não identificada, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

RECODISTA

Conforme a matéria do jornal paulista, a recodista de campanha custeada com doações ocultas foi a deputada federal Teresa Surita (PMDB), eleita prefeita de Boa Vista, que arrecadou toda a quantia para a campanha dessa maneira. Na doação oculta, a candidatura recebe repasses das direções partidárias ou de comitês financeiros, recursos estes doados por empresas. O método é permitido pela legislação eleitoral.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, na forma regimental, a sua solicitação será atendida. Essa reforma político-eleitoral é urgente e inadiável. Não podemos ficar só esperando que passe a eleição para acharmos que é importante, porque temos que decidir sobre essa questão.

Outra questão muito séria é a permanência no cargo do titular que disputa a reeleição, até o último dia. Isso é uma coisa que realmente desequilibra qualquer uma disputa, qualquer que seja.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda, pela Liderança do PCdoB.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de fato esse tema é um tema central da vida política brasileira. Nós advogamos o financiamento público de campanha, para que possamos iniciar um processo de mais equilíbrio nas disputas políticas eleitorais para as funções importantes da República: câmara de vereadores, prefeitos, assembleias legislativas, deputados estaduais, governadores, deputados federais, senadores e presidente da República. Se não fizermos essa mudança de qualidade, nós não conseguiremos elevar o patamar da política no nosso País. Essa é uma mudança profunda. Não se trata de uma reforma política muito ampla, mas de uma questão central da política, que é o financiamento das campanhas eleitorais de forma pública, transparente, aberta, para garantir esse equilíbrio.

Mas o tema, Srª Presidente, que eu quero tratar neste breve comunicado é a audiência que tive com a Presidente da Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobras. Foi

recebido pela nossa Presidente, desta que é a maior companhia brasileira, Drª Maria das Graças Foster. A Petrobras vai completar 60 anos de existência. Ela é a razão básica, digamos assim, do projeto de desenvolvimento nacional, juntamente com outras instituições do setor elétrico brasileiro. Elas são as estruturas, as bases que permitem ao nosso projeto avançar.

Ali, discuti um projeto que é emblemático para o meu Estado. Conversando com a Presidenta, disse: “Olha, não se trata da redenção do Ceará”, um Estado sempre muito castigado pelo clima, pelas secas prolongadas que estamos vivenciando agora. Então, não se trata de uma redenção, mas se trata de um projeto de impulsão do desenvolvimento, com o qual nós trabalhamos há muitos e muitos anos.”

Trata-se, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da reconstrução da refinaria Premium II, que vai processar 300 mil barris de petróleo/dia, que tinham inicialmente como destino a exportação. Mas, em face do desenvolvimento do nosso País, do nosso crescimento mais acelerado, este projeto volta-se para o consumo interno. É o povo brasileiro que está precisando de mais energia e, portanto, de mais petróleo e de mais refino para garantir o suprimento nacional.

Diante dessa realidade, a Presidente da Petrobras colocou para mim que a refinaria Premium é irreversível, tenha sócio ou não tenha sócio, porque foi colocada a ideia, para acelerar o processo, de conseguirmos um sócio nacional, estrangeiro, americano, inglês, chinês, coreano, fosse o que fosse. A Petrobras está aberta. É bem-vindo. Se surgir um sócio, será bem recebido pela Petróleo Brasileiro S.A.

Mas a refinaria não depende de sócio. A refinaria vai ser construída pela Petrobras.

Essa decisão para nós do Ceará é muito importante. Digo uma vez mais: não se trata da redenção, mas se trata de uma impulsão jamais alcançada pelo nosso Estado. É um investimento de US\$15 bilhões. Esse investimento que se traduz na construção de uma refinaria não é só uma refinaria, é um número significativo de empresas que giram em torno de um empreendimento desse porte, seja na área industrial, seja na área de serviços, que vão, portanto, incrementar o crescimento econômico e o desenvolvimento do nosso Estado com impacto na nossa região, na Região Nordeste. E isso foi fruto de uma decisão política de um projeto mais arrojado, que é o projeto a que nós assistimos e que vem avançando inicialmente com o Lula e agora com a Presidente Dilma Rousseff.

Digo, Sr. Presidente, que são inúmeras
(*Soa a campanha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... as empresas que têm procurado o Ceará, que têm procurado o nosso Estado, exatamente em função da construção da refinaria Premium no nosso Estado. Isso tem grande significado.

E essa é a palavra da Presidente da Petrobras, Dr^a Maria das Graças Foster, de que a refinaria vai ser construída com sócio ou sem sócio, porque se trata de uma necessidade do nosso País, é o interesse do Brasil, e isso, evidentemente, se sobrepõe a qualquer necessidade adicional que possa existir para acelerar o processo de ter um sócio ou não ter para a construção da refinaria.

Considerarei, portanto, Sr. Presidente, de grande êxito essa indicação da Presidente Maria das Graças Foster para a construção da refinaria Premium II no Estado do Ceará.

E dou como notícia, sublinhando uma vez mais: há poucos meses, ali no Município de Paracuru, a 70 quilômetros do Município de Paracuru, na plataforma continental, a 5,5 mil metros de profundidade, a Petrobras, em um único furo, localizou uma jazida de 300 milhões de barris de petróleo presumíveis. Isso é uma riqueza. Só isso já vale 20 refinarias. Mas resolveu fazer um Poço II, e a nossa expectativa é de que ele ainda seja melhor do que o Poço I.

Então, digamos que nós vamos unindo a construção da refinaria

(*Soa a campanha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... também com a descoberta de óleo ali no nosso Estado, no Ceará. Vai ficar mais fácil refinar. Nós não vamos precisar fazer grandes transportes. Vamos refiná-lo ali mesmo, no Pecém, na refinaria Premium II.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de destacar essa audiência, a gentileza da nossa Presidente Maria das Graças Foster de conversar, de dialogar com a nossa representação política no Congresso Nacional para reforçar os argumentos em torno da construção da refinaria Premium II no Estado do Ceará.

Digo que em torno desse empreendimento não são poucas as empresas que têm se dirigido ao nosso Estado, todas muito bem-vindas, e digo que a nossa parte, do Estado do Ceará, de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará, tendo à frente o Governador Cid Gomes, tem sido cumprida à risca. Não há nada que tenha sido solicitado pela Petrobras que o Governo do Estado não tenha garantido para permitir que esse empreendimento se desenvolva no nosso Estado, no Estado do Ceará.

Portanto, Sr. Presidente, estamos imbuídos desse espírito de garantir

(*Soa a campanha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... que este empreendimento, que é a refinaria Premium II, ganhe velocidade em face da necessidade do Brasil e, sobretudo, evidentemente, também do interesse maior do nosso Estado, o Estado do Ceará.

Quero agradecer a gentileza de V. Ex^a.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra neste instante à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Mozarildo, Senadores, Senadoras e nossos telespectadores da TV Senado, as mudanças propostas na Medida Provisória nº 579, em discussão na comissão especial do Congresso, definindo as tarifas e regras de concessão do setor elétrico, não podem impactar negativamente nas cooperativas de eletrificação rural, especializadas em atuar em Municípios pouco atrativos para as grandes empresas. As cooperativas de eletrificação rural não ficam com o filé mignon do setor elétrico. Ao contrário, são cooperativas operando em áreas carentes. Ficam, como se diz, com a “carne de pescoço”, porque muitos investidores não enxergam oportunidade de negócios lucrativos nessas áreas, às vezes, até de difícil acesso.

Não podemos cometer o erro de tratar de maneira igual situações tão desiguais. Na última sexta-feira, estive em Porto Alegre, capital do meu Estado, para discutir a Medida Provisória com a Federação das

Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, a Fecoergs, liderada pelo presidente Jânio Stefanello. Também participaram daquele encontro os meus correligionários, Deputado Luís Carlos Heinze e o Deputado Estadual Pedro Westphalen.

A conclusão foi que a Medida Provisória acerta quando reduz as tarifas de energia para o consumidor domiciliar e industrial, mas não pode errar ao aumentar os custos do setor cooperativo ou provocar insegurança jurídica, como reconheceu o empresário Jorge Gerdau Johannpeter na audiência pública da semana passada. A preocupação social elogiável da redução do custo de energia não pode comprometer a competitividade do setor produtivo.

Só a Fecoergs envolve 23 cooperativas de distribuição e geração de energia no meio rural do meu Estado, que respondem por mais de 64 mil quilômetros de redes. Esses grupos cooperativos levam energia elétrica para mais de 1,2 milhão de moradores do meu Estado, atendendo 11% dos gaúchos. É uma categoria especial que precisa de tratamento diferenciado, sem aumento de custos de operação e sem insegurança jurídica para a manutenção das atividades de distribuição e geração de energia.

A Medida Provisória, que está sendo relatada pelo Senador Renan Calheiros, tem que contemplar as cooperativas, destinando parte da energia já amortizada para a melhoria dos sistemas elétricos dessas associações. É um investimento que traz retorno. No meu Estado, existem exemplos de investimentos feitos, nos últimos anos, pelas próprias cooperativas, como a modernização das redes de transmissão, que resultaram na diminuição dos custos de manutenção e operação do sistema.

Como disse o Ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, na última sexta-feira, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, cooperativa é a síntese do capital social, base do bem-estar coletivo.

Por isso, apresentei duas Emendas: a 176 e a 178, que espero acolhimento pelo Relator Renan Calheiros. Ambas permitem às cooperativas o desenvolvimento das atividades com padrões e custos de energia compatíveis com a lógica cooperativista. As cooperativas não podem onerar os consumidores e seus associados. Elas precisam de tarifas mais baixas, para continuar agregando valor ao agronegócio, à produção rural e a outros setores importantes.

A proposta, no caso dessas duas Emendas, é modernizar o processo de regularização das cooperativas de eletrificação rural pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O meio deve ser a redução equilibrada das tarifas, tanto para as concessionárias

quanto para as permissionárias. Esse ajuste visa a fazer justiça com mais de cem cooperativas de eletrificação rural, responsáveis por levar energia ao meio rural, para mais de 4 milhões de brasileiros.

Tenho certeza de que este é o objetivo de muitos Representantes desta Casa, como o Senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo, que também apresentou emendas em favor do desenvolvimento das cooperativas de eletrificação rural.

Nesta semana, teremos duas audiências públicas importantes: uma hoje, quando devemos colher mais informações. Os convidados, que já devem estar lá reunidos, são de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro e do Fórum de Secretários de Energia. A outra na quarta-feira (14), quando esperamos ouvir argumentos dos Ministérios de Minas e Energia; Fazenda; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Advocacia-Geral da União e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Serão oportunidades de avançarmos sobre as mudanças que precisam ser feitas de modo a garantir a redução das tarifas de energia sem causar insegurança jurídica no marco do setor ou, ainda, injustiças.

O Ministro Interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, informou, em artigo publicado, neste domingo, no jornal *O Estado de S. Paulo*, que para conseguir reduzir as tarifas de energia o Governo decidiu aportar recursos anuais na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Na avaliação do Ministro, com a redução da contribuição do consumidor para a manutenção da CDE, que financia a universalização do acesso à energia elétrica, a chamada “tarifa social”, e a geração eficiente de eletricidade em locais remotos pode chegar a um quarto do que é atualmente pago. Reforça, por isso, que a energia não pode mais ser um entrave para a competitividade das empresas.

Em artigo publicado na edição de hoje do jornal *Valor Econômico*, o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, informa que a antecipação para 2013 das concessões no setor elétrico resultarão em “prêmio” para as concessionárias mais eficientes e em “incentivos para redução de gorduras” no caso das menos eficientes.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inquestionável a necessidade de diminuição das tarifas de energia, uma das mais altas do mundo. As mudanças no setor precisam considerar o consumidor, mas precisamos de cautela para evitar distorções ou inseguranças no marco regulatório do setor elétrico.

Estamos falando de um setor muito sensível, altamente dependente de investimentos – não só nacionais como também estrangeiros –, e essencial para o desenvolvimento da nossa infraestrutura.

A redução das tarifas será mais benéfica se conseguir atingir positivamente um maior número de pessoas e empresas.

O § 2º do art. 15 da Medida Provisória diz o seguinte:

Os bens reversíveis vinculados às concessões de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, independentemente da vida útil remanescente do equipamento, serão considerados totalmente amortizados pela receita auferida pelas concessionárias de transmissão, não sendo indenizados ou incluídos na receita prevista.

É preciso considerar, nesse caso, que as empresas transmissoras planejaram e construíram diversos ativos, como subestações e linhas de transmissão, em datas próximas e anteriores a 31 de maio de 2000. Além disso, vários ativos foram substituídos ou modernizados para atender aos requisitos exigidos nas regras de concessões para a prestação dos serviços de transmissão.

Esses investimentos foram capitalizados conforme as regras regulatórias vigentes, segundo a Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate).

Por isso, todo ativo ainda não amortizado, independente da data de início da operação comercial, precisa ser indenizado. Parece óbvio, mas é uma forma de cumprir contratos, garantir a continuidade dos investimentos feitos e de tratamento isonômico aos segmentos de distribuição e geração.

Antes do relatório da MP nº 579, a ser apresentado pelo Senador Renan Calheiros, é preciso prestar atenção ao § 4º, também do art. 15 da mesma Medida Provisória. O texto diz assim:

As tarifas das concessões de geração de energia hidrelétrica e as receitas das concessões de transmissão prorrogadas ou licitadas levarão em consideração, dentre outros, os custos de operação e manutenção, encargos, tributos e, quando couber, pagamento pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Neste caso, Sr. Presidente, é preciso deixar claro os serviços a serem prestados. Isso é uma forma de estimular os investimentos necessários para a prestação dos serviços de operação e manutenção, garantindo a qualidade do sistema.

São necessárias metodologias de cálculo que possibilitem uma avaliação perfeita da receita e dos valores que envolvem os agentes reguladores do setor e demais envolvidos. As informações precisam ser claras, transparentes e simétricas.

As obrigações das concessionárias também precisam estar explícitas, muito claras, sem variações que causem o desequilíbrio contábil e financeiro das empresas.

Novos investimentos, como a substituição de equipamentos ou outros ajustes que geram custos e encargos, só são possíveis com normas muito claras.

Por esses motivos, apresentei ainda as Emendas nºs 177 e 179, com base nas sugestões da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Na Emenda nº 177, sugiro que 30% da energia velha das usinas que terão as concessões prorrogadas sejam destinados ao mercado livre para leilão.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS.) – Peço a V.Exª apenas uma atenção, Sr. Presidente, que já estou terminando.

Esse mercado do setor elétrico é importante porque as operações de compra e venda de energia elétrica são feitas em condições mais competitivas, principalmente para os setores que consomem muita energia, como é o caso dos setores automotivo, alimentício, siderúrgico e químico.

No caso da Emenda nº 179, sugiro a retomada do regime cumulativo dos impostos que incidem sobre o setor, como PIS/Pasep e Cofins. Quando esses dois impostos deixaram de ser cumulativos, no caso específico do setor elétrico, houve um aumento de 70% da carga tributária de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a cadeia de energia elétrica. Carga tributária maior é tudo o que o setor elétrico não pode ter neste momento!

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, não podemos olhar a Medida Provisória apenas sob uma ótica ou outra. É preciso ser coerente e considerar as limitações do setor elétrico, do Governo e dos consumidores de energia.

Não podemos deixar que o fantasma dos apagões continuem rondando a nossa economia. Precisamos entender que muitos investimentos deveriam ter sido feitos no setor elétrico e não o foram. Em várias partes do País, temos graves problemas que afetam as concessionárias de energia, mas também os consumidores. São os chamados “gatos”, aquelas ligações clandestinas que se espalham pelo Brasil como forma de furto de energia.

É preciso olhar também que o custo da energia industrial encarece os produtos vendidos aos consumidores. Não existe produto sem energia.

Sem infraestrutura moderna – e o setor elétrico faz parte dessa lógica – não há desenvolvimento, nem geração de riquezas. Além das cooperativas de eletrificação rural, os consumidores de pequeno e mé-

dio portes também precisam ser considerados nesse debate, como os *shopping centers*, os hospitais e os empreendimentos que demandam uma quantidade considerável de energia para atender a um público significativo de consumidores.

Somente assim, criaremos as condições necessárias, como marcos regulatórios seguros, para aumentar nossa capacidade de investimento. Uma reportagem publicada hoje no jornal *O Estado de S. Paulo* mostra que o País precisa dobrar os investimentos em infraestrutura, incluindo, obviamente, o setor elétrico, para conseguir fazer a nossa economia crescer 4% ao ano. Ou seja, os investimentos no setor deveriam crescer entre 4% e 6%, no mínimo.

Os especialistas ouvidos nessa reportagem avaliaram que só o setor privado tem capacidade e agilidade para enfrentar esse desafio, pois apenas 2% do Produto Interno Bruto (PIB) são aplicados em infraestrutura e logística.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu apelo é para que o consumidor e as cooperativas de eletrificação rural não sejam perdidos de vista nesse debate.

Precisamos de coerência para ter atenção às demandas das grandes empresas, dos investidores e daqueles com maior capacidade para ampliar os investimentos na nossa infraestrutura, mas sem esquecer, é claro, as organizações com menor poder econômico e também as preocupações sociais desta MP com a redução do custo da tarifa para os usuários domiciliares.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela concessão do tempo.

Durante o discurso da Sr^a Ana Amélia, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cidinho Santos

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Parabéns pelo pronunciamento!

Dando continuidade aos nossos trabalhos, convidado para usar a tribuna o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, os prefeitos, mais uma vez, em Brasília – são milhares de prefeitos –, hoje pela manhã, superlotando o auditório Petrônio Portella, no Senado Federal; e agora, à tarde, com compromissos junto à Presidência do Senado e à Presidência da República, ampliando os esforços na busca de recursos para saudarem os seus compromissos, compromissos que se tornam inadiáveis, especialmente ao final do mandato. Hora do balanço, momento de fechar a conta.

Os prefeitos, neste ano especialmente, foram sacrificados em demasia. O Governo da União ofereceu incentivos fiscais a segmentos da economia com recursos que deveriam ser destinados às prefeituras municipais através do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios.

O Governo fez em demasia o que se chama popularmente de cortesia com o chapéu alheio. Sempre de forma espetacular, a Presidência da República anuncia concessões como se estivesse fazendo favores, mas sem onerar o seu próprio caixa. Transfere a responsabilidade de pagar a concessão feita aos administradores municipais.

Nós sabemos que não é uma questão pontual, circunstancial, transitória; é de maior profundidade. O nosso grande desafio, o desafio do Congresso Nacional – mas, sobretudo, deveria ser encarado como o desafio da Presidência da República –, é a rediscussão do pacto federativo.

As injustiças são gritantes. Há um desequilíbrio na Federação. O princípio constitucional da isonomia tem sido afrontado constantemente. A distribuição dos recursos públicos se dá de forma incorreta, inadequada e injusta. Desonesta mesmo.

É bom retroceder a 1988 – 5 de outubro –, quando o Presidente Ulysses Guimarães, empalmando a nova Constituição, a Constituição Cidadã, ressuscitou as esperanças no povo brasileiro de que este País avançava para a modernização com uma legislação capaz de restabelecer a dignidade da cidadania.

De início, os encargos transferidos aos Municípios brasileiros pela União, através da Constituição de 88, receberam a contrapartida adequada em recursos. Com o passar do tempo, com o decorrer do tempo, a demanda cresceu, os encargos se tornaram superiores, e não houve a contrapartida dos recursos de forma compatível para atender à demanda gerada pela legislação que teve origem na Constituinte de 88.

As reformas não aconteceram desde o Plano Real, a grande reforma, a ruptura em relação ao passado de inflação exorbitante, não se deu um passo adiante depois do bem-sucedido Plano Real. São 10 anos do governo do PT sem reformas; promessas, sim, reformas, não. Nas campanhas eleitorais, o ressuscitar das esperanças, compromissos de que teremos reforma tributária para estabelecer um sistema de arrecadação mais justo e uma distribuição dos recursos arrecadados isonômica, atendendo os direitos de todas as unidades federativas. Mas isso é discurso, isso é promessa, isso fica na campanha eleitoral. Depois da posse, o discurso é outro.

Temos diversos projetos que tramitam no Congresso Nacional e que buscam corrigir as distorções

existentes. Eu próprio tenho um projeto, aliás, dois projetos, que, repito, são fundamentais para socorrer os Municípios brasileiros. O mais importante deles incorpora os recursos oriundos das contribuições sociais para a constituição do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Esses recursos seriam compartilhados entre os entes federativos. Hoje, eles ficam exclusivamente, de forma absoluta, nos cofres da União. Isso não é justo!

O que corresponde essa parcela da receita nacional? Corresponde, nada mais nada menos, a 56% do bolo tributário nacional. Portanto, essa parte maior – que nós podemos denominar de a parte do leão – não é compartilhada com os Estados e Municípios brasileiros.

E de nada adianta o Presidente Ulysses Guimarães ter, com muita sabedoria, definido que o cidadão não mora na federação, o cidadão mora no Município. Os recursos deveriam estar mais próximos do cidadão; os benefícios mais próximos do cidadão; os benefícios oriundos dos recursos públicos mais próximos do cidadão. E é no Município que está o grande patrimônio da cidadania, no Município está a casa e a família, está o trabalho e o salário, está a propriedade. O Município é, portanto, o grande patrimônio da família brasileira. Não há como ignorar a sua importância no concerto da federação.

Se desejamos promover justiça, uma mais correta distribuição dos recursos públicos, rediscutamos o sistema federativo e celebremos um novo pacto que atenda essa característica, essa circunstância, esse conceito: o Município é a célula mater da federação e tem que ser tratado como tal. A Presidenta da República deveria assumir a liderança desse debate.

Eu vou repetir incansavelmente: no sistema presidencialista forte como o nosso, reformas de profundidade só ocorrem com a participação essencial, prioritária da Presidência da República. Especialmente num país continente como o nosso, onde as diferenças regionais são visíveis, os interesses são difusos. Sem a busca do consenso pela liderança maior certamente teremos dificuldades de mudar.

O Congresso pode tentar mudar. Está tentando. O Presidente Sarney constituiu uma comissão para redigir um anteprojeto de pacto federativo. Mas não basta. Quem comanda o processo legislativo, em primeira e última instância, é o Poder Executivo, através da Presidência da República, que elege os Presidentes das duas Casas, com a maioria esmagadora. E com essa maioria esmagadora, conduz o processo legiferante, definindo a pauta, a Ordem do Dia, e estabelecendo as prioridades. É por essa razão que as reformas não ocorrem quando de iniciativa do Poder Legislativo.

O outro projeto a que fiz referência e que tramita nesta Casa, de minha autoria, diz respeito exatamente às concessões feitas pelo Governo da União com recursos dos Municípios. Esse projeto estabelece que as isenções fiscais oferecidas pelo Governo a segmentos da economia, ou os benefícios de qualquer forma transferidos devem ser pagos, devem ser sustentados, com os recursos próprios da União, e não dos Estados e dos Municípios. Dessa forma, nós estaríamos fazendo a correta aplicação desses recursos, uma vez que não pertencem à União, que decide transferi-los, sem consulta aos seus reais possuidores, no caso, os Municípios e os Estados, através dos fundos – o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Portanto, esse é um projeto essencial para acabar com essa cortesia com o chapéu alheio.

Mas antes de finalizar, Sr. Presidente, a reivindicação urgente dos prefeitos é de que a Presidência da República, a Presidente Dilma, não vete o projeto aprovado pelo Congresso Nacional, que redistribui os *royalties* do petróleo entre União, Estados e Municípios. É essencial. É o primeiro passo na busca de um pacto federativo que possa se consolidar, sustentado pela correção na distribuição dos recursos públicos arrecadados na União.

De outro lado, os prefeitos municipais que se encontram em Brasília querem do Governo um repasse emergencial, exatamente para corresponder em parte ao que dos Municípios foi subtraído através das isenções fiscais concedidas pela União. Este é o apelo dos prefeitos brasileiros em Brasília: que o Governo Federal estenda as mãos, agora no final do mandato deles, para que possam realizar o balanço, sem deixar para trás uma demanda de pagamentos que devam ser efetuados logo no início da próxima gestão.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu concedo ao Senador Wellington Dias, com satisfação, o aparte.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço, Senador Alvaro Dias. Nós temos tantas divergências, no dia a dia, no plenário, que eu não poderia perder essa oportunidade de parabenizá-lo e me somar a essas duas bandeiras que V. Ex^a levanta aqui. Primeiro, quero lembrar que nós tivemos uma descontração de responsabilidade muito grande, nas duas últimas décadas, especialmente para os Municípios. Do outro lado, ainda temos uma grande concentração de receitas com a União. Sobre esse projeto do pré-sal, que nós aprovamos aqui e que foi aprovado na Câmara, eu não vejo alternativa a não ser a de ser sancionado. Veja que isso é uma justiça social que se faz, e eu louvo a

coragem do Senado e da Câmara. Tive o privilégio de ter essa iniciativa, o meu projeto foi âncora. Mas quero dizer a V. Ex^a que, no art. 42, que está alterado no projeto, ele prevê... Quando o Presidente Lula mandou para cá o projeto, ele previa que a parcela da União – de 100%, 40% são da União, 60% são dos Estados e Municípios. São R\$30 bilhões este ano, para dar um exemplo, sendo R\$12 bilhões da União e R\$18 bilhões de Estados e Municípios – iria imediatamente para o Fundo Social. Nós aqui fizemos uma salvaguarda dizendo que a União faria a regulamentação. Inclusive, esse dinheiro pode compensar eventuais perdas como os Municípios do Rio, de Espírito Santo reclamam. Então, eu acho que é perfeitamente possível ser sancionado, sem problema. Eu estive também no encontro com os prefeitos, e essa outra bandeira precisa, a exemplo de 2009, quando houve uma medida provisória liberando R\$1,6 bilhão, sendo R\$800 milhões de FPE extra e R\$800 milhões de Fundeb, para socorrer os Municípios... Eu também me somo a mesma ideia e queria parabenizá-lo e concordar com V. Ex^a. Estamos juntos nessa luta. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É uma grande satisfação ter essa oportunidade também de concordar com V. Ex^a, uma vez que estamos quase sempre em flancos opostos.

Sem dúvida, o que se deseja agora é uma espécie de 13º salário aos Municípios brasileiros para compensar o que a União deles retirou durante o ano, com as concessões feitas a setores da economia com isenções fiscais pontuais oferecidas pelo Governo da União e, sem dúvida, o projeto aprovado pelo Senado e pela Câmara, de redistribuição dos *royalties*, é o primeiro passo para estabelecermos o equilíbrio do sistema federativo, um novo pacto em prejuízo para os Estados como Rio de Janeiro, Espírito Santos e São Paulo porque o projeto cuidou de estabelecer que os recursos devem ser retirados da União para compensar as perdas desses Estados que se julgam prejudicados com aprovação do projeto que nós esperamos seja sancionado pela Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Parabéns, Senador Alvaro Dias, pelo pronunciamento. Fico feliz que o municipalismo consiga unir o senhor e o Senador Wellington Dias. Só o municipalismo! A Senadora Vanessa e o Senador Tomás Correia, de igual forma.

Queria registrar a presença, no plenário, do nosso Prefeito de Arenópolis, em Mato Grosso, Farid Tenório.

Passo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Eduardo Lopes por cinco minutos.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores que acompanham esta sessão pela rádio, pela televisão, pela Internet, Senadores aqui presentes, quero trazer nesta tarde um assunto que é de extrema importância, que está também sendo tratado dentro da reforma do Código Penal, e quero que vocês reflitam em uma coisa muito importante e perigosa ao mesmo tempo.

Imaginemos um mal com poder letal superior ao da AIDS, da tuberculose e da malária. Pois bem, me refiro ao abuso do álcool. Isso mesmo, o álcool é responsável por quase 4% de todas as mortes que ocorrem no mundo. Pode ser considerado um dos maiores “assassinos” da história.

Esses dados constam de estudo da Organização Mundial de Saúde divulgado em fevereiro do ano passado, segundo o qual a maioria das mortes relacionadas com o álcool é causada por ferimentos ocorridos em decorrência do abuso da substância, de cirrose e também de males cardíacos.

E, pior, o Brasil é um dos líderes no *ranking* americano de consumo de álcool. Pesquisa feita pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) apontou, em 2011, que o alcoolismo era o principal problema de saúde pública no Brasil.

Dados, também de 2011, da Organização Mundial de Saúde mostram que os brasileiros consomem o equivalente a 18,5 litros de álcool puro por ano. Isso mesmo, a equivalência é a álcool puro, e não apenas a “bebidas alcoólicas”!

Devemos aí chamar a atenção para o seguinte: se uma garrafa de vinho de 750ml tem 12% de álcool, na média, significa que, numa garrafa de 750 ml, nós temos mais ou menos 90ml de álcool. Para se consumir esses 18,5 litros, seriam necessárias duzentas garrafas por ano de vinho. Quer dizer, uma garrafa, mais ou menos, a cada um dia e meio para atingir esses números que, talvez, alguns possam contestar, mas são números, repito, da Organização Mundial de Saúde.

Na análise dos pesquisadores da Unifesp, mais de dez por cento da mortalidade ocorrida no País tem ligação com o consumo excessivo de álcool.

Já dados recentes do Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas, também da Unifesp, mostram que 22 milhões de homens abusam do álcool, 16 milhões são dependentes e 12 milhões são alcoólatras. Isso representa aumento de 30% em dez anos.

Mas isso não é primazia masculina. Entre as mulheres, oito milhões se excedem no uso do álcool e cinco milhões são alcoólatras. Um aumento de 50% também em dez anos.

No cômputo geral, cerca de trinta milhões de brasileiros são bebedores de risco. Segundo a Associação Brasileira de Alcoolismo, cerca de cinco por cento dos trabalhadores brasileiros são alcoolistas, comprometendo o Produto Interno Bruto e impactando os gastos da saúde pública e da Previdência.

Já a associação do álcool ao volante é nefasta. Trabalho de Sandra Pillon, da Universidade de São Paulo, mostra que 72% dos motoristas de caminhões ingerem bebidas alcoólicas e 51% deles fazem uso abusivo. Quanto aos motoristas amadores, os *bafômetros*, na Lei Seca pelo País, também acusam dados alarmantes.

Segundo estudo até então inédito, realizado em 2001, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, intitulado Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas Brasileiras, os custos totais dos acidentes de trânsito ocorridos em áreas urbanas do País montavam a astronômica cifra de R\$5,3 bilhões por ano, isso sem contar os acidentes ocorridos em áreas não urbanas, onde estão instalados os maiores trechos das nossas principais rodovias.

E o que fazer nessas circunstâncias? O relatório da OMS recomenda o aumento dos impostos sobre o álcool, a adoção de políticas de prevenção e tratamento do alcoolismo, vedação ou restrição da publicidade de bebidas alcoólicas e, principalmente, a restrição das vendas.

Entretanto, ignorando os resultados de pesquisas realizadas no País e as recomendações da OMS, caminhamos a passos largos para incrementar, por lei, o consumo de bebidas alcoólicas no Brasil.

Refiro-me ao art. 501 do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, oriundo do anteprojeto apresentado por Comissão de Juristas para elaboração de um novo Código Penal. Por ele, a idade mínima para aquisição de bebidas alcoólicas cai de 18 para 16 anos.

Senhor Presidente e todos que nos acompanham, estudos científicos comprovam que, quanto mais precoce o consumo humano de álcool, maior resistência se adquire, ou seja, quanto mais cedo a nossa juventude iniciar essa prática, maior a chance...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) –... de desenvolver a dependência.

Para concluir, Sr. Presidente. O crescente consumo de álcool para crianças e adolescentes não carece de mais incrementos. A propaganda maciça, sempre aliando o álcool a prestígio social, sensualidade e a outros atrativos, por si só, já cumpre esse objetivo.

Por essa razão, apelo aos nobres pares que apóiem a emenda que estou apresentando no PLS nº

236/2012, mantendo a idade mínima para aquisição de bebidas alcoólicas em 18 anos.

Precisamos impedir que os dados constrangedores sobre o seu consumo no País e as mazelas a ele associadas continuem em descontrolada ascensão. Devemos impedir isso!

Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão.

Fica aqui o nosso pedido e também a nossa informação a todos que nos acompanham.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Lopes, o Sr. Cidinho Santos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

Antes, porém, queria registrar a presença na Casa da Prefeita eleita do Município Governador Jorge Teixeira, do Estado de Rondônia, Sr^a Maria Aparecida Simon, conhecida como Cida do Nenê, que se encontra aqui presente, honrando a nossa Casa, a única mulher eleita pelo PMDB no Estado de Rondônia. Parabéns, Cida! Fique à vontade.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Tomás. Agradeço V. Ex^a, porque fizemos uma troca, o que me permite falar neste momento. Muito obrigada, Senador.

Quero, da mesma forma que fizeram vários Parlamentares, Senadores que me antecederam na tribuna no dia de hoje, falar a respeito do encontro que está ocorrendo hoje, em Brasília, no Senado Federal, organizado pela Confederação Nacional dos Municípios, a CNM, e que conta com uma participação expressiva de prefeitos e prefeitas atuais, inclusive os eleitos que tomarão posse no dia 1º de janeiro. O centro da discussão, Sr. Presidente, é, primeiro, fazer uma campanha para que a Presidenta Dilma não vete o projeto de lei aprovado pela Câmara recentemente e que é uma repetição daquilo que nós aprovamos aqui, no Senado Federal, que trata de uma nova forma de redistribuição dos *royalties* em nosso País.

É importante e eu aqui destaco que, entre os prefeitos do Brasil inteiro, há uma participação muito importante, significativa, de prefeitos e prefeitas que representam os Municípios da Região Norte.

V. Ex^a, Senador Tomás, acaba de registrar a presença da prefeita de um dos Municípios do Estado de Rondônia. Da mesma forma, o meu querido Estado do Amazonas está participando desse encontro da

Confederação Nacional dos Municípios, com a presença de vários prefeitos e prefeitas atuais e aqueles que foram eleitos.

Para não fazer injustiça, quero citar alguns Municípios que se encontram presentes: o Município de Urucurituba, o Município de Iranduba, o Município de Nova Olinda, enfim, vários Municípios têm aqui a sua representação.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que concordo – o Presidente Sarney acaba de adentrar ao Senado – dizer, Presidente Sarney, que eu tenho muita concordância com a bandeira que está sendo levantada com muita força pelos Prefeitos dos mais de 5 mil Municípios brasileiros, para que a Presidenta não veto o Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional, porque, afinal de contas, nós estamos tratando dos *royalties* do petróleo, que são extraídos da plataforma continental do mar. O impacto que essa extração traz aos Municípios diretamente, ao Município próximo de onde estão as plataformas, não é o mesmo impacto que tem quando o petróleo é extraído em terra. Não é o mesmo impacto.

Então, eu considero que ganha o Brasil. Quem ganhou com a aprovação desse projeto foi o Brasil, foram os mais de, aproximadamente, 5.440 Municípios beneficiados pela regra.

As contas que faz a Confederação Nacional dos Municípios é que, mesmo nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que são os Estados produtores – o Rio de Janeiro, sobretudo – no Rio de Janeiro 59 Municípios terão a sua condição, os seus repasses ampliados a partir da nova regra. Ou seja, Senador Tomás, a maioria, inclusive, dos Municípios do Rio de Janeiro ganhará com a nova medida, com a nova lei aprovada. No Estado do Espírito Santo são quase 54% dos Municípios que também ganham com a nova regra de distribuição.

E, ainda, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Municípios, a “perda” – perda entre aspas – do Estado do Rio de Janeiro ficaria em torno de 4% daquilo que ele arrecada atualmente e que esses 4% seriam plenamente compensados com a ampliação da produção de petróleo naquele Estado.

Quero aqui afirmar que estou junto com todos aqueles que defendem o não veto à lei que estabelece uma forma mais justa, uma forma mais democrática de redistribuição dos *royalties* – deixar claro isso.

Em segundo lugar, os Municípios reivindicam, também, um apoio do Governo Federal em relação à queda brusca na arrecadação que tiveram ou que estão tendo ao longo deste ano de 2012. Ocorre que para fazer frente a uma crise econômica, que não é só uma crise econômica de nosso País, do Brasil, é uma crise

econômica internacional, o Governo central, o Governo Federal, acertadamente – quero registrar isso, Sr. Presidente – vem buscando minimizar os efeitos dessa crise, porque a crise se reflete numa diminuição da produção, e quando a produção diminui, diminui não só a arrecadação do Poder Público, diminuem também os empregos existentes no Brasil.

E para fazer frente a essa crise econômica, que atinge o Brasil como atinge grande parte das nações do mundo, aliás, uma crise que começou, em 2009, nos Estados Unidos e rapidamente atingiu a União Europeia, ou seja, os dois maiores centros econômicos do mundo e mais desenvolvidos – isso refletiu em todas as nações do mundo – o Brasil tem tido a capacidade de superar esse momento difícil. Agora, as medidas para a superação da crise econômica têm sido o estabelecimento de políticas de incentivos fiscais para vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Está aí a redução de IPI para produção de carros, estão aí vários benefícios para vários segmentos produtivos no Brasil inteiro, Sr. Presidente; para bens de informática, enfim. E claro que a desoneração do setor produtivo, ou seja, a diminuição da cobrança de tributos não é algo que atinge apenas as finanças do Governo Federal, isso atinge as finanças dos governos estaduais, mas principalmente dos governos municipais, cuja grande parte desses, principalmente os nossos – não sei exatamente a situação do Estado de Rondônia – no Estado do Amazonas, a arrecadação dos Municípios vem de recursos oriundos basicamente de repasses estaduais e de repasses federais. Se há desoneração por parte do Governo Federal para diversos segmentos do setor produtivo, essa desoneração acaba impactando com muito mais força os Municípios. Então, todos eles estão aqui conclamando, solicitando um apoio do Parlamento brasileiro para que o Governo Federal, mais uma vez, venha ao socorro desses Municípios brasileiros.

No passado, isso já aconteceu, Sr. Presidente. Em outros momentos da economia brasileira, o Governo Federal, sensível que foi aos Municípios, adotou medidas no sentido de levar socorro aos Municípios brasileiros. E o que nós queremos que aconteça agora é exatamente isso, que o Governo Federal providencie medidas, no caso medida provisória, que é aquele que tem efeito a partir da data da sua edição, que possam salvar ou pelo menos ajudar os Municípios a passar por este momento de muita dificuldade econômica e financeira. Para que V. Ex^{as} tenham uma ideia, os 61 Municípios do interior do meu Estado – o Amazonas tem 62 Municípios, a capital e mais 61 Municípios no interior. O déficit que se calcula pela Associação Amazonense de Municípios, somente dos Municípios do interior, está na ordem de R\$330 milhões, o que

para muitos pode não parecer uma grande cifra, mas para cada um dos 61 Municípios representa, inclusive, a possibilidade ou não, não só de dar continuidade às obras, aos investimentos, mas, em muitos casos, ao pagamento dos próprios servidores municipais, Sr. Presidente. Isso porque, ao tempo em que houve uma queda na arrecadação, e uma queda brusca na arrecadação, houve um aumento que é natural das despesas desses Municípios, e isso faz com que haja esse desequilíbrio econômico-financeiro dos Municípios do meu Estado do Amazonas.

(*Soa a campanha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E não é diferente, nos outros Estados brasileiros, que tenha provocado tantos transtornos não só às administrações municipais, mas ao conjunto de servidores e à população que vive nesses Municípios.

Então, quero aqui me somar àqueles que defendem que a Presidenta Dilma deva tratar isso prioridade.

Para concluir, Sr. Presidente, nesse pouco tempo que me resta, quero, voltando à Lei dos *Royalties*, dizer que entendo que precisamos, visto que a Lei, aprovada tanto pelo Senado, quanto pela Câmara dos Deputados, não prevê uma vinculação formal do gasto desses recursos, em determinados segmentos sociais, ou seja, não há uma vinculação, por exemplo, para a aplicação dos recursos em educação, entendo que devemos aprovar outros dispositivos que garantam um maior investimento do Brasil na educação. E destaco, também, a importância de aprovarmos um novo PNE, porque um novo PNE, que é a proposta do Plano Nacional de Educação para o decênio de 2011 a 2020, prevê um aumento significativo dos gastos em educação. Ou seja, o PNE, proposto pelo próprio Ministério da Educação, propõe passar, dos atuais 5% do PIB que são investidos em educação, para 10%. Ou seja, dobrar o investimento brasileiro em educação imediatamente, já nos próximos anos. Isso é necessário, Sr. Presidente, porque, apesar de sermos a sexta maior economia do mundo, repito, apesar de os esforços do Governo Federal no aumento dos investimentos na área social terem tirado aproximadamente 40 milhões de pessoas da faixa da pobreza extrema e absoluta, apesar disso, nós ainda ostentamos e ocupamos a 84ª posição no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH.

E o que é o IDH senão um indicador, cuja medição se dá auferindo a longevidade do povo de uma determinada nação, do nível de educação e da qualidade de vida?

Portanto, saúde e educação têm um papel preponderante para a definição do IDH, ou seja, do Índice de Desenvolvimento Humano em nosso País. Repito:

não podemos continuar a ser a 6ª maior economia do mundo e o 84º País em termos de IDH.

Dessa forma, ampliar os recursos aplicados em educação é algo urgente para todos os brasileiros e as brasileiras. Aqui, Sr. Presidente, quero recordar que, no mês de agosto deste ano, foi a Presidenta Dilma quem se reuniu com jovens líderes do movimento juvenil e estudantil brasileiro. E nessa reunião com os jovens, a Presidenta Dilma colocou a sua opinião favorável a investir de forma mais significativa os recursos públicos brasileiros para o desenvolvimento em educação.

Chegou àquela altura a falar para os jovens da sua concordância e do seu apoio em vincular os recursos dos *royalties* do petróleo para que os mesmos, ao menos parte deles, sejam aplicados exclusivamente em educação.

Assim, Sr. Presidente, eu creio que haja todo esse esforço feito pelo Governo Federal. E aqui quero fazer um indicativo a todos aqueles que nos assistem, principalmente pela TV Senado. O Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fez uma pesquisa que aponta, na primeira década do século XXI, o avanço social muito significativo e importante no Brasil. Não apenas o nível de pobreza e miséria diminuiu, mas também aumentou o número de empregos, principalmente os empregos formais no Brasil. Isso é importante!

Nós precisamos seguir avançando nessas conquistas, Sr. Presidente.

E, hoje, seguir avançando nessas conquistas é sem dúvida nenhuma investir massivamente na educação em nosso País. Não há, todos os jovens brasileiros sabem que não há, aliás, os povos de todo o mundo sabem que nenhuma nação alcançou um grau de desenvolvimento importante sem que tivesse investido massivamente em educação, sem priorizar a educação.

Então, eu creio que o Brasil está no caminho certo e, para que a gente continue avançando ainda mais, é preciso investir pesadamente em educação. Isso é investir no presente, é investir principalmente em um futuro melhor para a nossa gente, para o nosso querido povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de solicitar minha inscrição para falar como Líder, depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – TO) – Perfeito.

Eu convidaria o Senador Mozarildo Cavalcanti para presidir a sessão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Davim, pela ordem.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu pediria a minha inscrição no horário de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – TO) – V. Ex^a está inscrito.

O Sr. Tomás Correia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com a palavra o Senador Tomás Correia, do Estado de Rondônia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da TV Senado, queria saudar também aqui, como disse há pouco, a ilustre Prefeita do PMDB eleita pelo Município de Governador Jorge Teixeira, do Estado de Rondônia, a Cida, que aqui se faz presente. Vem já discutir as questões de Rondônia, de Jorge Teixeira, principalmente na busca de recursos para o seu Município. Já esteve hoje com o Senador Valdir Raupp, com a Deputada Marinha Raupp. Acompanhada de alguns vereadores, veio visitar Brasília e veio já trabalhar, buscar meios para atender o povo de Governador Jorge Teixeira.

Parabéns, Cida. Seja bem-vida à nossa cidade, à nossa capital e ao Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, com áreas agricultáveis imensas, tem sido considerado por muitos analistas econômicos um celeiro do mundo na área de alimentos.

Durante séculos, o País dependeu economicamente de um determinado produto, começando com o pau-brasil, depois a cana-de-açúcar, passando pelo café e pela borracha.

Atualmente, além de se destacar na produção de soja, algodão, álcool, e outros, também se sobressai como um dos maiores produtores de carnes de todo o mundo, concentrando-se principalmente em bovinos, suínos e frangos.

Apesar de estar enquadrada no setor primário da economia, com produtos que praticamente não são elaborados e que, por isso, apresentam baixo ou nenhum

valor agregado, a agricultura tem-se mostrado uma fonte importante de divisas para o País. Além disso, o setor é importante, obviamente, para a alimentação dos próprios brasileiros, tornando o Brasil independente, na quase totalidade, de importação de alimentos.

A evolução do crescimento de nossa produção de grãos deve ser motivo de orgulho, principalmente quando se observa que os números vêm aumentando sem que haja necessidade de novos desmatamentos. A produção cresce com os ganhos de produtividade possibilitados pela tecnologia agrícola.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, motivo de grande regozijo para todos os brasileiros deve ser a manchete estampada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 10 de agosto de 2012. O caderno *Economia e Negócios* apresenta matéria encabeçada pelo título “Safr de grãos deve ser a maior da história”. A notícia se apoia no levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento, Conab, que aponta para uma colheita de 165 milhões de toneladas.

Mendes Ribeiro, Ministro da Agricultura, deu a entender que, no final do ano, com os dados consolidados, o total pode ultrapassar 770 milhões. Já temos informações mais recentes de dados e estatísticas de que já chegamos a 180 milhões de toneladas. Portanto, um recorde atrás do outro, superando o ano passado.

Porém, um fato que chama a atenção é que o Brasil tem a maior produtividade agrícola de toda América Latina e Caribe, apresentando índices de crescimento acima da média mundial, conforme apurou estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, de 2011.

O crescimento anual da produtividade brasileira situa-se entre 3,6% contra 1,48% da média mundial. Países desenvolvidos como a França, Inglaterra e Estados Unidos têm apresentado taxa abaixo da média mundial.

De acordo com o que declarou em janeiro de 2012, José Garcia Gasques, Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vários fatores contribuem para essa situação, podendo-se destacar o avanço na área de pesquisa liderada pela Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o crescimento das exportações, o aumento dos preços no mercado interno e a ampliação do crédito rural. A esses itens, faço questão de acrescentar o empenho e a capacidade empreendedora rural do povo brasileiro.

Garcia Gasques, na mesma ocasião, ressaltou o fato de que o crescimento da produtividade ser superior ao aumento da área cultivada, mencionando a importância do incentivo à inovação e à pesquisa. O

Ministério da Agricultura estima que até 2022 a produção de grãos deverá aumentar cerca de 22% no País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o site da BBC divulgou, ainda em março de 2009, matéria na qual ressalta que, em 15 anos, a área plantada com grãos cresceu 27%, e a produção aumentou 142%.

Como se pode ver, ganha destaque o aumento da produtividade brasileira. Repito: o aumento da área plantada com grãos foi de 27%, e a produção aumentou 142%. Portanto, nós estamos vendo que, no Brasil, Senador Mozarildo Cavalcanti, a produtividade está alcançando um índice altamente desejável e que com tecnologia se produz mais sem desmatar. Basta que se apoie a pesquisa e a tecnologia para que possamos produzir mais sem a necessidade de desmatar.

Ocorre que hoje se discute muito o desmatamento e se esquece de investir e de orientar na parte tecnológica. O Governo vai a Rondônia e faz operações de toda ordem: operação Arco de Fogo e Arco de Fumaça, operação da Força Nacional, Senador Alfredo Nascimento. Essa é boa, não é, Senador? Arco de Fumaça. E, na verdade, o que ocorre? Prende, desmoraliza, faz uma operação de guerra, depois, vem embora e nada acontece.

Por que não se investe mais em tecnologia? Por que a Embrapa não se dedica mais no Estado de Rondônia, na região Norte, no Amazonas, para explorar a tecnologia adequada, para que possamos também ter a oportunidade de produzir mais sem a necessidade de desmatar?

Recentemente, aqui fiz um pronunciamento sobre a cana-de-açúcar, que há restrição da cana-de-açúcar na região Norte. Há restrição da cana-de-açúcar para ser plantada no Estado de Rondônia, no Acre, no Amazonas, no Pará, em Roraima. Mas o Governo, segundo me disse aqui o próprio Diretor Presidente da Embrapa, não tem um estudo técnico adequado para dizer que Rondônia, que o Acre, que o Norte não pode produzir cana.

Por sua vez, a página *Espaço do Produtor*, mantida pela Universidade Federal de Viçosa, publica que a área cultivada em 2011 foi 2,8 milhões de hectares maior do que a de 2010, um crescimento de apenas 4,3%, atingindo um total de 68 milhões de hectares.

O que se pode observar é que o crescimento da área plantada tem sido pequeno, principalmente se se levar em conta a disponibilidade de terras agrícolas que os analistas avaliam entre 60 e 200 milhões de hectares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa agricultura alcançou tal nível de desenvolvimento que, de acordo com o texto *“Grãos na balança”*, publicado pelo site www.xilema.com.br, “autoridades norte-ame-

ricanas argumentam que o Brasil não pode ser mais considerado nação em desenvolvimento nas negociações comerciais, uma vez que seu agronegócio, com máquinas agrícolas munidas de computador de bordo, é de ‘primeiro mundo’”.

Essa alegação se deu justamente em função da grande produtividade alcançada na agricultura brasileira, com o consequente aumento de competitividade no mercado internacional, sem aumento significativo da área agricultável.

Mesmo com a crescente pressão mundial na demanda por alimentos e o grande potencial produtivo do Brasil, podemos afirmar que o País tem avançado com cautela na expansão da área agrícola, o que se faz possível exatamente em função do grande avanço tecnológico nas atividades do campo.

Precisamos que o avanço da tecnologia atinja também a região Norte, atinja também o Estado de Rondônia, atinja também o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado do Pará, o Estado do Amapá. Nós queremos que lá também haja, por parte do Governo, maior dedicação à tecnologia, ao apoio técnico. Nós não precisamos de operações de arco de fogo, como disse há pouco, ou até de arco de fumaça. E onde há fumaça há fogo; onde há fogo há fumaça. Por isso nós não queremos, em Rondônia, operações espetaculares ou espetaculosas. Nós queremos, em Rondônia, o Governo investindo em tecnologia. É isso que nós desejamos, é isso que nós queremos. Daí o nosso pedido, Sr. Presidente, para que o Governo adote políticas voltadas para o Norte do Brasil, adote políticas voltadas para Rondônia e para os demais Estados, a fim de permitir que nós, rondonienses, tenhamos espaço e oportunidade de produzir com a mesma tecnologia e, portanto, com a mesma produtividade dos demais Estados brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Tomás Correia, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia, do PMDB de Rondônia, que defende à altura esse Estado produtor, Estado em desenvolvimento, em algumas áreas muito desenvolvido, onde tenho, lá também, alguns amigos e parentes. Inclusive meus avós moraram naquele Estado, Senador Tomás Correia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Antes de passar para o próximo orador, há sobre a mesa Requerimento do Líder do PSB na Câmara dos Deputados, Deputado Ribamar Alves, comunicando a indicação do Deputado Luiz Noé, do PSB do Rio Gran-

de do Sul, como titular da Medida Provisória nº 575, de 2012, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que *institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública*, em substituição ao Deputado Vicente Selistre, do PSB do Rio Grande do Sul.

É o seguinte o Ofício, na íntegra:

Of. B/ nº 192/12

Brasília, 13 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Luiz Noé (PSB-RS), como titular, da Medida Provisória nº 575, de 2012, que “Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, em substituição ao Deputado Vicente Selistre (PSB-RS).

Respeitosamente, – Deputado **Ribamar Alves**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Faça-se a substituição na forma pretendida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Próximo orador inscrito. (*Pausa*)

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM. Fora do microfone.) – Presidente, estou inscrito pela Liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Ah, perfeito. Pela Liderança do PR, o Senador Alfredo Nascimento, pelo tempo regimental.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os prefeitos eleitos em 2012, sem dúvida, conquistaram o privilégio de administrar suas cidades, mas essa oportunidade guarda um desafio importante, cujo enfrentamento é urgente e passa, também, por esta Casa.

Antes mesmo de tomarem posse, os novos prefeitos já sinalizam uma forte preocupação com as contas públicas e a gestão do orçamento, com a necessidade de realizar investimentos e a conhecida situação de estrangulamento das contas estaduais e municipais.

O Governo Federal tem sinalizado disposição para discutir os problemas e articular soluções, mas isso só não basta. Todos nós conhecemos os limites desses acordos, e a situação exige, de nossa parte, aqui no Senado, uma contribuição.

A oportunidade está dada: retomamos nossa atividade legislativa tendo na agenda a aprovação de uma extensa agenda tributária. Destaco a necessidade de nos debruçarmos sobre os projetos voltados para a reestruturação do Fundo de Participação dos Esta-

dos, o nosso FPE. Até 31 de dezembro deste ano, o Congresso Nacional precisa discutir e aprovar uma nova modelagem de partilha dos recursos do Fundo.

Tal urgência se dá por dois fatores: o primeiro é o prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal para a apreciação da matéria. O segundo, a própria magnitude do Fundo e sua importância para a gestão dos Governos estaduais. Temos que construir as condições para aprovar rapidamente esse projeto. Do contrário, já em 2013, o Governo Federal ficará impedido de repassar recursos aos Estados na ordem de cerca de R\$50 bilhões, aprofundando o estrangulamento das contas públicas e o comprometimento de planos de investimentos já em andamento nos Estados.

Um dos objetivos do Fundo, desde a sua criação em 1989, é equalizar a capacidade fiscal dos Estados. A não definição de um novo modelo trará, sem dúvidas, prejuízos incalculáveis aos Estados, principalmente aqueles de menor receita, como é o caso do meu Estado do Amazonas. Não podemos perder de vista que nós, Senadores, legítimos representantes dos Estados, estaremos na contramão das ações de desenvolvimento regional se deixarmos passar a oportunidade de aperfeiçoar e aprovar esse projeto. Afinal, o Fundo de Participação dos Estados é um dos instrumentos da política de equilíbrio entre as unidades da Federação.

Sabemos do impacto que o fundo causa nos Estados. Portanto, o momento é de decidir. A Comissão de Especialistas criada pelo Senado já concluiu seu papel. Coube a esse grupo a elaboração de um relatório detalhado, estabelecendo diretrizes para uma ampla reestruturação do Pacto Federativo. De posse do relatório, cabe a nós, Parlamentares, um entendimento equilibrado, coerente e que nos permita defender os interesses de nossos Estados sem criar empecilhos para o avanço dessa proposta.

No meu entendimento, o modelo proposto pela comissão obedece a critérios justos. Resumidamente, um dos critérios propostos estabelece que o fundo amplie a distribuição de recursos aos Estados com menor PIB *per capita*.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – O outro estabelece que a transferência seja diretamente proporcional ao tamanho da população. Conforme aponta o relatório, e creio que este seja o melhor caminho, a solução é muito simples, pois permite a aplicação imediata sem demandar complexos modelos estatísticos.

Não se pode mais postergar as mudanças na legislação sobre o Pacto Federativo. Retardar a discussão deste tema é impedir o avanço de uma agenda voltada para a reforma tributária, que terá efeito também no

equilíbrio das contas públicas, pois, além de discutir uma nova modelagem para o Fundo de Participação dos Estados, outros temas prioritários também estão na pauta: a distribuição dos *royalties* do petróleo, a guerra fiscal e a repactuação das dívidas dos Estados com a União.

Em suma, as propostas que estão em debate convergem para um grande salto na política tributária brasileira.

(Interrupção do som.)

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Para encerrar, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Em suma, as propostas que estão em debate convergem para um grande salto na política tributária brasileira. A análise dos anteprojetos sobre o Pacto Federativo nos abre uma janela de oportunidade que, se bem aproveitada, permitirá o aperfeiçoamento do Fundo de Participação dos Estados, instrumento importantíssimo nas relações federativas do País.

Estou convencido de que um fundo mais eficiente, certamente, contribuirá para o uso mais produtivo dos recursos públicos e para uma melhor equalização dos recursos disponíveis para os nossos Estados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Alfredo Nascimento, do PR do Amazonas, Líder do PR aqui, no Senado Federal.

Como orador inscrito, passo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos. *(Pausa.)* Já falou?

Senador Aníbal Diniz. *(Pausa.)*

Então, passo ao Senador Eduardo Lopes, pela Liderança do PRB. *(Pausa.)* Depois da Ordem do Dia, Senador?

Então, ao Senador Paulo Davim, que está chegando, pela Liderança do PV no Senado, pelo tempo regimental.

Enquanto o Senador Paulo Davim se dirige à tribuna, eu gostaria de registrar aqui, na tribuna de honra do Senado Federal, a presença dos Prefeitos do meu Estado do Paraná: Prefeito Polita, de São Miguel do Iguaçu, prefeito por dois mandatos naquele Município; Prefeito eleito Marcel Micheletto, de Assis Chateaubriand; Prefeito Júnior, de dois mandatos na cidade de Jesuítas; Prefeito Primon, de dois mandatos na cidade de Matelândia; Prefeito de Iracema do Oeste, o Leônidas, também eleito, dois mandatos; e o Prefeito Donizete, agora prefeito eleito de Iracema. Estava, agora há pouco, também, o Prefeito de Sarandi.

Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal, a Casa da Federação, da qual os Municípios também fazem parte.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a CPI do Tráfico de Pessoas, da qual sou Vice-Presidente, esteve ontem em Salvador. Nós fomos para realizar uma audiência pública e discutir um fato que ocorreu, há um ano e meio, na cidade de Monte Santo, interior da Bahia, mas foi divulgado no último mês pelo programa Fantástico, da Rede Globo. Nós fomos para investigar os fortes indícios de que o ocorrido em Monte Santo pode ter sido uma ação orquestrada de quadrilhas que traficam seres humanos, traficam pessoas.

Estiveram presentes várias instituições não governamentais. Estava presente o promotor da comarca de Monte Santo. Estava presente o advogado da família que foi colocado através do Cedeca – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – da Bahia. Estiveram presentes alguns deputados estaduais e Deputados Federais, como a Deputada Alice Portugal. Estavam presentes representantes da Ouvidoria dos Direitos Humanos da Presidência da República, outras autoridades civis, toda a imprensa da capital Salvador. Foi uma audiência bastante concorrida e esclarecedora.

Eu confesso que, ao sair dessa audiência pública, saí mais convencido de que o fato ocorrido em Monte Santo, há um ano e meio, se reveste de um requinte de crueldade, de insensibilidade e, mais do que isso, tem todos os aspectos, como nós chamamos o *modus operandi*, de uma quadrilha, ou de mais uma quadrilha que promove o tráfico de pessoas no Brasil.

Esse é um crime que passa despercebido aos olhos da sociedade e que procura se revestir de certa legalidade, até porque as pessoas que são levadas do Brasil para o exterior, por incrível que pareça, saem com o seu passaporte, saem absolutamente legalizadas do País. As pessoas costumam construir a imagem ou a ideia de que o tráfico de pessoas, muitas vezes, poderia ocorrer contra a vontade da vítima. É claro que não. Essa é a diferença do tráfico para o sequestro.

Muito menos haverá o tráfico de pessoas da maneira antiga, da época em que existiam os navios negreiros trazendo negros da África para o Brasil. Não é dessa forma. É uma forma mais sofisticada e, como eu disse, que se reveste de certo legalismo e, por isso mesmo, torna difícil ser enxergado à luz da legalidade de fato, da Justiça, e ser enxergado aos olhos da sociedade e das autoridades. Mas é um crime que movimenta aproximadamente US\$30 bilhões/ano, no mundo; e 10% dessa cifra é movimentada no Brasil.

Há uma estimativa de que mais de um milhão de crianças são vendidas e são compradas, a cada ano, no mundo.

E, agora, no mês de julho passado, o governo chinês prendeu 800 pessoas e conseguiu trazer de volta 181 crianças que haviam sido comercializadas lá, na República Popular da China. E o tráfico de pessoas, meus amigos, acontece para os mais variados fins: para a exploração sexual, para o trabalho análogo ao trabalho escravo, para a adoção ilegal e para a comercialização de órgãos. Acontece no Brasil muito mais frequente do que imagina. O Brasil tem aproximadamente 240 rotas de tráfico de pessoas.

As mulheres, no Brasil, são as vítimas preferenciais, depois, seguem-se as crianças, travestis e os homens, mas a característica é que todo esse segmento, todas essas vítimas são oriundas de famílias humildes, elas sofrem a vulnerabilidade social, e esses bandidos, essas quadrilhas organizadas, quadrilhas financiadas, lançam mão, muitas vezes, do sonho acalentado por muitos jovens, meninas e meninos, para, em cima dessa vontade de ascensão social, dessa necessidade, sobretudo, de ascensão social, estabelecer o tráfico e cometer esse crime hediondo, esse crime abominável.

É muito séria a questão do tráfico de pessoas no Brasil, e a nossa CPI esteve em Salvador ontem, e nós estaremos em Natal, no dia 3 de dezembro. Nós vamos em diligência para ouvir as mães das crianças que desapareceram de dentro das suas residências há 10 anos. Foram cinco crianças de um bairro pobre de Natal e até hoje esse crime não foi estabelecido. A CPI tomou a providência de solicitar ao Ministro da Justiça a presença da Polícia Federal na investigação deste caso inconcluso que envolveu famílias e crianças de Natal, num bairro periférico de Natal. Nós estaremos lá: vamos ouvir as mães, os parentes e vamos ouvir o delegado que está acompanhando este caso. Nós queremos, através do esforço de todos que fazem a CPI do Tráfico de Pessoas, dar a nossa contribuição, jogar luz nos casos em que as suas investigações ainda não foram concluídas. E, sobretudo, chamar a atenção da sociedade e das autoridades para este crime que passa despercebido aos olhos de todos, mas que é muito mais frequente do que se imagina.

O Ministério Público da Bahia, assim como as instituições não governamentais que estão acompanhando este caso que aconteceu em Monte Santo, trouxeram até a CPI vários processos de crianças e adolescentes que, da mesma forma, foram levadas do Município para outras cidades do Brasil sem o cumprimento dos trâmites legais do processo, que qualquer processo de adoção teria que sofrer.

Então, há uma suspeita forte de que as regiões de Monte Santo, Canudos, Euclides da Cunha e de outros Municípios pobres da Bahia sejam campo de atuação de alguma quadrilha de adoção ilegal e de

tráfico de pessoas. Por isso que a nossa CPI convocou a agenciadora conhecida na região para, na próxima terça-feira, vir depor à CPI do Tráfico de Pessoas aqui no Senado Federal. Nós queremos ouvir e vamos ouvir o juiz atual de Monte Santo, que corajosamente teve o desprendimento de dizer a todos que os processos de adoção não atendiam às exigências legais.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E por isso mesmo está sofrendo ameaças. Até onde sei, pedi proteção à Polícia Federal.

O fato é sério, o caso é grave, o crime é muito mais enraizado do que se imagina e, para enfrentarmos essas quadrilhas, precisamos contar com o apoio da sociedade, do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais e, evidentemente, também de todas as organizações não governamentais que cuidam da criança e do adolescente no Brasil.

Era só isso, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Davim, o Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já são 16h13. Eu indago a V. Ex^a se nós podemos abrir a Ordem do Dia e, uma vez abrindo a Ordem do Dia, eu gostaria de pedir à Mesa que iniciasse a discussão da PEC nº 42, que trata da criação do TRF do Paraná, e também que fosse incluído em pauta o PLS nº 2/2012, que trata da inclusão, no currículo escolar, tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental, das disciplinas de ética, de moral e de cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Pois não.

Vamos passar então à Ordem do Dia.

Senador Mozarildo Cavalcanti, com a palavra, por gentileza.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Está na Ordem do Dia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Já estamos passando à Ordem do Dia, Sr. Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu queria pedir à Mesa que fosse incluída na pauta para votação, em momento oportuno, o Projeto de Lei do Senado nº 380/2012, que já cumpriu o seu

trâmite na Mesa para receber emendas e se encontra pronto para inclusão na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Pois não.

Senador Sérgio Souza, o requerimento que V. Ex^a solicita para incluir o projeto na Ordem do Dia será incluído na forma regimental.

Da mesma forma, o Senador Mozarildo Cavalcanti pede que se inclua o Projeto nº 380/2012 na Ordem do Dia, que também, na forma regimental, será incluído.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1 da Ordem do Dia:

Em pauta, **Proposta de Emenda Constitucional nº 63, de 2011**, que exige quórum qualificado para deliberação.

Não havendo quórum qualificado para tanto, adia-se a votação dessa Proposta. Assim, deixa de ser apreciada na presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Passa-se ao **Item nº 2**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal*.

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

Em discussão a Proposta.

Não havendo inscritos, não havendo oradores que queiram discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Desse modo, fica encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*. Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

REQUERIMENTO Nº 924, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2012, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 55, de 2010 (que se encontra apensado ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009) e 209, de 2012, por regularem matéria correlata (banco de dados de consumidores e serviços de proteção ao crédito)*.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Passa-se à votação de três requerimentos que não são matéria da Ordem do Dia.

O Senador José Agripino apresentou o **Requerimento nº 953, de 2012**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para integrar delegação do Grupo Parlamentar Brasil-China, em visita à República Popular da China.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *ad referendum* do seu Colegiado, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 953, de 2012.

É o seguinte o Despacho:

Despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Ad Referendum do Plenário do Colegiado, em Substituição ao Parecer previsto no Art. 40, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Referente ao Requerimento nº 953, de 2012, do Senador José Agripino, que solicita autorização para ausentar-se dos trabalhos desta Casa no período de 15 a 26 de novembro do corrente ano, para integrar delegação do

Grupo Parlamentar Brasil-China, em visita a República Popular da China.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu no dia 12 de novembro, o Requerimento em epígrafe, de autoria do ilustre Senador José Agripino.

Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento que, neste caso, não pode ser observado, tendo em vista a proximidade entre a chegada do Requerimento e o período da missão.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar a solicitação de licença, quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese do recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, “ad referendum” do Colegiado.

Em síntese, portanto, esta Presidência opina pela aprovação do Requerimento nº 953, de 2012, do Senador José Agripino.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2012. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – O Senador Humberto Costa apresentou o **Requerimento nº 951, de 2012**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período de 19 a 21 de novembro de 2012, para participar de reunião do Mecanismo de Estados Membros para controle e prevenção de medicamentos falsificados, a realizar-se em Buenos Aires, Argentina.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *ad referendum* do seu Colegiado, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 951, de 2012.

É o seguinte o Despacho:

Despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ad referendum do Plenário do Colegiado, em substituição ao Parecer Previsto no art. 40, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Referente ao Requerimento nº 951, de 2012, do Senador Humberto Costa, que “requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 19 e 21 de novembro de 2012 para participar, como representante, da primeira reunião do Mecanismo de Estado Membros (MSM) para controle e prevenção de medicamentos falsificados (SSFFC), que ocorrerá na cidade de Buenos Aires, Argentina”.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu sexta-feira, dia 9 de novembro de 2012, o Requerimento em epígrafe, de autoria de Sua Excelência o Senador Humberto Costa.

Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento que não pôde ser observado, tendo em vista a proximidade entre a chegada do Requerimento, o início da viagem, e a realização de Reunião desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Isso posto, e tendo em vista que o Requerimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, *ad referendum* do Colegiado.

Em síntese, portanto, esta Presidência opina pela aprovação do Requerimento nº 951, de 2012, do Senador Humberto Costa.

Sala da Comissão, de novembro de 2012. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

A matéria será cumprida conforme deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Em votação o **Requerimento nº 956, de 2012**, da Senadora Ana Amélia, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para representar o Senado no período de 25 a 27 de novembro do corrente ano, por indicação da Presidência da Casa, no evento internacional denominado “La agenda de los derechos em transformación, buenas practicas y contribuciones de las mujeres em los Parlamentos”, organizado pelo Parlamento Latino-Americano, entidades da ONU e Grupo Parlamentar Latino-Americano sobre População e Desenvolvimento, na Cidade do Panamá, Panamá.

Comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 24 a 27 de novembro do corrente ano.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Voltando à lista de oradores, o Senador Casildo Maldaner, com a palavra pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Tomás Correia, que preside esta sessão e caros colegas, mais uma vez, Sr. Presidente, os prefeitos do Brasil organizaram um movimento rumo a Brasília e eu trago alguns relatos nesse resumo em função da marcha, em função da preocupação, em função do que ocorre.

Estamos em novembro, as coisas andam, os prefeitos se organizaram, há um orçamento a ser cumprido, elaboraram essas propostas do exercício passado para este, não eram sabedores, é claro que nem poderiam, de que algumas medidas atualmente devem acontecer e aconteceram, até pontuais, em retirar IPI desse setor da economia ou daquele até para estimular naturalmente, mas vinha o Governo Federal praticando esse ato. Em um momento foram geladeiras; em outro momento foram lavadores de roupa; outro foram equipamentos brancos, enfim. Outros noutro setor foram móveis – que é necessário. Depois, mais tarde, começaram as montadoras a pressionar o Governo e, para atender às montadoras, para tentar aquecer esse setor, até tendo aberto mão do IPI, ter baixado e, em consequência, naturalmente, não só da parte que pertence ao Governo Federal. O IPI é retirado e, com isso, o Fundo de Participação dos Estados, que tem uma parte que vai a eles, e, naturalmente, o FPM,

que é o Fundo de Participação dos Municípios, esses sentiram fortemente.

Até porque tinham elaborado um orçamento, durante o ano, do ano passado para este, e ainda mais num ano eleitoral, vários deles com reeleição, outros que já completaram seu segundo mandato, outros não disputaram, outros não conseguiram, eleição democrática é isso, e a Lei da Responsabilidade Fiscal aí está. Havia um orçamento elaborado para seguir essa tramitação, para cumprir o orçamento. Um dos fatores é o movimento econômico, que, naturalmente, tem ajudado na não realização do previsto no orçamento.

Mas, com certeza, a retirada do IPI, que estava programada num movimento normal para o exercício de 2012, fez cair a arrecadação. Foi decrescendo e agora, de novembro para dezembro, o orçamento não vai ser concretizado naquilo que era previsto. E naturalmente, aprovado pelas Câmaras de Vereadores, os Executivos programaram, se prepararam, mas não vão cumprir, porque não esperavam que o Governo Federal também fosse tomar essas medidas durante o exercício deste ano, ficando também, com a retirada do IPI... Muitas vezes, para eles, em grande parte dos Municípios, não há reflexos com essas medidas de setores da economia. Não há reflexos em centenas desses Municípios no Brasil. E eles estão aí em Brasília tentando buscar alguma coisa para resolver isso.

E, além disso, também, o salário dos professores. Estipulou-se um teto para os professores, não que não mereçam, é claro que merecem, mas não estava previsto também no orçamento das prefeituras. E com relação aos professores municipais, precisam cumprir com isso, e naturalmente também mexeu no orçamento que eles têm para cumprir nesse exercício.

Eu trago algumas considerações anotadas em relação a isso. Mais uma vez, temos aqui em Brasília uma verdadeira romaria de prefeitos. Hoje, contudo, o risco é ainda maior: pesa sobre administradores de todo Brasil a possibilidade de encerrar seus mandatos, no dia 31 de dezembro próximo, com pendências financeiras, implicando graves consequências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Antes de tudo, devemos fazer um questionamento, ponto de partida dessa inescapável discussão. Essa ‘responsabilidade’ pode ser atribuída exclusivamente aos administradores municipais? Parte, sim. Mas, certamente, não tudo. Nem pode, pelos casos que eu já vinha relatando.

Na semana que passou, trouxe a este Plenário uma análise da política de desoneração de determinados impostos – na semana passada, ainda analisei essa parte –, que vem sendo executada pelo Governo Federal. Visando o benefício de determinados setores

da economia, Municípios e Estados brasileiros acabam amargando consideráveis perdas nos repasses constitucionais, causando perigoso abalo da saúde financeira de seus cofres. A redução do IPI para a indústria automobilística é exemplo típico da situação. O tributo compõe o FPM – Fundo de Participação dos Municípios, como também dos Estados, que vêm sofrendo contínua perda.

Devem ser somadas, ainda, como também relatei, dificuldades adicionais nas administrações municipais em geral, como o aumento do salário mínimo e do piso dos professores, que comprometem profundamente a receita dos Municípios. Não é que os professores, como disse, não mereçam esse piso, claro, mas o prefeito se organizaram no Orçamento do ano passado para este ano num patamar, e como essa decisão veio este ano, em relação à retirada do IPI dos setores, e também essa imposição aos Municípios, no decorrer desse exercício, a previsão orçamentária deles está comprometida. Comprometeu, sem dúvida alguma.

Segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios, cerca de duas mil prefeituras – de 43,6% dos entrevistados – preveem que fecharão o ano com contas pendentes. A entidade informa que a pesquisa foi feita com 4.771 dos 5.564 prefeitos do País em setembro.

Um dos artigos da legislação fiscal proíbe os governantes de deixar despesa a pagar para os sucessores – inclusive em caso de reeleição – sem que os recursos correspondentes sejam disponíveis. A pena pode chegar a quatro anos de prisão e incluir multa de 30% do salário. Mesmo com a possibilidade de recursos em instâncias superiores, os condenados se tornam fichas-sujas e, portanto, inelegíveis. Então, há uma série de consequências. Isso é sabido, está em vigor. Mas com essa imprevisão dos prefeitos, dessa queda em função da retirada do IPI, que os toca nessas transferências, eles ficaram desarmados.

Nobres colegas, a situação é injusta para dizer o mínimo. Prefeitos correm o risco de se tornarem fichas-sujas, enfrentam, inclusive, a ameaça de prisão, por razões completamente alheias aos seus atos.

O Governo Federal, como tem sido praxe, acena – com o perdão da expressão forte – com alguns auxílios, usando algumas coisas, vendo daqui, vendo de lá, mas fica como benevolência do Governo Federal.

Hoje está aí uma maratona. Estão agora no Palácio do Planalto. Daqui a pouco, a comitiva da Confederação dos Prefeitos, do Palácio do Planalto, virá aqui com o Presidente da Casa, o Presidente Sarney. E vão, nesta tarde ainda, ao Presidente da Câmara. Eles estavam no Petrônio Portela hoje, numa grande concentração. Cerca de 1.500 prefeitos do Brasil inteiro

encontram-se aqui na Capital Federal para tentar ver se, em função do orçamento que não fechou, em função da retirada desses benefícios... Em muitos desses Municípios onde estão as sedes das montadoras, onde os movimentos acontecem, onde se consomem muitos veículos, naturalmente houve uma certa repercussão e ajuda aos Municípios, mas cerca de quarenta e poucos por cento dos Municípios do Brasil não conseguem cumprir com essa retenção do IPI que lhes pertence, e que foi retirado. Aí, não fecha a conta.

Essa é uma preocupação, Sr. Presidente. Eles estão aí para tentar encontrar uma saída. Isso é agora. É claro que, para o ano que vem, a Câmara já votou a proposta dos *royalties* que nós tínhamos aqui no Senado. Nós votamos e a Câmara endossou essa proposta. Aliás, o Senador Wellington Dias, que aqui se encontra, foi o grande idealizador, o grande lutador para que se criasse o consenso nesta Casa e no Executivo e também tem colaborado enormemente para que, na Câmara, esse princípio, essa questão seja adotada.

Agora o movimento dos prefeitos, da Confederação, é para que a Presidente Dilma Rousseff não vete essa matéria, não entre nessa. Ela já agiu, trabalhou muito, incomodou-se aqui, de certo modo, em razão do Código Florestal, que deu muito trabalho para ela e para o Congresso, mas chegou-se a um denominador comum. Agora o apelo de todos em relação a essa questão é que ela não deve se incomodar de novo com isso. Se houver problemas, deixe para o Judiciário resolver isso. Se houver problema de inconstitucionalidade, o Judiciário está aí para dirimir as dúvidas. O concurso judiciário é para isso.

Então, a parte do Legislativo, do Congresso Nacional, foi realizada. Foi o possível. Buscou-se aquilo que foi possível. E o Executivo, até no entendimento. Agora essa pressão de alguns setores para que se vete. Deixe para o Judiciário em caso de dúvidas quanto à parte legal disso.

Essa questão dos *royalties* não é para agora e sim para os futuros prefeitos, para o futuro que vem aí. Essas são questões que, naturalmente, têm peso, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, nobres colegas, mas são questões que não podemos deixar de lado.

A outra questão fundamental, não para agora, mas para o futuro, além dos *royalties*, que vêm minimizar em parte essas questões, é o novo modelo de repactuação que é preciso levar em consideração, na qual entram os Estados e os Municípios. Essa repactuação ou é dos custos, um novo índice em relação aos Estados e também aos Municípios e procurar descentralizar.

Temos pregado por várias vezes que o Governo Federal tem ser o norteador, tem que ser o normatizador de políticas nacionais. Este é o papel do

Governo Federal. E descentraliza isso para Estados e Municípios, com uma fiscalização séria, para que possam se organizar, para fazer com que nos seus orçamentos tenham condições de bem pensar o que acontece em suas comunas, dando autonomia a eles com responsabilidade, é claro, com as câmaras de vereadores participando, com a sociedade junto, os tribunais de contas acompanhando. Essa delegação, essa descentralização, nem que seja gradual, paulatina, é importante. Devemos partir para esse campo, senão não tem jeito. A cada 90 dias haverá uma marcha dos prefeitos para tentar buscar uma benevolência, porque, do Fundo de Participação que parte dos Municípios e dos Estados, retém 20% desses impostos. O Governo retém de tudo para o seu fundo e fica a seu bel-prazer ceder um pouco aqui e acolá, mas depende de vai e vem: vem pedir, as viagens de quem vai e volta custam muitas vezes um ágio muito grande nos valores que o Município consegue levar. Fica muito caro isso.

E podem os legisladores pensar em reformas profundas para normalizar o País: a questão da reforma política, da reforma tributária, questões de longo prazo. Acho que é isso que nós devemos pensar e não ficar remediando questões instantâneas. Acho que esse é o grande caminho, Sr. Presidente.

Então, trago essa preocupação para finalizar, sobre a caminhada dos prefeitos, que estão vindo aí, que não conseguem fechar seus orçamentos. Uma boa parte pode até ter responsabilidade, não cuidaram, mas grande parte, quarenta e poucos por cento dos prefeitos, em função de que seus orçamentos não fluíram conforme era para ser, em função da retenção do IPI que lhes pertencia, e o movimento da redução do IPI, nesses quarenta e poucos por cento dos Municípios do Brasil, não deu efeito nessas retenções, e aí eles estão enfrentando os problemas de execução orçamentária, que não vai fechar.

A mesma coisa com o piso dos professores, que é justo, mas eles achavam que ou a arrecadação ia subir ou ia haver uma compensação de quem impôs essa obrigação nacional.

Por isso trago essa preocupação, para tentar fechar.

Para o início do ano que vem, normas que deem mais perenidade, mais tranquilidade na descentralização das políticas no Brasil. Acho que isso é fundamental. Nós tínhamos que caminhar nessa direção.

Então, é para fazer o registro, Sr. Presidente, nobres colegas, do que está acontecendo hoje em Brasília. Estão aí mil e poucos prefeitos no Palácio do Planalto, estavam aqui no Petrônio Portella, daqui a pouco voltam à Casa e estão aí nesse vai e vem para

ver se conseguem minimizar um pouco, para tentar contrabalançar os seus orçamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Eduardo Lopes, do PRB, pelo prazo regimental.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, venho aqui nesta tarde, em nome do Rio de Janeiro, Estado que represento, para falar sobre a questão dos *royalties*, sobre o que foi aprovado na Câmara dos Deputados e que agora está aguardando a sanção da nossa Presidenta.

Algumas pessoas acreditam no veto, outras vão se manifestar contra o veto. Eu quero lembrar aqui que, na Marcha dos Prefeitos, a nossa Presidenta não assumiu um compromisso de veto; ela disse que, daqui para frente, os interessados viessem a lutar, mas que o País, sim, respeita contratos. Essas foram as palavras da Presidenta.

Então, eu quero, diante da decisão que foi tomada na Câmara dos Deputados e que resultou na aprovação do projeto que modifica a repartição dos *royalties* do petróleo, alertar esta Casa, mais uma vez, sobre os riscos que este projeto representa para o bom equilíbrio da Federação brasileira.

Aliás, o erro pela aprovação desta matéria começou aqui, no Senado Federal, onde o projeto foi aprovado em apenas dois meses e meio e sem o necessário entendimento com os Estados que mais contribuem com a produção do petróleo.

O que as bancadas dos Estados não produtores de petróleo, tanto na Câmara quanto no Senado, fizeram significa, em linguagem popular, passar uma verdadeira rasteira no povo fluminense e também no povo capixaba. A explicação para esse cálculo que foi aprovado só pode ser o desejo desmedido de alguns Estados e Municípios que nada, absolutamente nada produzem de petróleo, mas que querem os *royalties* em valor até maior do que recebem aqueles que sofrem os danos e os efeitos negativos da indústria petrolífera, o que seria até, podemos assim dizer, um paradoxo. Quer dizer, aquele que não produz o petróleo acaba ficando com uma parte melhor do que aquele que produz e que sofre os danos, os efeitos negativos da indústria petrolífera.

O que nos espanta é essa voracidade dos Estados não produtores sobre os *royalties* dos territórios produtores. Apesar de tudo isso, não nos assombra, pelo contrário, encoraja-nos ainda mais, pois temos a

certeza de que estamos lutando por um direito que é nosso, pelo bom direito do qual não abriremos mão.

O malfadado projeto de lei muda a forma do rateio dos *royalties*, inclusive para os campos licitados pelo modelo de concessão. Isso representa rasgar a Carta cidadã, rasgar a nossa Constituição naquilo que ela garante de proteção aos atos jurídicos perfeitos, cláusula pétrea irredutível, mesmo que por meio de emenda constitucional.

Ao mudar as regras de distribuição dos *royalties* relativos aos contratos atuais, o Congresso brasileiro cria uma situação nada favorável ao setor de exploração de petróleo no País. Quer queira quer não, o Brasil será visto com descrédito pelo investidor estrangeiro. A ideia que se passa é a de que a maioria dos Senadores e Deputados, por interesses, talvez até populistas, pode mudar as regras do jogo a qualquer instante, criando ambiente de instabilidade ao investimento externo, em razão da falta de segurança no cumprimento dos contratos.

Senhoras e Senhores, parece que a Câmara e o Senado, que são tidos como a Casa da Federação, não tiveram o devido cuidado, a sensibilidade, mesmo de perceber o quanto esse projeto, da forma como foi aprovado, é nocivo não apenas aos Estados e Municípios produtores, mas, principalmente, à imagem do País perante a comunidade internacional.

Sinceramente, isso não é aceitável, não é razoável do ponto de vista da legitimidade e da justiça. O que o Projeto de Lei nº 2.565, de 2011, propõe é algo absurdo e totalmente contrário ao bom senso e ao direito, tanto na ótica constitucional quanto em relação aos aspectos mais elementares do federalismo que adotamos de forma irreversível em nossa Carta Magna.

Cálculos efetuados pela Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, ainda em 2011, já destacavam o fato de que o projeto de lei sobre a nova distribuição dos *royalties* retiraria, até 2020, R\$49,8 bilhões de Municípios contemplados com esses recursos. Só para os Municípios dos grandes produtores, Rio de Janeiro e Espírito Santo, o estudo prevê perda de R\$39 bilhões entre 2012 e 2020. Se considerarmos o Estado e seus Municípios, essa perda pode alcançar R\$77 bilhões entre 2012 e 2020.

Então, indago: como é possível aceitar passivamente a imposição de tamanho prejuízo aos Estados que mais contribuem com a produção de petróleo do País? Assim, não há exagero algum quando o Governador Sérgio Cabral afirma que o Estado do Rio irá ter dificuldades para realizar a Copa do Mundo de futebol e também as Olimpíadas de 2016, até porque não são os *royalties* que estão sendo subtraídos do Estado, mas também a participação especial, que é outro recurso

pago aos Estados e Municípios, como bônus, pela alta produtividade de algumas jazidas.

E eu quero aqui também lembrar que os *royalties* foram uma compensação já dada aos Estados produtores na aprovação da Lei do Petróleo, exatamente por causa da diferenciação na questão do ICMS. Quer dizer, o ICMS do petróleo é o único ICMS que não é recolhido na origem, mas é recolhido no destino. Então, para compensar essa perda, foram criados os *royalties*.

Eu me lembro de uma reunião na qual tivemos a presença da Prefeita Rosinha como Presidente do Conselho dos Municípios Produtores de Petróleo. Ela tinha dados, em 2009, de que o que o Estado do Rio de Janeiro tinha recebido de *royalties*, no período desde a aprovação da Lei até agora, mais de 20 anos... A receita dos *royalties* é 20 vezes menor do que a receita do ICMS no mesmo período. Então, o Rio de Janeiro já sofre com o prejuízo há muitos e muitos anos. Imaginem vocês, vou reforçar esses números: o *royalty* foi feito para compensar as perdas em função do regime diferenciado de arrecadação de ICMS, em mais de 20 anos, um pouco mais de 20 anos, o que o Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro recebeu de *royalties* é 20 vezes menos do que ele teria arrecadado com o ICMS no mesmo período. Então, nós vemos aí a perda gigantesca do Estado do Rio de Janeiro.

E, agora, a questão dos *royalties*, a questão também, como falamos agora, no último ponto, da perda da participação especial, que é dada como bônus pela alta produtividade da jazida, quer dizer, a jazida está no Estado do Rio de Janeiro. A participação especial vem como um bônus por causa da alta produtividade, e até ela vai ser tocada pela maneira como está nesse projeto.

Afinal de contas, ao político não pode faltar – nunca, jamais! – a habilidade de discutir as questões e de resolver os conflitos sociais. Sem essa virtude e sem esse respeito às regras de negociação dos interesses públicos, não se alcança resultado algum que seja socialmente justo; o que se tem, nesse caso, é apenas a percepção de hostilidades.

Infelizmente, senhoras e senhores que me acompanham agora, foi nessa atmosfera funesta que se votou essa matéria tão complexa, polêmica e que conflita, seriamente, com interesses federativos. Um projeto como esse não poderia ser aprovado sem o necessário entendimento entre as partes interessadas. E o pior é que, na ânsia de votar logo a matéria, o recado que nos deram veio de exigência, de ultimato mesmo, do tipo: “Ou vocês do Rio de Janeiro e do Espírito Santo aceitam o que estamos lhe oferecendo ou vão perder tudo”. E eu sou testemunha de que ouvi isso, pessoalmente, de Deputados, porque eu estive na votação.

De 2007 a 2011, fui Deputado Federal e participei da votação da ainda inicial Emenda Ibsen Pinheiro, de sua própria autoria. Nós perdemos na votação, como não poderia ser diferente. Como vamos ganhar na votação, quando dois Estados estão contra vinte e cinco Estados? Não há como ganharmos na votação.

Nós perdemos na Câmara, mas me lembro que ouvi exatamente desta maneira, Deputados dizendo: “Ou o Rio aceita o que vai ser feito ou vai perder tudo”. Nós sabemos que temos de realmente discutir o pré-sal. É preciso discutir essa nova riqueza, como vai ser investida. Nós sabemos disso e até aceitamos quanto à produção do pré-sal. Mas estão em questão também os contratos já licitados e onde isso fere o ato jurídico perfeito.

Quando a Presidenta diz “daqui para frente, vocês discutam; para trás, o País respeita contratos”, repito: ela não assumiu o compromisso de vetar. Não. Mas, certamente, ela sabe que os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo vão entrar no STF. Eu li, hoje, em uma revista semanal de circulação nacional, a mesma análise que eu fiz. Certamente, ela não vai vetar. Eu não acredito no veto. Como ela vai se indispor com 25 Estados? Eu acho que é um pouco sensível demais para ela assumir tal posição. Ela vai deixar que a gente vá para o Supremo. A Justiça que decida, o Supremo que decida. Quem vai recorrer da decisão do Supremo? Certamente, a decisão do Supremo vai ser pela inconstitucionalidade da questão de se mexer nos contratos já licitados. Disso eu tenho certeza. Confio na Justiça. Repito: não acredito. Já há até um movimento para que a Presidenta não vete. Eu, particularmente, não acredito no veto da Presidenta. Acredito que vá, sim, para o Supremo essa discussão.

De fato, nós da Bancada ou das Bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, somos minoria aqui e na Câmara, mas jamais vamos nos aquietar diante disso, mesmo porque nunca é demais enfatizar que 83% de todo o petróleo brasileiro proveem da região marítima do Estado do Rio de Janeiro. Outra importante parte é produzida em área marítima do Estado do Espírito Santo. Com o pré-sal não será diferente. Os dois Estados, juntamente com São Paulo – e aqui coloco São Paulo dentro da questão – estarão na linha de frente da produção de petróleo e gás natural.

Portanto, não é justo que Municípios produtores, que hoje recebem 26% dos *royalties*, passem a receber apenas 4% daqui a sete anos e que aqueles que nada produzem sejam beneficiados com 27%. Efetivamente, isso não é algo que possa prosperar numa Federação. Mas, acreditem, é isso o que estão querendo impor através desse projeto de lei.

Faço aqui uma advertência: não será massacrando os interesses do povo do Rio de Janeiro e do Espírito Santo que se resolverá essa questão. Dessa forma tão dura, tão agressiva, não será promovida solução alguma para o problema da repartição dos *royalties*.

Ao ensejo desta fala, gostaria de esclarecer aos novos prefeitos eleitos em todo o Brasil... Uma grande parte está aqui hoje. Ouvi comentários de que cerca de 1.500 prefeitos estão hoje na Casa, no Petrônio Portella. Saindo do Petrônio Portella, encontrei o Senador hoje, pela manhã, quando nos cumprimentamos.

Então, nós temos uma grande quantidade de prefeitos. Eu quero dizer a todos: sabemos que a maioria está na expectativa de receber os *royalties*, o que é natural. Imaginem esse discurso ao ouvido da população, de que mais recursos serão trazidos por meio do petróleo. É claro que vai agradar a população dos Estados não produtores. Isso não quer dizer que somos contra repartir as riquezas do pré-sal com os demais Municípios e Estados, não. Desde que seja de uma forma justa e equilibrada. Não concordamos, pelas razões que aqui alinhei, é com a espoliação dos valores relativos aos campos já licitados.

Essas áreas de exploração foram contratadas com base na Lei de Concessão, o que gerou expectativas legítimas de receitas de *royalties* e participação especial aos Estados e Municípios beneficiários pelas regras vigentes. Afinal de contas, em todas as alterações já realizadas até aqui, na legislação que rege a distribuição de *royalties*, nunca se tentou usurpar as parcelas destinadas aos Estados e aos Municípios produtores. Pelo contrário, o que se fez foi adequar a lei à figura dos Estados produtores confrontantes e dos Municípios confrontantes, de forma a não prejudicar os entes localizados nas áreas de produção.

Portanto, apenas os novos campos que serão licitados pela nova lei da partilha é que poderão ser objeto de mudança de rateio dos *royalties*. Fora disso, é desrespeito aos contratos; é provocação à hostilidade; é promover o descrédito de nossas instituições, envergonhando e prejudicando o nosso País.

Por isso, acreditamos, como eu disse e vou repetir, que a Presidenta não vetará, mas nós vamos recorrer ao Supremo. Afinal, o País não pode retardar mais os leilões de novos blocos de exploração de petróleo, inclusive, na camada do pré-sal. Ao que sabemos, o Governo aguarda, para tanto, apenas uma decisão negociada sobre os *royalties*.

Fluminenses e capixabas confiam no compromisso firmado pela Presidenta Dilma, quando, ao se dirigir aos prefeitos, por ocasião da 15ª Marcha dos Prefeitos, disse a eles que lutassem pela distribuição dos *royalties* do petróleo, dos contratos futuros, sina-

lizando, com absoluta razão, que o pagamento dos royalties dos contratos vigentes não deve ser mudado.

Presidenta Dilma, eu, o povo do meu Estado, do Rio de Janeiro, e o povo do Espírito Santo permanecemos confiantes na seriedade da sua promessa, na intransigência da sua convicção e, acima de tudo, na sua coragem para defender a Constituição Federal.

Isso era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – Obrigado, Senador Eduardo Lopes, Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – Há, sobre a mesa, expediente subscrito pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, dirigido ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que passo a ler:

Sr. Presidente, na 50ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em 07 de novembro de 2012, foi aprovada a apresentação de proposição, posteriormente numerada como Projeto de Resolução nº 64, de 2012, que altera a redação do art. 2º da Resolução nº 58, de 2012, que “autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Credit Suisse AG, no valor de até US\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América)”, para financiar parcialmente o Programa de Reestruturação da Dívida CRC – Cemig.

Em virtude de requerimento de urgência da Comissão, o Projeto foi aprovado na sessão do Senado Federal no mesmo dia. Ocorre que foi constatada a imprecisão no texto do mencionado Projeto, que determina, inadvertidamente, na ementa e no art. 1º, a alteração da Resolução nº 58, de 2012, quando deveria fazer referência à Resolução nº 51, de 2012, que “autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Credit Suisse AG, no valor de até US\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares norte-americanos)”.

Observe-se que não existe a Resolução nº 58, de 2012, tendo o equívoco ocorrido em virtude de ter sido a Resolução nº 51, de 2012, proveniente do Projeto de Resolução nº 58, de 2012. Tratando-se de inexactidão material devida a lapso manifesto, solicito, nos termos do art. 325, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja corrigido o texto decorrente

da aprovação do Projeto de Resolução nº 64, de 2012, da seguinte forma: onde se lê “Resolução nº 58, de 2012”, leia-se “Resolução nº 51, de 2012”.

Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of. nº 321/2012/CAE

Brasília, 13 de novembro de 2012

Assunto: Projeto de Resolução nº 64, de 2012 (correção de inexactidão material).

Senhor Presidente,

Na 50ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em 7 de novembro de 2012, foi aprovada a apresentação de proposição, posteriormente numerada como Projeto de Resolução nº 64, de 2012, que altera a redação do art. 2º da Resolução nº 58, de 2012, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo com garantia da União, com o Banco Credit Suisse AG, no valor de até US\$ 1,300,000,000.00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiar parcialmente o “Programa de Reestruturação da Dívida CRC-CEMIG”. Em virtude do requerimento de urgência da Comissão, o Projeto foi aprovado na sessão do Senado Federal do mesmo dia.

Ocorre que foi constatada imprecisão no texto do mencionado Projeto, que determina inadvertidamente, na ementa e no art. 1º, a alteração da “Resolução nº 58, de 2012”, quando deveria fazer referência à Resolução nº 51, de 2012, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Credit Suisse AG, no valor de até US\$ 1,300,000,000.00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares norte-americanos). Observe-se que não existe a “Resolução nº 58, de 2012”, tendo o equívoco ocorrido em virtude de ter sido a Resolução nº 51, de 2012, proveniente do Projeto de Resolução nº 58, de 2012.

Tratando-se de inexactidão material devido a lapso manifesto, solicito, nos termos do art. 325, III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja corrigido o texto decorrente da aprovação do Projeto de Resolução nº 64, de 2012, da seguinte forma: onde se lê “Resolução nº 58, de 2012”, leia-se “Resolução nº 51, de 2012”.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – Consoante o expediente que acaba de ser lido, a inexactidão material ocorreu na remissão

à resolução do Senado Federal que é objeto de alteração: referiu-se à Resolução nº 58, de 2012, quando deve referir-se à Resolução nº 51, de 2012.

A referida matéria foi aprovada pelo Plenário na sessão do dia 7 de novembro último, nos termos apresentados pela Comissão de Assuntos Econômicos, e enviada à promulgação.

Uma vez que a correção não importa em alteração no sentido da matéria, a Presidência, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, determina a confecção de novos autógrafos e a republicação da Resolução nº 57, de 2012.

É o seguinte o texto a ser republicado:

“Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2012

Altera o art. 2º da Resolução nº 51, de 2012, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Credit Suisse AG, no valor de até US\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares norte-americanos), para financiar parcialmente o “Programa de Reestruturação da Dívida CRC-Cemig”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 51, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Minas Gerais;

II – credor: Banco Credit Suisse AG;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: taxa de juros fixa;

VI – prazo de desembolso: até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da solicitação do desembolso;

VII – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses;

VIII – amortização: em 10 (dez) parcelas anuais a serem pagas após o prazo de carência;
IX – juros: a serem fixados na assinatura do contrato, equivalentes à rentabilidade implícita das Brazil Global Notes, Global Bonds Brazil 21 e Global Bonds Brazil 24 mais spread (margem) de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

X – comissão de estruturação: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser deduzido do valor da primeira tranche na data de desembolso. Caso ocorra o desembolso da segunda tranche: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do valor da segunda tranche ou US\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil dólares norte-americanos), deduzidos do montante do desembolso, o que for maior;

XI – juros de mora: rentabilidade implícita das Brazil Global Notes, Global Bonds Brazil 21 e Global Bonds Brazil 24, mais spread (margem) de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano), conforme estabelecido nas definições do contrato.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Com a palavra a Senadora Angela Portela, pelo prazo regimental de 20 minutos.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje trago uma boa notícia, principalmente para os educadores, que ficam satisfeitos e felizes com as iniciativas do Governo Federal no sentido de diminuir os índices de analfabetismo em nosso País.

Foi lançado, na semana passada, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Esse pacto prevê investimentos da ordem de R\$2,7 bilhões entre 2013 e 2014, que serão destinados a material didático e a capacitação e bolsas para cerca de 360 mil professores alfabetizadores, cuja formação será supervisionada por 18 mil orientadores, capacitados em 34 universidades públicas do nosso País.

Esses profissionais serão selecionados dentro da própria rede pública, pela experiência em alfabetização e em coordenação pedagógica.

O Governo Federal quer alfabetizar todas as crianças até os 8 anos nas disciplinas Matemática e Língua Portuguesa e promover avaliações dos alunos do ciclo de alfabetização.

O novo programa compreende um compromisso já firmado entre o Governo Federal, os 27 Estados, o Distrito Federal e mais 5.270 prefeituras do nosso País.

No caso dos Estados, o pacto prevê o oferecimento de apoio aos Municípios que tenham aderido para sua efetiva implementação.

Serão 26 milhões de livros didáticos para escolas; 10 milhões de obras de literatura; 4 milhões de dicionários; e 17 milhões de livros paradidáticos, que serão distribuídos pelo Governo Federal. Tem ainda a previsão de construção de bibliotecas nas salas de alfabetização nas escolas públicas de nosso País.

Complementam a iniciativa do Programa de Alfabetização na Idade Certa a construção de mais de 6 mil creches e pré-escolas até 2014 e garantir a educação universalizada em tempo integral em todo o Brasil.

Por oportuno, quero destacar aqui que, na sexta-feira, tivemos a grata satisfação de participar da inauguração de uma creche no Município de Mucajaí, Município do meu Estado, a Creche Professora Rosa Nelci Magalhães, homenagem feita a uma mulher de Mucajaí, de Roraima, que dedicou sua vida à educação em nosso Estado.

A creche que foi inaugurada na sexta-feira é uma das 18 creches que conseguimos para Roraima, por meio do Plano de Ações Articuladas, do Pró-Infância, e por meio de emendas individuais ao Orçamento da União para o Ministério da Educação. Essa creche, localizada no centro de Mucajaí, tem a meta de atender 250 crianças, com idade de zero a 6 anos.

Estamos, assim, sintonizados com o Pacto de Alfabetização na Idade Certa, cujas ações serão monitoradas pelo Ministério da Educação, pelo Sistema de Gerenciamento, Acompanhamento e Controle. O compromisso do Governo é garantir que toda criança de até 8 anos, que estuda em escola pública, tenha o domínio da leitura e da escrita e conheça as primeiras operações.

Trata-se, de um pacto estruturante e, como tal, requer de nós atenção especial. Para os senhores terem ideia, a média nacional de crianças brasileiras não alfabetizadas aos 8 anos é de 15,2%, conforme o Censo do IBGE. E há Estados em que os percentuais são ainda mais elevados. É o caso de Alagoas, onde a taxa de não alfabetização chega a 35%, um percentual que muito nos entristece. Em meu Estado de Roraima, o analfabetismo é um pouco maior do que a média nacional, e para isso muito contribui o índice da zona rural, que entre as pessoas extremamente pobres chega ao estratosférico percentual de 34,4% de analfabetismo. É um número ruim: 34% de analfabetismo na zona rural de Roraima, entre a população extremamente pobre.

Na área urbana, Roraima apresenta taxa de analfabetismo inferior à média nacional, tanto entre os mais

pobres quanto entre a população não pobre e que tem entre 10 e 15 anos ou mais.

Dados colhidos pelo Censo do IBGE de 2010 mostram que a taxa de analfabetismo de crianças com idade entre os 10 e 14 anos é de 15%, contra 8,4% no Brasil como um todo, número muito superior à taxa nacional. Já entre os extremamente pobres, o percentual de 24,1% é especialmente grave.

São índices, Srs. Senadores, que mostram claramente como a população extremamente pobre da área rural de Roraima está excluída desse processo de inclusão social por que passa o nosso País.

Em Roraima, a exemplo do resto do País, esses índices são fruto da total ausência de um programa como esse pacto que foi lançado na semana passada, o que impediu as crianças de terem acesso à alfabetização na idade certa.

Mas, no contexto educacional do Estado, há algo que nos dá orgulho e que quero destacar no plenário do Senado Federal: a Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima, de Mucajaí, e a Escola Estadual Princesa Isabel, na nossa capital, Boa Vista, apresentam Ideb de 6,6 – índice, portanto, acima da meta, que é de 6,0 no ensino fundamental. Então, é muito gratificante destacar aqui que os Municípios de Mucajaí e de Boa Vista – nossa capital – têm escolas que oferecem ensino de qualidade para as nossas crianças.

Quanto ao Pacto de Alfabetização na Idade Certa, na condição de educadora, vejo-o como uma estratégia capaz de atacar o mal pela raiz, quer dizer, de acabar, precisamente, com a insuficiência de aprendizado das crianças brasileiras na escola pública, pois é exatamente nesse ponto, como já disse, que residem as desigualdades e a exclusão – uma exclusão cruel, que, além de ser intelectual, é também social, econômica e cultural. Esse Pacto, ao contrário, vem dar todas as condições às crianças, no início de suas vidas; vem dar igualdade de oportunidades.

Srs. Senadores, portanto, essa medida adotada pela Presidenta Dilma, o lançamento do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, soa como uma música. Garantir educação à criança na idade certa é uma responsabilidade de pais, de mães, do Estado e dos governos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Concedo a palavra ao Líder, Senador José Agripino, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é a pre-

ocupação com muitos fatos, a começar pela presença maciça em Brasília de prefeitos de todo o Brasil, que, ao chegar ao final do ano e ao final dos seus mandatos, Senador Magno Malta, vêm à Brasília em busca de uma tábua de salvação para o encerramento dos seus mandatos.

A crise se abateu em decorrência da queda do PIB, já que o PIB de 2010 cresceu 7,5%; o PIB de 2011, 1,5% ou 1,7%; e a crise em 2012 está esboçada, crise esta decorrente da atividade econômica e arrecadação em baixa.

Os prefeitos dos Municípios tiveram queda e coice, porque, para segurar o consumo, o Governo deu incentivos, por exemplo, no IPI dos automóveis, da linha branca; e é um tiro na testa do Fundo de Participação a diminuição do IPI. Ao lado do Imposto de Renda, o IPI é um dos componentes do Fundo de Participação, que é a principal renda dos Municípios mais pobres do Brasil.

Então, para combater a crise que implica desemprego, o Governo aplica um remédio que é fel puro, veneno puro para os Municípios, os mais pobres principalmente, que estão aqui em busca daquilo que outros governos do PT já lhes deram: um adjutório.

Se o Governo adotou um remédio que foi bom para manter o emprego nas montadoras de automóveis, na construção civil, foi muito ruim para as finanças municipais. E os Municípios, os prefeitos é que sustentam a educação, a saúde, o dia a dia do cidadão que mora no Município.

Os prefeitos estão em busca de uma compensação, em busca daquilo que já lhes foi dado e que não pode lhes ser negado, porque aquilo que já lhes foi dado, num momento menos difícil que o de hoje, não pode lhes ser negado. Portanto, estão aqui para fazer um amplo movimento. E espero que a Presidenta da República, Dilma Rousseff, os atenda como Lula os recebeu, e que acolha o pleito deles como Lula acolheu, a não ser que o Governo do PT tenha falido – e talvez esta seja a minha maior preocupação.

Sr. Presidente, deixe-me fazer aqui uma observação rápida, porque os caminhos da Pátria passam pela terra de cada um de nós, e os caminhos do mundo passam pela terra da gente, e aquilo que acontece na Europa termina acontecendo no Brasil, o que se passa na Ásia termina se passando nos Estados Unidos: o mundo é uma aldeia global, os séculos se repetem e os fenômenos se repetem.

Sr. Presidente, séculos atrás, a Grécia, se não foi o centro do mundo, foi um dos polos do mundo, principalmente por sua cultura. Depois o tempo passou e a Grécia compôs, ao lado da Turquia, o Império Otomano – a Turquia comandava e a Grécia já não era mais

proeminente como o foi num dado momento. A Grécia passou a ser uma espécie de comandado ou satélite da Turquia, que tinha o poder bélico e à qual não interessava sufocar a cultura de ninguém; interessava colher os impostos de quem estivesse no Império Otomano sob seu comando, que deveria pagar o dízimo – era só o que interessava à Turquia. E assim a Grécia sobreviveu, mas num estágio inferior.

O tempo passa, e a Grécia, que foi um polo do mundo, assistiu, na Segunda Guerra Mundial, à beligerância na Europa e se posicionou de forma a, passada a Segunda Guerra, a Otan tratar a Grécia com significação especial por conta de sua situação geográfica: era o ponto de passagem para a União Soviética, para a Ásia, para a Rússia, e interessava aos aliados que a Grécia estivesse bem com a Otan ou com os países que ganharam a guerra. A Otan passou a, generosamente, conceder recursos para a Grécia, recursos que a Grécia não teria normalmente porque a cultura do país não era suficiente para aquela arrecadação. E os gregos passaram a viver de uma receita extra que a sua situação geográfica lhes possibilitava. Essa receita habituou a Grécia a gastar o que não tinha.

Em seguida, Sr. Presidente, veio a União Europeia, e, pela mesma razão, pela situação geográfica, a Grécia, que pagava 10% de taxa de juros à época da dracma, passou a dispor de recursos da União Europeia, pagando 1% de juros. E encheu-se de dinheiro, fez alguma infraestrutura, os empréstimos foram concedidos, o dinheiro foi gasto, e chegou a hora de pagar. E, quando chegou a hora de pagar, a Grécia não tinha atividade econômica suficiente para render o dinheiro para pagar os empréstimos da União Europeia, e aconteceu com a Grécia o que está ocorrendo em escala não tão catastrófica com Portugal, com a Espanha, com a Irlanda etc.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque a mim preocupa modelo econômico que sobreviva de dinheiro que chega artificialmente, que chega por favor, sem renda sustentável. E aí eu entro no nosso País, a minha preocupação, fazendo até uma “linkagem” com o que está ocorrendo com os prefeitos municipais, que estão pagando a conta de uma administração econômica defeituosa. Vamos ver.

O Brasil assistiu a uma bonança internacional e teve crescimento do PIB em números excepcionais. Em 2010, cresceu 7,5%. Crescia e tinha como arma para combater a inflação a taxa de juros. Nós detivemos em alguns momentos – e ainda detemos – a maior taxa de juros do Planeta, ou uma das duas ou três maiores taxas de juros do Planeta. E, com isso, nós seguramos a inflação, porque, com a taxa de juros alta, você evitava o consumo alto e combatia a

inflação pela demanda, pela contenção da demanda, diminuindo a capacidade de comprar do comprador brasileiro. Com isso, evidentemente, os investimentos do Brasil foram contidos, porque ninguém ia investir internamente àquela taxa de juros maluca, incivilizada. Resultado: o PIB caiu.

Mas, dentro do PIB, Sr. Presidente, ocorreu uma coisa mais perversa. Qualquer nação do mundo – seja Grécia, ou Irlanda, ou Reino Unido, ou Estado Unidos, ou Coreia, ou Japão, ou Indonésia, ou Argentina, ou Peru, ou Colômbia –, qualquer país desenvolvido do mundo começa por ser desenvolvido na sua indústria. Quando a indústria é poderosa, o país é poderoso, de forma sustentada, é competitivo – onde mais se mede a competitividade de um País é pela capacidade de ele produzir um bem industrial e vender na competição internacional.

Muito bem, os investimentos do Brasil diminuíram e, em 2004, a indústria participava com 19,22% do PIB do Brasil. Um número preciso: em 2004, a indústria participava com 19,22% do PIB do Brasil. Passa 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e chegamos a 2012. Presidente, em todos os anos, de 2004 até agora, em todos os anos, houve queda da participação da indústria na formação do PIB brasileiro. Em todos os anos, sem exceção, todos! Por conta de quê? De muitas razões: de desinvestimento, de carga tributária, de política cambial. A indústria brasileira perdeu competitividade e, junto com a competitividade, como não tinha a quem vender, empregos! Como o que acabou de acontecer: a diminuição do número de empregos na indústria brasileira!

A política de contenção da inflação por taxa de juros produziu isso. Num dado momento, o crescimento do PIB, que andou em 7,5%, desaba com a crise internacional, principalmente a crise europeia, para os nefastos 1,5%; 1,7% do ano passado. E o Governo, não preparado, porque não se preparou – esta foi a verdade: o Governo não se preparou para essa sucessão de realidades –, sai da taxa de juros que contém o consumo para um abaixamento abrupto na taxa de juros – benfazejo abaixamento! –, mas para estimular o consumo, para que os brasileiros consumam e sustentem o crescimento do PIB e a geração de empregos.

E aí você baixa a taxa de juros, estimulando até investimentos que, lamentavelmente, não ocorreram na velocidade devida, como que para medir, com o abaixamento da taxa de juros, conter a inflação.

Mas, não satisfeito com isso, apela para um fato – e aqui eu quero trazer à reflexão do Brasil –, apela para outro instrumento, que é a contenção da inflação. Porque, no momento em que o Governo abaixa a taxa de juros e prevê um aumento na demanda, pode-se,

evidentemente, correr o risco de uma retomada inflacionária, porque se possibilitou a que mais brasileiros tomassem o crédito consignado ou não, para comprar aqui aquilo que normalmente não compravam, mas que estão sendo induzidos a comprar, induzidos a comprar por uma taxa de juros mais confortável, diferente do que ocorria um ano ou dois, ou três atrás.

Muito bem, isso gera, de forma completamente atabalhoada, uma mudança completa no clima econômico do País. E o Governo mudou da água para o vinho com relação à política da taxa de juros, temendo a volta da inflação que se esboçou. A inflação voltou a crescer mesmo com o País em recessão, que é o pior dos mundos: inflação com recessão. Com a economia, em alguns trimestres, até caindo negativamente, caindo negativamente, o Governo apela para a dona Petrobras, para a Petrobras ser instrumento efetivo de combate à inflação. Como? Segurando o preço da gasolina, do óleo diesel, do querosene. Compra petróleo caro, porque o petróleo não caiu no mercado internacional, e vende barato, e ela, Petrobras, sustenta o modelo.

Ocorre, Presidente, que a Petrobras é propriedade do Governo brasileiro e de milhões de brasileiros que são acionistas. A Petrobras já tinha adotado um modelo que eu até achava simpático: o de, por exemplo, comprar as plataformas de produtores brasileiros mesmo que custassem três vezes mais, mas gerando emprego para os brasileiros. Isso ocorreu no governo Lula.

As plataformas para exploração, na plataforma continental, são encomendadas de produtores brasileiros e compradas por duas ou três vezes mais caras do que se fossem compradas lá fora – *abroad* –, mas gerando emprego aqui.

Só há um detalhe: esse processo iniciou um processo de descapitalização da Petrobras. A Petrobras passou a gastar mais do que devia e passou a ter um lucro menor do que devia. A gestão da Petrobras foi entendida, no plano internacional, como uma gestão defeituosa, e as ações da Petrobras desabaram. Na cotação internacional da Bolsa de Nova York, as ações da Petrobras desabaram porque se percebeu, por essa e por outras, uma má gestão por conta da Petrobras. E mais do que isso: na hora em que, no plano internacional, se percebeu que a Petrobras estava operando inflação no Brasil, comprando petróleo caro e vendendo gasolina barata no Brasil – ótimo, mas se ela puder aguentar –, o que aconteceu? Entrou em processo de grande dificuldade a Petrobras, que é um patrimônio do povo brasileiro, que foi a arauta de um feito do Presidente Lula, do anúncio da autossuficiência de petróleo – autossuficiência que hoje está *sub judice*. É uma grande interrogação: que autossuficiência é essa que ensaja a importação de milhões de barris de gasolina,

de óleo diesel e de querosene? Que autossuficiência é essa produzida por uma companhia – a Petrobras – que não participa de leilões? E aí entra o grande problema que eu quero aqui denunciar e advertir.

Mudou-se o processo de concessão para a perfuração de poços de petróleo para o modelo de partilha. Na concessão, alguém participava do leilão e ganhava, ganhava o processo inteiro; na partilha, alguém participa do leilão, mas se obriga a executar a perfuração e a exploração de parceria compulsória com a Petrobras. Maravilha! Só há um detalhe: é que, de plataforma cara em plataforma cara, de litro de gasolina barata contra barril de petróleo caro, importado, a Petrobras foi descapitalizando-se e perdeu a condição de participar como sócia compulsória dos leilões novos para operar, por exemplo, o pré-sal. Resultado: pararam os leilões, porque a Petrobras, que tem que ser sócia compulsória, não tinha dinheiro para participar ao lado de ganhadores privados, dos investimentos que o País precisava para manter a autossuficiência.

Descapitalizaram a Petrobras num erro de combate à inflação, numa operação defeituosa, num erro de gestão, e levaram o Brasil, que conseguiu, graças a um bom desempenho do passado, a autossuficiência pelo regime de concessão. Por um erro na mudança de concessão para partilha, evoluiu-se para a impossibilidade de a Petrobras participar de leilões. Como a Petrobras não podia participar dos leilões, fecham-se os leilões. Não há leilão, porque a Petrobras não pode participar. Não houve leilão, não há exploração de pré-sal nem aumento na produção de petróleo, e o Brasil deu adeus à autossuficiência.

Sr. Presidente, o quadro real do Brasil é esse aí, e eu tenho medo de que aqui aconteça o que está ocorrendo com a Grécia, que não conseguiu reagir aos investimentos.

Nós não temos investimentos em infraestrutura, não temos investimentos em infraestrutura que produzam a competitividade da produção brasileira; não temos investimentos maciços na educação que garantam educação de qualidade para que o brasileiro seja habilitado a produzir um País competitivo. Estamos vivendo dificuldades enquanto os nossos vizinhos – a Colômbia, o Peru e o Chile – nadam de braçada.

Presidente, o Brasil foi a bola da vez até dois anos atrás. A bola da vez aqui nas Américas chama-se México. A Colômbia e o Peru estão disparando. O Brasil está ficando para trás. E de Petrobras em Petrobras, de frustração em frustração, nós vamos pagar um preço muito alto, nós e as gerações futuras. E antes que seja tarde, aqui está a minha palavra de advertência para que este País acorde e coloque-se novamente no trilho certo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador José Agripino.

Parabéns pelo pronunciamento que faz!

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, preciso ler expediente que está sobre a Mesa.

A Senhora Presidente da República adotou, em 8 de novembro de 2012, e publicou no dia 9 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 586, de 2012**, que *dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências*.

Nos termos dos arts 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Composição

Senadores

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)

Renan Calheiros	Romero Jucá
Francisco Dornelles	Sérgio Souza
Paulo Davim	Waldemir Moka
Vital do Rêgo	Ricardo Ferraço
Ana Amélia	Casildo Maldaner

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Walter Pinheiro	Eduardo Lopes
Acir Gurgacz	Wellington Dias
Lídice da Mata	Pedro Taques
Inácio Arruda	Antonio Carlos Valadares

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Alvaro Dias	Aloysio Nunes Ferreira
José Agripino	Jayme Campos

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL)

Alfredo Nascimento	Armando Monteiro
Eduardo Amorim	Cidinho Santos
**Gim	**João Costa

*PSD

Sérgio Petecão	Marco Antônio Costa
----------------	---------------------

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

** Vaga compartilhada entre o Bloco Parlamentar União e Força e o Bloco Parlamentar Minoria, conforme proporcionalidade partidária de 09 de novembro de 2012.

Titulares	Deputados	Suplentes
	PT	
Jilmar Tatto		Beto Faro
Janete Rocha Pietá		Valmir Assunção
	PMDB	
Henrique Eduardo Alves		Teresa Surita
Marcelo Castro		Antônio Andrade
	PSD	
Guilherme Campos		Eduardo Sciarra
Fábio Faria		Geraldo Thadeu
	PSDB	
Bruno Araújo		Cesar Colnago
	PP	
Arthur Lira		Jerônimo Goergen
	DEM	
Antonio Carlos Magalhães Neto		Pauderney Avelino
	PR	
Paulo Freire		
	PSB	
Ribamar Alves		Glauber Braga
	PDT	
André Figueiredo		Ângelo Agnolin
	Bloco (PV/PPS)	
Stepan Nercessian		Sarney Filho
	PTB	
Jovair Arantes		Arnon Bezerra
	PRB*	
Antonio Bulhões		Otoniel Lima

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

É o seguinte o calendário de tramitação da Medida Provisória:

Calendário

- Publicação no DO: 9-11-2012
- Designação da Comissão: 13-11-2012
- Instalação da Comissão: 24 horas após designação
- Emendas: até 15-11-2012 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: **
- Remessa do processo à CD: -

- Prazo na CD: até 6-12-2012 (até 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 6-12-2012
- Prazo no SF: de 7-12-2012 a 20-12-2012 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 20-12-2012
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 21-12-2012 a 23-12-2012 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 24-12-2012 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 17-2-2013

Declaração incidental de inconstitucionalidade do **caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia **ex nunc** – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios das lideranças:

Of. nº 178/2012-BLUFOR

Brasília, 9 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim e Gim, Argello, como membros Titulares e os Senadores Armando Monteiro, Cidinho Santos e João Costa, como membros Suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012, que “dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello** Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

Ofício nº 71/2012-GLPSD

Brasília, 12 de novembro de 2012

Ref: Indicação do PSD para compor a Comissão Mista de apreciação da Medida Provisória nº 586, de 2012.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico os senadores Sérgio Petecão e Marco Antônio Costa, pelo Partido Social Democrático – PSD, como membros titular e suplente, respectivamente, para compor a Comissão Mista que apreciará a Medida nº

586, de 2012, que trata sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.

Respeitosamente, – Senador **Marco Antônio Costa** Líder do PSD.

Of./LID/nº 230/2012

Brasília, 13 de novembro de 2012

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista
Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados Stepan Nercessian – PPS/RJ e Sarney Filho – PV/MA para integrar como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a proferir à MP 586/12, que “Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno** Líder do Bloco PV, PPS.

Of. nº 550/2012 – LPR

Brasília, 13 de novembro de 2012

Assunto: Indicação de Membro de Comissão Mista

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Paulo Freire (PR/SP) como membro Titular na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 586 de 2012, que “Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.”

Respeitosamente, – Deputado **Lincoln Portela**, Líder do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Votação do **Requerimento nº 961, de 2012**, de prorrogação de prazo, até 22 de dezembro de 2013, da Comissão Externa destinada a acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, criada nos termos do Requerimento nº 514, de 2012.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – A Presidência comunica ao Plenário que expirou, em 9 de novembro de 2012, o prazo de vigência da **Medida Provisória nº 574, de 2012**.

Será publicado ato declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, previsto no parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Com a palavra o Senador Humberto Costa, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, na semana passada, no dia 9 de novembro, tive a oportunidade de participar da 16ª Reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada em Salvador, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff. Estiveram lá também o Senador Walter Pinheiro, a Senadora Lídice da Mata. E juntos acompanhamos o anúncio, pelo Governo Federal, de novas medidas, fundamentais para o enfrentamento dos efeitos da seca. Efeitos esses que, mais uma vez, tive a oportunidade de constatar quando, nesse último final de semana, visitei cinco Municípios da região do Agreste de Pernambuco: Tupanatinga, Itaíba, Águas Belas, Garanhuns e Ibirajuba. Lá pudemos ver, mais uma vez, o drama que a população nordestina está vivendo neste momento por conta da seca que assola a região e que, segundo técnicos do Ministério de Ciência e Tecnologia, é a mais grave ocorrida nos últimos 50 anos.

Nessa reunião foram anunciadas várias iniciativas, por parte do Governo Federal, com o objetivo de minimizar os efeitos da estiagem, sobretudo a partir de abril, quando foi iniciada uma articulação conjunta com os governos estaduais e municipais. Ou seja: além das medidas emergenciais e dos investimentos constantes, o Governo Federal adotou uma ação coordenada entre os diversos entes federados, articulação essa fundamental tanto para identificar e listar com maior precisão as ações prioritárias contra a seca, quanto para implantá-las com maior celeridade.

Foram várias as ações emergenciais adotadas até o momento, como operação de utilização de carros-pipa, recuperação de poços, distribuição do Bolsa Estiagem e do Garantia-Safra, oferta de milho subsidiado, transferência de recursos para assistência à população, linha emergencial de crédito, entre outras.

Além desse balanço positivo que tivemos oportunidade de conferir na reunião da Sudene, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou mais medidas, na intenção de minorar o sofrimento de milhões de brasileiros. Isso porque estamos diante de uma das piores secas, como eu disse, dos últimos 50 anos, com grande impacto na vida de muitos agricultores, trabalhadores e trabalhadoras do semiárido do Nordeste e do norte de Minas Gerais. São mais de 10 milhões de brasileiros e brasileiras atingidos por essa estiagem e 1.317 Municípios

em situação de emergência. Desse total, temos mais de um milhão de pernambucanos e pernambucanas sofrendo com a seca e 117 Municípios de Pernambuco em situação de emergência.

Os impactos dessa estiagem só não foram mais negativos por causa do enfrentamento vigoroso do Governo Federal e por causa dos reflexos de uma nova era iniciada no governo do ex-presidente Lula. Diferentemente do que se via no passado, hoje, mesmo diante desse flagelo, não há fome humana nem saques nas áreas atingidas pela seca. Isso é fruto da distribuição de renda e dos programas sociais, embora, infelizmente, os rebanhos estejam morrendo e o quadro econômico tenha sido afetado drasticamente.

A Presidenta anunciou a prorrogação do Bolsa Estiagem com o pagamento de mais parcelas de R\$80,00 para os produtores rurais do semiárido. Essa é uma renda fundamental para evitar que muitos agricultores e suas famílias passem fome, pois muitos não conseguiram colher o que plantaram para se alimentar e vender. A Presidenta anunciou ainda o pagamento de mais duas parcelas de R\$136,00 do Garantia-Safra. Com essas duas medidas, estamos garantindo renda para 1,5 milhão de famílias atingidas diretamente pela seca.

Para se ter uma ideia, até outubro deste ano foram pagos R\$232 milhões pelo Programa Bolsa Estiagem e R\$473 milhões por meio do Garantia-Safra.

Além disso, foi prorrogada para até 2013 a venda de milho subsidiado a fim de alimentar os animais. O Governo anunciou ainda a ampliação do número de carros-pipa. E, até outubro deste ano, nós já investimos mais de R\$310 milhões para 4.162 carros-pipa levarem água às famílias. E foi autorizada agora a contratação de mais 906 desses veículos.

Como disse a Presidenta Dilma, talvez essa seja a maior operação de carros-pipa da história do País. Nas suas palavras, nós nos orgulhamos de realizar a maior operação de carros-pipa pela necessidade, mas não nos orgulhamos de estar usando os carros-pipa mais uma vez como forma de superar a seca.

“Nós não achamos que essa é a melhor resposta para o Nordeste. Usamos porque ainda temos de recorrer aos carros até o momento em que as obras estruturantes estiverem na sua maior maturidade”, disse a Presidenta.

Vale ressaltar ainda o início de outros investimentos importantes que permitirão ampliar a oferta de água nas áreas afetadas pela seca. Durante o evento na Sudene, a Presidenta anunciou o aporte de R\$1,8 bilhão para 77 obras. Mas essa é a primeira parte de uma lista que prevê investimento total de R\$3 bilhões. São empreendimentos como a construção e a ampliação

de adutoras, barragens, sistemas de abastecimento e outras obras.

Os termos para o início da construção foram assinados pelos governadores na mesma reunião da Sudene. Desse total de R\$1,8 bilhão, R\$1,06 bilhão será disponibilizado pelo Ministério da Integração Nacional para 33 obras; outros R\$656,2 milhões, pelo Ministério das Cidades para 22 empreendimentos; e mais R\$108 milhões da Fundação Nacional de Saúde para 22 obras.

Caberá aos Estados e Municípios executar as obras, sob supervisão da Caixa Econômica Federal. A previsão é de que a primeira etapa útil dos empreendimentos seja concluída em até 18 meses.

Nesse primeiro momento, Pernambuco receberá R\$242 milhões. Esses recursos serão investidos em obras como:

- 1) ampliação de oferta de água a partir do sistema adutor do oeste (trecho Orocó-Ouricuri);
- 2) implantação de adutora a partir de Tabocas para estação de tratamento Poço Fundo 1, em Santa Cruz;
- 3) ampliação do sistema de abastecimento de água de Águas Belas a partir de poços em Tupanatinga;
- 4) ampliação do sistema de abastecimento de água de Santa Maria da Boa Vista a partir do sistema Redenção;
- 5) implantação do Sistema de abastecimento de água de Santa Cruz da Baixa Verde;
- 6) substituição de trecho da adutora de Amaraji;
- 7) implantação de uma nova captação para o sistema Cabrobó;
- 8) implantação de adutora a partir da Barragem de Inhumas;
- 9) ampliação do sistema de abastecimento de água de Ouricuri; e
- 10) ampliação da adutora da Barragem Pau Ferro até a Barragem São Jacques, entre outras obras.

O Governo Federal continuará atento e monitorando constantemente a situação da seca para tomar novas medidas que forem necessárias e minimizar os seus efeitos.

O Senado Federal precisa estar atento a esse tema, cobrando ações, levando os pleitos dos Estados e Municípios atingidos e participando dessa ampla articulação encabeçada pelo Governo Dilma Rousseff.

Além de ter usado esta tribuna para enfatizar a importância de enfrentarmos com rigor a estiagem, tenho ouvido prefeitos e lideranças de Municípios de Pernambuco atingidos por esse flagelo.

Como disse, no último sábado estive no Agreste Meridional e visitei os Municípios de Tupanatinga, Itaíba, Águas Belas, Garanhuns e Ibirajuba. E, recen-

temente, estive também nos Municípios de Custódia, São José do Egito, Tabira e Serra Talhada.

A ideia é trabalharmos juntos com a Presidenta Dilma, os prefeitos e os governos estaduais para revertermos a situação precária em que vive parcela importante da nossa população.

Na reunião da Sudene, a Presidenta mais uma vez reforçou a importância dessa articulação entre os diversos entes federativos. Disse ela: "O País não pode, para resolver os seus problemas, agir de forma isolada ou parcial no que diz respeito às suas diferentes esferas de governo".

Com a participação de todos, as medidas para reduzir os efeitos da estiagem se tornam mais eficazes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta pela Liderança do PR.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a podia me inscrever depois, pela liderança do PT, se for possível?

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Faço a inscrição do Senador Walter Pinheiro pelo PT.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqueles que nos assistem em casa através dos veículos de comunicação desta Casa, Rádio Senado, TV Senado.

Sr. Presidente, que me comunica que está prestes a deixar esta Casa, eu lamento e vejo com tristeza. V. Ex^a chegou aqui, deu seu recado em nome do povo de Rondônia, homem honesto, idôneo, de boas ideias, uma aquisição significativa. Eu até aconselharia o nosso nobre Senador Raupp, meu amigo pessoal, que descansasse um pouco mais e lhe deixasse aqui para que nós pudéssemos desfrutar um pouco mais da sua sabedoria, da sua paciência, do seu companheirismo que eu, de uma forma muito pessoal, desfrutei e estou desfrutando. Apreendi a respeitar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Magno Malta, é uma honra ouvir as palavras de V. Ex^a. Agradeço a V. Ex^a a gentileza, mas o Senador Raupp, certamente, terá aqui o seu retorno com muita galhardia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Se a assessoria do Raupp estiver me ouvindo, diga ao Raupp que eu pedi a ele para lhe deixar mais um pouco por aqui, que, certamente Deus vai recompensá-lo.

Senador Pinheiro, Senador Lindbergh, eu acabo de sair da Embaixada do Senegal, onde estive hoje à tarde, com o Embaixador. E, de que fui tratar na

Embaixada do Senegal? Tomamos conhecimento de que, na semana passada, um casal de missionários, a missionária Zenaide Moraes Novaes, que é filha do Sr. Zacarias, chamado de irmão Zacarias em Itapetinga, no interior da Bahia, na cidade onde eu me criei. Se coincidência, eu não sei, mas acho que está mais próximo de ser "jesuscidência" do que coincidência.

Na cidade em que eu me criei, irmão Zacarias era como um irmão de sangue; era um irmão de oração, de fé da minha mãe, Dona Dadá. E eu conheço essa família. E essa moça tinha, a exemplo dos seus irmãos, que sempre tiveram um ardor missionário, um coração desprendido e a missão sacerdotal, o desejo de servir ao próximo, que lhe ardia no peito, na África. Imaginem uma moça de um bairro muito simples, chamado Nova Itapetinga – hoje está muito bonito, naqueles dias, era muito simples, na infância –, com um desejo que lhe ardia no peito: o desejo de ajudar os irmãos africanos.

A vida passou para todos. Eu saí de lá aos 17 anos. Volto todos os anos, duas, três vezes. Meus parentes vivem lá. E eu saí de lá e tenho que voltar lá, Sr. Presidente, para não esquecer de onde é que Deus me tirou e me colocou aqui, filho de uma faxineira, que morreu ganhando meio salário mínimo por mês. Então, não posso esquecer o lugar de onde Deus me tirou, porque a Bíblia diz que nós não devemos esquecer o dia dos pequenos começos. Então, eu preciso voltar lá e entrar naquele colégio, onde minha mãe limpava o chão e fazia merenda para as crianças. Eu preciso voltar lá todo ano, entrar naquela cozinha, olhar, lembrar da minha mãe ali dentro e dizer: "Deus me tirou daqui."

É nessa cidade que vive a família do irmão Zacarias, Senador Lindbergh, que é nordestino como nós. Essa moça foi para uma missão chamada Missão Servos, mantida pela Igreja Presbiteriana. Hoje, neste momento, há dez minutos, falei com o Presidente da Igreja Presbiteriana, o Pastor Roberto Brasileiro, que mantém essa missão na África. Lá está o Pastor José Dílson da Silva, mantido pela missão presbiteriana do Brasil, Senador Suplicy.

E dia 6, Senador Pinheiro, semana passada, a missionária lá de Itapetinga, do seu Estado da Bahia, Senador Pinheiro, foi presa, juntamente com o Pastor Dílson da Silva – eles, que dirigem um orfanato-escola, uma creche-escola, uma obra social significativa para crianças órfãs em Madagascar.

Nós estamos intrigados. Eles foram presos na semana passada, e há boatos de que o julgamento será amanhã – tão rápido! – com a acusação de evangelização de menores, maus-tratos às crianças e de abrigar menores sem autorização de seus pais.

V. Ex^a sabe que eu sou uma das pessoas que têm lutado neste País em defesa da integridade física

e moral das crianças do Brasil, combatendo abusos e violência contra a criança neste País. Não admito quem comete abuso e violência. Mas me admira muito que aquele que sai de seu País, para uma missão como essa – a moça eu conheço...

Nós sabemos que a polícia é truculenta em alguns momentos no Brasil e comete excessos. A verdade é que a maioria absoluta da polícia no Brasil é sacerdotal e faz segurança pública por sacerdócio, porque é mal paga; mas existem aqueles que extrapolam, passam do limite e cometem atrocidades. Não seria diferente lá. Eles foram levados para a delegacia e presos sob esta acusação: o pai de uma criança, de família muçulmana, que resolveu fazer oração e cantar músicas cristãs, os entregou, e eles foram presos.

A Embaixada do Brasil os assistiu imediatamente; os advogados entraram com *habeas corpus*, o Judiciário não aceitou. Eles já foram levados para a penitenciária, muito rapidamente, e aí começou a acontecer uma série de boatos: o juiz é muçulmano, o juiz está tomando pressão dos muçulmanos que, porque eles são missionários cristãos, pedem que eles sejam sentenciados rapidamente.

Ontem, eu falei com o Ministro Patriota, Senador Pinheiro. O Ministro Patriota me disse: “Olha, Senador, estive agora, em agosto, lá no Senegal. É um país irmão. É o único país da África que nunca teve uma ditadura, um golpe militar. Lá há democracia e com o qual temos relações desde 1911. Nossas relações são muito boas com a Ministra da Justiça. E nós vamos tratar do assunto.” Verdade! O Ministro Patriota colocou uma servidora, penso que uma secretária mais próxima dele, para tratar do assunto. Ela tem falado comigo e com o meu gabinete, informando-nos. Hoje, ainda, nos informará a respeito da situação.

A situação é que eles estão sendo defendidos por dois bons advogados. É a informação que temos. Resolvo, então, diante de tanta informação desconhecida, pedir uma audiência ao Embaixador do Senegal no Brasil. Educado, ele me atendeu ao meio-dia e marcamos para as 15h30min. Às 15h30min cheguei à Embaixada do Senegal e fui atendido, Sr. Presidente, por um Embaixador educado, que ama o Brasil porque temos um relacionamento, quem sabe, uma relação de sangue, com a África. Eles têm uma gratidão muito grande pelo parceiro/irmão que o Brasil tem sido da África. Ele me disse: “Olha, Senador, se a questão é religiosa o senhor pode descansar, o Senegal é laico, como laico é o Brasil. No Senegal qualquer cidadão pode professar a sua fé onde achar melhor e entender, como no Brasil.”

E me disse: “Está vendo aqui a minha tradutora? É uma brasileira católica. Temos servidores católicos

aqui. O primeiro Presidente do Senegal era católico, e nós não temos qualquer tipo de problema. Não acredite, porque nós não trataríamos dessa maneira. Não conheço o assunto, disse ele, mas vou me inteirar hoje. Amanhã te dou todas as informações a respeito da condução desse processo.”

Sr. Presidente, eu me dispus a ir ao Senegal na próxima semana com mais um Senador e dois Deputados da Comissão de Direitos Humanos, numa comissão, para que possamos acompanhar de perto, uma vez que são missionários que vivem de oferta e não dispõem de recursos para arcar com as suas demandas físicas no Senegal. Não queremos conviver com quem abusa de criança, mas eu, que conheço bem essa lida e conheço bem essa missionária, sinto-me na obrigação de me envolver nesse assunto de uma forma muito profunda para dar informações claras à sociedade brasileira.

Senador Pinheiro.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Senador Magno Malta, este é um tema que, não sei se posso chamar isso de coincidência, mas a gente tem vivido com essa experiência sempre ao final ou nos finais de ano. Recordo-me de que, numa época muito próxima ao Natal, eu fui surpreendido com uma ligação do presidente, na época, da nossa convenção, a partir, exatamente, do risco – porque as decisões, às vezes, são dessa natureza, risco de vida, ou até risco de morte, que é o mais correto – que alguns missionários enfrentam, a partir, exatamente, de uma livre expressão da liberdade de poder falar, inclusive, de professar a sua fé e pregar a palavra. É obvio que alguns começam a levantar, mas aí você tem que respeitar a regra no país dos outros. Nós respeitamos. Respeitamos, inclusive, quando esses missionários entram, eles não entram sem dizer que são missionários, até porque, por diversas vezes, eles terminam fazendo cobranças. Aí, em todos esses casos, eu quero chamar a atenção. V. Ex^a falou do Ministério das Relações Exteriores. A gente tem contado com uma ótima participação. Esse caso específico a que estou me referindo aconteceu, inclusive, na Jordânia. Eu fiquei numa tentativa. Imagine o que é, na boca do Natal, você encontrar alguém... Aliás, perdão, não foi no Natal, foi no final de ano. Pior ainda, porque há uma liberação. Mas, graças a Deus, com a participação, também, do nosso Itamaraty, a gente conseguiu tirar o nosso missionário, em tempo, inclusive, para não ser surpreendido por nenhuma outra medida. Quero, aqui, só para dizer a V. Ex^a, que acho que me somo a essa iniciativa. Hoje, inclusive, tive a oportunidade de conversar com o Senador Paulo Paim, que não está em Brasília, para que ele pudesse delegar, pela Comissão de Direitos Humanos do

Senado – V. Ex^a, inclusive, é membro –, para que não fique parecendo algo da nossa participação, da nossa também profissão de fé. Isso não pode ser tratado como algo daqueles que professam a fé. Isso tem ser tratado, inclusive, por aqueles que defendem direitos humanos, ou seja, combater toda e qualquer forma de intolerância. Portanto, essa é a bandeira. Quero dizer a V. Ex^a que, se necessário for, estou à disposição. Não tenho, até por conta dessa programação feita – inclusive, na quinta-feira estarei em Goiânia, a convite do nosso apóstolo Cesar – como desmontar uma parte da agenda. Mas, se V. Ex^a precisar, inclusive do meu mandato, da Liderança do PT, da Comissão de Direitos Humanos, quero me irmanar nessa luta, para que a gente possa, de uma vez por todas, encaminhar essa questão sob a ótica, exatamente, do respeito aos direitos humanos e da liberdade de culto, que é importante. Aliás, V. Ex^a foi meu parceiro à época em que eu ainda estava na Câmara dos Deputados, quando nós, de uma vez por todas, sepultamos isso no nosso Código Civil, no que diz respeito à liberdade de culto, de que natureza for. Liberdade de culto, para que não nos acusem, como tentaram dizer na época, de buscar só liberdade de um tipo de culto. Trata-se de liberdade de culto de todas as opções de fé. Portanto, acho que é fundamental que a gente assegure a essa nossa missionária a condição dos direitos humanos. Portanto, quero colocar à disposição de V. Ex^a o apoio da nossa Liderança do Bloco, da Liderança do Partido dos Trabalhadores e o meu mandato, em particular, para que nós possamos, em conjunto, trabalhar nessa questão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador Pinheiro. Incorporo suas palavras ao meu pronunciamento. V. Ex^a tem propriedade para falar, até por conta da sua confissão de fé cristã e por conta do seu exercício de luta em favor dos direitos humanos.

Digo a V. Ex^a que esses irmãos têm desenvolvido um trabalho grande com as talibês, como são chamadas, que são crianças abandonadas na rua, tirando da rua essas crianças. Algum exagero houve que nós queremos corrigir com esse país irmão. Eu me lembro, também, de que há 2 ou 3 meses, nós lidamos com a questão do pastor que estava condenado à morte no Irã.

Eu quero, mais uma vez, agradecer ao embaixador do Irã aqui, que tratou essa questão com responsabilidade e nos respeitou.

Eu estive, diversas vezes, com ele, informando. Ele já estava condenado de fato, mas, por essa ação que fizemos, esse pastor foi tirado da cadeia e liberado da condenação à morte por conta de ele ter se convertido ao cristianismo.

Agradeço ao Embaixador Abdul Aziz, que nos recebeu, juntamente com o seu pessoal, de forma tão

respeitosa. Eu espero que, já nas próximas semanas, nós tenhamos a missionária Zenaide e o Pastor Dilson de volta ao Brasil.

Infelizmente, as crianças ficarão sem eles, crianças de rua, abandonadas, por conta de uma acusação leviana, infundada.

Eu espero – quem sabe – haja um entendimento do Judiciário, e eles permaneçam no país, para poderem ajudar as crianças daquele país irmão.

Sr. Presidente, eu quero mostrar a minha inconformidade e a minha tristeza. Está em todos os noticiários que o Ministério Público de São Paulo entrou com uma medida para tirar a frase “Deus seja louvado” da nossa moeda. Eles querem judicializar até Deus agora.

Eu quero saber qual é o risco. Eu quero saber qual é o crime. Eu gostaria de entender a fundamentação, as razões.

Olha, e num país cristão! Se nós fôssemos um país de confissão muçulmana, um país de qualquer tipo de confissão, em que esse tipo de frase não tivesse sentido para nós... Aliás, tem sentido até para o muçulmano, porque é “Deus seja louvado” – não é Cristo; lá é Maomé. Até para os judeus, que ainda estão esperando o seu Messias, que têm em Jesus só um anjo, um espírito superior, iluminado, e não um Messias, como diz a Bíblia.

Mas eu não entendo. Eu pedi a minha assessoria: pelo amor de Deus, se aprofundem aí e me deem alguma informação. Se isso vier a acontecer, eu só preciso ver chover para cima, porque o resto eu já vi.

Tirar da nossa moeda a frase “Deus seja louvado”!
(*Soa a campanha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Nós já vivemos tantas dificuldades. Quanto tempo de humilhação nós passamos com este País cheio de desemprego, com uma inflação desgraçada, dominados e humilhados pelo FMI o tempo inteiro! Os grupos internacionais, as grandes potências ditando ordens para nós, como hoje vive Portugal, como vive a Espanha, como vive a Grécia. A própria América, economicamente, vive um momento absolutamente delicado. O grande pregador Billy Graham resumiu numa frase muito simples a situação da América. Ele diz: “A América se esqueceu de Deus”.

Tirar a frase “Deus seja louvado” da moeda brasileira! Eu estou me dirigindo ao Ministério Público de São Paulo. Eu quero entender, Ministério Público de São Paulo.

(*Soa a campanha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Aliás, quando falo Ministério Público, de repente, não estou falando no todo. Estou falando de quem está propondo a medida, a iniciativa, porque o Brasil inteiro professa fé

em Deus: o Brasil católico, o Brasil evangélico, o Brasil das religiões afro, o Brasil dos judeus que vivem aqui e creem em Deus.

Este Brasil que crê em Deus, Senador Suplicy, quer saber do Ministério Público de São Paulo as razões disso.

Eu não conheço o texto na sua profundidade, tomei conhecimento do debate na Globo News, no Estúdio i, com Maria Beltrão debatendo, e esta frase nem é minha. É de um debatedor que lá estava e disse: “Estão querendo judicializar até Deus”.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Portanto, quero aqui revelar minha tristeza, com uma pitada muito forte de indignação, e conclamar a sociedade brasileira a se indignar, porque o justo precisa indignar-se. A indignação do justo tem sentido. Por que isso? Tanta coisa para se fazer! Tanta coisa para se fazer! Tanta atitude para se tomar! Entrar com uma ação para tirar “Deus seja louvado” da nossa moeda.

Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta, avalio que devemos respeitar o sentimento do povo brasileiro, que há tanto tempo coloca em suas notas, ainda que com uma inscrição pequena “Deus seja louvado”.

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acho que, mesmo aqueles que não sejam cristãos, católicos, evangélicos e tudo, sempre tiveram uma atitude de respeito para com isso. Mesmo que a Constituição diga que nós somos um Estado laico, essa é uma questão de respeito a algo que é uma tradição. Avalio que deva ser reconsiderada essa iniciativa que V. Ex^a menciona. Em seguida, hoje, farei um pronunciamento de respeito para com aqueles que praticam a umbanda, cujo dia vai ser comemorado esta semana. Eu, como católico que sou, acho que é muito importante que nós respeitemos todas as religiões, inclusive aquilo que é uma tradição tão arraigada ao povo brasileiro, como ter a inscrição “Deus seja louvado” nas notas do nosso Real.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. A expressão “Deus seja louvado” é uma expressão de gratidão, de louvor pelo que Deus tem feito por este País, pelo que Deus nos tem dado.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Nós não temos aqui catástrofes, Senador Suplicy, como outros países experimentam. Nós somos um país rico, com um subsolo rico, um país que tem água, que tem onde plantar e o que plantar. Nós temos petróleo. A nossa situação é absolutamente diferenciada.

Em 1987, quando estudei em Israel, ouvi um adido militar de Israel, que passou cinco anos no Brasil, brincando, numa aula, na Universidade de Jerusalém, dizer que, quando Deus falou “Moisés, vá para a terra de Canaã”, Deus o estava mandando para o Brasil, mas ele errou e foi para lá, porque a terra que emana leite e mel é o Brasil.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ele disse: “Eu levei meus filhos a Foz do Iguaçu, para ver as cataratas, quando cheguei ao Brasil”. Os menininhos judeus vieram para o Brasil, porque o pai era adido. E foram ver. Diz ele que os filhos ficaram olhando tanta água, e um perguntou: “Pai, a que horas desliga?”. “Não desliga. Eles têm isso aqui, sempre, sempre e sempre.”

Então, Deus seja louvado! Deus seja louvado! Deus seja louvado, porque as misérias, as catástrofes que vemos na televisão, que ocorrem em outros países, as guerras civis, as matanças públicas... Aqui, há desrespeito aos direitos humanos. No meu Estado mesmo, houve as masmorras, mas nada comparado a determinados países do mundo. A intolerância desgraçada aqui não há.

Deus seja louvado!

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E aí vem o Ministério Público de São Paulo – não diria o Ministério Público, sabe? – e entra com uma ação: “Vamos tirar essa frase da moeda”. Mamãe, me acode! Mamãe, me acode!

Eu queria conclamar o povo do Brasil a se levantar. Quando o povo quer, vai às redes sociais – a Internet está aí – para repudiar. Repudiar essa atitude! Nós precisamos reconhecer realmente um Deus que tem sido bom e misericordioso para com este País.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me desse só um minuto, para que eu pudesse fazer alusão a uma reportagem especial, feita pelo jornal *A Tribuna*, do meu Estado, que traz na capa a alegria de Abel e Fred, por terem conquistado o campeonato brasileiro antes da hora, três rodadas antes.

Eu só não estou chateado... Estou chateado, porque sou Flamengo. Queria que fosse o Flamengo, mas o Fluminense é um time cuja torcida não tem tanta rivalidade conosco, como a torcida do Vasco.

Quero parabenizar o Abel, parabenizar o mineiro Fred aqui; enfim, o time inteiro.

Mas é uma matéria interessante que trata da criminalidade de uma forma exacerbada: cometida por homens – machos de 17, 16, 15, 14 anos –, que estupram, sequestram, que queimam seres humanos dentro de um pneu, que incendeiam ônibus com crianças dentro. A matança de policiais que está aconte-

cendo em São Paulo, a criminalidade à solta fazendo enfrentamento ao Estado todos os dias. E cada crime desses tem um menor envolvido. Menor, não! Macho, homem feito de 17 anos que estupra, mata e rouba!

Quero falar de uma entrevista feita pelo jornal *A Tribuna* com um menor detido na delegacia. Na entrevista, o menor diz: “Roubo porque sei que não fico preso”. A crença na impunidade. Se você me perguntar se a redução da maioridade penal vai resolver o problema da violência no Brasil, digo que não. A violência é um bolo muito grande, mas é um componente fortíssimo: a redução da maioria penal é uma fatia significativa desse bolo.

É preciso que aqueles que defendem a não redução entendam definitivamente que não estamos vivendo em um país de Alice já há muito tempo. Já há muito tempo! E, de cada dez crimes cometidos no Brasil, pelo menos um tem um menor envolvido. Um menor, não; um homem de 17 anos, de 15, de 14...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Que chama a aposentado na porta do banco de safado; que toma o cartão de crédito dele; que rouba a bicicleta do filho de um pobre; que assassina um empresário que gera 500 mil empregos, jogando-o no porta-malas do carro, colocando uma arma na cabeça dele e estuprando sua mulher na sua frente. Mas depois, quando a polícia põe a mão, diz: “Tira a mão de mim porque eu conheço os meus direitos. Tira a mão de mim porque conheço os meus direitos”.

Tenho dito ao Senador Pedro Taques, porque há juristas que discutem que agora, na reforma do Código Penal, podemos mudar essa realidade em favor de uma sociedade em que 92% das pessoas querem a redução da maioridade penal; uma sociedade que não tem mais direito de sair às ruas; que não tem mais direito de frequentar as praças; que não tem paz enquanto o filho está na escola; uma sociedade em que uma mulher se angustia enquanto o marido não chega em casa, em que esse marido não tem paz enquanto a mulher não volta do supermercado.

É preciso devolver a rua a quem de direito!

E por que não fazemos isso? Porque há uma minoria tão barulhenta, que parece viver no país de Alice: como se aqui nada estivesse acontecendo! Trata um homem estuprador, matador, assaltante de 17 anos de idade, como se fosse uma criança. *(Soa a campanha.)*

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Alguns juristas dizem que nós podemos discutir e fazer essa mudança no Código Penal agora.

Outros dizem que não, que é uma cláusula pétreia, que é uma conquista, e só uma nova Constituinte pode fazer essas mudanças.

Nós vamos esperar essa nova Constituinte para que dia, Sr. Presidente?

E ficar vendo esses homens matarem, incendiarem ônibus, atirarem na polícia, deixando órfãos, deixando viúvas? Em São Paulo, o policial está com medo de andar nas ruas, em todo lugar. Mas, em São Paulo, eles resolveram afrontar o Estado de frente.

E sabem por que eles fazem isso? Porque eles sabem exatamente o que esse menor lá do Espírito Santo, dessa reportagem que *A Tribuna* fez, sabe. Aliás, eu quero parabenizar a Michelli Possmozer, a repórter que fez a matéria: parabéns! Eles acreditam no que este aqui acredita: “Eu não serei e não ficarei preso. Eu conheço os meus direitos”.

Então, quem morreu não tinha direito a nada; quem é assaltado não tem direito a nada; quem é sequestrado não tem direito a nada; quem recebe um tiro no meio do rosto na rua não tem direito a nada!

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas é botar a mão e, se o policial puxar com mais força um pouquinho para jogar dentro do camburão, esse soldado vai processado e expulso da polícia porque foi violento com essa criança que assassinou, estuprou e matou.

Que brincadeira é essa?!

Eu queria fazer um debate, eu queria até ser aparteado, mas não há ninguém para me apartear. Só estamos nós três aqui – o povo não está vendo não, mas está tudo vazio aqui.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a insiste... Se, de um lado, eu concordo com V. Ex^a no ponto de que antes V. Ex^a tratava, neste caso, democraticamente, quero dizer que discordo de V. Ex^a: eu não sou a favor da diminuição da maioridade penal. Eu tenho a mesma preocupação que tem V. Ex^a com respeito a como criar condições para diminuir a violência e a criminalidade que preocupam a tantos, inclusive na minha cidade de São Paulo, que nas últimas semanas e meses vem observando um aumento no número de mortos, por exemplo, entre os policiais militares, entre os contraventores, mas também, inclusive, entre pessoas inocentes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas então vamos debater, Senador Suplicy. Então, se um sujeito de 17 anos atira na cara de um policial de São Paulo – que deve ter sido eleitor do senhor, porque o senhor tem tantos votos em São Paulo –, atira na cara dele, esse rapaz não precisa ser punido?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É que eu vou...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E, se não tivermos punibilidade – eu pergunto ao senhor –, como é que nós vamos resolver esse problema em São Paulo?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Neste instante, é necessário, agora, respeitar o Regimento. Então, mas eu...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas o bom seria debater.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu me disponho, sim, a debater com V. Ex^a sobre esse tema. Mas eu assinalo – V. Ex^a já sabe – que eu não sou a favor da diminuição da idade penal, mas sou a favor de muitas medidas para diminuir a criminalidade. E, neste ponto, eu acredito que nós estaremos juntos, como em tantos outros pontos. Então, agora, eu vou respeitar a observação do Presidente Tomás Correia a V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ali está um Senador do Acre que sabe mais do que eu e do que todo mundo como Hildebrando Pascoal e seu povo, amparados no Estatuto da Criança e do Adolescente, usavam esses homens de 16 e 17 anos para cometer atrocidades no Acre. Eu sei, porque eu era o Presidente da CPI do Narcotráfico e fui para lá me juntar a Jorge Viana, a Tião Viana, a Marina, a ele, a Sibá, a todo mundo que queria a libertação do Acre. E como!

Quem é que utiliza a fala: “Ah, vai pegar um menino desses e levar para a penitenciária? Ele vai ficar pior.”

Pior de quê? O cara que está na penitenciária é que tem medo desse menino. O cara é que não quer saber dele lá. Com 17 anos é um menino? Com 16 anos é um menino? Reflexos prontos; na faculdade; útero pronto para ser mãe aos 16 anos de idade. Assassinar, matar, estuprar, sequestrar, traficar, conduzir a violência do País.

“Ah, porque eles são usados.” São usados? Por quem?

Eu tenho um sobrinho que é especial. Ele tem 6 anos. E eu falo: “Guigui, você quer ir ao *shopping*?” “Quero. *Shopping, shopping!*” – pula, bate palma. Está indo para o *shopping*. “Sorvete no *shopping*, sorvete!” – grita “sorvete”. “Guigui você quer café?” “Quer não, ruim, ruim... quer não.” Se um menino de 6 anos, especial, sabe o que é certo, o que é bom e o que é ruim, alguém vem me dizer que um sujeito com a pistola na cintura, com escopeta no pescoço, com uma grana-da na mão, que não tem compromisso com a vida de ninguém; incendeia um ônibus com gente dentro, dá prejuízo a um empresário que gera emprego...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Foi queimado um ônibus daqueles que são três, em São Paulo, agora, que custa quase meio milhão. Quantos empregos essas empresas dão? Ninguém está preocupado com nada.

A única coisa que eles sabem é o seguinte: “A lei me ampara. Eu cometo atrocidade, eu toco o terror. E se puserem a mão em mim, têm de me soltar e ficar calado, porque a lei é minha. Nós fazemos a lei”.

Isso é uma brincadeira. Tudo tem seu tempo. Se isso foi uma poesia 22 anos atrás, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, se isso era poesia, já não é mais. E alguém já afirmou que só os tolos não mudam.

Que crime há em alguém mudar de posição porque a violência aumentou? Qual é o crime? E a gente fica se sentindo mal, porque fica parecendo João Batista clamando no deserto – clamando no deserto! –, e nada acontece.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É por isso que, quando nós somos avaliados, que as pesquisas vão para a rua, o povo não tem crença nenhuma no Poder Legislativo.

Onde mais dói, onde mais sofre a sociedade?

A grande dor hoje é violência. Há duas desgraças hoje: a primeira é a violência, e a segunda é plano de saúde. Nós poderíamos muito bem socorrer a sociedade, e a minha proposta não tem, Senador Suplicy, faixa etária. Na minha proposta, o texto é assim: que todo cidadão brasileiro que cometer crime com natureza hedionda – perca-se a menoridade – seja colocado na maioria para pagar as penas da lei, porque quem comete crime tem de pagar pelo crime que cometeu.

Parabéns à Rede Tribuna, parabéns ao jornal *A Tribuna*, do meu Estado, que fez uma matéria absolutamente importante para que o povo, a sociedade do meu Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...reflita. É uma sociedade que é exemplo de tudo no Brasil: mais de 90% esperam o momento em que este País vai colocar no lugar aqueles que afrontam, aqueles que atentam contra o estado físico (*Fora do microfone.*), emocional e moral das famílias brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Magno Malta. Agradeço de modo especial as palavras de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, pelo prazo regimental de vinte minutos, com a tolerância do Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente Senador Tomás Correia...

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Senador Eduardo Suplicy, eu queria só fazer um registro.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Aqui, está presente o Prefeito Jean dos Santos, da minha cidade, que nos está visitando. É o Prefeito da cidade de Jarú, onde eu moro.

Eu queria saudar o Prefeito, pedindo desculpas a V. Ex^a por tê-lo interrompido. Agradeço a V. Ex^a, Senador Suplicy.

Saúdo o Prefeito!

Fique à vontade, Prefeito Jean dos Santos, em nossa Casa.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Seja bem-vindo ao Senado! Coloco-me à disposição ao sugerir a V. Ex^a que faça do seu Município um dos exemplos da Renda Básica de Cidadania, porque teremos mais elementos para diminuir a criminalidade onde ela for instituída no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, na Câmara dos Deputados, no Plenário nº 2 das Comissões, houve uma Mesa, por iniciativa do querido Deputado Romário, do PSB do Rio de Janeiro, sobre o Dia Mundial do Hip Hop. Eu estava lá com o Senador Rodrigo Rollemberg, que também participou do evento.

Eu iria, justamente hoje, fazer um pronunciamento sobre o Dia da Umbanda, que será comemorado no dia 15 de novembro. Mas quero, justamente, relacioná-lo a esse outro tema.

Na oportunidade, contamos com o Deputado Romário; com o Sr. Fabiano Kempfer, que representou o Ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto; com o Deputado Domingos Neto; com o Deputado Jovair Arantes; com a Sr^a Márcia Rollemberg, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; com a Sr^a Silvano Euclênio, Secretária de Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial. Contamos também com a presença do Rappin Hood, do GOG, do DJ Dona, do MC Mano Oxi, do Bboy Will Robson; do Grafite-Rivas; da Moda de Rua – Ninne Ribeiro; do MC Sharylaine, do Big Richard e de muitos outros.

Nós tivemos um diálogo muito interessante. Em especial, representantes do Rap, do Hip Hop, como Gog e como Rappin Hood, mostraram quão importante é para todos nós brasileiros ouvirmos as canções, as letras do Hip Hop, do Rap, para bem compreendermos os seus sentimentos.

Se, ao longo do século XX e do início do século XXI, nós tivemos, por exemplo, em Luiz Gonzaga, assim como em seu filho, Gonzaguinha, intérpretes formidáveis dos sentimentos do povo brasileiro, hoje, sobretudo nesses últimos 30 anos, através do Rap e do Hip Hop, nós temos, em seus principais autores, uma formidável interpretação artística, o que faz com que suas letras sejam tão bem consideradas. Não é à toa que esses artistas do Hip Hop e do Rap, hoje, têm uma extraordinária audiência, um extraordinário sucesso, dentre os quais os Racionais MCs, cujas letras dizem, por exemplo:

Negro Drama
Negro drama,
Entre o sucesso e a lama,
Dinheiro, problemas,
Inveja, luxo, fama.
Negro drama,
Cabelo crespo,
E a pele escura,
A ferida, a chaga,
A procura da cura.
Negro drama,
Tenta ver
E não vê nada,
A não ser uma estrela,
Longe meio ofuscada.
Sente o drama,
O preço, a cobrança,
No amor, no ódio,
A insana vingança.

Por aí, eles seguem, para, ao final, dizerem:

Negro drama,
Drama, drama.
Aê, na época dos barracos de pau lá na pedreira onde vocês tavam?
O que vocês deram por mim?
O que vocês fizeram por mim?
Agora tá de olho no dinheiro que eu ganho
Agora tá de olho no carro que eu dirijo
Demorou, eu quero é mais
Eu quero até sua alma
Aí, o rap fez eu ser o que sou
Ice Blue, Edy Rock e Klj, e toda a família
E toda geração que faz o rap
A geração que revolucionou
A geração que vai revolucionar
Anos 90, século 21
É desse jeito
Aê, você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você, morou irmão?
Você tá dirigindo um carro

O mundo todo tá de olho em você, morou?
Sabe por quê?
Pela sua origem, morou irmão?
É desse jeito que você vive
É o negro drama
Eu não li, eu não assisti
Eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama
Eu sou o fruto do negro drama
Aí dona Ana, sem palavras, a senhora é uma rainha, rainha
Mas aê, se tiver que voltar pra favela
Eu vou voltar de cabeça erguida
Porque assim é que é
Renascendo das cinzas
Firme e forte, guerreiro de fé

Sr. Presidente, peço que seja transcrito na íntegra o poema de Mano Brown, dos Racionais MC's, Negro Drama, como parte deste pronunciamento em que irei falar sobre o Dia da Umbanda.

“Chegou, chegou, chegou com Deus,

Chegou, chegou o Caboclo das Sete Encruzilhadas”

Com esse ponto, eu, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, católico, cristão, quero saudar o Caboclo das Sete Encruzilhadas, a entidade espiritual que fundou a Umbanda. Foi essa entidade que, no dia 15 de novembro de 1908, durante um culto espírita em Niterói, no Rio de Janeiro, se manifestou por meio do médium Zélio Fernandino de Mores para dar início a uma religião genuinamente brasileira, uma religião que respeita a memória ancestral de um País que deve muito do que é ao sangue, às crenças e ao suor do indígena e do negro.

Segundo palavras do próprio Caboclo das Sete Encruzilhadas, a Umbanda nasceu para os espíritos dos negros e índios poderem dar a sua mensagem de igualdade entre os povos. É uma religião sem luxos ou vaidades, para falar aos humildes. Em uma de suas traduções, Umbanda quer dizer “Deus ao nosso lado”.

Depois de séculos de sofrimento, de negação, de exclusão, a essência da nova religião pregava um Deus não só ao lado do branco, mas também do verdadeiro e do negro.

Por isso, nesse dia 15 de novembro, depois de amanhã, todos nós, umbandistas ou não, precisamos celebrar, pois se trata de data em alusão ao nascimento de uma religião voltada para os excluídos, que são tão parte deste País quanto qualquer brasileiro.

A Umbanda nasceu depois da Lei Áurea, mas em uma época onde não havia liberdade religiosa, época em que os cultos africanos eram caso de polícia. Todas as religiões que tinham alguma semelhança com rituais africanos eram perseguidas, os terreiros eram

destruídos, e os praticantes eram presos. Porém, logo em sua primeira manifestação, Caboclo das Sete Encruzilhadas disse que não haveria caminhos fechados para ele. Sendo assim, por mais que a Umbanda fosse perseguida, conseguiu se sair e seguir sua estrada.

Ao longo dos tempos, além do Candomblé e de outras religiões de matrizes africanas, a Umbanda absorveu elementos do catolicismo, do espiritismo e da religiosidade indígena. A religião que cresceu e se diversificou é hoje tão plural quanto a alma brasileira.

Além da Umbanda original, chamada de Umbanda Tradicional, há a Umbanda dos Sete Raios, a Umbanda Kardecista, a Umbandomblé, a Umbanda de Angola, a Umbanda Traçada, a Umbanda Esotérica, a Umbanda Eclética Maior, a Umbanda Iniciática, a Umbanda Sagrada, a Umbanda Guaracyana, a Umbanda Popular ou Cruzada.

A beleza da Umbanda está no fato de a religião não ter uma cartilha, um livro sagrado, um modelo padrão. Cada casa vem com seu lema, com seus rituais, com seus guias e mentores, com sua maneira de louvar, com suas entidades, mas dentro da verdade e da fé que é a Umbanda.

Depois de cumprir sua missão de criar os primeiros sete templos que seriam responsáveis por divulgar a Umbanda, Caboclo das Sete Encruzilhadas trabalhou pela organização da nova religião. Após o falecimento do médium Zélio Fernandino, na década de 1970, a entidade não mais se manifesta nos terreiros, mas continua incumbida de zelar pela religião, uma religião que, por inspiração da Nação Nagô, tem como fonte criadora universal um Deus supremo chamado Zambi.

Aximane Ngana Zambi!

As minhas homenagens aos pais e mães de santo, às mães-pequenas, aos sacerdotes e sacerdotisas, aos ogãs curimbeiros e ogãs atabaqueiros, aos filhos de santo e a todos os praticantes desta religião, pessoas que são exemplo no barracão e na sociedade.

Um saravá a todos os preto-velhos, caboclos, crianças, boiadeiros, marinheiros, baianos, orientais, mineiros, malandros, ciganos, exus e pombas-giras que movimentam essa religião vivida no templo, no centro, na tenda, no terreiro.

A minha saudação aos falangeiros, que são os mensageiros de orixás como Oxóssi, Iemanjá, Oxalá e de tantos outros que dão vida, luz e sentido à nossa vida. Para citar apenas alguns dos falangeiros mais conhecidos nesta religião, de modo a homenagear todos, dou salvas aos caboclos Beira-Mar, Iara, Rompe-mato, Sete Flechas, Vira-Mundo, Jurema, Guaracy, Tupi, Sete Pedreiras, Sete Cachoeiras, Sete Montanhas.

O meu respeito a todas as entidades que trabalham para ajudar os encarnados com conselhos, curas, descarregos.

Que, neste 15 de novembro, quinta-feira, celebrando o Dia Nacional da Umbanda, instituído pela Presidenta Dilma Rousseff, por meio da Lei nº 12.644, de 16 de maio último, possamos viver em um País em que ninguém seja perseguido por sua crença, sofra qualquer preconceito por sua prática religiosa ou tenha vergonha em dizer: “Eu sou umbandista”.

Que possamos reconhecer a Umbanda como parte da nossa raiz.

Umbanda é o Orixá que é a simplicidade, a pureza e a força da natureza.

Umbanda é aquele que se dá ao Orixá para depois transmitir aos outros essa energia em forma de auxílio espiritual. É o médium que se entrega aos seus guias para cumprir uma missão maior, para integrar um trabalho histórico e coletivo.

Umbanda é colocar suas guias para fazer o bem, o bem-comum. É viver sua religião sem querer nada em troca. É vestir branco sem vaidade; é bater cabeça ao seu orixá em sinal de humildade.

Ser umbandista é não ter vergonha de levar sua oferta para uma praia, para uma mata, para uma cachoeira, para uma pedreira, para uma encruzilhada. É estar sempre pronto a atender ao chamado da sua religião, seja no terreiro, na encruza, na calunga, enfim, seja onde for que o trabalho tenha de ser realizado.

Ser umbandista é se alimentar do som e do ritmo dos atabaques, das macumbas e dos tambores.

A minha alegria àqueles que, a partir da vibração sentida dentro de uma gira, transformam-se em pessoas melhores.

O meu respeito ao transe, à incorporação, aos passes, às danças, aos cânticos, às bebidas e às comidas que são parte do sagrado.

O meu respeito aos aprendizados, experiências e corações existentes na Umbanda.

A minha reverência ao compromisso, ao comprometimento, ao amor e à seriedade daqueles que abraçam a Umbanda.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Senador Eduardo Suplicy, por gentileza, peço licença a V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais uma hora, a fim de que todos os oradores inscritos possam falar.

Está prorrogada a sessão por mais uma hora.

Devolvo a palavra a V.Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Presidente Tomás Correia.

O meu encanto com a pureza da reza, com a beleza dos ritos, com a realidade dos dias de trabalho dentro da religião.

Os meus parabéns àqueles que se enchem de alegria ao receberem seu Axé.

Os meus parabéns aos umbandistas de fato, que vão além das palavras e fazem, pensam e sentem o mundo como umbandistas.

Os meus parabéns àqueles que sabem que para a Umbanda não interessa cor, raça, classe social, tampouco opção sexual, religiosa, política. O que interessa é o respeito, o amor e a fé dentro do local onde se reza, se pede, se chora, se ajoelha, se canta, se agradece.

Os meus parabéns para aqueles que fazem da Umbanda uma religião de ajuda, de união, de caridade, de luta, de justiça, de cura, de realização, de choro e de contentamento.

Os meus parabéns àqueles que se dedicam a construir uma Umbanda livre, pronta para servir a todos que a procuram.

Que, neste dia 15, saibamos aprender com as diferenças, em vez de criticar ou dizer que isso ou aquilo está errado na religião alheia.

Quero trazer a este Plenário uma máxima sempre repetida dentro da Umbanda: “Dê de graça o que de graça recebestes, com amor, humildade, caridade e fé”.

Que Zambi abençoe a todos e nos ajude a encontrar a receita do respeito mútuo.

Quero muito agradecer ao jornalista, poeta e escritor Daniel Campos, que colaborou comigo neste pronunciamento.

Quero aqui reiterar que, como católico e cristão que sou, manifesto o meu respeito pelo Dia da Umbanda. Observo que muitos valores que nós, católicos, cristãos, temos, como a forma de agir e de respeitar, são valores que também são encontrados naqueles que praticam a Umbanda. E, sobretudo, ressalto o respeito por todas as pessoas e por todas as religiões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Racionais Mc's

Negro drama, Entre o sucesso e a lama, Dinheiro, problemas, Inveja, luxo, fama.
Negro drama, Cabelo crespo, E a pele escura, A ferida, a chaga, A procura da cura.
Negro drama,
Tenta ver
E não vê nada,
A não ser uma estrela,
Longe meio ofuscada.
Sente o drama, O preço, a cobrança, No amor, no ódio, A insana vingança.
Negro drama,
Eu sei quem trama,
E quem tá comigo,
O trauma que eu carrego,
Pra não ser mais um preto fodido.
O drama da cadeia e favela, Túmulos, sangue, Sirene, choros e vela.
Passageiro do Brasil,
São Paulo,
Agonia que sobrevivem,
Em meia as zorras e covardias,
Periferias, velas e cortiços,
Você deve tá pensando, O que você tem a ver com isso, Desde o início, Por ouro e prata,
Olha quem morre,
Então veja você quem mata,
Recebe o mérito, a farda, Que pratica o mal,
Me ver,
Pobre, preso ou morto,
Já é cultural.
Histórias, registros, Escritos, Não é conto, Nem fábula, Lenda ou mito,
Não foi sempre dito, Que preto não tem vez, Então olha o castelo e não, Foi você quem fez cuzão,
Eu sou irmão,
Dos meus trutas de batalha,
Eu era a carne,
Agora sou a própria navalha,
Tím..tím..
Um brinde pra mim, Sou exemplo, de vitórias, Trajetos e glórias.
O dinheiro tira um homem da miséria, Mas não pode arrancar, De dentro dele, A faveia,
São poucos,
Que entram em campo pra vencer,
Aaima guarda,
O que a mente tenta esquecer,
Ofho pra trás,
Vejo a estrada que eu trilhei,
Mó cota
Quem teve lado a lado,
E quem só fico na bota,
Entre as frases,
Fases e várias etapas,
Do quem é quem,
Dos mano e das mina fraca,
Hum..
Negro drama de estilo, Pra ser, E se for, Tem que ser, Se temer é milho.
Entre o gatilho e a tempestade,
Sempre a provar,
Que sou homem e não covarde.
Que Deus me guarde,
Pois eu sei,
Que ele não é neutro,
Vigia os ricos,
Mas ama os que vem do gueto,

Eu visto preto,
Por dentro e por fora,
Guerreiro,
Poeta entre o tempo e a memória.
Hora,
Nessa história, Vejo o dólar, E vários quilates,
Falo pro mano,
Que não morra, e também não mate,
O tic tac,
Não espera veja o ponteiro, Essa estrada é venenosa, E cheia de moiteiro,
Pesadelo, Hum,
É um elogio,
Pra quem vive na guerra,
A paz nunca existiu,
Num clima quente,
A minha gente sua frio,
Vi um pretinho,
Seu caderno era um fuzil.
Um fuzil, Negro drama.
Crime, futebol, música, caraio,
Eu também não consegui fugi disso aí.
Eu so mais um.
Forrest gump é mato,
Eu prefiro conta uma história real,
Vô conta a minha....
Daria um filme,
Uma negra,
E uma criança nos braços,
Solitária na floresta,
De concreto e aço,
Veja,
Olha outra vez,
O rosto na multidão,
A multidão é um monstro,
Sem rosto e coração,
Hey,
São paulo,
Terra de arranha-céu,
A garoa rasga a carne,
É a torre de babel,
Família brasileira, Dois contra o mundo, Mãe solteira, De um promissor, Vagabundo,
Luz,
Câmera e ação,
Gravando a cena vai, Um bastardo, Mais um filho pardo, Sem pai,
Ei,
Senhor de engenho,
Eu sei,
Bem quem você é,
Sozinho, cê num guenta,
Sozinho,
Cê num entra a pé,
Cê disse que era bom, E a favela ouviu, lá Também tem Whiski, red buli, Tênis nike e Fuzil,
Admito,
Seus carro é bonito,
É,
Eu não sei fazê,
Internet, video-cassete,
Os Garro loco,
Atrasado,

Eu tô um pouco sim,
Tô,
Eu acho,
Só que tem que,
Seu jogo é sujo,
E eu não me encaixo,
Eu sô problema de montão,
De carnaval a carnaval,
Eu vim da selva,
Sou leão,
Sou demais pro seu quintal,
Problema com escola,
Eu tenho mil,
Mil fita,
Inacreditável, mas seu filho me imita,
No meio de vocês,
Ele é o mais esperto,
Ginga e fala gíria,
Gíria não, dialeto
Esse não é mais scu,
Hó,
Subiu,
Entrei pelo seu rádio,
Tomei,
Cê nem viu,
Nóis é isso ou aquilo,
O quê?,
Cê não dizia,
Seu filho quer ser preto,
Rhá, Que ironia,
Cola o pôster do 2Pac aí,
Que tal,
Que cê diz,
Sente o negro drama,
Vai,
Tenta ser feliz,
Ei bacana,
Quem te fez tão bom assim,
O que cê deu,
O que cê faz,
O que cê fez por mim?
Eu recebi seu tic, Quer dizer kit, De esgoto a céu aberto, E parede madeirite,
De vergonha eu não morri, To firmão, Eis me aqui,
Você não,
Se não passa,
Quando o mar vermelho abrir,
Eu sou o mano Homem duro, Do gueto, brow,
Obá,
Aquele louco,
Que não pode errar,
Aquele que você odeia,
Amar nesse instante,
Pele parda,
Ouço funk,
E de onde vem, Os diamantes, Da lama,
Valeu mãe,
Negro drama, Drama, drama.
Aê, na época dos barracos de pau lá na pedreira onde vocês tavam?
O que vocês deram por mim ?

O que vocês fizeram por mim ?
Agora tá de olho no dinheiro que eu ganho
Agora tá de olho no carro que eu dirijo
Demorou, eu quero é mais
Eu quero até sua alma
Aí, o rap fez eu ser o que sou
Ice Blue, Edy Rock e Kij, e toda a família
E toda geração que faz o rap
A geração que revolucionou
A geração que vai revolucionar
Anos 90, século 21
É desse jeito
Aê, você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você, morou irmão?
Você tá dirigindo um carro
O mundo todo tá de olho em você, morou?
Sabe por quê?
Pela sua origem, morou irmão?
É dessa jeito que você vive
É o negro drama
Eu não li, eu não assisti
Eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama
Eu sou o fruto do negro drama
Aí dona Ana, sem palavras, a senhora é uma rainha, rainha
Mas aê, se tiver que voltar pra favela
Eu vou voltar de cabeça erguida
Porque assim é que é
Renascendo das cinzas
Firme e forte, guerreiro de fé

Foi essa entidade que no dia 15 de novembro de 1908, durante um culto espírita em Niterói, no Rio de Janeiro, se manifestou por meio do médium Zélio Fernandino de Mores para dar início a uma religião genuinamente brasileira.

Uma religião que respeita a memória ancestral de um país que deve muito do que é ao sangue, às crenças e ao suor do indígena e do negro.

Segundo palavras do próprio Caboclo das Sete Encruzilhadas, a Umbanda nasceu para os espíritos dos negros e índios poderem dar a sua mensagem de igualdade entre os povos.

Uma religião sem luxos ou vaidades, para falar aos humildes.

Em uma de suas traduções, Umbanda quer dizer "Deus ao nosso lado".

Depois de séculos de sofrimento, de negação, de exclusão, a essência da nova religião pregava um Deus não só ao lado do branco, mas também do vermelho e do negro.

Por isso, neste dia 15 de novembro, todos nós, umbandistas ou não, precisamos celebrar. Pois trata de uma data em alusão ao nascimento de uma religião voltada para os excluídos que são tão parte deste país quanto qualquer brasileiro.

A Umbanda nasceu depois da Lei Áurea, mas em uma época onde não havia liberdade religiosa. Época em que os cultos africanos eram caso de polícia. Todas as religiões que tinham alguma semelhança com rituais

africanos eram perseguidas, os terreiros destruídos e os praticantes presos,

Porém, fogo em sua primeira manifestação, Caboclo das Sete Encruzilhadas disse que não haveria caminhos fechados para ele. Sendo assim, por mais que a Umbanda fosse perseguida, conseguiu se sair e seguir sua estrada.

Ao longo dos tempos, além do candomblé e de outras religiões de matrizes africanas, a Umbanda absorveu elementos do catolicismo, do espiritismo e da religiosidade indígena. A religião que cresceu e se diversificou é hoje tão plural quanto a alma brasileira.

Além da Umbanda original, chamada de Umbanda Tradicional, há a

Umbanda dos Sete Raios, a Umbanda Kardecista, a Umbandomblé, a

Umbanda de Angola, a Umbanda Traçada, a Umbanda Esotérica, a

Umbanda Eclética Maior, a Umbanda Iniciática, a Umbanda Sagrada, a Umbanda Guaracyana, a

Umbanda Popular ou Cruzada.

A beleza da Umbanda está no fato da religião não ter uma cartilha, um livro sagrado, um modelo padrão.

Cada casa vem com seu lema, com seus rituais, com seus guias e mentores, com sua maneira de louvar,

com suas entidades, mas dentro da verdade e da fé que é a Umbanda...

Depois de cumprir sua missão de criar os primeiros sete templos que seriam responsáveis por divulgar a Umbanda, Caboclo das Sete Encruzilhadas trabalhou pela organização da nova religião. Após o falecimento do médium Zélio Fernandino, na década de 1970, a entidade não mais se manifesta nos terreiros, mas continua incumbida de zelar pela religião.

Uma religião que, por inspiração da Nação Nagô, tem como fonte criadora universal, um Deus supremo, chamado Zambi.

Aximane Ngana Zambi!

As minhas homenagens aos pais e mães de santo, às mães-pequenas, aos sacerdotes e sacerdotisas, aos ogãs curimbeiros e ogãs atabaqueiros, aos

filhos de santo e a todos os praticantes desta religião... Pessoas que são exemplo no barracão e na sociedade,

Um saravá a todos os preto-velhos, caboclos, crianças, boiadeiros, marinheiros, baianos, orientais, mineiros, malandros, ciganos, exus e pombas-giras que movimentam essa religião vivida no templo, no centro, na tenda, no terreiro...

A minha saudação aos falangeiros, que são os mensageiros de orixás como Oxóssi, Iemanjá, Oxalá, e de tantos outros que dão vida, luz e sentido a nossa vida.

Para citar apenas alguns dos falangeiros mais conhecidos nesta religião, de modo a homenagear a todos, dou salvas aos caboclos Beira-Mar, Iara, Rompe-mato, Sete Flechas, Vira-Mundo, Jurema, Guaracy, Tupi, Sete Pedreiras, Sete Cachoeiras, Sete Montanhas...

O meu respeito a todas as entidades que trabalham para ajudar os encarnados com conselhos, curas, descarregos...

Que neste 15 de novembro, celebrando o Dia Nacional da Umbanda, instituído pela presidenta Dilma Rousseff por meio da Lei 12.644, de 16 de maio último, possamos viver em um país que ninguém seja perseguido por sua crença, sofra qualquer preconceito por sua prática religiosa ou tenha vergonha em dizer: "Eu sou umbandista".

Que possamos reconhecer a Umbanda como parte da nossa raiz. Umbanda é o Orixá que é a simplicidade, a pureza e a força da natureza.

Umbanda é aquele que se dá ao Orixá para depois transmitir aos outros essa energia em forma de auxílio espiritual. É o médium que se entrega aos seus guias para cumprir uma missão maior, para integrar um trabalho histórico e coletivo.

Umbanda é colocar suas guias para fazer o bem, o bem-comum. É viver sua religião sem querer nada em troca. É vestir branco sem vaidade; é bater cabeça ao seu orixá em sinal de humildade.

Ser Umbandista é não ter vergonha de levar sua oferenda para uma praia, para uma mata, para uma cachoeira, para uma pedreira, para uma encruzilhada.

É estar sempre pronto a atender ao chamado da sua religião, seja no terreiro, na encruza, na calunga, enfim, seja onde for que o trabalho tenha de ser realizado.

Ser Umbandista é se alimentar do som e do ritmo dos atabaques, das macumbas e dos tambores.

A minha alegria aqueles que, a partir da vibração sentida dentro de uma gira, transformam-se em pessoas melhores.

O meu respeito ao transe, à incorporação, aos passes, às danças, aos cânticos, às bebidas e às comidas que são parte do sagrado.

O meu respeito aos aprendizados, experiências e corações existentes na Umbanda.

A minha reverência ao compromisso, ao comprometimento, ao amor e a seriedade daqueles que abraçam a Umbanda.

O meu encanto com a pureza da reza, com a beleza dos ritos, com a realidade dos dias de trabalho dentro da religião.

Os meus parabéns aqueles que se enchem de alegria ao receberem seu Axé.

Os meus parabéns aos umbandistas, de fato, que vão além das palavras, e fazem, pensam e sentem o mundo como umbandistas.

Os meus parabéns aqueles que sabem que para a Umbanda não interessa cor, raça, classe social, tampouco opção sexual, religiosa, política...

O que interessa é o respeito, o amor e a fé dentro do local onde se reza, se pede, se chora, se ajoelha, se canta, se agradece.

Os meus parabéns para aqueles que fazem da Umbanda uma religião de ajuda, de união, de caridade, de luta, de justiça, de cura, de realização, de choro e de contentamento.

Os meus parabéns aqueles que se dedicam a construir uma Umbanda livre, pronta para servir a todos que a procuram.

Que neste dia 15, saibamos aprender com as diferenças ao invés de criticarmos ou dizer que isso ou aquilo está errado na religião alheia.

Quero trazer a este Plenário uma máxima sempre repetida dentro da Umbanda: "Dê de graça, o que de graça recebestes: com amor, humildade, caridade e fé".

Que Zambi abençoe a todos e nos ajude a encontrar a receita do respeito mútuo.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo agora a palavra ao próximo Líder inscrito, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez a situação dos Municípios brasileiros exige que os prefeitos voltem a Brasília para pedir socorro. Coordenados pela Confederação Nacional dos Municípios, a mobilização visa a buscar respostas do Governo Federal para o enfrentamento da crise financeira das prefeituras.

Segundo a própria Confederação, cerca de 3 mil prefeitos poderão ter as suas contas contestadas no final de 2012, por causa da questão fiscal resultante do aumento das atribuições e do baixo crescimento das receitas municipais.

Outro fato incontestável e inaceitável é que em torno de 1.400 cidades chegarão ao final do ano com 61 mil obras empenhadas em 32 Municípios, sem ressarcimento integral. Em 45% dos casos, as ações empenhadas são de obras já iniciadas, cujos empenhos não podem ser cancelados. Como a legislação não permite que esses Restos a Pagar sejam passados para os seus sucessores, a Confederação Nacional dos Municípios aponta que somente aí está um problema de R\$8,5 bilhões.

A essa questão dos Restos a Pagar, temos que levantar também a desoneração do IPI. Essa medida significou uma redução de receita a cerca de R\$1,5 bilhão. A isso podemos somar a redução do IPI-Exportação e a redução da Cide-Combustíveis, gerando mais uma perda de cerca de R\$1,1 bilhão.

Sabemos que, do total de tributos arrecadados no País, 15% vão para os Municípios, e 60%, para a União. Portanto, há uma desigual distribuição dos recursos frente aos grandes encargos das prefeituras.

Em termos de aumento de suas despesas, os Municípios passaram a arcar com a justa lei do piso do magistério e o aumento do salário mínimo, tudo sem contar com o correspondente aumento de receita.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para a gravidade da situação, principalmente se analisarmos as pesquisas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, que revela números preocupantes. Os resultados indicam que 83% dos Municípios não geram nem 20% das suas receitas, e apenas 2% das prefeituras conseguem pagar as suas folhas de pessoal com os seus próprios recursos. Isso quer dizer que 98% das cidades precisam de transferências de Estados e da União para sobreviver. Nesses Municípios, moram 35% da população brasileira.

Neste momento em que o Congresso Nacional preocupa-se em discutir o pacto federativo, estudos da USP indicam que a alocação eficiente de recursos seria possível pela descentralização da produção de bens e serviços públicos nos distintos níveis de Governo. Por outro lado, no momento em que a Câmara Federal aprovou o projeto de divisão dos *royalties*, conforme encaminhado pelo Senado, reafirmo meu esforço para que seus recursos possam ser efetivamente utilizados para reduzir as fortes disparidades regionais existentes em nosso País.

Apelo ao Poder Executivo, assim como já fizeram aqui desta tribuna vários Senadores, para que tenha sensibilidade. E vamos juntos construir um verdadeiro pacto federativo para que os nossos Municípios possam continuar executando as ações tão necessárias para a melhoria de vida do povo brasileiro. Não é possível mais que continuemos a tolerar que os Municípios venham a Brasília de pires na mão para buscar esses recursos, que visam, sem dúvida nenhuma, a uma gestão de qualidade para o povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lídice da Mata.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo fazer um pronunciamento breve, Senador Rodrigo Rollemberg, mas quero ressaltar que, na última sexta-feira, acompanhei a Presidente Dilma e o Governador Jaques Wagner à cidade de Malhada, quando participamos da inauguração da adutora do algodão, uma importante adutora para aquela região, que tem como cidade principal a cidade de Guanambi e que é uma solução, sem dúvida alguma, para o enfrentamento das dificuldades de abastecimento daquela região, em particular neste momento em que o Brasil e o semiárido brasileiro enfrentam tão grande e grave seca.

Depois de lá, fomos para Salvador, Presidente, onde pude me integrar, juntamente com o Senador Humberto e o Senador Pinheiro, aos trabalhos da reunião que lá se desenvolveu, sob a presidência do Ministro da Integração Regional, Fernando Bezerra. Nós tivemos a oportunidade de ouvir o registro de todos os governadores do Nordeste, da importância da postura solidária do Governo da Presidente Dilma com o Nordeste brasileiro no enfrentamento desta seca, postura de que somos testemunhas, quando aprovamos aqui a Medida Provisória da Seca, e lá também, quando a Presidente, mais uma vez, anunciou a ampliação do

Programa do Seguro Safra, postura de reconhecimento das dificuldades da seca enfrentada pelo Nordeste, quando o balanço da Defesa Civil demonstra as ações empreendidas pelo Governo Federal, dando condições para que todos os órgãos federais que atuam na área do Nordeste brasileiro, no semiárido brasileiro, façam investimentos para atender emergencialmente a população da nossa região.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a e ressaltar também quão importante têm sido as iniciativas da Presidenta Dilma Rousseff em solidariedade à população de todo o Nordeste, sobretudo diante do flagelo das secas, que outra vez acontece, com a liberação de recursos e iniciativas importantes de investimentos para se prover melhor o acesso à água a toda a população daquela região. Mas permita-me, também, saudar aquilo que V. Ex^a há pouco me disse, quando falei sobre o Dia da Umbanda. V. Ex^a, nesse instante, me sugeriu que será interessante, quem sabe, termos o dia das religiões afro-brasileiras. Eu quero aqui – em diálogo com V. Ex^a – dizer que acho boa sua iniciativa e me disponho, inclusive, a colaborar com V. Ex^a para, quem sabe, possa o Dia da Umbanda ser também o dia de todas as religiões afro-brasileiras, como o candomblé e outras. Então, quero agradecer a sugestão que V. Ex^a me fez e me irmanar a esse objetivo. Muito obrigado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Suplicy. Agradeço sua sensibilidade para os temas afrodescendentes de nosso País, em especial a sensibilidade para podermos trabalhar juntos na dimensão de combater qualquer tipo de intolerância religiosa em nosso País.

Na cidade de Salvador, a Câmara de Vereadores instituiu o dia 21 de janeiro como o Dia de Luta contra a Intolerância Religiosa. Nesse dia, sempre fazemos um grande ato público, com a participação de todas as religiões em nosso Estado. Muito obrigada.

Mas, Sr. Presidente, como dizia, essa reunião da Sudene foi extremamente importante, uma reunião histórica, eu diria. Primeiro, pelo reconhecimento que todos os governadores tiveram da ação de solidariedade, dos investimentos feitos pelo Governo Federal no enfrentamento da seca no Nordeste, nas ações emergenciais e também nos novos investimentos para ações que saem do emergencial para a construção de ações de médio prazo que possam contribuir para a diminuição das consequências nefastas da seca no

futuro. Já que não podemos impedir que a seca ocorra, é um fenômeno natural da nossa região, podemos, sim, amenizar a convivência do homem, a convivência dos animais, a convivência da economia nordestina com a seca.

Nesse momento, a Presidente anunciou mais investimentos, no valor de 1,8 bilhão, em 77 obras destinadas ao aumento de oferta de água em Municípios do Nordeste e do Norte, de todo o Nordeste e do norte de Minas Gerais, que é uma área também atendida pela Sudene, como forma de enfrentamento, de continuidade de ação, de enfrentamento dos efeitos da estiagem. Também assinou convênios, termos de compromisso com os governadores para a realização de obras destinadas a medidas de prevenção da estiagem, que contarão com recursos da ordem de R\$3 bilhões. Com todos os governos do Nordeste foram assinados compromissos, convênios com o Ministério da Integração Regional e com a Funasa, dirigidos para a convivência com a seca em ações de médio prazo e, portanto, de sustentação de um desenvolvimento econômico que possa ser integrado e sustentado.

Finalmente, Sr. Presidente, quero ressaltar o que acho que de mais importante aconteceu nessa reunião, que digo histórica, porque a Sudene, que foi recriada no governo do Presidente Lula, pôde agora receber aquilo que era uma reivindicação da Bancada do Norte e do Nordeste em relação à Sudene e à Sudam, que foi a financeirização do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

Esse é um gesto histórico, que permite que a Sudene, a partir de agora, contribua com projetos em sua área de atuação, proporcionando o fortalecimento dessa autarquia, que ganha musculatura para desenvolver ações que promovam o desenvolvimento regional, e que retome, pouco a pouco, a centralidade de ações, de planejamento, de intervenção, de pensamento, sobre a economia nordestina e de articulação das diversas ações do Governo Federal.

E quero saudar a Presidente Dilma, que, nessa reunião e nesse fórum, pôde também receber do Ministro Fernando Bezerra um programa de irrigação de áreas, para se desenvolver a produção irrigada no Nordeste brasileiro. E, hoje, lançou, às 16 horas, no Palácio do Planalto, com a presença dos governadores do Nordeste e do Governador do meu Estado, que lá esteve presente e falou em nome dos governadores nordestinos, um amplo programa de irrigação no semiárido nordestino, destacadamente o programa do Baixo de Irecê e do Salitre, em nossa região.

Portanto, quero saudar essa decisão, que faz da Presidente Dilma uma presidente que continua as ações do governo do Presidente Lula, olhando pelo Nordes-

te, não apenas repetindo as ações do Presidente Lula, mas aprofundando e ampliando políticas públicas que venham, realmente, beneficiar a nossa região.

Finalmente, Sr. Presidente, quero falar, aqui, de algo. Sei que o Senador Humberto Costa já se referiu a essa reunião, mas eu queria dar o meu testemunho pessoal, e falar também de outra reunião, que já foi falada na sessão de hoje, pelo companheiro Senador Paulo Davim, que foi a audiência da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas do Senado, realizada ontem, na Assembleia Legislativa da Bahia, uma audiência extremamente rica, em que o Promotor Luciano Ghignone pôde demonstrar que, na leitura dos autos de adoções dos últimos 6 anos, estão, claramente, os vestígios e os indícios apontados de uma ação organizada para o tráfico de crianças com fins de adoção. Isso pôde ser constatado a partir de um dos casos que foi amplamente divulgado, em rede nacional de televisão, das mais importantes do País, com uma das maiores audiências do País, que registrou a adoção de 4 crianças de uma só família, uma delas retirada com apenas 2 meses de idade dos braços da mãe, num processo que se caracteriza, claramente, como irregular.

Como resultado dessa denúncia, além da visitação, da audiência da CPI do Tráfico de Pessoas da Câmara dos Deputados, fizemos essa audiência da CPI do Senado, ontem, em Salvador.

Hoje, o CNJ está no Município de Monte Santo para, *in loco*, fazer as averiguações e investigar a ação dos juízes que autorizaram essas adoções. E o Ministério Público da Bahia também está presente, adotando medidas para que a Corregedoria e o Conselho Nacional do Ministério Público investiguem tudo que aconteceu no caso baiano de Monte Santo.

Essa situação de tráfico de crianças, caracterizada pela intermediação de uma só pessoa com fins de promover a adoção de maneira irregular, ou sem consentimento dos pais, como se deu no caso de Monte Santo, precisa ser investigada e punida. O crime, hoje, não está claramente definido no Código Penal. Por meio da nossa Comissão, já demos uma contribuição ao Anteprojeto do Código Penal que esta Casa analisa neste momento.

Na nossa Comissão, no relatório, como relatora da CPI, já fizemos um projeto buscando tipificar de forma mais clara o crime de tráfico de pessoas, já que, no momento, no Código atual, ele se caracteriza apenas como tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. E essa não é a única forma da existência de tráfico de pessoas no nosso País, e muito menos o tráfico de crianças está caracterizado.

Finalmente, fizemos também uma emenda à proposta de Código Penal, que tem como relator o nosso competente Senador Pedro Taques.

Tivemos, em Salvador, a ausência, que também ocorreu na Câmara dos Deputados, da Sr^a Carmem Topschall, que é considerada a intermediária dessas operações. Ela aparece em diversos processos de adoção naquela região, mesmo não sendo moradora da região, o que é mais esquisito ainda, o que caracteriza uma ação estranha de comportamento naquela região. Estávamos dispostos inclusive a aprovar que a Polícia Federal pudesse determinar a caça e considerá-la foragida, mas ela apresentou, através dos seus advogados, um documento à CPI no dia de hoje e nós reiteramos a sua convocação para a próxima audiência da CPI, que ocorrerá no dia 23 de novembro, após o feriado, em Brasília.

Portanto, quero agradecer à Assembleia Legislativa; aos deputados estaduais que se fizeram presentes; à Rede de Proteção à Infância do Estado da Bahia; ao Coordenador do Pacto pela Vida, Secretário Fernando Schmidt; ao Secretário de Justiça Almiro; à Secretária de Políticas de Igualdade para as Mulheres, Vera Lúcia; e a todos os militantes que compareceram, como a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Cedeca, destacadamente o Cedeca, instituição que orgulha o nosso Estado, por ser uma organização não-governamental que tem se destacado de forma vanguardista na luta em defesa da criança e do adolescente em nosso Estado, particularmente na denúncia e no combate à exploração sexual infanto-juvenil, aos homicídios inúmeros cometidos neste País contra jovens, adolescentes e crianças, na sua maioria impunes, e principalmente, neste caso, assumindo a defesa das vítimas, a defesa dos pais, dos familiares que tiveram seus filhos arrancados do lar para serem levados, sem o seu consentimento, sem a sua aprovação, para a adoção de famílias diferentes, embora sejam quatro irmãos, em São Paulo e no interior de São Paulo.

Há uma clara discordância e desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente neste caso, e a nossa CPI tem o compromisso de investigar, ir a fundo na investigação dessa situação que hoje comove a Bahia e o Brasil.

E quero deixar aqui o meu testemunho e o meu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para o sucesso da nossa CPI, ontem, na Assembleia Legislativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rodrigo Rollemberg, pedindo desculpas por ter invertido a ordem quando o anunciei.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia, que preside esta sessão, cumprimento V. Ex^a. Cumprimento a Senadora Lídice da Mata, parabenizando-a pelo seu pronunciamento. Cumprimento os demais Senadores e Senadoras, os ouvintes da Rádio Senado e os telespectadores da TV Senado.

Senador Randolfe, nós vivemos hoje um momento diferente na Câmara dos Deputados, numa audiência pública proporcionada pelo Deputado Romário, que mais uma vez demonstra muita sensibilidade para com as causas sociais, especialmente dando oportunidade de voz a uma parcela da população brasileira que tem muita dificuldade de ser ouvida. Eu me refiro ao encontro, realizado há pouco na Câmara dos Deputados, que contou com a presença também do Senador Suplicy; do Deputado Romário; do Deputado Domingos Neto, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Juventude; da Márcia Rollemberg, Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; de diversos outros parlamentares; de representantes da Secretaria da Igualdade Racial do Ministério do Trabalho, mas especialmente de muitas lideranças representativas do Movimento Hip Hop brasileiro, em comemoração ao Dia Mundial do Hip Hop, que foi ontem, e ao mesmo tempo para discutir assuntos de interesse da sociedade brasileira.

Tivemos a oportunidade de ouvir as participações do *rapper* Wood; do GOG; da DJ Dona; do MC Mano Oxi; do *Bboy* campeão mundial Will Robson; do Rivas, grafiteiro; da Ninne Ribeiro; da MC Sharylaine; do Big Richard, enfim, de diversas outras pessoas que estiveram ali presentes, representando todos esses segmentos do Movimento Hip Hop, os MCs, os DJs, os *Bboys*, os grafiteiros, representando a música, a dança e a arte da pintura.

É importante ouvir essa população, população que, como disse, se encontra marginalizada, com poucas oportunidades, que quer ser ouvida e tem muita dificuldade de ser ouvida.

No processo em que vivemos, de violência urbana cada vez maior, em que a vítima maior dessa violência urbana são os jovens da periferia, sobretudo, os jovens negros da periferia.

O que querem esses jovens, representados no Movimento Hip Hop? Eles querem políticas públicas, políticas públicas que possam reconhecê-los como su-

jeitos importantes da sociedade e como importantes na construção dessas políticas públicas.

Nesse sentido, o Deputado Romário tem liderado esse processo de uma forma muito positiva. Ali naquela reunião, surgiu a ideia de se criar um fórum permanente para discutir essas questões, que vão desde a elaboração de políticas públicas até a flexibilização, hoje no regulamento da Ordem dos Músicos, por exemplo, para que essas pessoas que trabalham, sobretudo os MCs sejam incorporados, reconhecidos como músicos, que as atividades culturais promovidas pelos Movimentos Hip Hop também sejam beneficiadas pela Lei Rouanet, além, é claro, de políticas, de empregos, de educação, de saúde, para essas regiões mais afastadas do Brasil, mais esquecidas e para esse segmento, que tem sido vítima da violência urbana.

Uma vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, li uma frase em grafite, nas ruas da periferia de Recife, que me marcou muito, não tanto pela estética nem tanto pela tradução social daquela mensagem, mas pela força simbólica do povo brasileiro. Ao lado de um adolescente pintado, nas paredes com os punhos para cima, estava escrito: “Expresso com o que tenho.” Fiquei tocado ao ler aquilo, porque traduz perfeitamente a força criativa do povo brasileiro, sua capacidade inesgotável de reinventar realidades, de responder e superar adversidade pela força de sua diversidade cultural.

E não posso deixar de falar disso numa celebração ao *hip hop* do Brasil. Porque o *hip hop*, para mim, é uma das expressões fortes da força criativa e da vocação antropofágica, que nos caracteriza como cultura, como Nação.

Engana-se quem diz que o *hip hop* brasileiro seria uma simples importação de uma manifestação cultural norte-americana. Sim, o *hip hop* foi assimilado pelo Brasil desde os anos 1980, inclusive chegou ao País pela dança, não pela música. O *Bboy* Nelson Triunfo, com seu cabelo no estilo *black power* e andar robótico, que causava grande estranhamento, foi um dos responsáveis por essa difusão no País.

No período de organização das equipes de *break* e do surgimento do grafite, entre 1983 e 1988, o *rap* conquistava sutilmente a juventude negra nos bailes chamados *blacks*.

E aí, mesmo que se alimente de sua genealogia estadunidense, o movimento *hip hop* passou por uma apropriação e uma ampla reconstrução, ao se abrir e se misturar com outras múltiplas formas de expressão brasileira, como o samba, o repente, o carimbo e outros gêneros musicais. O *break* se misturou com a ginga da capoeira e com o siriá, e o grafite também foi influenciado por desenhos regionais, retratando a Caatinga, o Sertão do Nordeste e os orixás da Bahia.

E não poderia ser diferente com um movimento de expressão popular tão forte, com um papel social e político tão expressivo e um vínculo tão profundo com a dimensão local ali cantada. “Se queres ser universal, canta a tua aldeia.”

Hoje o *hip hop* está amplamente disseminado no País. Pode ser encontrado em todo o território nacional, principalmente nas periferias das regiões metropolitanas, mas também no interior do Brasil, em vários lugares.

Com isso, absorveu a diversidade da cultura brasileira, criando uma identidade própria, com múltiplas variações, tornando-se uma linguagem artística das mais representativas da nossa cultura.

O *hip hop* também assumiu no Brasil uma força política e social sem precedentes. Como cultura urbana que se disseminou na periferia das grandes cidades, tornou-se um instrumento vital não só de manifestação e expressão cultural, mas também de engajamento, protesto e transformação.

São artistas que conseguem recriar um ambiente muitas vezes de violência, de ausência do Estado e de carências básicas para a sobrevivência. Conseguem expressar beleza, força, capacidade de luta, de resistência e resiliência.

Foi impressionante ouvir os relatos e as histórias daqueles jovens que enfrentaram cenários de muita diversidade, de muita violência e foram resgatados pelo Movimento Hip Hop. Portanto, foi com muita alegria e com muita emoção que hoje participei dessa celebração.

Tínhamos ali presentes pensadores, artistas, profissionais da música, da dança, da arte urbana. E estávamos fazendo isso, talvez pela primeira vez, na Casa do Povo, no Congresso Nacional. E foi impressionante o número de pessoas, e o envolvimento e o engajamento dessas pessoas nesse evento.

Aqui no Distrito Federal, Sr. Presidente, o Movimento Hip Hop vem ganhando espaço e assumindo características próprias, com reconhecimento nacional e internacional. Hoje, o Distrito Federal divulga no mercado cultural nomes como GOG, DF Zulu Breakers, BSB Girls, Atitude Feminina, Liberdade Condicional, Tropa de Elite, Guindarte 121, Viela 17, Código Penal, Pacificadores, DJ Raffa, DJ Jamaika, DJ Marola, Satão, Rapadura Xique Chico, entre tantos outros.

Gostaria muito que todos os Senadores desta Casa e toda a população brasileira tivessem ouvido o depoimento do GOG, artista de Brasília, na abertura do evento, pela força, pela autenticidade, pela profundidade do depoimento e também pela denúncia, pela indignação e, ao mesmo tempo, pela aspiração, pela esperança e pela mobilização para a construção de um novo cenário nacional.

Aliás, todos os depoimentos foram muito fortes na defesa de um novo modelo, um modelo de inclusão cultural e social.

Quero declarar que também sou um admirador do Movimento. Não é de hoje que acompanho e tive oportunidade de contribuir como Secretário de Turismo, Senador Randolfe Rodrigues, junto com o então Governador do Distrito Federal Cristovam Buarque. Naquela ocasião, lembro-me, recebi três jovens, três adolescentes que me mostraram o grafite. Eles procuravam sensibilizar, mostrando que o grafite é uma manifestação cultural diferente da pixação. E tive oportunidade de ir ver, em vários lugares do Distrito Federal, essas manifestações dos grafiteiros.

Naquela ocasião, tive uma ideia que acabou tendo muito sucesso: nós resolvemos fazer uma série de cartões postais com as fotos dessas obras, desses grafites e, no verso, letras de *rap* falando da cidade e falando da condição social em que as pessoas viviam.

Isso foi muito interessante, porque em geral as pessoas viam Brasília apenas como cidade que é patrimônio cultural da humanidade – cidade de que temos muito orgulho –, conheciam Brasília por sua beleza cênica, por seus monumentos, por seu projeto urbanístico, e também como uma cidade identificada exclusivamente com a política. Esses cartões postais tiveram a capacidade, tanto pelos grafites quanto pelos textos, de mostrar outra cidade, uma cidade pulsante, uma cidade que representava as diferenças sociais existentes no Brasil – diferenças que, no caso de Brasília, são exacerbadas. Era uma manifestação, através da arte, do inconformismo da juventude brasiliense.

Também lembro que, em 2008, tive oportunidade de ser procurado mais uma vez, já como Deputado Federal, por representantes de diversos grupos de *rap* da cidade e, através de emendas parlamentares, apoiamos o primeiro e o segundo BSB Rap Festival. Naquele momento, como subproduto, produzimos uma série de CDs sob o título Coletânea Musical Várias Quebradas. Nesses CDs, nós registramos a participação de mais de 50 grupos de *rap* do Distrito Federal.

Ali, naquele momento, eu senti o impacto, tive a consciência profunda do que significa o Movimento Hip Hop, por sua capilaridade, por sua força e por sua pujança na vida da juventude do Distrito Federal, especialmente na vida da juventude das periferias do Distrito Federal, de toda a região metropolitana do Distrito Federal, não só aqui no Distrito Federal, mas em toda região do Entorno.

É impressionante o conteúdo social daquelas músicas. São verdadeiras manifestações políticas, não manifestações político-partidárias, mas manifestações sociais bastante profundas, bastante legítimas, de uma

população que quer ser ouvida, de uma população que precisa ser ouvida, de uma população que pode contribuir, inclusive com o Estado brasileiro, na elaboração de políticas de contenção da violência, de redução da violência, da elaboração de políticas de melhoria da educação, de reforma da educação. Porque, como disse um *rapper* hoje – salvo engano, o GOG –, nós temos que fazer uma escola que atraia mais uma criança e um jovem do que a rua atrai. E, certamente, esses jovens têm uma contribuição importante a dar no sentido de identificar que escola a juventude quer, que escola a juventude precisa e que escola que efetivamente pode contribuir para a libertação dessa juventude.

Enfim, quero registrar que tenho a satisfação de dizer que venho acompanhando a formação, mobilização, divulgação, qualificação e valorização de inúmeros profissionais, artistas, integrantes do Movimento Hip Hop desta cidade. É por isso que queremos mais.

Fico muito feliz de ver o amadurecimento desse Movimento, que hoje busca a regulamentação de suas profissões, incentivos fiscais específicos para o mercado cultural do *hip hop*, o fortalecimento da cadeia produtiva cultural desse segmento, para a consolidação desse mercado cultural e a ampliação de produtos e serviços. Além do fomento, há espaços formais de discussão, tais como os congressos, fóruns e audiências públicas, como a que realizamos hoje.

Consciente da importância desse trabalho, eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Deputado Romário e de toda a Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, que contribuiu para a organização desse evento. E, também, gostaria de dizer que me senti muito honrado, muito emocionado, com a participação nesse evento. É um evento que, sem dúvida, nos revigora, nos reenergiza e nos aproxima, cada vez mais, da razão de ser da política, que só tem sentido como um instrumento efetivo para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Era esse registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Concedo a palavra ao nobre Senador Randolfe Rodrigues, pela Liderança do PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, espectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna hoje para relatar e insistir em um tema aviltante para a sociedade, para o povo do meu Estado. Refiro-me aos excessos financeiros e orçamentários cometidos no Amapá pelo Tribunal de Contas do Estado, mas, em especial, pela

Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. E o que me traz à tribuna é a insistência atual da Assembleia Legislativa do meu Estado em querer sustentar um orçamento que não se justifica, um orçamento que é, no mínimo, criminoso contra a sociedade amapaense. Eu estou a falar de uma prática continuada, que se repete há pelo menos 17 anos, de excessos orçamentários por parte da Assembleia Legislativa, que não tem nenhum tipo de justificativa e transparência e que avilta a sociedade amapaense.

Um levantamento de despesas que fizemos da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado mostra que um dos geradores dessas distorções é fruto do superdimensionamento das despesas do Poder Legislativo do meu Estado e seu órgão auxiliar. Isso vem desde 1994 pelo menos. E eu quero destacar aqui que, em 1994, o orçamento da Assembleia Legislativa do meu Estado deu um salto de R\$13,392 milhões para R\$26,515 milhões, mesmo, naquele ano, com a inflação já tendo sido controlada. Então, vejam, o primeiro salto superdimensionado é em 1994, um salto de mais de 50% no orçamento da Assembleia Legislativa do Amapá. E isso praticamente paralisou o Estado do Amapá no ano seguinte. No ano de 1995, o Estado do Amapá não teve um centavo em obra pública realizada, porque todos os recursos de investimento, naquela época, foram transferidos para a Assembleia Legislativa. Naquele mesmo ano, os gastos do Tribunal de Contas foram mais longe: saltaram de R\$4,257 milhões para R\$13,729 mil, um aumento de mais de 100%, e isso em uma época de inflação controlada.

Em função desse verdadeiro golpe orçamentário, o Estado foi condenado a passar anos sem investimentos em saneamento básico, sem investimento em construção de escolas, sem investimentos em hospitais, sem investimentos em necessidades básicas porque, no ano de 1994, todos os recursos para investimentos foram apossados indevidamente pela Assembleia Legislativa do Estado e pelo Tribunal de Contas.

Essa manobra, iniciada em 1994, executada em 1995, cassando do Estado a capacidade de investimento nas necessidades básicas da população, passou a ser corriqueira ano a ano, de 1995 até agora 2012. A Assembleia Legislativa, nesse período de 1995 a 2012, teve um gasto anual de quase R\$100 milhões. Isso representa, Sr. Presidente, dizer que, de 1995 até 2012, o orçamento da Assembleia Legislativa do Amapá foi de quase R\$2 bilhões, o que corresponde a mais do que o orçamento anual do Estado do Amapá.

Não é demais lembrar aqui, desta tribuna, o que ocorreu no meu Estado na data de 10 de setembro de 2012, quando uma operação da Polícia Federal, a maior operação da Polícia Federal no Amapá, levou à

prisão as principais lideranças políticas do meu Estado. Não é demais lembrar que, ainda em consequência disso e como continuação da Operação Mãos Limpas, este ano, o Ministério Público do Estado do Amapá organizou na Assembléia Legislativa, uma operação chamada Operação Eclésia.

Em decorrência dessa Operação Eclésia, no último dia 31 de outubro, por unanimidade, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Amapá receberam denúncia formulada pelo Ministério Público do meu Estado contra os Deputados Estaduais Moisés Souza e Edinho Duarte, respectivamente Presidente, Secretário-Geral da Assembléia Legislativa. A investigação do Ministério Público deu conta da organização de uma fraude envolvendo esses Parlamentares que dirigem a Assembléia Legislativa e a Cooperativa de Transporte de Veículos Leves e Pesados do Amapá, a Cootram.

No entender do Ministério Público, esses Deputados, Sr. Moisés Souza e Sr. Edinho Duarte, comandaram um esquema criminoso que resultou no desvio de mais de R\$5 milhões dos cofres públicos da Assembléia Legislativa, através de contratos fraudulentos para essa empresa de locação de veículos denominada Cootram.

Eu quero aqui destacar, Sr. Presidente, um trecho do parecer do relatório do voto da Desembargadora Sueli Pini, que relatou o processo envolvendo esses Deputados. No voto, S. Ex^a, a Desembargadora Sueli Pini, destaca o seguinte em relação a esses acusados:

Os denunciados teriam formado um poderoso grupo organizado, com o escopo de apoderar-se de recursos dos cofres públicos, através de pseudocontratos celebrados com a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, motivo pelo qual mantê-los afastados de quaisquer funções que poderiam, em tese, facilitar-lhes a reiteração das condutas delituosas, ou mesmo a ocultação de provas, ou a intimidação de testemunhas, é medida que se impõe como garantia da própria atuação judicial.

Felizmente, o Tribunal de Justiça do meu Estado acatou o voto da relatora desse caso, Desembargadora Sueli Pini, e acatou a denúncia do Ministério Público do Estado do Amapá, afastando da Presidência e da Secretaria da Mesa da Assembléia Legislativa do Amapá esses senhores. Mas isso não representou, por outro lado, por parte do conjunto da Assembléia, uma medida necessária de redução do seu orçamento para o ano que vem.

É injustificável o orçamento que tem a Assembléia Legislativa, e mais lamentável é a notícia que vejo, hoje, nos jornais do meu Estado, que dão conta de

que se debate, na Assembléia Legislativa do Amapá, a construção e a criação de formas para impedir, numa clara burla constitucional, numa clara burla jurídica, a adoção de fórmulas para impedir a recondução, para a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amapá da Promotora, da Dr^a Ivana Cei, que foi a autora e responsável pela denúncia contra o Presidente, o ex-Presidente e o ex-Secretário-Geral da Assembléia Legislativa daquele Estado. Ou seja, há uma clara intenção, por parte do investigado, de impedir que aquele que está investigando continue na sua atuação de investigação. Isso é inaceitável e é um crime, um atentado, contra a ordem em um Estado democrático de direito. Tentar afastar ou impedir recondução de Procuradoria-Geral de Justiça com artimanhas legislativas, como se pretende na Assembléia Legislativa do meu Estado, é claramente uma medida de investigado que tenta impedir que as investigações avancem.

Quero continuar essa análise dos números falando aqui das contas, também, do Tribunal de Contas do Estado, nos últimos anos. O TCE gastou, nesse período, R\$64 milhões. Um ano depois da operação Mãos Limpas, no exercício de 2011, as despesas caíram para R\$36 milhões, uma diferença de quase R\$28 milhões, numa clara demonstração de que existem recursos, dinheiro, em excesso.

A Assembléia Legislativa do meu Estado, do Amapá, consome, com 24 Parlamentares por mês, R\$13 milhões. A Câmara de Vereadores do Município de Macapá, que tem 17 Vereadores, consome R\$14 milhões por ano. Essa é uma comparação elementar que justifica, que explica claramente, que há dinheiro demais na Assembléia Legislativa. Em 2011, a Assembléia Legislativa alterou a lei orçamentária anual de 2012, aumentou a previsão de receita do Fundo de Participação dos Estados, formulando uma receita de R\$1,9 bilhão, que é a receita real, para R\$2,4 bilhões, um aumento de R\$498 milhões, sem indicar as razões e, em especial, ignorando que nós vivemos sob uma gravíssima crise econômica em todo o Planeta.

Ignorando que o Fundo de Participação dos Estados, no decorrer deste ano, teve seus repasses para o Estado reduzidos, ignorando que o mundo está sob a égide de uma crise econômica, o que ocorre com a Lei Orçamentária deste ano, no meu Estado? A Assembléia Legislativa superestima essa receita ignorando todo o mundo, todo o planeta que existe ao redor só com um intuito: ampliar os seus repasses orçamentários. E só com um intuito claro e um intuito pernicioso: ampliar os recursos para a Assembléia Legislativa do Estado, retirando os recursos de investimento, que deve ser responsabilidade do governo estadual; retirando recursos de investimento em infraestrutura, de investimento em

obras, de investimento em saúde, saneamento básico e educação. Retira de um Estado pobre e de um povo que precisa, o povo do Estado do Amapá, os recursos indispensáveis para a estruturação do Estado.

O maior aumento efetuado no orçamento da Assembleia foi, no ano anterior para o exercício deste ano, de R\$96 milhões, no ano de 2011, para R\$156 milhões, agora, no ano de 2012. Veja, Sr. Presidente, são R\$60 milhões a mais. Com R\$60 milhões, podemos construir mais de duas mil habitações populares no meu Estado do Amapá. Com R\$60 milhões podemos investir em saneamento básico no Estado do Amapá e garantir reajustes de salários para servidores públicos, que reivindicam em praça pública nas suas mobilizações. São R\$60 milhões a mais, tirados em um tempo de crise econômica e de redução dos repasses orçamentários, de transferência do Fundo de Participação do Estado para os Estados-membros da União. Houve a transferência desses recursos para serem gastos em um prédio com 24 Deputados Estaduais.

Não se justifica, não cabe. É injustificável, é aviltante para a sociedade amapaense. O Governador do Estado tem o conhecimento, moveu ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, que, lamentavelmente, teve um julgamento desfavorável.

Quero aqui utilizar a tribuna para, ao mesmo tempo, solicitar apoio das instituições brasileiras, do Supremo Tribunal Federal, quando for provocado, e das demais instituições, porque o que estamos vendo é a recorrência.

Não tenho dúvida de que a Operação Mãos Limpas, deflagrada pelo Polícia Federal, no ano de 2010, diagnosticou a recorrência desse crime continuado, que existe há 17 anos, de superdimensionar o orçamento do Estado, para garantir gordos e vultosos repasses orçamentários para, em especial, a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.

Durante o exercício de 2012, o quadro superestimado de arrecadação não vem se confirmando pelos dados claros da crise financeira mundial e pela continuação das isenções fiscais adotadas pelo Governo Federal. Com isso, é o povo que fica penalizado, sem os recursos que deveriam ir para investimento.

Até o mês de outubro, para se ter ideia, Sr. Presidente, o Amapá recebeu R\$1,7 bilhão de Fundo de Participação dos Estados. Caso se confirmasse a previsão estimada pela Assembleia, o Executivo teria arrecadado em outubro, R\$1,982 bilhão. O que ocorre é que o financeiro do Estado é totalmente discrepante do orçamentário, que foi superestimado criminosamente e indevidamente por parte da Assembleia Legislativa, e os repasses que são feitos para as Assembleias Legislativas são baseados no orçamentário e não no

financeiro. Com isso, quem padece é o povo do Estado do Amapá.

Não tivesse a Assembleia Legislativa superdimensionado a receita do FPE, com objetivo de aumentar os seus próprios duodécimos, o Amapá estaria contornando a crise que afeta o Brasil e que afeta o mundo, e nós teríamos uma capacidade maior de investimento nas necessidades básicas da população amapaense.

Ao passo disso, o Ministério Público tem atuado e diagnosticado um verdadeiro esquema de corrupção, que já foi dado conta com o afastamento do ex-presidente e do ex-secretário da Assembleia Legislativa, Sr. Moisés Souza e Sr. Edinho Duarte. Ao mesmo tempo, os recursos da Assembleia Legislativa, os repasses do duodécimo da Assembleia Legislativa, o dinheiro que é gasto pelos Deputados Estaduais do Amapá, não têm transparência nenhuma, não é esclarecido cada centavo que é gasto por aquele Poder.

Portanto, Sr. Presidente, é inadmissível e inaceitável que a atual legislatura da Assembleia continue a utilizar o artifício de superdimensionamento de suas despesas. Tive e recebi, ontem, a lamentável notícia de que o atual prefeito de Macapá, derrotado nas urnas na última eleição do último domingo de outubro e anteriormente preso pela Polícia Federal, tendo passado 60 dias detido em cela da Polícia Federal em Brasília, está apresentando para a Câmara Municipal de Macapá um orçamento – pasmem! – também superdimensionado, numa clara intenção de orquestrar um golpe contra a vontade do povo de Macapá que elegeu Clécio para governar os destinos de sua cidade.

O orçamento encaminhado pelo prefeito de Macapá foi superdimensionado para claramente garantir para a Câmara Municipal a execução de um repasse orçamentário de 5% e, com isso, mais uma vez, retirar do Poder Público em Macapá, retirar a possibilidade de investimento em unidades básicas de saúde, de investimentos em escolas municipais que estão sucateadas e em contrapartida para creches que foram perdidas ao longo dos últimos 4 anos.

Quero acreditar e tenho certeza de que os atuais Vereadores de Macapá não incorrerão no erro continuado que a Assembleia Legislativa do Estado tem cometido e não cometerão contra o povo da cidade de Macapá um golpe contra a vontade que elegeu Clécio para governar os destinos de sua cidade. A tentativa do prefeito atual de Macapá de encaminhar um projeto de lei superdimensionando a receita e orçamento do ano que vem é uma clara tentativa de golpe contra a vontade do povo de Macapá, que conduziu Clécio para ser o seu prefeito. Quero acreditar que isso não se expressará por parte da Câmara Municipal da capital do meu Estado.

E quero aqui apelar também à Assembleia Legislativa para que reveja, no debate orçamentário deste ano, seus percentuais orçamentários. É inadmissível, Sr. Presidente, em um Estado pobre como o Amapá, em um Estado carente de recursos como o Amapá, um Poder constituído, que deveria ser a casa da representação popular, se apossar, ao longo dos últimos 17 anos, de quase R\$2 bilhões, R\$100 milhões por ano e legar com isso, ao conjunto da população do Estado, não ter saneamento básico, não ter água potável nas suas casas, não ter escola de qualidade funcionando, não ter unidade básica de saúde funcionando, e, em especial, esse Poder não ter nenhum tipo de transparência nos seus atos. Isso avilta a cidadania e o Amapá, que, em virtude disso, pede socorro aos Poderes da República, porque a continuação dessa ação é claramente uma continuação da prática delituosa...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– .. que foi constatada pela Operação Mãos Limpas da Polícia Federal.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ricardo Ferraço, pelo prazo de 20 minutos.

Após, será do Senador Eduardo Amorim, como Líder, que já está aguardando sua oportunidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente em exercício, Senador Tomás Correia, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, capixabas que nos acompanham, ocupo a tribuna para repercutir carta enviada por nosso governador, o Governador Renato Casagrande, em seu nome e, naturalmente, em nome de todos os capixabas, à Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff, onde faz uma abordagem sobre a conjuntura do nosso Estado, o Espírito Santo, que, ao longo dos últimos 10 anos, vem dando muito duro, vem se esforçando muito para a superação de um conjunto muito complexo de desafios.

A correspondência foi redigida nos seguintes termos:

*Excelentíssima Presidenta Dilma,
Desde que o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional a proposta de novo marco regulatório para a exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal, temos enfrentado a pressão dos Estados e Municípios não produtores por maior participação nas receitas derivadas dos royalties. Não satisfeitos com os*

ganhos futuros definidos no novo modelo de distribuição, representantes desses Estados e Municípios se deixaram seduzir pela perspectiva de uma arrecadação imediata.

E, assim, atropelando princípios fundamentais do nosso sistema federativo e da própria Constituição brasileira, mobilizaram-se para avançar sobre contratos firmados em busca de uma participação indevida. Depois de meses de tramitação e manobras regimentais, a matéria finalmente foi à votação no plenário da Câmara dos Deputados. E a insensatez saiu vitoriosa! Ao alterar os critérios de distribuição em áreas já licitadas, o texto aprovado na Câmara Federal dá forma a uma das mais truculentas agressões ao arranjo jurídico e institucional que sustenta a República e a democracia em nosso País.

Além das incoerências legais, o texto aprovado no Congresso representa um golpe duríssimo para os Estados produtores, principalmente o Estado do Espírito Santo e o Estado do Rio de Janeiro. Sem os recursos previstos, investimentos essenciais ao desenvolvimento dos nossos Estados deixarão de ser realizados e haverá, seguramente, grande dificuldade para manter os serviços públicos no mesmo patamar de qualidade e abrangência. Mas se o golpe é duro para os

Estados, para alguns Municípios significa perdas ainda maiores, principalmente na sua capacidade de investir em áreas prioritárias para o bem-estar da população capixaba.

Para nós, do Espírito Santo, os impactos dessa decisão vêm acrescidos de reveses anteriores como a unificação das alíquotas de ICMS sobre produtos importados, que levou ao enfraquecimento do nosso mecanismo de incentivo às importações, o Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), há mais de 40 anos em atividade no nosso Estado. Sem esse mecanismo de incentivo aos empreendedores do comércio exterior, as perdas para a economia capixaba já começarão a ser sentidas a partir do próximo ano, principalmente nos Municípios que sediam nossos principais portos. Se somarmos essas perdas à dívida histórica que a União mantém com o Estado no que diz respeito à infraestrutura, não há como negar que sobre o Estado capixaba pesa um desequilíbrio enorme com relação às demais unidades federadas.

Em nome do povo capixaba, a quem temos a responsabilidade e a honra de representar, e na certeza de que estamos defendendo a própria essência da democracia nacional, empreenderemos todos os esforços necessários para revogar a decisão insensata que levou à aprovação da chamada Emenda “Vital do Rego”. Isto incluirá, por certo, o recurso ao Supremo Tribunal Federal como medida extrema em caso de falência do bom-senso e das alternativas políticas. Nos últimos meses, em parceria com o Estado do Rio de Janeiro e contando com o empenho da nossa bancada federal, procuramos mostrar ao Congresso e ao País o absurdo dessa proposta. Agora, quando o caminho do entendimento e da negociação responsável parece ter se esgotado, resta-nos confiar que Sua Excelência impeça que seja consumada essa agressão aos direitos dos nossos Estados federados, sobretudo os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, com a aposição do veto presidencial à matéria aprovada pelo Congresso Nacional. Não solicitamos, Senhora Presidente, privilégios nem atenção diferenciada. O que exigimos dos demais Estados brasileiros é respeito ao esforço que desenvolvemos para construir no Espírito Santo uma sociedade mais próspera, mais justa e mais humana. Esse é o sentido da nossa luta pela manutenção dos critérios de distribuição dos royalties para as áreas de exploração de petróleo já licitadas. E é em nome desse objetivo que reafirmamos a indignação diante do avanço sobre as nossas finanças e a determinação de lutar, até o limite de nossas possibilidades, em defesa do povo capixaba, [manifestando a confiança, a expectativa e a esperança de que Vossa Excelência possa vetar esse projeto aprovado no Congresso Nacional pelos fundamentos de violação à Constituição Federal e por ser justo para a consideração dos royalties, que são, nada mais, nada menos, que indenização, que compensação pelos impactos à exploração do petróleo].

Na certeza de que teremos em Vossa Excelência uma aliada inabalável na condução desse assunto, despedimo-nos e, desde já, apresentamos nossos mais efusivos agradecimentos. Respeitosamente,

Renato Casagrande

Governador do Estado do Espírito Santo.

Assim, que, em nosso nome, em nome de todos os capixabas, o Sr. Governador enviou, na últi-

ma semana, correspondência à Presidente Dilma, na expectativa de alcançarmos a sensibilidade da nossa Presidente para com os impactos, para com as consequências que o nosso Estado, o nosso governo e os nossos Municípios enfrentarão não apenas com a possibilidade, evidentemente, de vermos implantado esse projeto aprovado pelo Congresso, mas, também, diante de outras perdas que nós, capixabas, estamos acumulando e que, seguramente, ameaçam, colocam em risco todo o esforço que fizemos nos últimos anos para derrotar o crime organizado, para derrotar todo um conjunto de iniciativas que desonraram os capixabas.

Se esse esforço a que me refiro resgatou a capacidade de investimento, colocou o nosso Estado de pé, resgatou a autoestima do povo capixaba, neste momento, por meio desse conjunto de iniciativas, coloca-se em risco tudo aquilo que foi construído ao longo dos últimos anos.

Meu Estado não se oferece como problema ao País; ele se oferece, sim, como alternativa e solução de um Estado que, embora estivesse mergulhado, nos últimos anos, numa crise sem precedentes, com muito esforço, com muito trabalho, com muita fé em Deus e com muita união, vem conseguindo superar cada um de seus desafios.

É a repercussão que dou, aqui da tribuna do Senado, à correspondência enviada por S. Ex^a o Chefe do Executivo estadual, o Governador Renato Casagrande, à Presidente Dilma, em nome dos capixabas, na expectativa e na confiança de ver esse projeto vetado pelos fundamentos que relatamos e que temos debatido ao longo desses meses em que, embora firmes, temos padecido, na defesa daquilo que consideramos justo e adequado.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Concedo a palavra, como Líder, ao Sr. Senador Eduardo Amorim, do PSC de Sergipe.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tomás Correia; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores; ouvintes da Rádio Senado; expectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, em abril deste ano, ocupei a tribuna desta Casa para parabenizar um dos mais ilustres filhos do meu Estado, o Estado de Sergipe. Falo do Ministro Carlos Ayres Britto, que, na ocasião, assumia a Presidência da mais alta Corte do nosso País, o Supremo Tribunal Federal. Hoje, aqui estou para homenageá-lo, uma vez que deixará, no próximo dia 22, não apenas a presi-

dência da Suprema Corte, mas o próprio tribunal, em função de sua aposentadoria compulsória.

O garoto nascido em Propiá, que sonhava ser jogador de futebol profissional e era um leitor voraz, tornou-se um jurista brilhante. E não hesito em afirmar que Carlos Ayres Britto é um ser humano plural e, por isso mesmo, uma figura ímpar.

Aqui, aproveito para citar o Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Aliomar Baleeiro, quando disse: “Desgraçado de um país em que os juízes forem apenas juristas”. Para nosso júbilo, o Ministro Ayres Britto é também um literato, poeta, estudioso da Filosofia e profundo conhecedor da alma humana. É tão admirado pela suas posições políticas e habilidade com a Língua Portuguesa como pelo seu conhecimento jurídico.

Ao longo de sua atuação como magistrado, revelou-se um grande progressista, com argumentos bem fundamentados. No STF, destacou-se como relator de causas polêmicas, como a que liberou as pesquisas com células-tronco embrionárias no País, em 2008. Entende que quando há interesse na vida vivida, aguça-se a sensibilidade em busca da justiça, e a isso chama de humanismo. Afirma que não há ciência do Direito sem humanismo. E, dessa maneira, abre as janelas do Direito para o mundo circundante.

Vários julgamentos importantes aconteceram durante os 7 meses nos quais presidiu – e ainda preside – a nossa Suprema Corte. Contudo, o mais importante e de maior repercussão é o do mensalão, que já dura 45 dias. São 38 réus, 600 testemunhas, mais de 300 volumes com mais de 300 apensos, que tem conduzido com maestria e imparcialidade.

O Ministro Celso de Mello reconheceu o trabalho do Ministro Ayres Brito e exaltou o seu posicionamento:

[...] resolveu questões revestidas da maior transcendência social, política e jurídica, nelas assegurando, em favor dos cidadãos, em defesa dos bons costumes político-administrativos desta República, os valores da igualdade, da afetividade, da liberdade, da ancestralidade dos povos indígenas, da própria vida, da busca da felicidade e da moralidade das práticas administrativas, proferindo, então memoráveis decisões.

Hoje, aos 69 anos o Ministro afirma: “Tenho ainda muita infância pela frente.”. E nós sabemos que é a mais pura verdade, assim como sabemos que a contribuição que deu e que dá ao nosso povo e ao nosso País só é possível graças àquelas pessoas que reúnem, de um lado, a capacitação técnica, profundo conhecimento jurídico e, Sr. Presidente, de outro lado, a erudição.

Vida longa e produtiva a esse sergipano que muito orgulha a todos nós sergipanos e que, também, orgulha a todo o nosso País, e que é capaz de transformar e dar ao transitório a profundidade e a densidade do eterno, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim.

O Ministro Ayres Britto não pertence hoje só a Sergipe. Peço licença a V. Ex^a para dizer que é um nome nacional, um nome do País inteiro, como V. Ex^a bem ressaltou. E é uma figura que não é apenas um grande jurista; é também um grande humanista. Portanto, diante do trabalho que tem no Supremo, é uma pena deixá-lo, agora, tão prematuramente, porque teria muito ainda a contribuir com o País, com a Nação, pelo seu talento, pelo seu conhecimento e pela sua garra, sobretudo, a garra de nordestino, de sergipano. S. Ex^a trouxe para o Supremo o seu sotaque nordestino, mas, na verdade, demonstrou, de maneira bem clara, que é um grande jurista e um grande humanista. O País perde, sem dúvida, um grande ministro.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, com certeza, conhecendo o Ministro Ayres Britto um pouco, sei que ele não parará; ele continuará contribuindo com a nossa Nação, com o nosso País e com todos nós sergipanos. Pelo seu dinamismo, pela sua humanidade, sabemos que muito precisamos ainda dele. Ele se afasta do Tribunal, mas, com certeza, continuará ajudando, sim, o nosso País, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Sem dúvida.

Obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Amorim.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Wellington Dias, do PT do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, neste final de sessão, fazer, aqui, inicialmente, alguns esclarecimentos.

Primeiro, eu tenho todo carinho e respeito ao povo capixaba e ao povo carioca do nosso País. Devo dizer que, por meio do diálogo franco, do diálogo com os diversos setores, vamos encontrando caminhos. Devo, aqui, registrar que o projeto que aprovamos, de regulamentação de *royalties* e participação especial, vai além disso. É um projeto que trata de pré-sal, é um projeto responsável e, exatamente por isso, foi aprovado no Senado, que é formado por líderes do País inteiro. Aqui estão ex-governadores, ex-ministros, pessoas que lidam com o setor empresarial, com o setor público, com técnicos, enfim, dos mais diferentes setores. Da

mesma forma, na Câmara, foi aprovado também por ampla e esmagadora maioria, exatamente por isso.

Por que foi aprovado?

Primeiro, por uma convicção: petróleo em mar é uma riqueza da União. Sendo uma riqueza da União, é uma riqueza que pertence a todos os brasileiros e brasileiras.

Dito isso, quero registrar, com todo carinho e todo respeito, que Rio, Espírito Santo e seus Municípios não são produtores de petróleo. Isso não é apenas uma força de palavra.

Torço, oro e espero que Rio e Espírito Santo, nos seus territórios, possam encontrar gás, possam encontrar petróleo, mas, até este instante, não produzem uma gota de petróleo, nem um botijão de gás, para colocar de uma forma popular.

Na verdade, o petróleo é produzido, como eu disse, no mar, a 200 ou 300 quilômetros da praia mais próxima, para ficar mais claro.

Assim sendo, essa riqueza... Por uma razão, em 1998, na forma da distribuição, por uma proteção momentânea devido a uma mudança na Lei do ICMS, se colocou, se garantiu... Ali, não se sabia da existência do pré-sal e, ali, nós tínhamos uma receita de R\$280 milhões por ano. Neste ano, está chegando a mais de R\$30 bilhões.

Pois bem, o fato é que, naquela ocasião, se fez uma concentração de 94 a 96% dessa receita para esses dois Estados: inicialmente, Rio; um pouco depois, Espírito Santo.

Por que digo que é uma proposta responsável? Porque aqui tivemos o cuidado de deixar uma responsabilidade com esses Estados.

Hoje mesmo eu estive no Palácio do Planalto, e ali pude dialogar com a equipe técnica, mostrando que, no projeto que aqui aprovamos, e aprovado na Câmara, no art. 42 da lei que trata do Fundo Social, onde nós fazemos a alteração, diz que...

Aliás, é bom lembrar: quando o Presidente Lula encaminhou a lei para criar o Fundo Social...

Aliás, é preciso explicar um pouco antes.

O que é o Fundo Social? Há uma mudança de concessão para partilha. No regime de concessão que temos hoje, o petróleo extraído pertence às empresas, e elas pagam *royalties* e participação especial.

No caso, agora, com a mudança, a partilha é o novo regime. Nesse regime, o petróleo extraído é da União; é verdadeiramente do povo brasileiro. Com o dinheiro obtido com cada barril, paga-se a empresa, seja a Petrobras, seja outra empresa nacional ou internacional. Ali se faz o pagamento pelo serviço da extração de petróleo. É como você pagar uma empresa que faz uma estrada: ela não é dona da estrada. É

como você pagar uma empresa que faz um hospital. Então, a empresa que executa o serviço de extração do petróleo é remunerada, inclusive com o lucro, e com os riscos, enfim.

Pois bem, vamos imaginar: se ali se extraem, como hoje, 2,3 milhões de barris de petróleo, 30% disso pagam-se à empresa. Os outros 70% transformam-se em dinheiro, formando o Fundo Social. É uma poupança que dia a dia, ano a ano, vai crescendo.

A previsão que se faz é de que, após a extração, com base nesse sistema, por volta de 2016, 2017, abrindo os leilões agora, em 2013... Por isso, queremos a lei.

Por que é importante que essa lei seja sancionada pela Presidente Dilma? Para poder o Brasil voltar a fazer os leilões. Há 5 anos, por falta de entendimento no Congresso Nacional, o Brasil não explora novos campos, não faz novos leilões. Nós estamos explorando apenas os campos já licitados, já concedidos.

Pois bem. O que nós fizemos aqui? Esse dinheiro, então, vai para o Fundo Social.

O Presidente Lula encaminhou um projeto dizendo o seguinte: aquela parte dos *royalties* que pertence à União vai também para o Fundo Social.

E eu chamei a atenção do Ministro Guido: Ministro, a União tem condições e está preparada para abrir mão, de uma vez só, de cerca de R\$12 bilhões? Não. Pois está aqui, está escrito aqui. Na hora que aprovar a lei, do jeito que está vai ficar.

Foi quando tomamos a decisão de fazer uma alteração. Nessa alteração, os 40% que são da União – está lá no art. 42 que nós alteramos – dependerão de regulamentação do Governo Federal, em que o Governo Federal, inclusive, está também autorizado a compensar eventuais perdas.

O Senador Renan lembra-se perfeitamente, o Senador Romero Jucá, e V. Ex^a... Na época, o Renan acompanhava como Líder, e o Romero acompanhava aqui também como Líder do Governo. Tínhamos aqui uma situação em que diziam que a tabela que o Wellington Dias e o Vital do Rêgo apresentaram não era consistente. Nós dizíamos: é uma tabela com base na Empresa de Pesquisa Energética.

Resultado: a nossa estava até mais pessimista que a da EPE, mais conservadora. Ela está batendo perfeitamente ano a ano: bateu 2010, bateu 2011 e, com certeza, agora 2012.

Pois bem, por que eu estou lembrando isso? Porque ali está dito que, desses R\$12 bilhões, pode o Governo compensar Rio, Espírito Santo e seus Municípios. Comprovada a perda, e eu acho que houve... E aí é verdade o que diz na carta o Governador Casagrande; é verdade o que diz o Senador Ricardo Ferraço, e também tem todo o nosso apoio.

Da forma como foi aprovado na Câmara, como não atualizaram... Ali, defendíamos a atualização no entendimento. E foi a falta desse entendimento que levou a uma proposta mais rebaixada.

Veja, na hora em que o Rio disse: “Não, nós estamos aqui, e a nossa Bancada tem a obrigação de defender o interesse do nosso povo”, as outras bancadas disseram: “Nós também”.

E aí passou uma proposta mais vantajosa, que é o meu projeto. Eu poderia perfeitamente dizer: olha, é meu projeto e eu quero a aprovação dele, mas não. Eu estava lá concordando que, para o entendimento que não houve, poderíamos fazer isso.

Então, quero dizer ao povo capixaba e ao povo do Rio de Janeiro que, sim, no mesmo projeto aprovado na Câmara, é possível, por decreto, na regulamentação, garantir as condições dessa compensação.

Há outra pergunta em que estão batendo muito: “Ah, mas não há dinheiro para a educação!”. Isso também não é verdade. O projeto prevê recursos destinados à educação.

Defendo que haja um entendimento formado na Câmara: a parte da União, até 100%, até se completar, com a parte dos Estados e dos Municípios, de 50%, o dobro do que se aplica hoje em educação. Se hoje há 5% ou 6% do PIB em educação, o que se quer alcançar? Dez por cento. Atingiu-se o dobro, atingiram-se os 10%? Há satisfação? Há. Então, a partir dali, vai tudo para o Fundo Social, vai tudo para as diferentes áreas. Por quê? Porque é um volume de recursos muito grande. Estamos falando da parte que vai para os Estados e para os Municípios, 50%, o que significa algo em torno de 50 bilhões a 60 bilhões. Quanto à parte do Fundo Social, estamos falando que se vai chegar, muito em breve, a US\$175 bilhões! É o resultado da aplicação de mais de 1,5 trilhão de poupança, que se terão acumulado, em dólares!

Então, acredito que o Brasil há de compreender que precisamos, sim, de dinheiro para a educação. Defendo, como ninguém – inclusive, como Relator –, que tenhamos as condições na Casa de aprovar essa medida, de forma casada com a proposta do pré-sal, como deseja o Ministro Aloizio Mercadante, como deseja a Presidenta, porém reservando uma fatia também para a saúde – é grave o problema de saúde neste País –, para que haja recursos para a infraestrutura, para a pesquisa, para a ciência e tecnologia, que é parte do processo de conhecimento e de educação.

Mas, Sr. Presidente, tenho de tratar disso, para poder trazer aqui esclarecimentos à população.

Outro ponto é que o projeto é, sim, legal. Não temos nenhum receio em relação ao STF. Por isso, da mesma forma com que o Governador Casagran-

de encaminhou à Presidente o pedido do veto, hoje, a coordenação de Bancada de 24 Estados mais os parlamentares de São Paulo, os governadores de 24 Estados, parlamentares das assembleias legislativas, os prefeitos que estiveram reunidos hoje num ato aqui desses Estados, inclusive do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que também não são hoje contemplados, todos nós estamos aqui defendendo que o projeto seja sancionado.

Sr. Presidente, registro ainda com alegria o prêmio do jornalista Efrém Ribeiro, do meu Estado, um dos vencedores da edição 2012 do Prêmio Esso de Jornalismo, um dos mais tradicionais prêmios, um prêmio da maior importância em toda a América Latina. Parabênz, portanto, esse jornalista competente do meu Estado do Piauí, que faz parte do Sistema Meio Norte hoje e que nos orgulha muito pelo seu importante trabalho.

Ele concorreu com textos provenientes de vários outros Estados. Fez uma matéria importante em que cita a área da educação. Na reportagem “A aula de excelência na pobreza”, ele fala de uma matéria sobre Cocal dos Alves, um Município do sertão do Piauí que é o maior medalhista em prêmios de Física, de Matemática, principalmente, onde as escolas são as melhores avaliadas pelo Ideb. Aliás, quero lamentar que o Prefeito de lá tenha sido denunciado porque está com cinco folhas de pagamento atrasadas e também com uma série de problemas em relação às escolas do Município. Ele estaria no final de mandato e teria perdido a eleição. Enfim, é uma coisa lamentável! Mas, pela dedicação dos professores e dos alunos, fico feliz por essa premiação.

Quero registrar ainda a aprovação de um projeto, meu querido Senador Inácio Arruda, do qual V. Ex^a também é defensor, que tira a criminalização das pessoas, das lideranças que atuam na área das rádios comunitárias. É uma coisa que me envergonhava como brasileiro.

Hoje, aprovamos o projeto, junto com a MP nº 575, que vem para o plenário. Por esse projeto, o assunto tem de ser tratado no Código Civil, como qualquer outra entidade civil. Há padres, pastores, líderes de associações sendo presos. É uma coisa vergonhosa! A Polícia Federal está tendo de cuidar da prisão de pessoas nessa área, tendo em vista um artigo da famigerada lei feita ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique, nos resquícios da ditadura.

Comemorei, sim. E quero parabenizar o Deputado Assis Carvalho e todos os membros dessa Comissão, o Senador Sérgio Souza, pela sensibilidade que tiveram. Também comemorei a aprovação da Lei da PPP e também a criação da estrutura da Sudene, da Su-

dam e de outros órgãos. Luiz Gonzaga Paes Landim, que é do meu Estado e é o Superintendente, fez aqui esse pedido, e aprovamos a legislação, assim como a correção na regulamentação do Conselho Regional dos Documentalistas.

Sr. Presidente, quero concluir minha fala, tratando de uma coisa que também me alegrou muito hoje.

Eu sou do sertão do Piauí. Nasci em Oeiras, uma cidade do Semiárido. Tenho certeza de que os cearenses aqui presentes, na Mesa – V. Ex^a, que preside e que tem muito orgulho do seu Estado, e também o nosso querido Senador Inácio Arruda –, vão gostar de ouvir o que tenho a dizer.

Pois bem, hoje foi aprovado, graças a Deus, o Programa Mais Irrigação, o programa nacional de irrigação. Aqui, desde que cheguei, eu defendia isso. Nós estamos vivendo uma situação de seca. Independentemente de ser no Piauí ou no Rio Grande do Sul... Aliás, são 15 Estados que participam: todos os do Nordeste, Minas Gerais, Tocantins, Roraima, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul. Por que o Rio Grande do Sul? Porque também lá há irregularidade de chuva, e qualquer Estado que tenha irregularidade de chuva pode trabalhar com a tecnologia da Embrapa, que tem grande conhecimento do Brasil na área de irrigação.

Poder produzir... Vocês não imaginam a emoção... Lá em São João do Piauí, temos o Festival da Uva. Quando eu era menino, uva era uma coisa da Itália, era uma coisa distante; depois, já adolescente, já era coisa do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina; dali a pouco, na Bahia, em Juazeiro, em Petrolina; e, agora, no meu Piauí, estão lá produzindo uva, testando maçã, pera, ameixa, oliva, podendo produzir melão, melancia, enfim, mas ainda a um custo muito elevado.

O programa aprovado já começa com 27 áreas iniciais. E o meu Estado, o Estado do Piauí, já começa com 5 blocos, com 5 projetos: Platôs de Guadalupe, que agora vai ter uma expansão; Jenipapo-Marrecas, lá em São João do Piauí; Tabuleiros Litorâneos, lá em Parnaíba; o projeto Salinas, ali na região de São Francisco – saúdo aqui o Dr. Francisco, prefeito, médico, do meu partido, que trabalhou, assim como as lideranças de Oeiras, que também é minha terra –; e há essa barragem ali entre Oeiras, Nazaré e São Francisco do Piauí. E ali poderemos ter um projeto de irrigação, que vai se estender para outras regiões do meu Estado, lá para Luzilândia, no projeto Lagoas, em Luzilândia e Joaquim Pires; ali na região de Simplício Mendes, o projeto Morro dos Cavalos; lá em Colônia do Gurgueia, onde já há um embrião de projeto de irrigação – começamos com a Codevasf, ainda quando eu era governador –; vamos ter ali, em Piripiri, o projeto Caldeirão. E mais: nas nossas lagoas, a Lagoa de Parna-

guá, a Lagoa do Fidalgo e outras lagoas importantes do nosso Estado. Poderemos ter em cada barragem, em cada açude. Meu Estado tem 6 mil quilômetros de rios perenes ou perenizados, e boa parte disso no Semiárido. E ter um programa de irrigação como esse é uma dádiva de Deus, com condição de ter um incentivo de energia, de financiamento, enfim.

E quero acreditar que o mais importante... Hoje, vimos o depoimento de um empresário que nos contou de quando começou, falou do motorista do primeiro ônibus que ele comprou para transportar os trabalhadores que iam fazer a colheita do melão da empresa dele. E disse que o filho dele, agora formado em agronomia é um dos pesquisadores do seu projeto. Isso muda a vida de uma região, assim como no Rio Grande do Norte, assim como no meu Estado e em outros Estados do Brasil, como Bahia...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... Ceará, Pernambuco, Maranhão, enfim, todos esses Estados.

Então, eu fico feliz e comemoro porque são investimentos: R\$3 bilhões já na fase inicial. Dentro do modelo do Programa de Aceleração do Crescimento, mais R\$7 bilhões de investimentos. É uma modelagem com a PPP (Parceria Público-Privada), com concessão de 45 anos, priorizando pequenos – que era uma cobrança que fazíamos, como Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, nós defendíamos. Tem de se pensar nos grandes, nos médios, mas tem de haver um tratamento especial para os pequenos.

O projeto de Marrecas-Jenipapo já começa assentando 200 mil famílias que hoje são do Movimento Sem Terra daquela região, agricultores familiares. Aliás, devo dizer aqui que, quando implantamos,...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... havia até certo preconceito de ser agronegócio. Nós não queremos agronegócio. Hoje, estão lá as primeiras experiências com os primeiros 22 hectares, com uva, com melão, com essas coisas todas. As pessoas com renda, podendo tirar uma renda de R\$30 mil, de R\$40 mil, de R\$60 mil por ano, e ter um padrão adequado.

Então, eu quero aqui comemorar a aprovação do Programa Mais Irrigação. E que possamos aprovar – está aqui no Senado – o Plano Nacional de Irrigação. Esse sim é que completa todo o sistema. Controla o uso de água subterrânea, o uso de água de superfície, dá incentivo com energia, enfim, garante um conjunto de parcerias importantes. Então, eu quero aqui come-

morar. Isso significa desenvolvimento regional, mais emprego e mais renda. E é bom para o Brasil.

Vejam: o mundo todo sofrendo com essa crise, com o desemprego – uma hora a Espanha, outra hora Portugal, a Grécia, os Estados Unidos, o Japão, sei lá –, e o Brasil aqui, mês a mês, apresentando índices mais positivos de emprego. E isso se dá graças a medidas ousadas como essa.

Então, parabeno a Presidenta Dilma, toda a sua equipe, na pessoa do Ministro Fernando Bezerra, a equipe da Codevasf – e, hoje, já foi assinado o primeiro ato de leilão – e parabeno a todos os que participaram. Eu me sinto orgulhoso de ser parte das discussões, da elaboração e por ter contribuído. O Senado contribui para esse projeto por meio de vários dos seus membros, e eu participei pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria registrar. Agradeço pela tolerância com relação ao tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve e tratarei também de um tema a que fez referência o Senador Wellington Dias, que é exatamente o lançamento do programa Mais Irrigação. Trato desse tema com muita satisfação, porque considero fundamental um programa de irrigação no semiárido, na região nordestina, no Centro-Oeste.

Registro também, com muita satisfação – e agradeço à Presidenta Dilma Rousseff e ao Ministro Fernando Bezerra –, a inclusão do Estado de Roraima no programa Mais Irrigação. O Norte do Brasil, Senador Arruda, tem um projeto de irrigação nessa primeira fase do programa, e é exatamente o projeto Passarão, no Estado de Roraima, com mil hectares, que vai ser retomado depois de muitos anos de paralisação. É um projeto importante. Nós, junto com o Governador José de Anchieta e com o Ministro Fernando Bezerra, demonstramos a importância desse projeto, mostrando o ganho que a região teria e que isso poderia ser, na Região Norte, um símbolo de mudança no processo de cultura e de produção na nossa região. O Ministro entendeu, a Presidenta Dilma também, e o projeto Passarão foi contemplado com o programa do PAC no Mais Irrigação com o valor de R\$41 milhões, que serão investidos na implantação do projeto.

Então, nós ficamos muito felizes com o programa em todo o Brasil. A Presidenta Dilma fez questão de dizer isso.

É claro que o programa é prioridade para o Nordeste, o programa é a forma de enfrentar o semiárido, é a forma de produzir nas regiões mais secas, mas, ao mesmo tempo, a Presidenta Dilma disse que o benefício da irrigação e os programas e projetos novos do Mais Irrigação serão levadas a todas as Regiões do País.

Sem dúvida nenhuma, o Brasil vai ampliar a sua capacidade de produção de alimentos, de enfrentamento das dificuldades, de geração de atividade econômica e geração de empregos para a população.

Então, eu gostaria aqui de registrar a minha satisfação com o atendimento de Roraima no programa Mais Irrigação. Agradeço à Presidenta Dilma, ao Ministro Fernando Bezerra e digo que esses R\$5 bilhões é um passo grande, mas outros passos deverão ser dados como disse também a Presidenta.

Esses projetos que foram indicados e catalogados agora são uma direção, um norte que o País está tomando e uma decisão política de investir na irrigação como forma de construir o futuro de milhares, senão de milhões de brasileiros.

Era esse o registro que gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Tomás Correia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda

O Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à Tribuna do Senado Federal, nesta noite, para destacar o trabalho que foi feito pela Câmara dos Deputados, com o PNE – Plano Nacional de Educação. Destaco esse trabalho, porque, de forma ousada, é evidente que com a articulação que foi desenvolvida pelas organizações da sociedade brasileira, destacadamente a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) e a prestigiada Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), alcançamos a marca dentro do projeto de 10% do PIB para a educação.

Esse projeto, digamos assim, acaba de chegar ao Senado, vai tramitar em três Comissões: Comissão de Assuntos Econômicos, onde já começou a tramitar; Comissão de Constituição e Justiça; e Comissão de Educação, que é a principal Comissão e que, por isso, vai ser a última a se debruçar sobre o Plano Nacional

de Educação, porque é a Comissão de mérito e dá a última palavra sobre o texto que veio da Câmara dos Deputados, evidentemente já trabalhado pelos nossos colegas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição e Justiça.

Quero destacar, Sr. Presidente, que, fruto desse trabalho de articulação política de entidades comprometidas com o desenvolvimento e com o progresso econômico e com o progresso social, especialmente essas entidades que nomeiei aqui – a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, sobretudo, acompanhadas da SBPC e da Associação dos Pós-Graduandos –, essas instituições estiveram com a Presidente da República. A Presidente Dilma, muito corretamente, disse para todos: “Não podemos agir de forma demagógica”. Não basta dizer que serão destinados 10% do PIB para a educação. É preciso viabilizar isso, é preciso dizer de onde vamos tirar os recursos para colocar na educação.

Acho que um esforço grande do Governo é o de manter a política de redução da taxa de juros. Reduzindo a taxa de juros, já aumenta a disponibilidade do Governo para atender a essa demanda extraordinária da educação, que é uma demanda pelo desenvolvimento. Não se trata de uma questão de educação por educação, não – a educação forma o cidadão, a educação traz a cultura e o conhecimento vasto para o nosso povo –, mas se trata, sobretudo, da questão do desenvolvimento do nosso País. Sem educação de qualidade, sem estarmos devidamente preparados, nós não vamos conseguir dar fôlego, a médio e longo prazo, ao projeto de desenvolvimento que nosso País, evidentemente, está desenhando, está construindo, e é preciso esse reforço na área da educação.

E o que disse a Presidente? Disse que não podemos agir com demagogia. Isso significa: de onde vem o dinheiro?

Essas entidades, fruto do debate já ocorrido no Congresso Nacional, inclusive de demandas que foram aprovadas neste plenário e também na Câmara dos Deputados, como foi o caso da emenda que oferecemos no debate do marco regulatório... Eu lembro bem que fiz uma emenda, acompanhado da Senadora Fátima Cleide e do Senador Antonio Carlos Valadares. Nós fizemos uma emenda que destinava 50% do Fundo Social do Pré-sal para a educação. No entanto, pressões que não ficaram absolutamente explícitas levaram o Presidente da República a vetar esse item, à época. A arguição foi a de que havia muitas prioridades e a de que não estava devidamente justificado por que teriam de ser destinados 50% para a educação.

Infelizmente, o Presidente Lula vetou esse artigo do texto do novo marco regulatório do petróleo e do gás

no Brasil. Assim, a discussão volta para o Congresso Nacional. Fiz, então, um projeto de lei, que está tramitando no Senado Federal, já aprovado por unanimidade na Comissão de Educação, e não poderia ser diferente. É preciso garantir uma forma de financiamento mais consistente para a educação. É a garantia do recurso, a garantia desse dinheiro tão importante, de uma riqueza tão importante para o Brasil destinada para a educação. Nós o aprovamos na Comissão de Educação, por unanimidade.

Dialoguei, ainda hoje, pela manhã, com o Líder do Governo no Senado, Senador Eduardo Braga, que assumiu o compromisso e pediu vista desse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos e que me disse: “Inácio, pode deixar, que ainda hoje devolverei o projeto, para que ele seja discutido, examinado e, com certeza, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, no Senado, para que vá à Câmara dos Deputados e, o mais rapidamente possível, se transforme nessa fonte tão importante para a educação”.

Agregamos a essa discussão o fato de que, primeiro, 80% desses recursos serão destinados para a educação básica. Mas destinamos uma parte para a educação superior e também para a produção científica e tecnológica, que já tem outras fontes seguras. Mas, em um País como o nosso, em que toda hora falamos em inovação, em desenvolvimento da tecnologia, em mais pesquisas, é preciso também ampliar as fontes de financiamento. Fomos buscar no Fundo Social do Pré-Sal essa importante fonte.

Portanto, Sr. Presidente, isso está em nossas mãos, nas mãos dos Senadores da República. É claro que há um debate, uma discussão. Eu mesmo estive ontem no Fórum de Educação do Estado do Ceará, formado por dezenas de entidades. Eu, o Senador Pimentel, o Deputado Chico Lopes, o Deputado Artur Bruno, aqui do Congresso Nacional, dentre outros Parlamentares, participamos, durante a manhã inteira, do fórum estadual em defesa da educação de qualidade, de que precisamos no nosso País.

Então, o debate do Plano Nacional de Educação começa na Comissão de Assuntos Econômicos. E, na Comissão, há um projeto de lei que pode dar sustentação à ideia de que não pode haver demagogia com educação. É preciso dizer “10% do PIB” e dizer de onde vem o dinheiro. E nós estamos dizendo: 50% vêm do Fundo Social do Pré-Sal, que é um Fundo já bilionário, porque o pré-sal já representa mais de 10% da produção de petróleo do País e vai se ampliar rapidamente. Daqui a pouco, vai alcançar 20%. Quem sabe 50% da produção brasileira de petróleo e gás sejam exatamente da área do pré-sal? E o lucro de tudo isso vai para o

Fundo. Esse Fundo, daqui a pouco, vai ser trilionário e vai dar, então, uma sustentação muito importante à educação no nosso País.

Por que nós precisamos desses meios, desses recursos? Imaginem se nós não tivéssemos aprovado, lá trás, a Emenda Calmon! Imaginem se a gente não a tivesse aprovado! Foi a Emenda Calmon que permitiu a universalização da educação, hoje praticamente universalizada. Quer dizer, a educação básica, o ensino fundamental está universalizado no Brasil.

Agora, nós precisamos de outra etapa: universalizar a educação infantil, o que é fundamental. É aqui onde praticamente formamos, de fato, a nossa garotada. Forma-se a criança, e só uma parte pequena dos brasileiros tem tido direito à formação nessa idade. De 2 anos a 5 ou 6 anos de idade, uma fatia pequena da população das crianças brasileiras tem direito à creche-escola, à creche de qualidade, à creche com a socialização de informações importantes. Na hora em que a criança está aprendendo mesmo, o que ela põe na sua mente, o que vai para o seu cérebro nessa idade não sai jamais, fica permanentemente, para sempre, na mente dessas crianças, o que vai ajudar o progresso econômico e social do nosso País, sobretudo formando um povo culto, capaz, que compreende de onde veio, o que é. Então, isso é muito importante.

É aqui que estamos trabalhando, com esta ideia: mais qualidade e, sobretudo, universalização da educação infantil no Brasil. É preciso essa sustentação!

E mais, precisamos garantir a formação continuada dos nossos mestres e, sobretudo, precisamos de mestres com doutorado. Quero uma sala de aula da educação infantil com doutor, com um pedagogo que fez mestrado, doutorado e tem meios suficientes para dar uma aula na educação infantil. É isso que estamos querendo. Por isso, queremos 50% do pré-sal aprovado pelo Senado Federal. Não pode haver dúvida de nenhum Senador e de nenhuma Senadora em relação a uma matéria dessa natureza.

Eu mesmo, com a consciência que tenho das lutas de que participei no Brasil inteiro, sei que há áreas – e são muitas – que também precisam, que também querem recursos, que pressionam, que discutem.

Então, conclamo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas sobretudo, mas a União Nacional dos Estudantes, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que façamos a caravana da educação no Brasil, uma ampla mobilização para dar corpo forte à luta pelos 10% do PIB para educação.

Ter 10% do PIB para educação significa ter os meios de onde nós vamos buscar os recursos que existem, os recursos existem. Não vamos criar um imposto novo. É preciso um diálogo. É lógico! Eu tenho

consciência. Eu sei que, quando falamos de 100% dos *royalties* para educação, devemos dizer por quanto tempo. Durante os próximos 30 anos, nós precisamos desses recursos para educação, porque, para formar uma pessoa, nós precisamos de quantos anos? Vamos para educação infantil, para o ensino fundamental, para o ensino médio, para universidade. São 20 anos para se formar uma geração. Então, temos que ter tudo isso em conta, para que possamos dar essa garantia.

Royalties mexem com o interesse da União, porque é quem tem a maior fatia dos *royalties* nas suas mãos. Depois mexem com os Estados e mexem com os Municípios.

É evidente que temos que dialogar com os governadores que recebem os *royalties*. É evidente que temos que discutir com os prefeitos que recebem os *royalties*. Então, é com essa consciência que queremos trabalhar e mobilizar. Se for preciso, os Senadores devem ir a todos os Municípios, devem dialogar com os estudantes, com os pais; devem dialogar com os professores; devem dialogar com os prefeitos, com os governadores; devem dialogar com os dirigentes das classes trabalhadoras, diretamente com os trabalhadores rurais, com o movimento dos sem-terra, com os sindicatos, para que eles coloquem na sua pauta a questão da educação. Ela é fundamental para os comerciários, para os metalúrgicos, para os bancários, para os petroleiros, para todos. Não é uma pauta de educadores e estudantes, não é uma pauta de professores e lideranças estudantis; é uma pauta nacional, é uma pauta do desenvolvimento, é uma pauta do projeto de Brasil. É isso que nós estamos discutindo, por isso que é preciso.

A nossa mobilização não tem o intuito... Ouvi uma discussão sobre a votação na Câmara, se foi aprovado o projeto A, se foi aprovado o projeto B. Não, companheiro, o nosso projeto é o PNE – Plano Nacional de Educação, e nós vamos buscar esses recursos dos *royalties* e do Fundo Social do pré-sal, com mobilização tranquila, com mobilização ampla, com mobilização transparente, consciente de que nós sabemos que o que estamos fazendo é um grande investimento no projeto de desenvolvimento nacional.

Não há desenvolvimento sem educação de qualidade, não há desenvolvimento sem formação ampla, muito, muito ampla do nosso povo. Como é que vamos formar os milhares e milhares de técnicos, tecnólogos e profissionais de nível superior de que nós estamos precisando para responder a uma demanda de construção de uma refinaria no Ceará, uma refinaria em Pernambuco, uma refinaria no Maranhão? Ampliar as já existentes, fazer com que o nosso projeto tenha modais de transporte resolvendo os seus garga-

los de infraestrutura. Como faremos se não tivermos uma ampla formação de engenheiros, de geólogos, de tecnólogos, de técnicos de nível médio? Às vezes, até garantindo um mutirão de formação para aqueles que não tiveram oportunidade nenhuma, durante toda a sua vida, e que hoje estão ainda na construção civil. Ou, às vezes, a construção civil pedindo gente para trabalhar e não podendo mais empregar aquele que era um simples servente sem formação nenhuma. Hoje, o servente tem que ter formação, tem que ter preparo. Não se contrata mais um mestre de obras de uma grande empresa de construção civil se ele não tiver qualificação adequada.

O Brasil dos grandes eventos esportivos. Daqui a pouco não serão apenas eventos esportivos, nós teremos muitos mais eventos que virão ao Brasil. Preparar este nosso País para esse momento em que ele vai ocupando cada vez um espaço maior no projeto de desenvolvimento da nossa região inteira, que é a América do Sul, exige um investimento largo, profundo, corajoso, sem receio, sem medo.

Vamos votar, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos votar o projeto! Está na hora, está ali na Comissão de Assuntos Econômicos. É só votar e mandar para a Câmara. E manda a Câmara votar.

É preciso essa mobilização popular do nosso povo, com essa compreensão. Quando estamos falando em 50% dos recursos do fundo social para o pré-sal, isso é a garantia da educação infantil, das creches do Programa Brasil Carinhoso. Para haver a creche, tem que haver professor. Para ganhar medalha olímpica, tem que haver educação física ampliada.

Hoje, o Brasil, vergonhosamente, é obrigado a ter uma hora de educação física nas escolas durante a semana. Ampliar para duas é um deus nos acuda. E é isto que estamos querendo agora: ampliar para duas horas no mínimo de educação física nas escolas, para que as crianças, desde dentro da escola, já tenham o hábito, o costume de praticar exercícios físicos e escolher um esporte para que possam, quem sabe, ganhar uma medalha olímpica lá em 2016.

Esse preparo do nosso povo, preparo vasto, preparo amplo, capacitando para exercer um papel cada vez mais destacado no desenvolvimento do nosso País exige essa decisão nossa. Vamos investir maciçamente em educação. Existem os meios. Estão aqui, em nossas mãos. É só tomarmos a decisão de, na Comissão de Assuntos Econômicos, já votarmos esse projeto, que

vem sendo discutido, já há um ano e meio, mandá-lo para o Senado Federal e encontrarmos os meios, no debate com prefeitos, governadores e com o Governo Federal, de garantir que os *royalties* também venham nessa mesma direção.

Sr. Presidente, agradeço sua paciência, nosso cearense de quatro costados, representando Rondônia, mas era muito importante que pudéssemos, na hora em que o debate do Programa Nacional de Educação (PNE) no Senado Federal vai começar, dar os meios para que ele exista de fato, garantindo fonte segura de recurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – Obrigado, Senador Inácio Arruda. Cumprimento-o pelo pronunciamento que faz nesta noite.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – A Presidência do Senado Federal recebeu o **Ofício nº 254, de 2012**, de relatório de viagem do Senador Francisco Dornelles, referente ao Requerimento nº 554, de 2012, de missão, no qual relata comparecimento na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (Rio+20), ocorrido em junho do corrente ano.

O Ofício vai à publicação.

É o seguinte o ofício na íntegra:

Of. nº 254/2012-GSFD

Brasília, 9 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Ao renovar meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar minha participação em Missão Oficial como membro de Comissão Externa destinada a representar o Senado Federal na Sessão Solene de Abertura, no segmento de alto nível da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em 20 de junho, objeto do Requerimento nº 554, de 2012, lido e aprovado por esta Casa em 13 de junho do corrente ano.

Atenciosamente, – Senador **Francisco Dornelles**.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/ PMDB – RO) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.383, DE 2012

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos. (Em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.588, de 2009).

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, oriundo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que formulou a proposição em decorrência do relatório final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

O projeto em pauta altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências” com o propósito de disciplinar a implantação de equipamentos urbanos, assim considerados os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, rede de telecomunicações e gás canalizado.

A proposição decorre da constatação de que a ausência de uma legislação específica tem ocasionado conflitos entre as diversas prestadoras de serviços públicos e o poder municipal. Para a CAE, autora da proposição, a instalação de redes de infraestrutura desvinculada de regras de ordenamento territorial, “contribui para a ocupação irregular do solo urbano e coloca em risco os investimentos realizados, uma vez que estes permanecem sujeitos a multa, embargo ou demolição por parte do poder público municipal”.

Com vistas a suprir essa lacuna normativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 183, de 2009, estabelece que as prestadoras de serviços públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, atendidas as normas técnicas pertinentes, de forma não

discriminatória, e a condições justas e razoáveis. Nos termos da lei proposta, a implantação dos equipamentos deverá ocorrer exclusivamente nessas áreas, mediante a instituição de servidão, considerada um bem reversível no âmbito do regime de concessão.

Complementarmente, a proposição determina que as prefeituras mantenham cadastros georreferenciados das redes de infraestrutura instaladas na respectiva jurisdição, que ficarão disponíveis para consulta de qualquer interessado.

Inicialmente distribuído com exclusividade à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o projeto mereceu a aprovação unânime daquele colegiado, com emenda do relator, formulada no sentido de atribuir à legislação municipal a tarefa de definir as “condições justas e razoáveis” de que trata a proposição.

Por força da aprovação do Requerimento nº 1.588, de 2009, de autoria deste relator, a matéria foi também submetida ao exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

No dia 7 de agosto, de 2012, o Senador Aníbal Diniz pediu vista do projeto, que contava da pauta da reunião. Em 5 de setembro, retiramos o projeto para reexame de aspectos levantados pelo Ministério das Cidades, relacionados à participação das autoridades municipais.

II – ANÁLISE

A matéria conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 183, de 2009, encontra amparo constitucional nos termos do art. 24, I, da Constituição Federal, que fixa a competência da União para legislar sobre direito urbanístico. É lícita também, a teor dos arts. 48 e 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar, não havendo, assim, reparos quanto à constitucionalidade e à juridicidade do projeto.

No mérito, consideramos procedentes os argumentos que sustentam a iniciativa, que pretende, de um lado, trazer a necessária segurança jurídica para as prestadoras de serviços e, de outro, vincular a implantação das redes de infraestrutura ao planejamento da ocupação territorial.

A proposição viabiliza o equacionamento de disputas cada vez mais frequentes entre municípios e concessionárias de serviços públicos, oferecendo uma solução justa, que atende aos interesses de ambas as partes. De um lado, assegura às concessionárias o direito de implantar as redes necessárias à prestação dos serviços públicos. De outro, garante aos municípios a prerrogativa de indicar as áreas onde essas redes podem ser implantadas, que são aquelas urbanisticamente destinadas à implantação de equipamentos urbanos, assim como o direito a uma compensação, que decorre do conceito de servidão. Evita-se, dessa forma, tanto a implantação de redes de infraestrutura à revelia do urbanismo municipal, quanto a imposição às concessionárias de “taxas” fixadas unilateralmente pelos municípios.

Discordamos, no entanto, da emenda aprovada pela CDR, que atribui à lei municipal a definição das “condições justas e razoáveis” a serem observadas na utilização dessas áreas. Entendemos que essas condições devam ser estabelecidas mediante acordo entre as partes e, por essa razão, apresentamos emenda com essa determinação.

Na ausência desse acordo, caberá ao Poder Judiciário fixar o valor da indenização. No caso em tela, aplica-se o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública. O art. 40 desse diploma legal determina que “o expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei”. Destaque-se, ainda, que compete privativamente à União legislar sobre desapropriações (art. 22, II, da Constituição Federal), o que abrange as servidões de direito público.

Outra alteração, sugerida pelo Ministério das Cidades, visa esclarecer que as informações necessárias à manutenção do cadastro georreferenciado das redes de infraestrutura, de que trata o §2º, serão fornecidas pelas prestadoras de serviço público.

III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, com a emenda que hora apresentamos e pela REJEIÇÃO da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

EMENDA Nº 2 – CMA

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 183, de 2009, a seguinte redação:

Art. 2º A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 53-B. As prestadoras de serviços públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, atendidas as normas técnicas pertinentes, de forma não discriminatória e sob condições justas e razoáveis, **definidas estas mediante acordo com as autoridades municipais.**

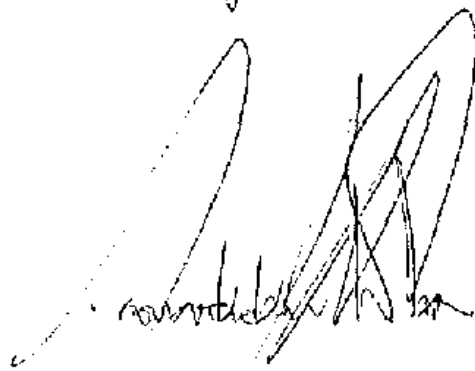
§1º A implantação de equipamento urbano far-se-á exclusivamente nas áreas destinadas a essa finalidade, mediante a instituição de servidão, que será considerada um bem reversível, caso a prestadora seja concessionária de serviço público.

§ 2º A Prefeitura manterá cadastro georreferenciado das redes de infraestrutura instaladas no território municipal, que ficará disponível para consulta do público em geral.

§3º As prestadoras de serviços públicos fornecerão as informações necessárias à manutenção do cadastro a que se refere o § 2º, de acordo com normas de georreferenciamento definidas pela autoridade municipal. (NR)”

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2012.

Sen Rodrigo Rella, Presidente



, Relator

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Control
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, de 2009

ASSINAM O PARECER, NA 12ª REUNIÃO, DE 06/11/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Sen. Rodrigo Rollemberg

RELATOR:

Sen. Flexa Ribeiro

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Tomás Correia (PMDB)
VAGO	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO
Ivo Cassol (PP)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. João Vicente Claudino (PTB)
João Costa (PPL)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marco Antônio Costa

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

II - desapropriação;

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

~~IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;~~

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

Art. 53. Todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependerão de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Órgão Metropolitano, se houver, onde se localiza o Município, e da aprovação da Prefeitura municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, segundo as exigências da legislação pertinente.

Art. 53-A. São considerados de interesse público os parcelamentos vinculados a planos ou programas habitacionais de iniciativa das Prefeituras Municipais e do Distrito Federal, ou entidades autorizadas por lei, em especial as regularizações de parcelamentos e de assentamentos. (Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999)

Parágrafo único. Às ações e intervenções de que trata este artigo não será exigível documentação que não seja a mínima necessária e indispensável aos registros no cartório competente, inclusive sob a forma de certidões, vedadas as exigências e as sanções pertinentes aos particulares, especialmente aquelas que visem garantir a realização de obras e serviços, ou que visem prevenir questões de domínio de glebas, que se presumirão asseguradas pelo Poder Público respectivo. (Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999)

.....

DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.

Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

.....

Art. 40. O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Oriundo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que formulou a proposição em decorrência do relatório final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, o projeto em pauta altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências” com o propósito de disciplinar a implantação de equipamentos urbanos, assim considerados os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, rede de telecomunicações e gás canalizado.

A proposição decorre da constatação de que a ausência de uma legislação específica tem ocasionado conflitos entre as diversas prestadoras de serviços públicos e dessas com o poder municipal. Para a CAE, autora da proposição, a instalação de redes de infraestrutura, desvinculada de regras de ordenamento territorial, “contribui para a ocupação irregular do solo urbano e coloca em risco os investimentos realizados, uma vez que estes permanecem sujeitos a multa, embargo ou demolição por parte do poder público municipal”.

Com vistas a suprir essa lacuna normativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 183, de 2009, estabelece que as prestadoras de serviços

públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, “de forma não discriminatória e a condições justas e razoáveis”. Nos termos da lei proposta, a implantação dos equipamentos deverá ocorrer mediante a instituição de servidão, considerada um bem reversível no âmbito do regime de concessão.

Complementarmente, a proposição determina que as prefeituras mantenham cadastros georreferenciados das redes de infraestrutura instaladas na respectiva jurisdição, que ficarão disponíveis para consulta de qualquer interessado.

Inicialmente distribuído com exclusividade à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o projeto mereceu a aprovação unânime daquele colegiado, com emenda do relator, formulada no sentido de cometer à legislação municipal a tarefa de definir as “condições justas e razoáveis” de que trata a proposição.

Por força da aprovação do Requerimento nº 1.588, de 2009, de autoria deste relator, a matéria foi também submetida ao exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

II – ANÁLISE

O PLS nº 183, de 2009, encontra amparo constitucional nos termos do inciso XX do art. 21 da Constituição Federal, que fixa a competência da União para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. No sentido do comando constitucional, a Lei nº 6.766, de 1979, norma que a proposição em pauta pretende alterar, estabelece as diretrizes federais para a ação municipal no tocante ao parcelamento do solo para fins urbanos. É lícita também, a teor dos arts. 48 e 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar, não havendo, assim, reparos quanto à constitucionalidade e à juridicidade do projeto.

No mérito, consideramos procedentes os argumentos que sustentam a iniciativa, que pretende, de um lado, trazer a necessária segurança jurídica para as prestadoras de serviços e, de outro, vincular a implantação das redes de infraestrutura ao planejamento da ocupação territorial.

Nesse passo, ao lado de concordar com a modificação adotada na CDR, consideramos oportuna e conveniente a incorporação ao projeto de preceitos no sentido de sanar o conflito normativo estabelecido entre a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que “institui o novo Código Florestal”, e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento

do solo urbano”. Enquanto o Código Florestal estabelece que a faixa não edificável ao longo de cursos d’água é de no mínimo trinta metros, a lei de parcelamento estabelece esse limite em quinze metros “ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias”.

Nos termos da redação que ora propomos, resguarda-se a competência municipal para o eventual estabelecimento de norma mais exigente em relação ao afastamento mínimo de quinze metros, fixado pela lei federal, evitando-se a ambiguidade regulatória no âmbito de procedimentos de licenciamento ambiental.

Como o aprimoramento proposto enseja também a alteração da ementa do projeto, torna-se regimentalmente recomendável a formulação de emenda substitutiva que, a par de consolidar as modificações propostas, traz ligeiros ajustes formais, necessários ao atendimento da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis.

III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regular a implantação de equipamentos urbanos e estabelecer a reserva de áreas não edificáveis nos casos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências de legislação municipal específica;

.....
.....
§ 4º Nas áreas de preservação permanente de que trata o art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1975, localizadas nas zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, aplicar-se-á exclusivamente o disposto no inciso III.” (NR)

“Art. 5º

Parágrafo único. Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, rede de telecomunicações e gás canalizado.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa vigorar acrescida do seguinte art. 53-B:

“**Art. 53-B.** As prestadoras de serviços públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, atendidas as normas técnicas pertinentes, de forma não discriminatória e sob condições justas e razoáveis, definidas estas em lei municipal.

§ 1º A implantação de equipamentos urbanos far-se-á exclusivamente nas áreas destinadas a essa finalidade, mediante a instituição de servidão, que será considerada um bem reversível caso a prestadora seja concessionária de serviço público.

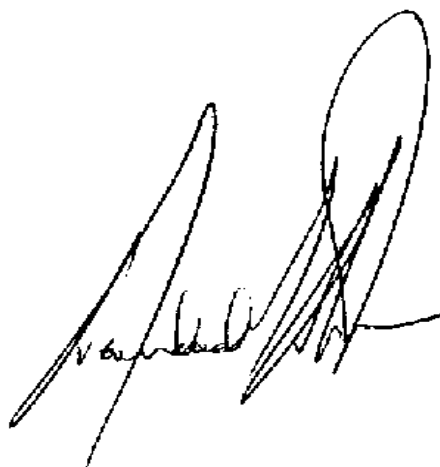
§ 2º As prefeituras manterão, atualizado e disponível para consulta pública, cadastro georreferenciado das redes de infraestrutura instaladas no território municipal.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o parágrafo único da art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, oriundo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que formulou a proposição em decorrência do relatório final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

O projeto em pauta altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências” com o propósito de disciplinar a implantação de equipamentos urbanos, assim considerados os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, rede de telecomunicações e gás canalizado.

A proposição decorre da constatação de que a ausência de uma legislação específica tem ocasionado conflitos entre as diversas prestadoras de serviços públicos e o poder municipal. Para a CAE, autora da proposição, a instalação de redes de infraestrutura desvinculada de regras de ordenamento territorial, “contribui para a ocupação irregular do solo urbano e coloca em risco os investimentos realizados, uma vez que estes permanecem sujeitos a multa, embargo ou demolição por parte do poder público municipal”.

Com vistas a suprir essa lacuna normativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 183, de 2009, estabelece que as prestadoras de serviços públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, atendidas as normas técnicas pertinentes, de forma não discriminatória, e a condições justas e razoáveis. Nos termos da lei proposta, a implantação dos equipamentos deverá ocorrer exclusivamente nessas áreas, mediante a instituição de servidão, considerada um bem reversível no âmbito do regime de concessão.

Complementarmente, a proposição determina que as prefeituras mantenham cadastros georreferenciados das redes de infraestrutura instaladas na respectiva jurisdição, que ficarão disponíveis para consulta de qualquer interessado.

Inicialmente distribuído com exclusividade à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o projeto mereceu a aprovação unânime daquele colegiado, com emenda do relator, formulada no sentido de atribuir à legislação municipal a tarefa de definir as “condições justas e razoáveis” de que trata a proposição.

Por força da aprovação do Requerimento nº 1.588, de 2009, de autoria deste relator, a matéria foi também submetida ao exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

II – ANÁLISE

A matéria conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 183, de 2009, encontra amparo constitucional nos termos do art. 24, I, da Constituição Federal, que fixa a competência da União para legislar sobre direito urbanístico. É lícita também, a teor dos arts. 48 e 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar, não havendo, assim, reparos quanto à constitucionalidade e à juridicidade do projeto.

No mérito, consideramos procedentes os argumentos que sustentam a iniciativa, que pretende, de um lado, trazer a necessária segurança jurídica para as prestadoras de serviços e, de outro, vincular a implantação das redes de infraestrutura ao planejamento da ocupação territorial.

A proposição viabiliza o equacionamento de disputas cada vez mais frequentes entre municípios e concessionárias de serviços públicos, oferecendo uma solução justa, que atende aos interesses de ambas as partes. De um lado, assegura às concessionárias o direito de implantar as redes necessárias à prestação dos serviços públicos. De outro, garante aos municípios a prerrogativa de indicar as áreas onde essas redes podem ser implantadas, que são aquelas urbanisticamente destinadas à implantação de equipamentos urbanos, assim como o direito a uma compensação, que decorre do conceito de servidão. Evita-se, dessa forma, tanto a implantação de redes de infraestrutura à revelia do urbanismo municipal, quanto a imposição às concessionárias de “taxas” fixadas unilateralmente pelos municípios.

Discordamos, no entanto, da emenda aprovada pela CDR, que atribui ao município a responsabilidade de definir as “condições justas e razoáveis” a serem observadas na utilização dessas áreas. Essas condições devem ser estabelecidas mediante acordo entre as partes. Na ausência desse acordo, caberá ao Poder Judiciário fixar o valor da indenização.

No caso em tela, aplica-se o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública. O art. 40 desse diploma legal determina que “o expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei”. Destaque-se, ainda, que compete privativamente à União legislar sobre desapropriações (art. 22, II, da Constituição Federal), o que abrange as servidões de direito público.

III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, e pela **REJEIÇÃO** da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**PARECER
Nº 1.384, DE 2012**

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2012, do Senador Rodrigo Rollemberg, que *altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providências.*

RELATOR: Senador SÉRGIO SOUZA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 212, de 2012, do Senador Rodrigo Rollemberg, que *altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providências.*

Contendo dois artigos, a Proposição altera os arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 6.894, de 1980, que *dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências*, para incluir os remineralizadores entre os insumos tratados pela Lei em questão.

Conforme a justificção que acompanha o PLS, o autor argumenta que entre as fragilidades da agropecuária nacional destaca-se a dependência na importação de insumos que compõem as formulações dos fertilizantes solúveis (NPK). Sugere então o uso de rochas moídas, ricas em macro e micronutrientes para alterar positivamente os índices de fertilidade dos solos brasileiros, conforme os pressupostos da tecnologia conhecida como Rochagem.

A matéria foi distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa, e não foram oferecidas emendas no prazo regimental ao PLS nº 212, de 2012.

II – ANÁLISE

Em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Inicialmente, cabe destacar que compete a esta Comissão opinar sobre comercialização e fiscalização de insumos, uso e conservação do solo na agricultura (art. 104-B, incisos VI e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF).

No que respeita à Constituição Federal (CF), observa-se como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e fomentar a produção agropecuária (art. 23, incisos VI e VIII, CF).

Adicionalmente, a União é competente para legislar a respeito da conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI, CF).

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se afigura dotado de potencial coercitividade.

Com respeito ao mérito, o Projeto de Lei reveste-se de significativa importância. A atividade agropecuária contribui para o empobrecimento da fertilidade química natural dos solos, pela exportação de nutrientes nos produtos agrícolas colhidos e pastagens consumidas pelos animais, o que gera uma demanda de reposição de nutrientes. Tal empobrecimento é mais crítico em solos mais antigos e pobres (em sua composição mineralógica de origem), como os que caracterizam a maior parte dos solos brasileiros.

Essa reposição de nutrientes tem se dado histórica e principalmente pela adubação química com fertilizantes em geral sintéticos. Assim, o consumo de fertilizantes sintéticos no Brasil aumentou significativamente durante a década de 90 passada, e continuou aumentando na década seguinte.

Segundo dados fornecidos durante Audiência pública realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA), em 07 de fevereiro de 2012, do total de nutrientes produzidos no mundo (157 milhões de toneladas de nutrientes, conforme dados da revista Safras) em 2006 a China e a Índia consumiram 50% (ou 67,8 milhões de toneladas de nutrientes). Nesse ano o Brasil ocupou o 4º lugar no *ranking* mundial do consumo de fertilizantes, tendo consumido 5,7% do total (8,9 milhões de toneladas de nutrientes).

Mas o Brasil não é formador de preços, pois participa com apenas 2% da produção mundial. A China produz 97% de seus fertilizantes, os Estados Unidos 81%, e o Brasil, somente 35%.

Segundo dados fornecidos durante a audiência na CMA, só em importação de potássio gastam-se no Brasil US\$ 4 bilhões anuais, ao passo que uma fábrica custaria US\$ 2,5 bilhões.

Conforme dados da Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA), de 2006 a 2010 as importações de matérias primas para a produção de fertilizantes subiram de 21 milhões para 24,5 milhões de toneladas.

Entretanto, uma série de fatores estruturais tende a tornar o mercado produtor de fertilizantes mais concentrado e concorrencialmente imperfeito. No Brasil esse processo de concentração foi impulsionado na década de 90 com a venda das empresas estatais para o consórcio de empresas consumidoras dos produtos daquelas privatizadas.

Em função desse cenário, os fertilizantes têm alcançado preços que comprometem o equilíbrio econômico do setor agropecuário brasileiro.

A despeito dos investimentos previstos no setor de fertilizantes, o País precisa produzir pelo menos 80% da produção de seu fertilizante, para minimizar a dependência externa, e encontrar mecanismos e novas rotas tecnológicas que possam diminuir esta dependência do mercado internacional.

No Brasil a ampla distribuição geográfica de minerais e rochas contendo cálcio, magnésio, fósforo, potássio e turfa favorece o uso de recursos naturais regionais na rochagem e a diminuição do custo energético do transporte de nutrientes.

São diversos os benefícios da rochagem para as plantas. As culturas de ciclo longo (permanentes) apresentam melhor desempenho do que aquele obtido com a adubação convencional. A rochagem permite a recuperação de solos degradados e sua conservação, e o teor de umidade é maior em solos onde se adiciona pó de rochas, devido à retenção de água pelas argilas. O pH (acidez) é elevado e torna-se mais alcalino, aumentando a disponibilização de alguns micronutrientes essenciais às plantas em diversos aspectos, e os efeitos no solo podem se estender por até quatro ou cinco anos seguidos, devido à liberação lenta (menor solubilidade) dos nutrientes. Por fim, os custos de aplicação do pó de rocha podem ser significativamente menores, quando se compara com a adubação química.

Para ilustrar a relevância do tema, em Brasília foi realizado, em setembro de 2009, o I Congresso Brasileiro de Rochagem, sob patrocínio da Petrobras, Embrapa, Ministério das Minas e Energia (Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral) e Ministério de Ciência e Tecnologia (Secretarias de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social) e CNPq.

A falta de normatização e a regulamentação da venda do pó de rocha ainda impõem restrições à sua comercialização. Atualmente não existe o enquadramento legal do pó de rocha. Daí a importância das inovações introduzidas pelo PLS nº 212, de 2012.

No entanto, alguns aspectos poderiam ser incluídos no sentido de aperfeiçoar a presente matéria legislativa. Sugerimos adequar, na forma de uma emenda que ora apresentamos, a redação da alínea e, do artigo 3º, que muda a definição de remineralizadores. Tal sugestão se deve ao fato de que as pesquisas recentemente desenvolvidas apontam também que as rochas podem se constituir em condicionadores de solo a partir do conceito de rochagem, da mesma forma que se utiliza o calcário agrícola no processo de calagem.

Adicionalmente, algumas adequações à técnica legislativa são necessárias ao PLS e apresentadas na mesma emenda.

O principal objetivo da rochagem é melhorar as características físico-químicas do solo, por meio de sua remineralização, da mesma forma como ocorre com os condicionadores de solo. O efeito mais significativo dos condicionadores ocorre com o processo de intemperismo dos minerais silicáticos (presentes nas rochas) e a formação de novas fases minerais com elevada capacidade de troca catiônica e mudança do ponto de carga zero do solo. Ocorre um aumento da atividade microbiológica e da rizosfera, além de melhorar o aproveitamento dos nutrientes disponíveis.

Vários experimentos desenvolvidos no Brasil pela Embrapa e por institutos de Pesquisa das Universidades de Brasília (UnB) e Federal de Viçosa (UFV) mostram que algumas rochas silicáticas são fontes de macro e micronutrientes. Dentre essas se citam os xistos, biotita xistos, kamafeugitos, fonolitos, rochas ultramáficas, rochas calcissilicáticas, entre outras.

No entanto conforme alertas científicos, é importante destacar que o uso de rochas como insumos agrícolas deve estar condicionado a estudos que garantam sua segurança. Para tanto, é necessário conhecer o tipo de rocha que se pretende utilizar, por meio de análises químicas e mineralógicas que indicarão a oferta de macro e micronutrientes presentes na rocha, bem como as características físicas e de fertilidade dos solos. Além disto, deve ser destacado que não é toda rocha que pode ser utilizada para fins de rochagem. O excesso de elementos tóxicos ou contaminantes impede seu uso para fins agrícolas. Tais características são reveladas pelas análises acima mencionadas.

Destacamos ainda outra defasagem na Lei nº 6.894, de 1980, e que deve ser alvo de emenda ao PLS em análise. Trata-se da necessidade da inclusão também dos substratos para plantas entre as quatro categorias de insumos já tratadas na Lei: fertilizantes, corretivos, inoculantes, e estimulantes ou biofertilizantes.

A categoria substrato de plantas figura somente no Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei. Esse Decreto enquadra os substratos para plantas como um dos tipos de corretivo de solo.

Na Lei nº 6.894, de 1980, corretivo é “o material apto a corrigir uma ou mais características desfavoráveis do solo”. Mas não é esse o objetivo dos substratos para plantas, um meio de crescimento de plantas. Portanto, não deveriam ser enquadrados como corretivo pelo Decreto citado, e não se enquadram nas categorias previstas na Lei, publicada em uma época que os substratos para plantas ainda não faziam parte das cadeias produtivas do agronegócio. A esse aspecto, acrescenta-se que atualmente, a produção nacional de substratos para plantas é da ordem de 450.000 toneladas/ano.

Por fim, sugerimos uma segunda emenda, para a inclusão de artigo no PLS nº 212, de 2012, a fim de alterar a ementa da Lei nº 6.894, de 1980, para que nela também figurem os remineralizadores e os substratos para plantas, atendendo assim aos preceitos da boa técnica legislativa.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela *aprovação* do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2012, com as *emendas* a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1 – CRA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** A inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, serão regidos pelas disposições desta Lei.

Art. 3º

.....

e) remineralizadores, os materiais de origem mineral que tenham sofrido apenas redução e classificação de tamanho por processos mecânicos e que alterem os índices de fertilidade do solo por meio da adição de macro e micronutrientes para as plantas, bem como promovam a melhoria das propriedades físicas, físico-químicas ou atividade biológica do solo;

f) substrato para plantas, o produto usado como meio de crescimento de plantas.

Art. 4º As pessoas físicas ou jurídicas que produzam ou comercializem fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substrato para plantas ficam obrigadas a promover o seu registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme dispuser o regulamento.” (NR)

EMENDA Nº 2 – CRA

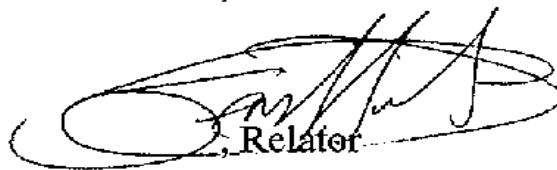
Inclua-se no Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2012, o artigo seguinte, renumerando-se o art. 2º para art. 3º:

Art. 2º A Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte ementa:

“Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas destinados à agricultura, e dá outras providências.” (NR)

Sala da Comissão, 1º de novembro de 2012.

, Presidente


, Relator

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 01/11/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Sen. Acir Gurgacz
Sen. Sérgio Souza

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	3. Tomás Correia (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	2. Cidinho Santos (PR)
PSD PSOL	
Sérgio Petecão	1. Marco Antônio Costa

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 212, DE 2012

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL	X				1. ANGELA PORTELA				
ANTONIO RUSSO					2. EDUARDO SUPLYCY	X			
ZEZE PERRELLA					3. WALTER PINHEIRO				
ACIR GURGACZ (desfalece)					4. JOÃO DUARVAL				
RODRIGO ROLLEMBERG			X		5. ANTONIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA					1. VAGO				
CASILDO MALDANER					2. ROBERTO REQUIÃO				
VAGO					3. TOMÁS CORREIA	X			
ANA AMÉLIA	X				4. LUIZ HENRIQUE				
IVO CASSOL					5. CIRIO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA	X				6. JOÃO ALBERTO SOUZA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO	X				1. ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRÓ MIRANDA					2. ALVARO DIAS				
JAYME CAMPOS					3. GLÓVIS FECURY				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)	X				1. MOZARILDO CAVALCANTI				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES					2. CÍDINHO SANTOS				
TITULAR - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO					1. MARCO ANTÔNIO COSTA				

TOTAL: 9 SIM: 7 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1SALA DAS REUNIÕES, EM 01/11/2012

Senador ACIR GURGACZ
PRESIDENTE DA CRA

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

EMENDA Nº 1-CR4AO PLS Nº 212, DE 2012

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL	X				1. ANGELA PORTELA				
ANTONIO RUSSO					2. EDUARDO SUPLICY	X			
ZEZE PERRELLA					3. WALTER PINHEIRO				
ACIR GURGACZ					4. JOÃO DURAL				
RODRIGO ROLLEMBERG	X				5. ANTONIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA					1. VAGO				
CASILDO MALDANER					2. ROBERTO REQUIÃO				
VAGO					3. TOMÁS CORREIA	X			
ANA AMÉLIA	X				4. LUIZ HENRIQUE				
IVO CASSOL					5. CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA	X				6. JOÃO ALBERTO SOUZA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO	X				1. ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRO MIRANDA					2. ALVARO DIAS				
JAYME CAMPOS					3. CLOVIS FECURY				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	X				1. MOZARILDO CAVALCANTI				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES					2. CÍDINHO SANTOS				
TITULAR - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL				
SÉRGIO PETECÃO					1. MARCO ANTÔNIO COSTA				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1
SALA DAS REUNIÕES, EM 01/11/2012

Senador ACIR GURGACZ
PRESIDENTE DA CRA

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

EMENDA Nº 2-CL4AO PLS Nº 212, DE 2012

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL	X				1. ANGELA PORTELA				
ANTONIO RUSSO					2. EDUARDO SUPLICY	X			
ZEZE PERRELLA					3. WALTER PINHEIRO				
ACIR GURGACZ					4. JOÃO DURVAL				
RODRIGO ROLLEMBERG	X				5. ANTONIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA					1. VAGO				
CASILDO MALDANER					2. ROBERTO REQUIÃO				
VAGO					3. TOMÁS CORREIA	X			
ANA AMÉLIA	X				4. LUIZ HENRIQUE				
IVO CASSOL					5. CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA	X				6. JOÃO ALBERTO SOUZA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO	X				1. ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRO MIRANDA					2. ALVARO DIAS				
JAYME CAMPOS					3. CLOVIS FECURY				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	X				1. MOZARILDO CAVALCANTI				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES					2. CIDADINHO SANTOS				
TITULAR - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO					1. MARCO ANTONIO COSTA				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1
SALA DAS REUNIÕES, EM 01/11/2012

Senador ACIR GURGACZ
PRESIDENTE DA CRA

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

TEXTO FINAL DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2012, COM AS EMENDAS Nº 1 e 2-CRA, APROVADO NA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212 DE 2012

Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º A inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, serão regidos pelas disposições desta Lei.

Art. 3º

e) remineralizadores, os materiais de origem mineral que tenham sofrido apenas redução e classificação de tamanho por processos mecânicos e que alterem os índices de fertilidade do solo por meio da adição de macro e micronutrientes para as plantas, bem como promovam a melhoria das propriedades físicas, físico-químicas ou atividade biológica do solo;

f) substrato para plantas, o produto usado como meio de crescimento de plantas.”

Art. 4º As pessoas físicas ou jurídicas que produzam ou comercializem fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou

biofertilizantes, remineralizadores e substrato para plantas ficam obrigadas a promover o seu registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme dispuser o regulamento.

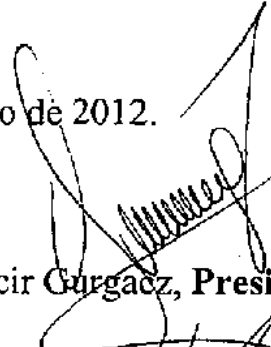
.....
.....”(NR)

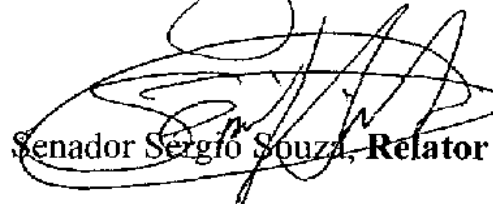
Art. 2º A Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte ementa:

“Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas destinados à agricultura, e dá outras providências.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de novembro de 2012.


Senador Acir Gurgacz, **Presidente**


Senador Sérgio Souza, **Relator**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

.....

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu regimento interno;

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Seção IV DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) Governador de Território;
- d) Presidente e diretores do banco central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

DECRETO Nº 4.954, DE 14 DE JANEIRO DE 2004.

Aprova o Regulamento da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, correlativos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura, e dá outras providências.

OF. - PRES. Nº 256/2012-CRA

Brasília, 1º de novembro de 2012.

Assunto: comunica a aprovação de proposição na Comissão.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou em 1º de novembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2012, que *Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providências*, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e as Emendas nº 1 e 2-CRA.

Atenciosamente,



Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

PARECERES

NºS 1.385 A 1.387, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas*.

PARECER Nº 1.385, DE 2012

(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

RELATOR: Senador JONAS PINHEIRO

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 523, de 2007. De autoria do Senador Marcelo Crivella, a proposição também foi encaminhada para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa.

O art. 1º do projeto de lei sob exame institui a Política Nacional de Sementes de Mudas e estabelece seus objetivos. O art. 2º, por sua vez, determina os princípios que regerão a Política. Na sequência, o art. 3º ordena as ações do Poder Público e o art. 4º trata do prazo de vigência da lei.

Não foram apresentadas emendas à matéria no âmbito desta Comissão.

II – ANÁLISE

Consoante o autor do PLS nº 523, de 2007, a iniciativa visa sanar os problemas no emprego de sementes controladas no País, uma vez que o art. 187 da Constituição Federal não está plenamente regulamentado nesse aspecto.

Por questões culturais, muitos agricultores ainda resistem às sementes melhoradas, produzindo suas próprias sementeiras. Outros agricultores preferem adquirir suas sementes no mercado negro, prejudicando a qualidade e eficiência da produção agrícola.

Por esse motivo, é necessária uma política nacional cujo objetivo seja incentivar o desenvolvimento de tecnologias modernas de melhoramento genético e promover o uso de sementes e mudas melhoradas pelos produtores rurais.

Entretanto, considerando que mudas e sementes são elementos excludentes e que a expressão técnica correta deveria ser “Política Nacional de Sementes e de Mudas”, propomos alterar o texto do projeto de lei para adequá-lo à terminologia apropriada.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CMA

Substitua-se, na ementa e no *caput* dos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2007, a expressão “Política Nacional de Sementes de Mudas” por “Política Nacional de Sementes e de Mudas”.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 523 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20 / 11 / 2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>Leomar Quintanilha</i> SENADOR LEOMAR QUINTANILHA	
RELATOR : <i>Jonas Pinheiro</i> SEN. JONAS PINHEIRO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FÁBIO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT <i>Sibá Machado</i>	AUGUSTO BOTELHO-PT <i>[Assinatura]</i>
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT <i>[Assinatura]</i>
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
EUCLYDES MELLO-PRB	EXPEDITO JÚNIOR-PR <i>[Assinatura]</i>
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES <i>[Assinatura]</i>
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
JONAS PINHEIRO-DEM	EDISON LOBÃO-PMDB
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
CÍCERO LUCENA-PSDB <i>[Assinatura]</i>	LÚCIA VÂNIA-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB <i>[Assinatura]</i>
MARCONI PERILLO-PSDB <i>[Assinatura]</i>	SÉRGIO GUERRA-PSDB
PDT	
JEFFERSON PERES	VAGO

PARECER Nº 1.386, DE 2012**(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)****RELATOR: Senador RENATO CASAGRANDE****I – RELATÓRIO**

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 523, de 2007, que *dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudanças*. De autoria do Senador Marcelo Crivella, a proposição foi aprovada com emenda na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e, posteriormente, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O objetivo primordial do projeto é complementar a legislação nacional sobre sementes e mudas, tendo em vista que a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências*, apenas regula a produção, a proteção e a comercialização desses insumos no Brasil. De acordo com o autor, a norma negligencia o melhoramento genético das sementes, fator estratégico para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Com quatro artigos, o PLS nº 523, de 2007, propõe objetivos e princípios da Política Nacional de Sementes e Mudanças, além de estabelecer uma série de ações e regulamentações a serem promovidas pelo Poder Público, como condição necessária para o cumprimento dos objetivos da lei.

A emenda aprovada na CMA teve por objetivo eliminar uma pequena imprecisão terminológica, sem modificação substancial do projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com os incisos I, II, V e VI do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) opinar sobre assuntos atinentes a: (i)

desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica; (ii) política nacional de ciência, tecnologia e inovação; (iii) propriedade intelectual; e (iv) criações científicas e tecnológicas, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia.

A Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências. Conforme declarado no art. 1º, o objetivo da lei é garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional. Para tanto, cria o Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM), o Registro Nacional de Cultivares (RNC) e o Cadastro Nacional de Cultivares Registradas (CNCR).

Como alertado pelo autor do PLS nº 523, de 2007, a Lei nº 10.711, de 2003, nada dispõe sobre o estímulo a pesquisas científicas para melhoramento genético de sementes, o que, em princípio, constituiria uma lacuna na legislação. No entanto, para a identificação de lacunas efetivas, o ordenamento jurídico deve ser analisado como sistema que é. Nesse contexto, há outros diplomas jurídicos que disciplinam essa importante questão.

A Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, destinou ao Fundo Setorial de Biotecnologia (CT-Biotecnologia) 7,5% do total arrecadado com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000. A medida constitui uma importante iniciativa no sentido de eliminar a mais séria restrição às atividades de ciência e tecnologia no Brasil: a carência de recursos financeiros e a grande irregularidade do aporte desses recursos.

As diretrizes estratégicas para aplicação dos recursos do Fundo foram elaboradas em 2002 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Entre os principais desafios identificados, figuram:

- Criação e fortalecimento de empresas de base biotecnológica: (i) apoio a programas estratégicos como foco no desenvolvimento da bioindústria,

incluindo as incubadoras de empresas, estimulando a criação de empreendimentos novos e geradores de produtos; (ii) fortalecimento de empresas de pequeno e médio portes; e (iii) apoio a programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação com a articulação de empresas e instituições de pesquisa, criando ambiente favorável ao trabalho cooperativo, envolvendo representantes de toda a cadeia produtiva.

- **Uso da Biodiversidade:** (i) desenvolvimento de projetos de abrangência local e regional, procurando identificar temas de interesse estratégico, aproveitando as potencialidades e oportunidades existentes pela exploração racional da biodiversidade; (ii) articulação da conservação da biodiversidade com técnicas de engenharia genética visando a formação de bancos de germoplasma e de microorganismos; e (iii) geração e obtenção de produtos de maior valor agregado, utilizando recursos provenientes da biodiversidade existente.
- **Fortalecimento da infra-estrutura para a biotecnologia:** (i) criação, manutenção e aperfeiçoamento de coleções biológicas e bancos de germoplasma estratégicos; (ii) ampliação do apoio governamental, na área de propriedade intelectual, visando à elevação do número de patentes, registros e marcas a níveis compatíveis como o volume de produção científica nacional.

Outra importante fonte de recursos para as pesquisas na área é o Fundo Setorial do Agronegócio, criado pela mesma Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, que para ele destinou 17,5% do total arrecadado com a CIDE.

Entre as diretrizes estratégicas do Fundo figuram: (i) contribuir para a implantação e a consolidação da infra-estrutura de propriedade intelectual voltada para o agronegócio, (ii) estimular o desenvolvimento de novos produtos e processos, bem como o desenvolvimento de novos usos para os existentes, (iii) promover a geração e a consolidação de empresas de base tecnológica voltadas ao agronegócio, (iv) contribuir na realização de estudos prospectivos relativos às demandas do agronegócio.

É preciso reconhecer, no entanto, que na realidade brasileira grande parte das atividades de pesquisa e desenvolvimento concentra-se em instituições públicas de pesquisa. Por outro lado, a capacidade de inovação, de transformação do conhecimento acumulado em produtos e processos inovadores, está centrada nas empresas, em regra. Para diminuir esse descompasso, foi editada a Lei

nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, conhecida como a Lei de Inovação. O objetivo básico da lei é facilitar a integração da capacidade de pesquisa, básica e aplicada, de instituições públicas com o empreendedorismo inovador das empresas privadas.

Entendemos, pois, que as elevadas preocupações do Senador Marcelo Crivella, autor do PLS nº 523, de 2007, com o estímulo à pesquisa genética e a conservação da diversidade biológica para o progresso da agricultura brasileira já se encontram contempladas no ordenamento jurídico pátrio.

Com efeito, não só a preservação da identidade e da qualidade das sementes e mudas está garantida (pela Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003), como também está devida e amplamente equacionada a questão do estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o aporte sistemático de recursos financeiros (por meio dos Fundos Setoriais de Biotecnologia e do Agronegócio, entre outras fontes) e o estímulo à inovação tecnológica (conforme a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 – Lei de Inovação).

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 523, de 2007.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2010.

Sen. FLEXA RIBEIRO

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 523/2007 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

15/12/2010

PRESIDENTE: Senador FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)
MARCELO CRIVELLA
1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE
RELATOR

2. FLÁVIO ARNS
ALFREDO NASCIMENTO
3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI
4. JOÃO RIBEIRO
Majoria (PMDB e PP)
HÉLIO COSTA
1. VALTER PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA
2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA
3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP
4. REGIS FICHTNER
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR
1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES
2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO
3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS
4. KATIA ABREU
CÍCERO LUCENA
5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO
6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA
7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB
SÉRGIO ZAMBIASI
1. FERNANDO COLLOR
PDT
ACIR GURGACZ
1- CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 1.387, DE 2012
(Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 523, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a Política Nacional de Sementes e de Mudanças*.

O PLS em questão institui a Política mencionada, estabelece seus objetivos (art. 1º); determina os princípios que regerão a Política (art. 2º); trata das ações do Poder Público e da regulamentação infralegal (art. 3º). O último artigo trata da cláusula de vigência da lei (art. 4º).

Em sua justificação, o autor argumenta que a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM), regula a produção, a proteção e a comercialização desses insumos, mas não trata adequadamente do melhoramento genético das sementes e mudas, tão importantes para o desenvolvimento da produtividade agrícola.

O PLS nº 523, de 2007, foi distribuído às comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo a esta a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao PLS nº 523, de 2007, no prazo regimental.

A proposição foi aprovada na CMA, com emenda para incluir no título a partícula “e”, corrigindo-o para “Política Nacional de Sementes e de Mudanças”. Entretanto, o PLS foi rejeitado na CCT, porque na legislação

vigente já estão garantidos a preservação da identidade e da qualidade das sementes e mudas, assim como o estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

II – ANÁLISE

Inicialmente, cabe destacar que compete a esta Comissão opinar, no mérito, em assuntos correlatos ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, e à política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, mediante estímulos fiscais, financeiros e creditícios à pesquisa e experimentação agrícola, pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados (incisos II, III e XVIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal).

Em face do caráter terminativo da matéria, cabe a esta Comissão se manifestar também quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto à constitucionalidade do PLS nº 523, de 2007, destaca-se que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

A preservação das florestas, da fauna e da flora e o fomento à produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar são de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme o art. 23, VII e VIII, da Constituição Federal (CF).

Adicionalmente, legislar sobre produção e sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente é de competência concorrente entre a União, estados e municípios, conforme o art. 24, V e VI, da CF.

A Proposição não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF), tampouco está entre as competências exclusivas do Congresso Nacional ou de suas Casas, especificadas nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

A matéria não está reservada pela Constituição Federal a lei complementar.

No tocante à técnica legislativa, a redação contempla os mandamentos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto à juridicidade, o tratamento da matéria via edição de lei é adequado. Porém, concordamos com a opinião exarada pela CCT, de que a matéria não inova o ordenamento jurídico, apesar de meritória.

Ocorre que já existem diversos dispositivos legais que tratam do desenvolvimento de cultivares e da produção, armazenamento e comercialização de sementes e mudas, bem como sua fiscalização e proteção intelectual.

A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, estabelece em seu art. 19 que o Poder Público deverá fomentar a produção de sementes e mudas de essências nativas (inciso VI). Seu art. 49 dispõe que “o crédito rural terá como beneficiários produtores rurais extrativistas não predatórios e indígenas, assistidos por instituições competentes, pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, entre outras atividades se dediquem à produção de mudas ou sementes básicas, fiscalizadas ou certificadas”. E seu art. 70 assegura tratamento fiscal favorecido à produção de sementes puras e melhoradas.

A análise da legislação recente nos permite afirmar que há tratamento adequado ao tema e que as demandas e preocupações manifestadas pelo autor do PLS já estão amplamente atendidas. Dentre os principais dispositivos legais existentes podemos citar:

- Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, conhecida como Lei de Proteção de Cultivares, regulamentada pelo Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, que dispõe ainda sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC);
- Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM), e é regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004;

- Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB), e é regulamentada pelo Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005.

No nível infralegal há ainda diversas instruções normativas e portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tratando de procedimentos gerais relacionados à importação de material destinado à pesquisa científica; produção, importação e exportação, comercialização e utilização de sementes e de mudas. Muitas outras normas tratam da produção de sementes ou mudas de culturas específicas.

Destaque-se que o Manual de Crédito Rural do Banco Central também trata, entre as finalidades especiais do crédito, da produção, do beneficiamento e da distribuição de sementes ou mudas, básicas, fiscalizadas ou certificadas.

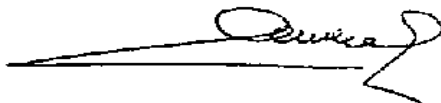
Ademais, devemos destacar que o setor de sementes e mudas está bem organizado e conta com entidades representativas nos estados e no nível federal, como a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) e a Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM).

III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela *rejeição* do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2007.

Sala da Comissão, 1º de novembro de 2012.

, Presidente



, Relatora

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2007

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 01/11/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

SEN. ACIR GURGACZ

SEN. ANA AMÉLIA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	3. Tomás Correia (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	2. Cidinho Santos (PR)
PSD PSOL	
Sérgio Petecão	1. Marco Antônio Costa

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 523, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL		X			1. ANGELA PORTELA				
ANTÔNIO RUSSO					2. EDUARDO SUPICZY		X		
ZEZE PERRELLA					3. WALTER PINHEIRO				
ACIR GURGACZ					4. JOÃO DURVAL				
RODRIGO ROLLEMBERG		X			5. ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA					1. VAGO				
CASILDO MALDANER					2. ROBERTO REQUIÃO				
VAGO					3. TOMÁS CORREIA		X		
ANA AMÉLIA		X			4. LUIZ HENRIQUE				
IVO CASSOL					5. CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA		X			6. JOÃO ALBERTO SOUZA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO		X			1. ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRÔ MIRANDA					2. ALVARO DIAS				
JAYME CAMPOS					3. CLOVIS FECURY				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)		X			1. MOZARILDO CAVALCANTI				
ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES					2. CÍDINHO SANTOS				
TITULAR - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO					1. MARCO ANTÔNIO COSTA				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01/11/2012

Senador ACIR GURGACZ
PRESIDENTE DA CRA

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

.....

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

V - produção e consumo;

.....

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

.....

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu regimento interno;

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Seção IV DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991.

Dispõe sobre a política agrícola.

Art. 19. O Poder Público deverá:

VI - fomentar a produção de sementes e mudas de essências nativas;

Art. 49. O crédito rural terá como beneficiários produtores rurais extrativistas não predatórios e indígenas, assistidos por instituições competentes, pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, se dediquem às seguintes atividades vinculadas ao setor:

I - produção de mudas ou sementes básicas, fiscalizadas ou certificadas;

II - produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;

III - atividades de pesca artesanal e aquicultura para fins comerciais;

IV - atividades florestais e pesqueiras.

§ 1º Podem ser beneficiários do crédito rural de comercialização, quando necessário ao escoamento da produção agropecuária, beneficiadores e agroindústrias que beneficiem ou industrializem o produto, desde que comprovada a aquisição da matéria-prima diretamente de produtores ou suas cooperativas, por preço não inferior ao mínimo fixado ou ao adotado como base de cálculo do financiamento, e mediante deliberação e disciplinamento do Conselho Monetário Nacional. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, enquadram-se como beneficiadores os cerealistas que exerçam, cumulativamente, as atividades de limpeza, padronização, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

~~Art. 70 — É assegurada a isenção:~~

~~—— I — do Imposto sobre Produtos Industrializados, de que trata o inciso IV do art. 153 da Constituição, sobre máquinas e implementos agrícolas adquiridos para exploração agrícola;~~

~~—— II — do Imposto sobre Circulação de Mercadorias de que trata a alínea "b", do inciso I, do art. 155 da Constituição, na venda de fertilizantes, defensivos, vacinas, ração animal, calcário agrícola e outros insumos de utilização exclusiva na exploração agrícola;~~

~~Parágrafo único — os produtos de consumo básico, os hortigranjeiros, as sementes puras e melhoradas, de origem animal e vegetal, os reprodutores puros de origem e as vacinas terão tratamento fiscal favorecido.~~

LEI Nº 9.456, DE 25 DE ABRIL DE 1997.

Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.

LEI Nº 10.168, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000.

Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estimulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências.

LEI Nº 10.332, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001.

Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos – Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências.

LEI Nº 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003.

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências.

LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005.

Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

OF.- PRES Nº 257/2012-CRA

Brasília, 1º de novembro de 2012.

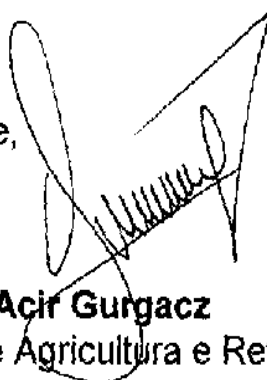
Exmo. Sr.
Senador José Sarney
MD. Presidente do Senado Federal
N E S T A

Assunto: comunica a rejeição de proposição na Comissão.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão rejeitou em 1º de novembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 523 de 2007, que *Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas*, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Atenciosamente,



Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ACIR GURGACZ

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 523, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudás*.

O art. 1º do PLS em questão institui a Política Nacional de Sementes de Mudás e estabelece seus objetivos. O art. 2º determina os princípios que regerão a Política, e o art. 3º ordena as ações do Poder Público e a regulamentação infralegal. O art. 4º trata do prazo de vigência da lei.

Conforme a justificção que acompanha o PLS, o autor argumenta que a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudás e dá outras providências, apenas regula a produção, a proteção e a comercialização desses insumos no Brasil. Para o autor esta lei não trata adequadamente o melhoramento genético das sementes, como fator estratégico para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

O Projeto foi distribuído às comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa.

Esgotado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao PLS nº 523, de 2007.

Na CMA o PLS recebeu aprovação, com emenda para corrigir o título da política para “Política Nacional de Sementes e de Mudás”.

Encaminhado à CCT, foi rejeitado na comissão, com o argumento de que a preservação da identidade e da qualidade das sementes e mudas e o estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento estão garantidos na legislação em vigor.

II – ANÁLISE

Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Quanto ao mérito, em particular, compete a esta Comissão, nos termos dos incisos II, III e XVIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, e à política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, mediante estímulos fiscais, financeiros e creditícios à pesquisa e experimentação agrícola, pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados.

No que se refere à constitucionalidade do PLS nº 523, de 2007, observa-se que a União é competente para legislar a respeito da elaboração de políticas e planos de desenvolvimento econômico. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora e fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, conforme o art. 23, VII e VIII, da Constituição Federal (CF).

Ainda conforme o art. 24, V e VI, da CF, compete à União, concorrentemente com estados e municípios, legislar sobre produção e sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se mostra correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se afigura dotado de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, a redação não demanda reparos, estando, portanto, vazada na boa técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Com respeito ao mérito, entende-se ser o Projeto de Lei oportuno. **A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei Agrícola), que dispõe sobre a Política Agrícola, estabelece em seu art. 19, VI, que o Poder Público deverá fomentar a produção de sementes e mudas de essências nativas.**

A Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares, e a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, não estabelecem adequadamente as bases de uma política nacional que oriente os planos e programas nacionais e setoriais relacionados.

O PLS em questão inova em relação às normas vigentes ao atribuir ao Poder Público a incumbência de elaborar um programa nacional de sementes e mudas, incentivar a elaboração de programas estaduais, fornecer o crédito rural necessário à sua implantação, estimular pesquisas de melhoramento genético, a formação de bancos de germoplasma e a criação de laboratórios de análise. Tais ações são fundamentais para a multiplicação dos produtores de sementes e mudas, a desconcentração do mercado e a garantia da preservação de cultivares e da biodiversidade genética.

O Projeto, portanto, trará contribuição significativa para o aumento da competitividade da agricultura, silvicultura e pecuária nacional e das demais atividades rurais, com benefícios à preservação do patrimônio representado pela biodiversidade genética dos nossos agroecossistemas.

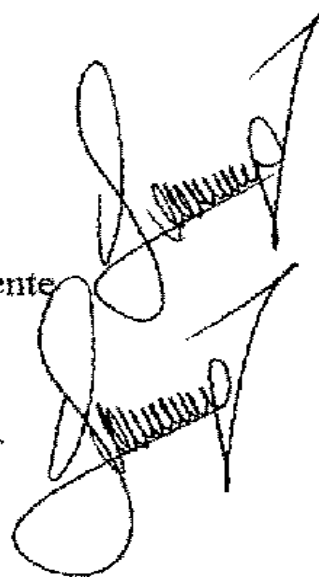
III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela *aprovação* do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 523, de 2007, com a modificação introduzida pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



RELATÓRIO

RELATOR: Senador ACIR GURGACZ

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 523, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudás*.

O art. 1º do PLS em questão institui a Política Nacional de Sementes de Mudás e estabelece seus objetivos. O art. 2º determina os princípios que regerão a Política, e o art. 3º ordena as ações do Poder Público e a regulamentação infralegal. O art. 4º trata do prazo de vigência da lei.

Conforme a justificação que acompanha o PLS, o autor argumenta que a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências, apenas regula a produção, a proteção e a comercialização desses insumos no Brasil. Para o autor esta lei não trata adequadamente o melhoramento genético das sementes, como fator estratégico para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

O Projeto foi distribuído às comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa.

Esgotado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao PLS nº 523, de 2007.

Na CMA o PLS recebeu aprovação, com emenda para corrigir o título da política para “Política Nacional de Sementes e de Mudanças”. Encaminhado à CCT, foi rejeitado na comissão, com o argumento de que a preservação da identidade e da qualidade das sementes e mudas e o estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento estão garantidos na legislação em vigor.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos II, III e XVIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, e à política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, mediante estímulos fiscais, financeiros e creditícios à pesquisa e experimentação agrícola, pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados.

Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

No que se refere à constitucionalidade do PLS nº 523, de 2007, observa-se que a União é competente para legislar a respeito da elaboração de políticas e planos de desenvolvimento econômico. É competência

comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora e fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, conforme o art. 23, VII e VIII, da Constituição Federal (CF).

Ainda conforme o art. 24, V e VI, da CF, compete à União, concorrentemente com estados e municípios, legislar sobre produção e sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expressas nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se mostra correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se afigura dotado de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, a redação não demanda reparos, estando, portanto, vazada na boa técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Com respeito ao mérito, entende-se ser o Projeto de Lei oportuno. A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei Agrícola), que dispõe sobre a Política Agrícola, estabelece em seu art. 19, VI, que o Poder Público deverá fomentar a produção de sementes e mudas de essências nativas.

A Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares, e a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, não estabelecem adequadamente as bases de uma política nacional que oriente os planos e programas nacionais e setoriais relacionados.

O PLS em questão inova em relação às normas vigentes ao atribuir ao Poder Público a incumbência de elaborar um programa nacional de sementes e mudas, incentivar a elaboração de programas estaduais, fornecer o crédito rural necessário à sua implantação, estimular pesquisas de melhoramento genético, a formação de bancos de germoplasma e a criação de laboratórios de análise. Tais ações são fundamentais para a multiplicação dos produtores de sementes e mudas, a desconcentração do mercado e a garantia da preservação de cultivares e da biodiversidade genética.

O Projeto, portanto, trará contribuição significativa para o aumento da competitividade da agricultura, silvicultura e pecuária nacional e das demais atividades rurais, com benefícios à preservação do patrimônio representado pela biodiversidade genética dos nossos agroecossistemas.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela *aprovação* do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2007, e da Emenda nº 1 – CMA.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2012

, Presidente



Senador Acir Gurgacz
Relator

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 256 e 257, de 2012**, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2012; e 523, de 2007, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Of. – PRES nº 256/2012 – CRA

Brasília, 1º de novembro de 2012

Assunto: Comunica a aprovação de proposição na Comissão.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou, em 1º de novembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2012, que Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providências, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e as Emendas nºs 1 e 2 – CRA.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Of. PRES nº 257/2012-CRA

Brasília, 1º de novembro de 2012

Assunto: Comunica a rejeição de proposição na Comissão

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão rejeitou em 1º de novembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 523 de 2007, que Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudanças, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Com referência aos Ofícios nºs 256 e 257, de 2012, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, DE 2012

Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências, para estabelecer que a justa causa exclui a responsabilidade de Prefeito municipal nas hipóteses que arrola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 1º
.....

§ 3º Os atos comissivos e omissivos descritos nos incisos XVI a XXIII deste artigo só configuram os crimes neles tipificados na ausência de justa causa.

§ 4º Entende-se como justa causa para os fins do disposto no § 3º a falta de repasse para o Município, pela União ou pelo Estado, de recursos financeiros, conforme previsto na Constituição, na lei, em contrato, convênio ou outra forma de ajuste.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora apresentamos a esta Casa tem o objetivo de prevenir grave problema que pode ocorrer proximoamente em milhares de Municípios por todo o território brasileiro.

Trata-se do risco que paira sobre os Prefeitos desses Municípios, que podem até ser condenados criminalmente em razão da expressiva diminuição de recursos financeiros que são regularmente transferidos pela União.

Conforme dados coletados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), as municipalidades do País deixarão de receber cerca de R\$ 6.900.000.000,00 (seis bilhões e novecentos milhões de reais) somente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em função da diminuição da arrecadação federal que serve de base para o repasse do fundo.

Ainda de acordo com o levantamento em questão da CNM, outro motivo de perdas para os municípios tem sido a política de desoneração de impostos, como, por exemplo, a desoneração do imposto sobre produtos industrializados (IPI) dos setores automobilístico e de eletrodomésticos, que resultaria em menos R\$

1.458.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e oito milhões de reais) para os Municípios.

Por outro lado, a suspensão da contribuição de intervenção no domínio econômico sobre os combustíveis (CIDE-combustíveis) também foi apontada como mais um fator para a queda de recursos. Segundo a CNM, essa suspensão vai custar aos cofres municipais R\$ 595.000.000,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões de reais).

Além disso, o governo federal estaria deixando de repassar sete bilhões e meio em restos a pagar devidos aos Municípios, referentes a obras que já foram iniciadas, o que “jogaria milhares de prefeitos na criminalidade”.

Desse modo, para evitar que Prefeitos se vejam na contingência de ser condenados a até três anos de detenção (art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei nº 201, de 1967), com perda de mandato e inelegibilidade (art. 1º, § 2º, do Decreto-Lei nº 201, de 1967 e art. 15, III, da CF), por razões sobre as quais não têm qualquer responsabilidade, é que estamos propondo que os atos comissivos e omissivos descritos nos incisos XVI a XXIII do art. 1º da lei dos crimes de responsabilidade de Prefeitos (Decreto-Lei nº 201, de 1967) pela Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, só configurem os crimes neles tipificados na ausência de justa causa, entendendo-se como tal a falta de repasse para o Município, pela União ou pelo Estado, de recursos financeiros, conforme previsto na Constituição, na lei, em contrato, convênio ou outra forma de ajuste.

Portanto, como se vê, não estamos propondo suprimir os novos tipos de crimes de responsabilidade que podem ser cometidos pelos Prefeitos municipais em razão da vigência da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que entendemos ser uma grande conquista para o País, mas apenas ressaltando que os Prefeitos não podem ser apenados por razões sobre as quais não têm nenhuma responsabilidade.

Só a título de exemplo, uma das hipóteses de crime, conforme previsto no inciso XIX do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 1967, ocorre quando o Prefeito deixa de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro.

Ora, se recursos que se destinariam a solver tal compromisso não se somaram às receitas municipais por razões totalmente alheias à vontade do respectivo Prefeito, não podemos aceitar que esse seja penalizado, até mesmo criminalmente. Seria injusto.

Em razão do exposto, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Amélia**, (PP-RS).

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

DECRETO-LEI

Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º, do artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

DECRETA:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I – apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II – utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III – desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

IV – empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V – ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

VI – deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

VII – Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, em-

préstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

VIII – Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

IX – Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

X – Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

XI – Adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII – Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII – Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;

XIV – Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV – Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

XVI – deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XVII – ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XVIII – deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XIX – deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XX – ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XXI – captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XXII – ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XXIII – realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

§1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

§ 2º A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 339 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 339. Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.” (NR)

“Pena
“§ 1º”
“§ 2º”

Art. 2º O Título XI do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte capítulo e artigos:

“CAPÍTULO IV Dos Crimes Contra as Finanças Públicas” (AC)*

“Contratação de operação de crédito” (AC)

“Art. 359-A. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.” (AC)

“Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos.” (AC)

“Parágrafo único. Incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo.” (AC)

“I – com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal,” (AC)

“II – quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei.” (AC)

“Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar” (AC)

“Art. 359-B. Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.” (AC)

“Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.” (AC)

“Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura” (AC)

“Art. 359-C. Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.” (AC)

“Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.” (AC)

“Ordenação de despesa não autorizada” (AC)

“Art. 359-D. Ordenar despesa não autorizada por lei.” (AC)

“Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.” (AC)

“Prestação de garantia graciosa” (AC)

“Art. 359-E. Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.” (AC)

“Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.” (AC)

“Não cancelamento de restos a pagar” (AC)

“Art. 359-F. Deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.” (AC)

“Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.” (AC)

“Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura” (AC)

“Art. 359-G. Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.” (AC)

“Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.” (AC)

“Oferta pública ou colocação de títulos no mercado” (AC)

“Art. 359-H. Ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.” (AC)

“Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.” (AC)

Art. 3º A Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10.”

“5) deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal,” (AC)

“6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal,” (AC)

“7) deixar de promover ou de ordenar na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei,” (AC)

“8) deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro,” (AC)

“9) ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente,” (AC)

“10) captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido,” (AC)

“11) ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou,” (AC)

“12) realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei.” (AC)

“Art. 39-A. Constituem, também, crimes de responsabilidade do Presidente do Supremo Tribunal

Federal ou de seu substituto quando no exercício da Presidência, as condutas previstas no art. 10 desta Lei, quando por eles ordenadas ou praticadas.” (AC)

“Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos Presidentes, e respectivos substitutos quando no exercício da Presidência, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais de Contas, dos Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais, dos Tribunais de Justiça e de Alçada dos Estados e do Distrito Federal, e aos Juízes Diretores de Foro ou função equivalente no primeiro grau de jurisdição.” (AC)

“Art. 40-A. Constituem, também, crimes de responsabilidade do Procurador-Geral da República, ou de seu substituto quando no exercício da chefia do Ministério Público da União, as condutas previstas no art. 10 desta Lei, quando por eles ordenadas ou praticadas.” (AC)

“Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se:” (AC)

“I – ao Advogado-Geral da União;” (AC)

“II – aos Procuradores-Gerais do Trabalho, Eleitoral e Militar, aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, aos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, e aos membros do Ministério Público da União e dos Estados, da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, quando no exercício de função de chefia das unidades regionais ou locais das respectivas instituições.” (AC)

“Art. 41-A. Respeitada a prerrogativa de foro que assiste às autoridades a que se referem o parágrafo único do art. 39-A e o inciso II do parágrafo único do art. 40-A, as ações penais contra elas ajuizadas pela prática dos crimes de responsabilidade previstos no art. 10 desta Lei serão processadas e julgadas de acordo com o rito instituído pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, permitido, a todo cidadão, o oferecimento da denúncia.” (AC)

Art. 4º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ”
..... ”

“XVI – deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal;” (AC)

“XVII – ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária

ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal;” (AC)

“XVIII – deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei;” (AC)

“XIX – deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro;” (AC)

“XX – ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente;” (AC)

“XXI – captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;” (AC)

“XXII – ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou;” (AC)

“XXIII – realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei.” (AC)

“ ”

Art. 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;

II – propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei;

III – deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei;

IV – deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.

§ 1º A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

§ 2º A infração a que se refere este artigo será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de outubro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – José Gregori.**

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.10.2000

(À Comissão Temporária de Reforma do Código Penal)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2012

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de dezembro de 2003 (Estatuto do Idoso), acrescentando o art. 71-A ao Capítulo I do Título V (“Do Acesso à Justiça/Disposições Gerais”), para definir que a ação pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis deverão ser propostas, como regra geral, no foro do domicílio do idoso.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 71-A. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do idoso.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica:

I – quando o idoso for demandante ou demandado na condição de empreendedor individual ou de sócio ou acionista de pessoa jurídica;
II – quando o demandante e o demandado forem pessoas idosas, caso em que a ação deverá ser proposta, em regra, no foro do domicílio do réu;
III – nas hipóteses dos arts. 95 a 100 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O projeto de lei objetiva aperfeiçoar a Lei nº 10.741, de 2003 (Estatuto do Idoso), a fim de dispor sobre a propositura de ações judiciais em que seja parte pessoa idosa.

O art. 230 da Constituição Federal impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas e defender o seu bem-estar. E o art. 3º

do Estatuto do Idoso inclui a cidadania das pessoas idosas como objeto da proteção legal.

O foro para propositura de ação judicial integra a questão da cidadania e da facilitação do acesso à Justiça.

Um processo judicial que tramita em comarca distinta do domicílio do idoso demanda diversos custos e deslocamentos, como por exemplo, dentre outros, contratação de Advogado local, ligações interurbanas para contatos, transporte para comparecimento a reuniões e audiências, hospedagem, alimentação etc.

Para uma pessoa idosa, o peso do deslocamento e das diligências é muito maior. O bem-estar é significativamente afetado, e o custo é mais alto frente ao orçamento doméstico, tendo em vista os gastos com saúde pessoal, que naturalmente se incrementam com o advento da idade.

O Estatuto do Idoso contém, no art. 80, regra de foro para ações judiciais específicas relativas à assistência e ao amparo às pessoas idosas.

A lei não contempla, porém, o foro para as ações judiciais pessoais, o que tem gerado divergência entre os Tribunais de Justiça dos Estados. Enquanto algumas Cortes rejeitam a prevalência do foro do idoso por falta de previsão legal (cf. TJDF, Acórdão nº 277553, DJ 02/08/2007), outras conferem tal proteção ao idoso mediante aplicação direta do princípio da defesa do bem-estar, previsto no art. 230 da Constituição Federal (cf. TJMS, Proc. nº 2009.022101-0/0001.00, DJ 16/10/2009).

É necessário, portanto, que a matéria seja regulamentada pelo Poder Legislativo, dentro de sua atribuição inata de dispor sobre a normatização das relações jurídicas no âmbito da sociedade brasileira.

Salas das Sessões, – Senador **João Costa.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

TÍTULO V

Do Acesso à Justiça

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 69. Aplica-se, subsidiariamente, às disposições deste Capítulo, o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil, naquilo que não contrarie os prazos previstos nesta Lei.

Art. 70. O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes. Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 1/MPV585-2012

Brasília, 13 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 585, de 23 de outubro de 2012, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador Eduardo Amorim

Vice-Presidente: Deputado Reginaldo Lopes

Relator: Deputado Vicente Cândido

Relator Revisor: Senador Gim Argello

Respeitosamente, – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual – Senador **Eduardo Amorim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa que convoco para amanhã no horário regimental, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes, Ricardo Ferraço, Ana Rita e Eduardo Lopes.

3

REQUERIMENTO Nº 924, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2012, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 55, de 2010 (que se encontra apensado ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009) e 209, de 2012, por regularem matéria correlata (banco de dados de consumidores e serviços de proteção ao crédito).*

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 44 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
13-11-2012
terça-feira

11h Recebe o Ministro Joaquim Barbosa, Presidente Eleito do Supremo Tribunal Federal para entrega do convite de posse

Sala de Audiências

16h Ordem do Dia

Plenário

16h Cerimônia de Lançamento do Programa Mais Irrigado

Salão Nobre, 2º andar do Palácio do Planalto

17h Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios acompanhado de Prefeitos

Sala de Audiências

19h Cerimônia de posse do Ministro Henrique Neves da Silva no cargo de Ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral

Plenário do TSE

Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1/2

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY NA Sessão DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE, RETIRADOS PARA TRADUÇÃO, ORA SE PUBLICAM.

Transcrição do Discurso do Presidente Obama na Noite da Eleição

A seguir encontra-se o texto completo do discurso de vitória do Presidente Obama na última quarta-feira (A transcrição é cortesia do Serviço Federal de Notícias).

PRESIDENTE BARACK OBAMA: Obrigado. Obrigado. Muito obrigado. (Vivas entusiásticos, aplausos.)

Esta noite, mais de 200 anos após uma ex-colônia conquistar o direito de determinar o seu próprio destino, a tarefa de aperfeiçoar nossa união avança. (Vivas, aplausos.)

Ela avança por causa de vocês. Ela avança porque vocês reafirmaram o espírito que triunfou sobre a guerra e a depressão, o espírito que tem elevado este país das profundezas do desespero para as grandes alturas da esperança, a crença de que, embora cada um de nós busque seus próprios sonhos individualmente, somos uma família americana, e nos erguemos ou caímos juntos como uma só nação e um só povo. (Vivas, aplausos.)

Hoje, nesta eleição, vocês, o povo americano, nos lembraram que, ainda que o nosso caminho tenha sido difícil, ainda que a nossa jornada tenha sido longa, nós nos reerguemos, lutamos por nosso caminho de volta,

e sabemos, em nossos corações, que para os Estados Unidos da América, o melhor ainda está por vir.

(Vivas, aplausos.) Eu quero agradecer a cada americano que participou desta eleição, (Vivas, aplausos.) tenha você votado pela primeira vez — (vivas) — ou esperado na fila por muito tempo — (vivas) — a propósito, temos que dar um jeito nisso. (Vivas, aplausos.) Quer você tenha caminhado muito ou usado o telefone — (vivas) — quer você tenha usado um símbolo de Obama ou de Romney, você se fez ouvir e fez a diferença. (Vivas, aplausos.)

Acabei de falar com o Governador Romney e dei os parabéns a ele e a Paul Ryan por uma campanha muito disputada. (Vivas, aplausos.) Podemos ter lutado ferozmente, mas é somente porque amamos profundamente esse país e nos preocupamos tanto com o seu futuro. De George a Lenore e a seu filho Mitt, a família Romney escolheu retribuir à América através do serviço público. E este é um legado que honramos e aplaudimos esta noite. (Vivas, aplausos.) Nas próximas semanas, eu também espero me reunir com o Governador Romney para discutir em que podemos trabalhar juntos para levar esse país adiante. (Vivas, aplausos.)

Quero agradecer ao meu amigo e parceiro dos últimos quatro anos, o feliz guerreiro da América, o melhor vice-presidente que alguém poderia esperar, Joe Biden. (Vivas, aplausos.)

E eu não seria o homem que sou hoje sem a mulher que concordou em casar-se comigo há 20 anos. (Vivas, aplausos.) Deixem-me dizer isso publicamente: Michelle, eu nunca te amei tanto. (Vivas, aplausos.) Nunca me senti tão orgulhoso de ver o resto da América se apaixonar por você também, como primeira-dama da nossa nação. (Vivas, aplausos.)

Sasha e Malia — (Vivas, aplausos.) — diante de nossos olhos, vocês estão crescendo e se tornando duas jovens fortes, inteligentes e belas, assim como sua mãe. (Vivas, aplausos.) E eu estou tão orgulhoso de vocês. Mas devo dizer que, por enquanto, um cachorro é provavelmente o suficiente. (Risos.)

À melhor equipe de campanha e aos melhores voluntários na história da política — (Vivas, aplausos.) — A melhor. A melhor que já existiu. — (Vivas, aplausos.) — Alguns de vocês eram novatos desta vez, e alguns estiveram ao meu lado desde o início.

(Vivas, aplausos.) Mas todos vocês são da família. Não importa o que façam ou aonde vão a partir daqui, vocês levarão a memória da história que fizemos juntos. (Vivas, aplausos.) E terão para sempre a apreciação de um presidente agradecido. Obrigado por acreditarem ao longo de todo o caminho, — (Vivas, aplausos.) — até cada colina, até cada vale. (Vivas, aplausos.) Vocês

me animaram o tempo todo, e eu sempre serei grato por tudo o que fizeram e por todo o incrível trabalho que vocês realizaram. (Vivas, aplausos.)

Sei que as campanhas políticas às vezes podem parecer pequenas e até mesmo tolas. E isso fornece munição para os céticos que nos dizem que a política não é nada mais do que uma disputa de egos ou o domínio de interesses especiais. Mas se vocês algum dia tiverem a oportunidade de conversar com pessoas que foram aos nossos comícios e se aglomeraram ao longo de uma corda em um ginásio de escola, ou viram pessoas trabalhando até tarde em um escritório de campanha em algum condado minúsculo longe de casa, vocês vão descobrir algo mais.

Vocês ouvirão a determinação na voz de um jovem organizador de campo que está trilhando o seu caminho na faculdade e quer garantir que cada criança tenha a mesma oportunidade. (Vivas, aplausos.) Vocês ouvirão o orgulho na voz de uma voluntária que vai de porta em porta porque seu irmão foi finalmente contratado quando a fábrica de automóveis local acrescentou mais um turno. (Vivas, aplausos.)

Vocês ouvirão o profundo patriotismo na voz do cônjuge de um militar que está trabalhando nos telefones, tarde da noite, para garantir que ninguém que luta por este país tenha que lutar por um emprego ou por um teto sobre sua cabeça ao voltar para casa. (Vivas, aplausos.)

É por este motivo que fazemos isso. Isso é o que a política pode ser. É por isso que as eleições importam. Isso não é pouco, é muito. É importante. A democracia em uma nação de 300 milhões pode ser ruidosa, confusa e complicada. Nós temos nossas próprias opiniões. Cada um de nós tem crenças profundamente arraigadas. E quando passamos por momentos difíceis, quando tomamos grandes decisões como um país, isso necessariamente acende paixões, provoca polêmica. Isso não vai mudar após esta noite, e nem deve. Essas discussões que temos são uma marca da nossa liberdade, e jamais podemos esquecer que, neste exato momento, pessoas em nações distantes estão arriscando suas vidas, apenas por uma oportunidade de discutir sobre as questões que importam, — (Vivas, aplausos.) — pela chance de depositar seus votos, como fizemos hoje.

Mas, apesar de todas as nossas diferenças, a maioria de nós compartilha certas esperanças para o futuro da América.

Queremos que os nossos filhos cresçam em um país onde têm acesso às melhores escolas e aos melhores professores, — (vivas, aplausos.) — um país que corresponde ao seu legado de líder global em tecnologia, descoberta e inovação, — (vivas espalhados,

aplausos.) — com todos os bons empregos e novos empreendimentos decorrentes.

Queremos que nossos filhos vivam em uma América que não esteja sobrecarregada por dívidas, que não esteja enfraquecida pela desigualdade, que não esteja ameaçada pelo poder destrutivo do aquecimento do planeta. (Vivas, aplausos.)

Queremos passar adiante um país seguro, respeitado e admirado em todo o mundo, uma nação defendida pelo mais forte aparato militar na terra e as melhores tropas que este mundo já conheceu, (Vivas, aplausos.) mas também um país que se move com confiança para além deste tempo de guerra, para moldar uma paz construída sobre a promessa de liberdade e dignidade para todos os seres humanos.

Acreditamos em uma América generosa, em uma América solidária, em uma América tolerante, aberta para os sonhos da filha de um imigrante que estuda em nossas escolas e presta juramento à nossa bandeira, — (Vivas, aplausos.) — para o menino no sul de Chicago que vê uma vida além da próxima esquina, — (Vivas, aplausos.) — para o filho do marceneiro na Carolina do Norte que quer se tornar médico ou cientista, engenheiro ou empresário, diplomata ou até mesmo presidente.

Esse é — (Vivas, aplausos.) — esse é o futuro que esperamos.

(Vivas, aplausos.) Essa é a visão que compartilhamos. É aí que precisamos ir — adiante. (Vivas, aplausos.) É aí que precisamos ir. (Vivas, aplausos.)

Agora, vamos discordar, às vezes ferozmente, sobre como chegar lá. Como acontece há mais de dois séculos, o progresso virá aos trancos e barrancos. Nem sempre é uma linha reta. Nem sempre é um caminho suave. Por si só, o reconhecimento de que temos esperanças e sonhos em comum não vai acabar com todos os impasses, resolver todos os nossos problemas, ou substituir o árduo trabalho de construir consensos e assumir os difíceis compromissos necessários para levar este país adiante.

Mas esse elo comum é o lugar onde devemos começar. Nossa economia está se recuperando. Uma década de guerra está terminando. (Vivas, aplausos.) Uma longa campanha terminou agora. (Vivas, aplausos.) E tendo ou não recebido o seu voto, eu os ouvi, eu aprendi com vocês, e vocês me tornaram um presidente melhor. E com as suas histórias e suas lutas, eu volto para a Casa Branca mais determinado e mais inspirado do que nunca em relação ao trabalho que há para ser feito e ao futuro que está por vir. (Vivas, aplausos.)

Esta noite vocês votaram pela ação, e não pela política, como de costume. (Vivas, aplausos.) Vocês

nos elegeram para nos concentrarmos em seus empregos, e não nos nossos.

E nas próximas semanas e meses, espero alcançar e trabalhar com líderes de ambos os partidos para enfrentar os desafios que só podemos resolver juntos – reduzir nosso déficit, reformar nosso código tributário, ajustar nosso sistema de imigração, libertar-nos do petróleo estrangeiro. Nós temos mais trabalho a fazer.

Mas isso não significa que o trabalho de vocês está feito. O papel dos cidadãos na nossa democracia não se esgota com o voto. A América nunca foi de querer saber o que pode ser feito para nós, mas sim o que pode ser feito por nós, em conjunto, através do trabalho duro e frustrante, mas necessário, de autogestão. (Vivas, aplausos.) Esse é o princípio sobre o qual nos fundamos.

Este país tem mais riqueza do que qualquer outra nação, mas não é isso que nos torna ricos. Nós temos a força militar mais poderosa da história, mas não é isso que nos torna fortes. Nossa universidade e nossa cultura são motivo de toda a inveja do mundo, mas não é isso que mantém o mundo vindo para as nossas terras. O que torna a América excepcional são os laços que unem a nação mais diversificada da terra, a crença de que nosso destino é compartilhado, — (Vivas, aplausos.) — de que este país só funciona quando aceitamos certas obrigações de uns para com os outros e para com as gerações futuras, de modo que a liberdade pela qual os americanos tanto lutaram e pela qual morreram, vem com responsabilidades, assim como direitos, e entre eles estão o amor e a caridade, o dever e o patriotismo. É isso o que torna a América grande. (Vivas, aplausos.)

Estou esperançoso esta noite, porque vi esse espírito funcionar na América. Eu o vi nas empresas familiares, cujos proprietários preferem cortar seu próprio salário a despedir seus vizinhos, e nos trabalhadores que preferem reduzir suas horas a ver um amigo perder o emprego. Eu o vi nos soldados que se realistam mesmo depois de perder um braço ou uma perna, e naqueles SEALs (tropas de elite) que se arriscaram na escuridão e no perigo, porque sabiam que havia um companheiro protegendo a retaguarda. (Vivas, aplausos.) Eu o vi no litoral de Nova Jersey e Nova York, onde os líderes de todos os partidos e níveis de governo deixaram de lado suas diferenças para ajudar a reconstruir uma comunidade a partir dos destroços de uma terrível tempestade. (Vivas, aplausos.)

E eu o vi outro dia, em Mentor, Ohio, onde um pai contou a história de sua filha de oito anos de idade, cuja longa batalha contra a leucemia teria custado à sua família tudo o que tinham, se não fosse pela reforma da saúde aprovada apenas alguns meses antes que

a companhia de seguros suspendesse o pagamento por seu tratamento. (Vivas, aplausos.) Eu tive a oportunidade não apenas de conversar com o pai, mas de conhecer sua incrível filha. E quando ele falou para a multidão, que ouvia a história daquele pai, cada pai e mãe naquela sala tinha lágrimas nos olhos, porque sabíamos que aquela menininha poderia ser a nossa.

E eu sei que cada americano quer que o futuro dessa menina seja igualmente brilhante. É assim que somos. Este é o país que eu tenho muito orgulho de liderar como presidente. (Vivas, aplausos.)

E esta noite, apesar de todas as dificuldades pelas quais passamos, apesar de todas as frustrações de Washington, eu nunca me senti mais esperançoso quanto ao nosso futuro. (Vivas, aplausos.) Eu nunca me senti mais esperançoso em relação à América. E peço a vocês que mantenham essa esperança.

MEMBRO DA PLATÉIA: Nós o apoiamos, Senhor Presidente!

PRESIDENTE OBAMA: Eu não estou falando de otimismo cego, o tipo de esperança que simplesmente ignora a enormidade das tarefas à frente ou os obstáculos que se interpõem em nosso caminho. Não estou falando sobre o idealismo sonhador que nos permite apenas ficar à margem ou fugir de uma luta. Eu sempre acreditei que a esperança é aquela coisa teimosa dentro de nós que insiste, apesar de todas as evidências em contrário, que algo melhor nos espera, desde que tenhamos a coragem de continuar nos esforçando, de continuar trabalhando, de continuar lutando. (Vivas, aplausos.)

América, acredito que podemos dar continuidade ao progresso que fizemos e seguir lutando por novos empregos e novas oportunidades, e mais segurança para a classe média. Acredito que podemos manter a promessa de nossos fundadores, a ideia de que, se você está disposto a trabalhar muito, não importa quem você é ou de onde você vem ou como você é ou quem você ama. Não importa se você é negro ou branco, ou hispânico, ou asiático, ou indígena, ou jovem ou velho, ou rico ou pobre, capaz, deficiente, gay ou hetero. (Vivas, aplausos.) Você pode vencer aqui na América, se você estiver disposto a tentar.

(Vivas, aplausos.)

Acredito que podemos abraçar este futuro juntos, porque não somos tão divididos como sugere a nossa política. Nós não somos tão céticos quanto os especialistas acreditam. Nós somos maiores do que a soma de nossas ambições individuais, e somos mais do que um conjunto de estados vermelhos e azuis. Nós somos, e sempre seremos, os Estados Unidos da América.

E juntos, com a ajuda de vocês e a graça de Deus, vamos continuar nossa jornada adiante e lembrar ao

mundo por que nós vivemos na maior nação da Terra. (Vivas, aplausos.)

Obrigado, América. (Vivas, aplausos.) Deus vos abençoe. Deus abençoe os Estados Unidos. (Vivas, aplausos.)

Esta é a transcrição completa do discurso conciliador de Mitt Romney na manhã de quarta-feira, 7 de novembro de 2012.

ROMNEY: Obrigado. Obrigado. Obrigado. Obrigado, meus amigos. Muito obrigado.

(APLAUSOS)

Obrigado. Obrigado. Obrigado.

Acabei de telefonar para o Presidente Obama para cumprimentá-lo pela vitória. Seus correligionários e sua campanha também merecem congratulações.

ROMNEY: Seus correligionários e sua campanha também merecem congratulações. Eu desejo o melhor a todos, mas particularmente ao presidente, à primeira dama e às suas filhas.

(APLAUSOS)

Este é um momento de grandes desafios para a América, e eu rogo a Deus para que o presidente tenha sucesso ao liderar nossa nação.

(APLAUSOS)

ROMNEY: Quero agradecer a Paul Ryan por tudo o que fez por nossa campanha.

(APLAUSOS)

E por nosso país. Depois da minha esposa, Ann, Paul foi a melhor escolha que já fiz.

(APLAUSOS)

E acredito que sua inteligência, trabalho árduo e comprometimento com os princípios continuarão a contribuir para o bem de nossa nação.

(APLAUSOS)

Também quero agradecer à Ann, o amor da minha vida.

(APLAUSOS)

ROMNEY: Ela teria sido uma primeira dama maravilhosa. Ela – ela tem sido assim e ainda mais para mim e para nossa família, e para as várias pessoas que ela atingiu com sua compaixão e seu cuidado.

Agradeço aos meus filhos por seu trabalho incansável a favor da campanha, e agradeço às suas esposas e filhos por assumirem as responsabilidades, já que seus maridos e pais passavam tantas semanas longe de casa.

(APLAUSOS)

Quero agradecer Matt Rhoades e à dedicada equipe de campanha que ele liderou.

(APLAUSOS)

Eles fizeram um esforço extraordinário não apenas por mim, mas também pelo país que amamos.

E a vocês que estão aqui esta noite, e à equipe por todo o país – os voluntários, os que angariaram fundos,

os doadores, os delegados – não acredito que jamais tenha havido um esforço em nosso partido comparável com o que vocês têm feito nos últimos anos. Muito obrigado.

Obrigado por todas as horas de trabalho, pelos telefonemas, pelos discursos e comparecimentos, pelos recursos e pelas orações. Vocês se doaram profundamente e desempenharam de forma magnífica. E vocês nos inspiraram e nos ensinaram a humildade. Vocês foram os melhores que poderíamos imaginar.

ROMNEY: A nação, como vocês sabem, está em um ponto crítico. Em um momento como esse, não podemos arriscar disputas partidárias e pose política. Nossos líderes têm que esquecer as diferenças para fazer o trabalho para o povo.

E nós, cidadãos, também temos que nos mostrar à altura da ocasião. Contamos com nossos professores e mestres, contamos com vocês não apenas para lecionar, mas para inspirar nossas crianças com uma paixão pelo aprendizado e pela descoberta.

Contamos com nossos pastores e padres, rabinos e conselheiros de todos os tipos para afirmar os princípios duradouros sobre os quais nossa sociedade é construída: honestidade, caridade, integridade e família.

Contamos com nossos pais e mães, pois, em última análise, tudo depende do sucesso de nossos lares.

ROMNEY: Contamos com geradores de empregos de todos os tipos. Contamos com vocês para investir, contratar, avançar.

E contamos com Democratas e Republicanos em todos os níveis de governo para colocar as pessoas antes da política.

Eu acredito na América. Eu acredito no povo da América.

(APLAUSOS)

E eu concorri à presidência porque estou preocupado com a América. Esta eleição acabou, mas nossos princípios se mantêm. Acredito que os princípios sobre os quais essa nação foi fundada são o único guia seguro para reerguer a economia e renovar nossa grandeza.

Como muitos de vocês, Paul e eu demos tudo o que tínhamos. Demos o nosso melhor a esta campanha.

(APLAUSOS)

Gostaria -- gostaria de ter sido capaz de corresponder às suas esperanças de liderar o país em uma direção diferente, mas a nação escolheu outro líder. Então, Ann e eu nos juntamos a vocês para orar sinceramente por ele e por esta grande nação.

Obrigado e Deus abençoe a América. Vocês são os melhores. Muito obrigado. Obrigado. Obrigado, pessoal.¹

(APLAUSOS)

¹ Tradução de Inaiara de Souza Golob. Revisão de Vanira Tavares. Serviço de Tradução, SIDOC.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Tomás Correia** (S)

Tocantins

PSD - Marco Antônio Costa* (S)
Bloco-PPL - João Costa** (S)
Bloco-PR - João Ribeiro**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 26

PMDB-20 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Tomás Correia.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM

Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar União e Força - 14

PTB-6 / PR-6 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Antonio Russo.	PR/MS
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

Bloco Parlamentar Minoria - 14

PSDB-10 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Wilder Moraes.	DEM/GO

PSD - 2

Marco Antônio Costa.	TO
Sérgio Petecão.	AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
--------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	26
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar União e Força.	14
Bloco Parlamentar Minoria.	14
PSD.	2
PSOL.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Marco Antônio Costa* (PSD-TO)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Costa** (Bloco-PPL-TO)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PJ)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PJ)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Tomás Correia** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PJ)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1ª VICE-PRESIDENTE

Anibal Diniz - (PT-AC) ^(8,9)

2º VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)

1º SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2º SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO) ⁽²⁾

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)

2º - João Durval - (PDT-BA)

3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.
8. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (OF. 199/2012-PRVPRE).
9. O Senador Anibal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Anibal Diniz (24) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Jayme Campos - DEM (28) Vice-Líderes Cyro Miranda (32) Flexa Ribeiro (7,33) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (34) Paulo Bauer (5,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,33) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14 Líder Gim - PTB (56) Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim (56) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PPL - 1 João Costa	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gim (56) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Marco Antônio Costa - PSD (53) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.

40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSV ALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, aditado pelo Requerimento nº 824, de 2012, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

***. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***** Em 12.09.2012, lido e aprovado o Requerimento nº 824, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

Designação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(13,18)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim (PTB) ^(2,19)
Senador Cidinho Santos (PR) ^(4,14,15)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(4,17)
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9,16)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

***. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (Of. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (Of. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (Of. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
15. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 090/2012/BLUFOR/SF).
16. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
17. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
18. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
19. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Prazo final: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

Prazo prorrogado: 22/10/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

VAGO ⁽¹⁾

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marraffon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

***. Prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão, por 30 (trinta) dias, nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 26, de 2012.

1. Em 09.08.2012, foram lidos expedientes dos Senhores Adib Jatene e Mailson da Nóbrega comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 04/12/2012

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senador Tomás Correia (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
VAGO ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

- *. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

8) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final triplicado: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo final triplicado: 20/02/2013

Relatório Relator-Geral - prazo final triplicado: 13/03/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final triplicado: 04/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Tomás Correia (PMDB)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ⁽²⁾
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Anibal Diniz (PT) ^(42,43)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(35,36,47,48)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Tomás Correia (PMDB) ^(37,38)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Domelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Wilder Morais (DEM) ^(5,16,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(30,46)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB) ⁽⁴⁹⁾
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Cidinho Santos (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL (25)	
Marco Antônio Costa (PSD) (24,26,44,45)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
41. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
42. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
43. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
46. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
47. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
48. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
49. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- * Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁷⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
Renan Calheiros (PMDB) ^(24,26)	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(23,28)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
João Costa (PPL) ^(29,30)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

27. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

29. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

30. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. João Costa (PPL) ^(7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.

9. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(4,6)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Presidente da Subcomissão comunica a designação do Senador José Pimentel como relator (Of. nº 018/2012 - PRESIDÊNCIA/CASFGTS/CAS).

6. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹¹⁾
Ana Rita (PT) ^(55,56)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(11,56,57)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(11,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26,50,51,61,62)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(40,52)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(2,5,17,21,28,40,52)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(3,16,40,52)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(4,17,37,40,47,52)
Pedro Simon (PMDB) ^(40,52)	3. Tomás Correia (PMDB) ^(14,17,40,52,53,54)
Romero Jucá (PMDB) ^(40,52)	4. Eduardo Braga (PMDB) ^(15,17,40,52)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(21,40,52)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(19,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,60)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(7,46)
Gim (PTB) ⁽⁶³⁾	2. Ciro Nogueira (PP) ^(6,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,43)	1. Marco Antônio Costa ^(30,31,32,38,41,42,43,58,59)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Domelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
55. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
56. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
57. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
58. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
59. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
60. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
61. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
62. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
63. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁵²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,32,42,46)	2. VAGO ^(46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(31,34,43,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
Tomás Correia (PMDB) ^(46,49,50,51)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. VAGO ^(21,57)
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(44,54)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. João Costa (PPL) ^(55,56)
PSD PSOL ⁽³⁸⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,37,53)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
 - *** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
 - **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
 - ***** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).
 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
52. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
53. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
54. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
55. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012-BLUFOR/SF).
56. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
57. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (12,16,41,42,51,52)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) (17)	1. Tomás Correia (PMDB) (43,44)
VAGO (21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (22,23)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO (33,34,38)
Ivo Cassol (PP) (13,14,24,27)	6. VAGO (9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) (19,28,29)	3. VAGO (28,53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,49)	
Gim (PTB) (1,26,54)	1. João Vicente Claudino (PTB) (2)
João Costa (PPL) (48,50)	2. Blairo Maggi (PR) (45)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (5)	1. Marco Antônio Costa (PSD) (5,6,10,36,46,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).

20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDDB).

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).

27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDDB nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
46. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
47. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
52. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
53. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
54. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.
- Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(2,12)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,8,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7,11)	1. João Costa (PPL) ^(7,13,14)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
11. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(8,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,12,14)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Costa (PPL) ^(2,3)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Lídice da Mata (PSB) ^(50,53)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,25)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,26,28)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,40,41)	6. VAGO ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,27,34)
VAGO ^(1,13,29,30,33,43)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(32,35,42)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,31)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17,37,47)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,24)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ^(19,38,46,55)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(44,54)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁾	1. Gim (PTB) ^(48,56)
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,45)	2.
Magno Malta (PR)	3. João Costa (PPL) ^(51,52)
PSOL	
VAGO ⁽³⁶⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

23. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

24. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

25. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

27. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

28. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

34. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB).
35. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
36. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
37. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
38. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
41. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
46. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
47. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
48. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
49. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
50. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
51. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
52. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
53. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
54. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
55. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

* Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) ^(24,25,28)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Tomás Correia (PMDB) ^(13,14,15,22,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO ^(11,31)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(23,30)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim (PTB) ⁽³²⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Cidinho Santos (PR) ^(26,29)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas

Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).

26. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 191/2012).

28. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDDB nº 192/2012).

29. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

30. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

31. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

32. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Cidinho Santos (PR) ^(9,10,11)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
10. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
11. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Cidinho Santos (PR) ^(7,8,9)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Cidinho Santos (PR) ^(16,18,19)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Tomás Correia (PMDB) ^(15,17)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
 18. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 19. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(1,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,46,47)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Tomás Correia (PMDB) ^(27,34,35)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Wilder Moraes (DEM) ^(31,39)	4. Jayme Campos (DEM) ^(31,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(26,43)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim (PTB) ^(38,48)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) ⁽³⁷⁾	3. João Costa (PPL) ^(44,45)
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾
PSD	
Marco Antônio Costa ^(28,30,41,42)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,30)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
39. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
40. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
41. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
42. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
43. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
44. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
45. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Costa (PPL-TO) ^(2,10,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(4,5)

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) ^(1,11,12,13)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(8,9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (Of. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
 3. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
 4. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
 5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
 8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
 10. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se, nos termos do art. 47 do Regimento Interno do Senado Federal, do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Of. GSVALV nº 415/2012, Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 11. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 12. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
 13. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
 14. Em 1º.11.2012, foi lido o Of. nº 087/2012-CI, comunicando a eleição do Senador João Costa para Presidente da Subcomissão, em substituição ao Senador licenciado Vicentinho Alves.
- * Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. João Costa (PPL) ^(3,5,8,9,10)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir

o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

9. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

10. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,23,28,31,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,44,45)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,25,32,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(4,43)
Eduardo Braga (PMDB) ^(17,40)	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(26,27,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(5,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(34,42)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoría (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).
40. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
41. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
42. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
43. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
44. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
45. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(12,13)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
11. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
13. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
 6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
 8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(40,49)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO ^(29,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(26,27,28,36,51)	3. Tomás Correia (PMDB) ^(41,42)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ^(6,19,50)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,47)	
Gim (PTB) ^(1,9,51,52)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁷⁾
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(24,34,35,48)	2. Cidinho Santos (PR) ^(24,43,44)
PSD PSOL ⁽³¹⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³²⁾	1. Marco Antônio Costa (PSD) ^(33,45,46)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
45. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
46. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
47. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
48. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
49. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
50. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
51. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
52. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Tomás Correia (PMDB) ^(26,27)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(25,29)	
Gim (PTB) ⁽³⁰⁾	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
Marco Antônio Costa (PSD) ^(6,28)	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).
28. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*: Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽⁹⁾
João Alberto Souza (MA)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽²⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 17/10/2012

Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
8. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012)

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO ⁽¹⁾	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/07/2012

Notas:

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(8,16)
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PR
VAGO ^(9,14,15)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(3,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) (7)
PSD
Marco Antônio Costa (TO) (18,19,20)
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 16/10/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of.º GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of.º 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of.º 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of.º 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.º GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.º 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.
19. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
20. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.º 0060/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁴⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁶⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁸⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁷⁾
PR
VAGO ^(10,19,20)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁴⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁶⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹¹⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾
PSOL
VAGO ^(12,13)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,17,18)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(2,15)
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽²²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 27/08/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
19. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. nº 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁵⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽⁷⁾**PTB**Gim (DF) ⁽⁹⁾**DEM****PR**João Costa (PPL-TO) ^(4,15)**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹²⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽³⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹⁰⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 17/10/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
14. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
15. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. n° 101/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVALV n° 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁵⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽²⁾
DEM
Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾
PR
João Costa (PPL-TO) ^(1,17)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁸⁾
PSC
VAGO
PSD

Marco Antônio Costa (TO) (6,15,16)

PV

Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 17/10/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
15. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
16. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0056/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF.
17. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 108/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVAlV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012

MEMBROS
PMDB
Tomás Correia (RO) ⁽⁴⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾
PSDB
PTB
DEM
PR
Cidinho Santos (MT) ⁽⁶⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽³⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽⁵⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽²⁾
PRB
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽¹⁰⁾
PSD
Marco Antônio Costa (TO) ⁽⁹⁾
PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁷⁾

Representante da sociedade civil organizada

Pesquisador com produção científica relevante

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 01/11/2012

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 192/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GRSS nº 00201/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 058/2012-GLPP, de 11/09/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDDB nº 287/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSLMAT nº 456/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº GLPR nº 027/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 045/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. 028/2012-GLDPT, de 25.09.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 25.09.2012.
9. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0061/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data.
10. O Senador Eduardo Amorim foi designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 184/2012, de 29/10/2012, do Gabinete da Liderança do PSC, lido na sessão do Senado Federal do dia 31/10/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados ⁶**COMPOSIÇÃO ²**

Presidente: Deputado Paulo Pimenta ⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima ⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja ⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves ^{4 e 16}

Instalação: 27-3-2012**Relator do PLDO / 2013:** Senador Antonio Carlos Valadares ⁶**Relator do PLOA / 2013:** Senador Romero Jucá ⁶**Relator da Receita:** Deputado Cláudio Puty ⁶**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. Tomás Correia (PMDB/RO) ¹⁰
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{10 e 12}
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{9 e 10}	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) ^{11 e 13}
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. ¹²
PR	
João Costa (PPL/TO) ^{16 e 17}	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{14 e 15}

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.**3-** Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.**4-** Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.**5-** Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.**6-** Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.**7-** Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**9-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**10-** Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.**11-** Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.**12-** Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.**13-** Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.**14-** Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.**15-** Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.**16-** Em 17-10-2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.**17-** Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) ²²
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) ^{16, 17, 21 e 23}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO) ^{14 e 15}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) ^{19 e 20}
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Necessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) ¹⁸	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) ¹⁸
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.

9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.

12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.

13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.

14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.

15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.

16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.

18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.

19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.

20- Designado o Deputado Antonio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.

21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.

22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS
COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR
COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO) ¹
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

Notas:

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Márcio Macedo ^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza ^{18 e 20}

Instalação: 10-4-2012 ^{15 e 20}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7 e 23}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{8, 10 e 25}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{8 e 10}
²²	3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados ³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
⁴	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁹ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação: 14-12-2011

Instalação: 8-2-2012

Prazo Final: 19-8-2012

Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 ¹⁷

Presidente: Deputada Jô Moraes

Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota

Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁸
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 18}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezessete) Senadores ⁸ e 17 (dezessete) Deputados ⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012
- **Prazo Final Prorrogado:** 22-12-2012¹⁶

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁶
Jorge Viana (PT/AC) ³	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ^{3 e 6}
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁶
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁶
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) ^{4 e 6}
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ^{5 e 7}
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Cidinho Santos (PR/MT) ^{2, 11 e 12}
Vicentinho Alves (PR/TO) ¹⁵	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
⁹	3. ⁹
PSD⁸	
Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{13 e 14}	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ¹⁰	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

8- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 185, de 2012, da Liderança do PSOL.

11- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

12- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

13- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

14- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 58, de 2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

15- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

16- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 10, de 2012, lido em 1/11/2012 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) ^{4 e 12}
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{9 e 10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{3, 6 e 7}
PSD	
José Carlos Araújo (PSD/BA) ^{13 e 14}	1. Roberto Santiago (PSD/SP) ^{13 e 14}
Armando Vergílio (PSD/GO) ^{13 e 14}	2. César Halum (PSD/TO) ^{13 e 14}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ¹⁵	1. Paulo Foletto (PSB/ES) ¹⁵
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB ¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. João Moraes (PCdoB/MG) ^{5, 11 e 16}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada João Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada João Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.

12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

13- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

14- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.463, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

15- Designado o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), e o Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 125/2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

16- Designada a Deputada João Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Junior, em 4-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2012, da Liderança do PCdoB.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. Tomás Correia (PMDB/RO) ⁵
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{2, 8 e 9}

Notas:

- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria tratada na Emenda Constitucional nº 69, de 2012; nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Aníbal Diniz (PT-AC) ^{1,2}
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ³
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ⁴	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ⁵	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁶
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁷	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 12.09.2012)

Notas:

1. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (OF.199/2012-PRVPRE).

2. O Senador Aníbal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.

3. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

4. Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

5. Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

6. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

7. Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²

Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 27.08.2012

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ccscn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**Resolução nº 1/2011-CN****COMPOSIÇÃO¹****37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011**Deputados**

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB) ²⁰
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

Notas:

- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- Vaga cedida pelo PR.
- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.
- Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.

Edição de hoje: 316 páginas
(OS: 15540/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

